



INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
Universidade Técnica de Lisboa

CIDADE, UM DRAMA NO TEMPO

UMA REFLEXÃO ORGANIZADA, SOBRE FACTORES TEMPORAIS,
NO DESENHO DA CIDADE



Ana Luísa Gonçalves Brandão Estêvão

Dissertação para obtenção para Grau de Mestre em:
Arquitectura

Júri

Presidente: Professora Doutora Teresa Heitor
Orientador: Professor Doutor Pedro Brandão
Vogais: Professor Doutor Nuno Portas
Professor Doutor Antoni Remesar

Setembro 2008

CIDADE, UM DRAMA NO TEMPO

Uma reflexão organizada, sobre factores temporais, no desenho da cidade

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: tempo, projecto urbano, identidade, processo

Os discursos sobre o Espaço são o essencial da cultura arquitectónica e urbana que nos é transmitida. Mas os discursos produzidos à volta deste "território", tanto os institucionais como os mais coloquiais, estão fortemente condicionados por diversas maneiras de ver o TEMPO. Não é só o facto de incluírem conceitos temporais - conservação, revitalização, mutação, dinâmica ou processo - o determinante aqui é a forma como as concepções temporais influenciam e determinam a acção do desenho da cidade e o seu significado.

O ponto de partida do trabalho: a cidade actual, confrontada e condicionadas por fenómenos contemporâneos como a compressão espaço-tempo ou a globalização. O TEMPO é aqui, factor crucial. Quer seja ligado a fenómenos globais e "genéricos", como a competitividade global, as exigências da sociedade de consumo (turismo, lazer...) a pressão do desenvolvimento económico. Ou quando, como neste caso, em questão está um bocado de cidade com características históricas, sujeita às suas próprias especificidades, como a crescente monumentalização e sacralização do património. Mesmo nestes casos, reconhecimento da necessidade de mudança é irrecusável: a existências de inúmeras pressões nesse sentido, impossíveis de contornar (económicas, sociais, culturais administrativas, etc) mas também a própria constatação da decadência e da degradação (in extremis do desaparecimento) como consequência da desadequação da cidade às necessidades actuais.

Analisando o processo de transformação da Baixa-Chiado desde o incêndio de 88 e o projecto de Siza Vieira até às ideias actuais, perante a "substituição" das funções centrais por novos pólos de centralidade metropolitana. Estudaremos os diferentes discursos - institucional, profissional, político, a opinião pública - e o seu papel nos processos em questão, encontrando relações (ou representações) entre passado, presente e futuro.

CITY, A DRAMA IN TIME

An organized reflection, about time factors, on urban design

ABSTRACT

KEYWORDS: time, urban design, identity, process

The paper presents some of the aspects of the relation between time and urban design.

Discourses on space form and image are the essence of architectural and urban culture commonly reproduced today. But discourses produced around this territory, be them institutional or colloquial, are strongly conditioned by several ways of seeing time. Not only that includes temporal concepts like conservation, revitalization, changing, dynamic or process, but what is determinant is how temporal concepts influence the action of urban design and its significance. This is our aim.

Our starting point: today's city is confronted and conditioned by contemporary phenomena such as space-time compression or globalization. Time is a crucial factor. Either connected to global and generic phenomenon, as global competitiveness, the demandings of the mass consumption society, or the pressure of development. Or when, as it is the case, the issue is city historical character subject to specific features such as increasing monumental and sacralized heritage. Even in these scenarios, the recognition of the need for change is irrefutable: the inescapable pressures (economic, social, cultural administrative, etc.) and the very fact of decadence and degradation (in extremis the disappearance) are a result of the mismatch of the city present shape to current needs.

The case study is the process of transformation of Baixa-Chiado since 1988s fire, back from Siza Vieira's project until the present ideas about the area, combined with a process of substitution of the central function for a new metropolitan scale. We'll study the different discourses - institutional, professional, political, opinion makers, public opinion - as well as their part in the process of reconstruction. In this case, we can find relations (representations) between past, present and future.

ÍNDICE



Figura 1

RESUMO	1
ABSTRACT	2
ÍNDICE	3
ÍNDICE DE IMAGENS	7

INTRODUÇÃO

Do Tema; Objecto E Contexto	16
Justificação E Motivação	18
Objectivos	19
Estado Da Arte	20
Método, Fontes E Estrutura	22
Considerações Sobre Riscos E Restrições	26

CAPÍTULO I

A TEMÁTICA DO TEMPO: PROBLEMAS, CONCEITOS E HIPÓTESES 27

1. CONCEITOS E PERCEPÇÕES DA TEMPORALIDADE 29

Um resumo provisório sobre os problemas do Tempo e sua interdisciplinaridade	47
--	----

2. A PROBLEMÁTICA DA CIDADE E DO TEMPO 51

2.1 MODELOS E PARADIGMAS DA CIDADE 51

a. Modelos de Reacção ao Funcionalismo	55
Paradigma: A cidade "mutante", Archigram (1961) (1969)	55
Paradigma: A cidade da memória, Aldo Rossi (1966)	56
Paradigma: A cidade "comunicativa", Robert Venturi (1966) (1972)	57
b. Sociedade Informacional	59
Paradigma: Os Não-Lugares na Cidade - Marc Augé (1992)	59

Paradigma: A cidade genérica, Rem Koolhaas (1995)	60
Paradigma: A sociedade de rede, Manuel Castells (1996-97)	62
c. Comunidade e Governo	64
Paradigma: A metápole e o novo urbanismo, François Ascher (1995) (2001)	64
Paradigma: A cidade do espaço público e da cidadania, Jordi Borja (2003)	65
Paradigma: O renascer da cidade compacta, Richard Rogers (1997) (1999) (2005)	66
Resumo sistemático e aplicações	68
2.2 FACTORES TEMPO NO DESENHO DA CIDADE	71
1. O sentido do tempo e a experiência da Cidade	73
2. A expressão do efémero	74
3. A Organização do tempo na vida urbana (e o tempo cíclico)	76
4. Integração e Partilha do tempo	78
5. Tempo Histórico - memória, conservação e mudança	79
6. Ciclo da vida e valor - a sua interacção no edificado	80
7. Mutação: Mudança, continuidade e adaptabilidade	82
8. Substituição e mudança incremental	83
9. Espaço-tempo, Movimento e Velocidade	84
10. Deslocação e sentido de pertença	86
11. Os edifícios e a duração - programas do transitório e do flexível	88
12. Conclusão: o Processo Participativo e a noção de Tempo Público	90
3. O PROJECTO URBANO E A CIDADE CONTEMPORÂNEA	93
3.1 SOBRE O PROJECTO URBANO - o processo e o projecto	97
Gestão da certeza e incerteza no Projecto Urbano - cenários, hipertextos, visões	99
3.2 UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO	103
a. Identidade - novos conceitos, derivações e implicações	103
b. Processo - conceitos derivados e implicações	106
3.3 UMA MATRIZ PARA AS CATEGORIAS DO TEMPO - Propostas e Aplicações	110
Conclusão: o que retiramos para aprofundamento posterior ?	117

CAPÍTULO II

DISCURSOS SOBRE IDENTIDADE E PROCESSO: O DOMÍNIO DO TEMPO EM TRÊS EPISÓDIOS NO CASO BAIXA DE LISBOA, 1988-2008

INTRODUÇÃO E CONTEXTO	121
a. CONTEXTO	124
1. O INCÊNDIO E A RECONSTRUÇÃO DO CHIADO	131
1.1. O INCÊNDIO – Factos, números e reacções	131
a. Cronologia	131
b. Os números e as explicações	133
c. Reacções	134

1.2. O DEBATE SOBRE A RECONSTRUÇÃO	136
a. O incêndio como tomada de consciência – Fragilidade e decadência	136
b. As expectativas para a Baixa	137
1.3. O INCÊNDIO COMO UMA OPORTUNIDADE - DIFERENTES DISCURSOS	138
a. Os discursos institucionais - AAP, IPPC e SEC	139
b. Uma ideia de Chiado como objecto, um discurso sobre a mutabilidade	140
c. A atitude "intermédia" - Conservar a imagem do exterior	141
d. O discurso tradicionalista: o restauro de um símbolo	143
e. O valor das coisas, ou o que deixar e o que deitar a baixo	144
f. Mudanças de usos	145
1.4. A RECONSTRUÇÃO COMO PROCESSO - Os arquitectos e o futuro	147
a. O Plano de Reconstrução como processo político	148
b. A AAP e o Concurso de Ideias	149
c. A escolha de Siza Vieira - a causa ou o efeito?	151
d. O final do debate público e o início do Plano de Reconstrução	152
1.5. O PLANO COMO PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO	153
a. A doutrina do projecto	153
b. O Regulamento e o Plano de Reconstrução	155
c. Dos objectivos à operacionalização	156
d. A obra, a duração, os parceiros e os "acordos de cavalheiros"	158
e. Os resultados	161
1.6. DO TEMPO DA MEMÓRIA AO BALANÇO DA MUDANÇA	164
a. O desenho e o desejo, no Chiado de hoje	164
b. Entre o desejo, e o resto	165
c. O corte nas condições temporais da cidade - a mudança de paradigma	166
1.7. UMA CONCLUSÃO CRÍTICA	168
a. Uma estratégia da Memória?	168

2. A PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DA BAIXA POMBALINA COMO PATRIMÓNIO MUNDIAL DA UNESCO

2.1 CONTEXTO E CRONOLOGIA DA PROPOSTA	171
a. Cronologia	172
b. O bem a classificar	173
c. Porque se classifica	175
2.2 A CLASSIFICAÇÃO COMO UM PROCESSO	175
a. O que é uma classificação ?	175
b. Bens patrimoniais de excepção	176
c. Procedimentos para a Classificação	177
d. A viabilidade da candidatura	178
2.3 O CASO DA CLASSIFICAÇÃO DA BAIXA COMO PROBLEMÁTICA DA TEMPORALIDADE	179
a. O que classificar na Baixa	179
b. A questão da Autenticidade e o tempo a partir do qual se vê	183
c. "Exigências" da classificação: conservação, protecção e monitorização	185

Estado de conservação.	186
Protecção.	188
Monitorização e Gestão.	189
2.4 UMA CONCLUSÃO CRÍTICA: CLASSIFICAÇÃO, FIM OU INÍCIO	191
3. A PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO DA BAIXA-CHIADO	193
3.1. CRONOLOGIA	193
3.2. OBJECTIVOS E MODELO DE INTERVENÇÃO PROPOSTO:	195
3.3. O CONCEITO GLOBAL DA INTERVENÇÃO:	196
a. Plano estratégico e modelo de gestão	196
b. Genealogia teórica do regresso ao centro: regeneração urbana	197
c. Conceito-chave: nova centralidade como um processo, ou construção	198
d. Propostas de uma reorganização	201
e. Da habitação ao espaço público	202
3.4. O MODELO INSTITUCIONAL:	204
a. A gestão urbana e a cooperação entre entidades	204
3.5. A DINÂMICA TEMPORAL DA PROPOSTA	206
a. A lógica temporal e o modelo de financiamento	207
b. A modernização dos modelos de ocupação - programa e usos	209
c. Um novo olhar e um novo discurso sobre o passado	211
3.6. CONCLUSÃO CRÍTICA	215
4. BREVE NOTA SOBRE 20 ANOS NA BAIXA POMBALIINA	216
<u>CAPÍTULO III</u>	
CONCLUSÕES	219
1. CONSIDERAÇÕES DE SÍNTESE SOBRE O TEMPO E A CIDADE	222
2. SOBRE A IDENTIDADE E O PROCESSO NA BAIXA POMBALIINA	226
3. APLICAÇÕES E POSSÍVEIS DESENVOLVIMENTOS	231
BIBLIOGRAFIA	233
ANEXOS	243

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1 - Silo Automóvel (Olhares, 2008) _____	3
Figura 2 - "Street Foto, Baixa de Lisboa" (Olhares, 2008) _____	13
Figura 3 - Ambiente Urbano (Dear God, 2008) _____	15
Figura 4 - Imagem sequencial do Padrões dos Descobrimentos (Ana Brandão, 2008) _____	27

CAPÍTULO I

Figura 5 - Fachada de Edifício (Olhares, 2008) _____	29
Figura 6 - O tempo como grandeza (Olhares, 2007) _____	30
Figura 7 - O pensamento sobre o tempo (Dear God, 2008) _____	32
Figura 8 - O tempo social (Olhares, 2008) _____	36
Figura 9 - O tempo vivido como cultura (Olhares, 2008) _____	39
Figura 10 - O tempo da produção e do consumo (Olhares, 2008) _____	41
Figura 11 - Duração e autenticidade (Olhares, 2007) _____	44
Figura 12 - "Passar o Tempo" (Olhares, 2007) _____	47
Figura 14 - "Speedy lights" (Olhares, 2008) _____	51
Figura 15- Le Corbusier, Plan Voison, Paris _____	53
Figura 16- Plug-In City (Peter Cook, 1964) _____	56
Figura 17 - A cidade resulta de uma história constantemente reconstruída. "Praça de S. Marcos" (Olhares, 2008) _____	57
Figura 18 - A Cidade Análoga. "Piazza San Marco" (Magnum Photos, 2002) _____	57
Figura 19 - O cerne do pensamento de Venturi, está na comunicação. "Las Vegas" (Revista Electrónica de Ciências, 2004) _____	58
Figura 20- A arquitectura e o significado. "Las Vegas" (Revista Electrónica de Ciências, 2004) _____	58
Figura 21 - O não-lugar e os meios de transporte (Quarlo, 2005) _____	60
Figura 22 - Não-lugar, habitado _____	60
Figura 23 - A cidade genérica onde a interacção não é necessária. "Ephemeral City" (Polar Inercia, 2008) _____	61
Figura 24 - Indiferente ao contexto. New York (Quarlo, 2005) _____	61
Figura 25 - O espaço dos fluxos: uma rede integrada global _____	63
Figura 26 - Rede: pontos ligados (Alberto Monteiro, 2001) _____	63
Figura 27 - O processo de homogeneização. "Aerials" (RonShoots, 2006) _____	64

Figura 28 - Heterogeneidade. "Market Street" (Artesquema, 2006)	64
Figura 29 - Lugar de relação entre pessoas. "German Tourist in Maiorca" (Magnum Photos, 2002)	66
Figura 30 - Lugar de expressão comunitária (Magnum Photos, 1990)	66
Figura 31 - Sentido de tolerância (Quarlo, 2005)	67
Figura 32 - Comunicação (Quarlo, 2005)	67
Figura 33 - "Town of Gentilly" (Magnum Photos, 2007)	69
Figura 34 - "High School pupils" (Magnum Photos, 1998)	70
Figura 35 - "Beach" (Magnum Photos, 2003)	71
Figura 36 - Relações entre tempo e espaço (Evasões, 2004)	72
Figura 37 - Experiência. "Solitário no Largo de S. Domingos" (Ana Brandão, 2002)	73
Figura 38 - Transitório (Quarlo, 2006)	74
Figura 39 - Lugar expectante de intervenção temporária (Olhares, 2007)	75
Figura 40 - Ciclo Natural	76
Figura 41 - O relógio "comanda" a vida na cidade (Picasa webalbum, 2008)	77
Figura 42 - Ritmos temporais. "A paragem do tempo" (Olhares, 2008)	78
Figura 43 - Contraste "O que fizeste comigo ? TEMPO" (Olhares, 2007)	79
Figura 44 - Operações de valorização "Marcas do Tempo" (Olhares, 2007)	81
Figura 45 - A contínua mudança (Quarlo, 2004)	82
Figura 46 - Substituição de elementos "Ritti at the window" (Magnum Photos, 1934)	83
Figura 47 - Experiência Cinestética "Braga-Lisboa" (Ana Brandão, 2004)	84
Figura 48 - As relações entre lugar e deslocação "Chinese Immigrant in New York" (Magnum Photos, 1998)	86
Figura 49 - Acomodar a mudança "Edifício Vodafone" (AluaFlutua, 2007)	88
Figura 50 - "Outside the Jokhang Palace" (Magnum Photos, 2000)	90
Figura 51 - Flashmob – uma experiência partilhada do tempo na Cidade (Smartmob, 2003)	91
Figura 52 - Conhecer a cidade (Quarlo, 2006)	93
Figura 53 - O tempo como elemento que nos situa na vida da cidade (Olhares, 2008)	94
Figura 54 - Instabilidade e imprevisibilidade no contexto urbano (Dear God, 2008)	95
Figura 55 - O desenho e a indeterminação. Como lidar? (Olhares, 2008)	96
Figura 56 - O projecto e o processo - diálogos (Olhares, 2006)	97
Figura 57 - Incerteza e Certeza "View of St. Peter's" (Magnum Photos, 1951)	99
Figura 58 - O hipertexto permite múltiplas interacções e múltiplos significados (Olhares, 2006)	100
Figura 59 - Uma visão - um horizonte de significado "Chicago" (Olhares, 2008)	101

Figura 60 - A estratégia: interação entre actores _____	102
Figura 61 - Ligações "Roissy airport" (Magnum Photos, 1996) _____	103
Figura 62 - Identidade: reconhecimento e projecção (Dear God, 2008) _____	104
Figura 63 - Identidade e amplitudes temporais "One World (Olhares, 2007) _____	106
Figura 64 - Processo: projecto e operação _____	107
Figura 65 - O processo como resultado das interações "New York City. Harlem district. Street Festival" (Magnum Photos, 1981) _____	109
Figura 66 - Temporalidades (Magnum Photos, 1999) _____	110
Figura 67 - Identidade: Acumulação de memórias "Barcelona, memórias em azulejos falsos" (Ana Brandão, 2006) _____	110
Figura 68 - Processo: Conflito ou negociação, luta ou colaboração (Olhares, 2008) _____	110
Figura 69 - Movimento: Trocas, fluxos em trânsito " Looking through a hotel window in Tokushima" (Magnum Photos, 2001) _____	111
Figura 70 - Tempo dominante _____	113
Figura 71 - Relacionamento crítico _____	114
Figura 72 - Argumentos _____	116
Figura 73 - Observar " The HALSMAN family" (Magnum Photos, 1950) _____	117

CAPÍTULO II

Figura 74 - "Street Photo" (Olhares, 2006) _____	119
Figura 76 - "O constructor de cidades" (Olhares, 2008) _____	121
Figura 77 - Praça do Comércio (CML, 2004) _____	124
Figura 78 - Rua Garrett (Almanaque Palhares, 1910), _____	124
Figura 79 - Rua do Ouro (CML, 2004) _____	124
Figura 80 - Rua do Carmo _____	125
Figura 81 - Demolição do Cinema Monumental (PBase, 1983) _____	126
Figura 82 - Centro Comercial Amoreiras _____	126
Figura 83 - Rua Nova do Almada, depois do incêndio (Olhares, 1988) _____	127
Figura 84 - "Lisboa é um peso na memória" (Ana Brandão, 2006) _____	131
Figura 85 - Vista aérea do Chiado no rescaldo do incêndio (Picasa, webalbum, 1988) _____	133
Figura 86 - Rua Garrett (Pbase, 1988) _____	133
Figura 87 - População que "assistia" ao incêndio na Rua Garrett (Pbase, 1988) _____	134
Figura 88 - Rua Garrett (Pbase, 1988) _____	134
Figura 89 - Chiado em 1986 (Olhares, 1986) _____	136
Figura 90 - Caricatura do Marques de Pombal, Vasco (Diário de Notícias, 4 Setembro 1988) _____	138

Figura 91 - Pastelaria Ferrari	139
Figura 92 - Edifícios reconstruídos na Rua Nova do Almada e fachada destruída dos Armazéns do Chiado	142
Figura 93 - Caricatura de Tomás Taveira António, (Expresso, 17 Setembro 1988)	144
Figura 94 - A reconstrução como um processo: as emoções, a discussão e o projecto, Henrique Cayatte, (Expresso, 24 Setembro 1988)	147
Figura 95 - Nuno Teotónio Pereira (Expresso, 24 Setembro 1988)	149
Figura 96 - Kruz Abecassis (O Jornal, 2 Setembro 1988)	149
Figura 97 - Siza Vieira (Expresso, Setembro, 1988)	149
Figura 98 - Caricatura de Kruz Abecassis, António (Expresso, 10 Setembro 1988)	151
Figura 99 - Croquis de Siza Vieira.	154
Figura 100- Plano Pormenor da Zona Sinistrada do Chiado - Planta de Lotes a Reconstruir e Tipo de Intervenção	155
Figura 101- Plano Pormenor da Zona Sinistrada do Chiado - Fachada da Rua do Carmo do Bloco B	157
Figura 102 - Obras de reconstrução do Edifício Grandella (Lisboa Futuro, 1996)	158
Figura 103 - Armazéns do Chiado, Rua Garrett (Olhares, 2006)	161
Figura 104 - Edifício Leonel (Público, 2008)	163
Figura 105- Desenho da ligação pedonal do Pátio B ao Largo do Carmo	164
Figura 106- A transformação ao longo do tempo dos Armazéns do Chiado, Henrique Cayatte, (Expresso, 24 Setembro 1988)	166
Figura 107 - "Chiado onde estás" (Ana Brandão, 2008)	168
Figura 108 - "A Varanda de S. Domingos" (Ana Brandão, 2002)	171
Figura 109- Mapa (A4) da propriedade a classificar e da zona buffer	173
Figura 110- Carlos Mardel e Eugénio dos Santos, Planta Final para o plano-piloto da Baixa-Chiado, 1758.	174
Figura 111- Fotografia Aérea da Baixa Pombalina	180
Figura 112 - Retrato do Marquês de Pombal, séc. XVIII (CML, 2004)	181
Figura 113 - Planta para a Reconstrução de Lisboa, 1756 (CML, 2004)	181
Figura 114 - Gravura do Terreiro do Paço, 1ª metade do séc. XVI (CML, 2004)	181
Figura 115 -Esquema de detalhe do sistema da gaiola pombalina (CML, 2004)	182
Figura 116 - Detalhe da malha pombalina, 1856 (CML, 2004)	182
Figura 117 - Proclamação da República em 1910 (CML, 2004)	182
Figura 118 - Fachada e águas-furtadas de edifício pombalino. (Olhares, 2007)	184
Figura 119 - Rua do Carmo, Fachada do Edifício Grandella (Olhares, 2006)	184

Figura 120 - Acrescentos na cobertura de edifícios pombalinos. Praça do Rossio (Ana Brandão, 2007)	184
Figura 121- Estado de Conservação dos edifícios em 2005	187
Figura 122 - Classificação: Fim ou Início (Olhares, 2007)	191
Figura 123 - Edifício da Baixa Recupado (Olhares, 2008)	193
Figura 124 - Exemplo de um edifício em mau estado de conservação na Baixa Pombalina (Ana Brandão, 2006)	195
Figura 125 - Planta da Zona da Intervenção - Organização do Espaço (CML, 2006)	200
Figura 126 - Loja na Rua Augusta (Ana Brandão, 2006)	201
Figura 127 - Residência de Estudantes na Rua dos Sapateiros (SPRU, 2006)	201
Figura 128 - Praça D. Pedro IV depois do projecto de requalificação	202
Figura 129 - Planta da Zona da Intervenção - Espaço Público	204
Figura 130- Iniciativa "Ao Domingo o Terreiro do Paço é das pessoas" (J.Freg. São José, 2008)	210
Figura 131- A necessidade de reabilitar o edificado na Baixa Pombalina levanta questões de autenticidade e operacionalidade "Largo do Chiado" (Olhares, 2008)	213
Figura 132 - Montagem fotográfica de imagens de graffiti da Baixa Pombalina de Lisboa (Ana Brandão, 2008)	215
Figura 133 - "Elevador de Santa Justa" (Olhares, 2007)	216

CAPÍTULO III

Figura 134 - Estação de Metro da Cidade Universitária, Lisboa "E(ternamente) a (im)perfeição" (Olhares, 2008)	219
Figura 135 - Graffiti em Janela, "Papel Vegetal" (Olhares, 2008)	221
Figura 136 - Rua do Ouro, Lisboa, "A luz que sobra...", Olhares 2008	222
Figura 137 - Paisagem (Dear god, 2008)	225
Figura 138 - Terreiro do Paço no Natal, (Olhares, 2006)	226
Figura 139 - Pormenor de Planisfério Padrão dos Descobrimentos (Ana Brandão, 2008)	231
Figura 140 - A transformação do urbano é uma contínua construção e reconstrução no tempo "...steps...", Olhares 2008	232

CIDADE, UM DRAMA NO TEMPO

Uma reflexão organizada, sobre factores temporais, no desenho da cidade



Figura 2

CIDADE, UM DRAMA NO TEMPO

Uma reflexão organizada, sobre factores temporais, no desenho da cidade

“A city is more than a place in space, it is a drama in **time.”**

Patrick Geddes



Figura 3

INTRODUÇÃO

É um lugar-comum dizermos que o tempo de hoje é demasiado rápido: os tempos que correm são velozes, "dromocráticos", o tempo falta e foge. A evolução tecnológica iniciada no séc. XIX imprimiu um ritmo galopante que desde então comanda a vida quotidiana. Nos edifícios e nas cidades elevadores destituíram-se as escadas, escadas transformam-se em rolantes, as ruas assemelham-se a tubos que conduzem velozmente o tráfego... Mas o tempo veloz em que vivemos é também um tempo de recordações, um tempo que cultiva o carácter mágico do passado, da reinvenção, da reciclagem... Da mesma forma os tempos do presente recorrem aos tempos do passado, projectando-se no futuro.

Contraditório ou múltiplo, o sentido do tempo na sociedade contemporânea compõe-se de distintas temporalidades que se entrelaçam, tempos e espaços que se interpenetram como fluidos de temporalidades quotidianas. Como dar conta e descodificar esse entrelaçamento? Pretendemos deste trabalho, uma reflexão organizada, para obter uma nova perspectiva deste assunto.

Do Tema; Objecto e Contexto

O tempo será o nosso ponto de vista perante a cidade e a sociedade contemporânea, com a intuição de que ela é plena de distintas noções e processos, que necessitamos entender.

O ponto de partida do trabalho é a cidade actual, marcada por séculos de história mas tendo de reagir às novas exigências de mobilidade, às constantes mudanças de programas e as diárias incertezas. O tempo aparece como factor decisivo nesta cidade oscilando entre permanências, com todas as estratégias de conservação de zonas históricas; o movimento, como tornar toda a cidade acessível e percorrível por todos, o mais depressa possível; e emergências, reflexo das novas formas de usar o espaço e dos processos de transformação.

Se o período moderno foi marcado pela concepção de um tempo longo, no qual eram possíveis a conquista do espaço e o planeamento do futuro; a contemporaneidade dá lugar a um eterno presente. A instantaneidade e a simultaneidade dos acontecimentos aniquilam o tempo e o espaço, a sua velocidade adquire uma potência inigualável em relação aos períodos que antecedem o momento actual. Reflectindo as mudanças na forma de experienciar a vida, o tempo é percebido como sendo fluido, subjectivo, não-linear.

Hoje a sociedade contemporânea vive uma contradição, na sua relação com o tempo: se por um lado é-lhe necessário projectar-se progressivamente no futuro, por razões de sobrevivência e de prioridade, por outro as exigências do contexto de globalização e da proliferação de tecnologias impõem a lógica do “tempo real” e o horizonte do curto prazo, que impede a criação do projecto, do futuro necessário.

O contexto da cidade de hoje é o de uma cidade-rede, multipolar e policêntrica, inserida em sistemas urbanos macro-regionais, eixos continentais e fluxos globais. E não é somente o futuro da cidade que se apresenta difícil de prever, mas ela própria torna-se difícil de compreender, pela sua particularidade, complexidade e escala, ultrapassando os limites da legibilidade humana. Partindo da perspectiva defendida por François Ascher, consideramos “a cidade como complexa e não só como complicada”, postulando “que ela funcione tendo na base lógicas e racionalidades múltiplas eventualmente contraditórias; que forme um sistema aberto; que os seus equilíbrios são instáveis.”¹

As cidades sofrem actualmente de outras formas de evolução e expansão: são impulsionadas por dinâmicas e processos divergentes, que as fazem dissolver pelo território resultado da adição de densidades concentradas, acessos viários e acumulações comerciais. As grandes questões urbanas tanto estão nos desmesurados subúrbios às portas da cidade, como no seu coração, nos centros

¹ François Ascher, *Metapolis - acerca do futuro da cidade*, Oeiras: Celta Editora, 1998

históricos degradados. O medo da cidade, produzido pela degradação e pelo desaparecimento dos lugares públicos integradores, protectores mas abertos a todos, leva ao nascimento de novos guetos residenciais, comerciais, áreas de terciário, de excelência, etc. Processos de periferização e suburbanização, "conduzem" ao desaparecimento da vivência do espaço público e a paisagem urbana é monopolizada pelo automóvel.

Na "nova cidade" as infra-estruturas não criam centralidades por si só (ou raramente o fazem), nem lugares de forte identificação, pelo contrário mais facilmente fracturam o território e atomizam as relações sociais. Mas é inevitável que isto aconteça? Estes processos são reversíveis e reutilizáveis? Muitas das políticas urbanas, no momento presente, estão mais preocupadas com a qualificação plurifacetada do espaço urbano, com o «fazer cidade por toda a cidade». Indo mais longe, e a acentuar-se esta dicotomia, muitos questionam mesmo a própria cidade e os seus limites e, no extremo, a própria pertinência do termo: desde a ideia da morte das cidades de Jane Jacobs² e Françoise Choay³, à morte anunciada do seu espaço público, em Rem Koolhaas⁴.

A cidade como centralidade simbólica parece uma fórmula do passado. Os antigos centros têm-se descentralizado progressivamente, restando-lhe algumas funções culturais e turísticas. O crescimento e as dinâmicas de mobilidade dentro da cidade levaram à adopção (desejada ou espontânea) de outros modelos que passam por uma multiplicação e proliferação de centros económicos, comerciais, tecnológicos...

O agora chamado centro histórico, vai perdendo a relevância e a dinâmica, desertificado e degradado, é um problema da cidade europeia de hoje: entre políticas de conservação e políticas de revitalização tenta-se recuperar, reabilitar ou reconstruir a "velha glória."

O fenómeno da excessiva valorização do passado e da crescente tendência de musealização das cidades, parece decorrer de um "mal-estar" provocado por uma sobrecarga de informação combinada com um processo de aceleração cultural, como o qual não parecemos estar preparados para lidar. O "património" como conceito e como propriedade amplia o seu domínio: ele passa a investir-se de uma responsabilidade humana em relação às gerações futuras. Se dantes podia ser considerado um simples legado do passado, hoje (em última instância) abrange toda a cultura e toda a natureza - não se limita ao património histórico, físico mas passa a integrar o património imaterial, simbólico, ético, ecológico e genético, etc.

Podemos supor que quanto mais depressa somos impulsionados para o futuro global em que não confiamos, mais regressamos às memórias em busca de algum tipo de conforto, mais privilegiamos o

² Jane Jacobs. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. (São Paulo: Martins Fontes, 2000).

³ Françoise Choay. *Le Règle de l'urbain et la Mort de Ville. La Ville. Art et Architecture*. Paris: Centre George Pompidou, 1994

⁴ Rem Koolhaas. *Harvard Design School Guide to Shopping*. Cambridge: Taschen, 2001.

passado. Um passado vivido num lugar circunscrito e estável, numa cultura construída localmente, com um fluxo regular de tempo e um núcleo de relações permanentes. Será pertinente a suposição?

Mas se a contemporaneidade está tão "cheia de tempo", como se reflecte o tempo na cidade? Onde está? Como interage com as outras variáveis urbanas? Que fenómenos desencadeia? Como se moldam ou são moldadas as cidades actuais ao passar do tempo? São as cidades actuais objectos ou seres "atemporais", perdidas num calendário inexistente? E qual a importância e influência do tempo no projecto urbano? Na forma de vermos e projectarmos a cidade? De nos relacionarmos com ela? De construirmos o seu futuro?

É este o objecto desta dissertação, propondo-nos **abordar do ponto de vista reflexivo e analítico alguma da complexidade teórica inerente aos conceitos de cidade e de tempo, através de algumas manifestações dessa complexidade e tendo como objectivo a sua clarificação teórica:**

- No âmbito da observação procuramos relacioná-lo e identificá-lo com a realidade empírica, observando a experiência da transformação da Baixa-Chiado nos últimos 20 anos e dos discursos que em torno dessa realidade foram e são construídos.
- No plano da reflexão crítica procura-se aproveitar de leituras divergentes, que têm em comum a busca do entendimento da realidade social, espacial e temporal, resultante das transformações ocorridas nas últimas décadas e a leitura crítica dos próprios discursos sobre a temporalidade.

Justificação e Motivação

A escolha de um tema deste tipo, essencialmente teórico foi uma escolha arriscada. A proposta inicial passava por estudar as implicações do tempo na experiência/apreensão da arquitectura pelo movimento, relacionada com o tema de Projecto de Final de Curso - ligação mecânica assistida entre a Baixa e a colina do Castelo. Sendo certo que o movimento é já uma manifestação do factor tempo, ele será menos determinante, ou insuficiente na explicação. Assim o tema rapidamente evoluiu para passarmos a tratar de uma temática mais abrangente e de âmbito mais teórico - a presença e a importância do factor tempo na cidade contemporânea.

Pode-se dizer que o trabalho nasce de um desafio de procurar algo no desconhecido, uma curiosidade baseada naquilo que não se sabe e se quer saber. A primazia formal e espacial na formação de arquitectura foi uma das razões importantes para a escolha do tema. Como arquitectos somos formados para pensar, desenhar e construir espaços. Sabemos defini-los, descrevê-los, projectá-los. À pergunta sobre o espaço e a cidade, respondemos com forma, com escala, com cor,

com luz, com matéria. Também podemos aprender a ver um lugar, o que o define, o que o compõe, como se usa, porque existe.

Mas não temos muita coisa a dizer sobre o tempo. Foge à nossa compreensão: é-nos difícil encontrá-lo, descrevê-lo, criá-lo. Não somos preparados para responder à pergunta sobre o tempo e a cidade.

Porque isso implica pensar na cidade não como uma forma, fixa e identificável, mas como experiência: de relação, de construção, de evolução, dos planos, projectos, desenhos, desejos, como um processo de interacção e de comunicação entre nós e os outros, que também fazem a cidade dia a dia. Foi a partir da identificação desta fraqueza, que procurámos identificar os fenómenos temporais que dominam a cidade e que nós muitas vezes não dominamos.

Objectivos

Procurámos com esta dissertação perceber de que forma o tempo pode constituir um ponto de vista privilegiado para a abordagem dos problemas actuais e futuros da cidade. Assim, tivemos por objectivos:

- a. investigar a presença e a importância teórica da temática temporal nos processos urbanos característicos da contemporaneidade, a partir de uma pesquisa conceptual que atravessa várias áreas do conhecimento, procurando formular uma "listagem" das dimensões temporais e as suas conseqüentes relações com o urbano.
- b. analisar alguns contributos teóricos, e os seus modelos paradigmáticos, identificando quais as principais características da sua organização.
- c. desenvolver uma sistematização de conceitos que permita identificar os problemas e os conflitos existentes no espaço urbano, associando-os às questões temporais (mobilidade, identidade e processo) associadas a problemáticas actuais e pertinentes em contextos de existências e permanências.
- d. formular um retrato mais abrangente daquilo que é relevante para a produção na cidade de hoje: de que forma podemos incorporar estratégias temporais no projecto urbano.
- e. demonstrar a aplicação à prática projectual e à prática crítica, das categorias temporais identificadas, estudando o impacto da matriz temporal em três intervenções que marcam o território da Baixa -Chiado nos últimos 20 anos, e do modelo que cada uma traduz e do sistema institucional que as enquadra, pretendendo demonstrar as relações dos processos

urbanos e sociais com os discursos institucionais, profissionais e de opinião pública sobre a cidade de hoje.

Estado da Arte

Uma dissertação de marcado cariz teórico assenta, principalmente, num trabalho de pesquisa e de investigação bibliográfica - a procura de bases e fundamentos teóricos que pudessem sustentar a hipótese do protagonismo do tempo na sociedade de hoje, mostrou ser a principal tarefa do trabalho. A análise do material seleccionado foi realizada em sucessivas etapas, definidas por procedimentos de leituras exploratórias que foram proporcionando a leitura do **Estado da Arte**.

Assim, a revisão de literatura relevante é feita ao longo do texto do primeiro capítulo. Mas para sublinhar as linhas de pensamento com maior influência no tema, relacionadas com a teoria do projecto urbano, salientamos desde já como referências teóricas centrais, um conjunto de textos e autores que valorizaram os factores temporais no mais recente entendimento do urbano:

- **Kevin Lynch** em **"What Time is this place?"**, escrito em 1972, foca os aspectos temporais e a sua representação na cidade. O livro explana, no âmbito da pesquisa de Lynch - a construção e a representação da imagem da cidade - sobre o ponto de vista do tempo: a forma como as pessoas se relacionam e representam a cidade. Partindo da premissa que a cidade é a moldura física que as pessoas utilizam para se situarem no tempo, faz uma relação de conceitos e temáticas incluídas nas noções de passado, presente e futuro presentes em muitos aspectos da cidade. Para além disto engloba uma reflexão alargada sobre o sentido do tempo, na maneira como afecta a forma de vivermos: a percepção biológica, cultural, social, ambiental e nas relações implícitas com o bem-estar individual e colectivo.

Do ponto de visto do ambiente urbano, reflecte e avalia as possibilidades para a construção de uma imagem temporal mais explícita e consistente. Nas questões urbanas, avalia a importância da gestão da mudança e as suas repercussões no projecto urbano: a questão da preservação, da transformação e do planeamento e representação da mutação.

- **Matthew Carmona, Steven Tiesdell, Tim Heath, Taner Oc** em **"Public Spaces, Urban Spaces"**⁵ um manual de práticas e problemáticas urbanas, organizado de acordo com duas matrizes: sobre o contexto - local, global, mercado e regulação - e sobre as dimensões - morfológica, perceptual, social, visual, funcional e temporal. Apresenta uma visão complexa e

⁵ Matthew Carmona, Tim Heath, Taner Oc; Steve Tiesdell - Public Places, Urban Spaces. Oxford: Architectural Press, 2003

sistematizada do contexto e do ambiente urbano, percorrendo sistematicamente ideias, teorias, pesquisas e praticas do projecto urbano, sustentadas por uma bibliografia alargada e abrangente.

No capítulo sobre a dimensão temporal, descreve e reflecte sobre a natureza e os processos que constituem o campo do projecto urbano onde o tempo é dominante. Deste modo permitiu a construção de base de conceitos e referências, para uma compreensão alargada do tempo na cidade, particularmente relevantes na explanação das temáticas da mudança e de renovação, e dos processo onde o projecto urbano opera.

- **Françoise Choay em "A Alegoria do Património"**, recoloca a problematização da temática do património histórico. Aborda as origens do património e a forma como se relaciona com a cidade, a história, e a memória. Num estudo detalhado, o livro atravessa várias épocas da arte grega clássica até a era da indústria cultural, organizando e abordando criticamente vários processos e conceitos históricos. Para o trabalho foram importantes as reflexões sobre a importância do património na identidade das cidades, sobre transformação do património num produto de consumo e espectáculo, sobre a actual sacralização do património e os seus efeitos perversos e os riscos de uma sociedade demasiado patrimonizada - descodificando ligações com os problemas actuais do urbanismo e da arquitectura.

E no âmbito específico do projecto urbano:

- algumas obras de **François Ascher**, concretamente **"Metapolis"** e **" Les Nouveaux Principes de L'Urbanisme"**, onde se desenvolvem questões sobre o "futuro" da cidade, sobre a necessidade do planeamento acomodar as mudanças constantes, sobre a relação das pessoas com a cidade e com o mundo. Ascher enquadra a problemática urbana num contexto alargado incluindo conceitos da ciência política, sociologia e economia urbana. O tema é a cidade ampla, alargada, global, marcada por registos de mobilidade intensos, quer física, quer social e culturalmente. A cidade permanece um objecto polissémico, um objecto facetado do qual se podem fazer leituras diferentes e complementares umas das outras. Marcada pelas vicissitudes inerentes ao desenvolvimento tecnológico, a cidade é conduzida a uma necessária mudança voluntária da organização espacial. Esta cidade levanta mais questões e espaços de dúvida, novas necessidades, novos enquadramentos de acção, novas exigências profissionais.

Para o desenvolvimento do trabalho, destacamos a importância da temática dos desafios que se impõem ao urbanismo na actualidade, da necessidade de repensar toda a organização do espaço urbano, das mudanças profundas na forma de pensar, produzir e gerir os territórios e as cidades.

- alguns artigos e textos de **Bernardo Secchi** como "**Diary of a planner**", (uma colecção de artigos na publicação on-line Planum) e do livro "**A Primeira Lição de Urbanismo**". Marcada por uma abordagem do ponto de vista do urbanista, as reflexões de Secchi contemplam todo o espectro do projecto urbano, incluindo diversas correntes teóricas, técnicas e científicas, bem como contribuições de conhecimentos teóricos e práticos. Mais que um levantamento de problemas e indagações, os textos são um diálogo sobre a disciplina, de significações relativas às questões do ensino, do saber e principalmente do projecto da cidade contemporânea.

Partindo do princípio de que cada definição é sempre um "*constructo* estratégico", reordena termos e conceitos, para "reescrever" com uma certa distância crítica, o trajecto da questão urbana e do território, a transição da cidade moderna para a complexidade da cidade contemporânea. Destacamos, numa perspectiva interdisciplinar, a ampla discussão à volta da cidade contemporânea e das emergências das problemáticas que ela provoca na prática descritiva, interpretativa e projectual do urbano; a necessidade de redefinir radicalmente os contornos do pensamento e do agir disciplinar, onde o tempo e as suas incertezas fazem parte.

- alguns artigos de **Nuno Portas**, alguns dos quais incluídos na colectânea "**Os tempos das formas**", que abordam temas recorrentes no pensamento do autor sobre os temas urbanos. Reflectindo sobre a definição e a evolução do projecto urbano, discute a importância de entender o que muda na cidade, para poder nela melhor intervir. Destacamos um grupo de artigos em que o factor tempo, o dinamismo dos fenómenos urbanos é sublinhado pelas mudanças, quer seja nos Centros Históricos ou nas periferias. Numa lógica de pensamento multidisciplinar e interactivo introduz conceitos como o hipertexto, ou layers como estratégias de projecto mais adequadas às exigências do complexo contexto do desenhos da cidade e hoje.

Método, Fontes e Estrutura

O enquadramento teórico da problemática - tem por base as fontes de pesquisa bibliográfica e uma análise crítica dos modelos apresentados:

- Partindo de uma contextualização mais genérica do tema, vamos progressivamente identificando os conceitos, diversificando o leque de problemáticas e acercando questões mais incisivas. Pretende-se identificar de que forma são tratados estes assuntos na teoria contemporânea em várias disciplinas e de que forma estão presentes nas cidades actuais.

- Através de pequenas resenhas, da revisão da literatura, identificámos discursos sobre o factor tempo no domínio da teoria da cidade, relacionando e contrastando diversos pontos de vista, abordando temas (não-lugar, tematização, comunicação, monumento, cidade global, espaço público e participação), relevantes na posterior discussão teórica.
- Fazemos uma avaliação sistémica sobre as condições do tempo na cidade, percorrendo os dados prévios do problema e identificando as várias vertentes em que o tempo influi na cidade, categorizando-as pelas características temporais dominantes. Com base nas manifestações da cultura urbana, do contexto profissional actual e das relações impostas ao desenho da cidade contemporânea, fazemos uma proposta de uma matriz de sistematização, a(s) matriz(es) da temporalidade, na produção da forma urbana.
- Finalmente, a aplicação prática da matriz é feita no segundo capítulo a partir da análise crítica dos paradigmas da reabilitação/conservação/revitalização propostos para a cidade histórica, no caso de estudo da Baixa-Chiado, a partir de fontes que permitem uma leitura dos discursos institucionais, profissionais e da opinião pública dos últimos 20 anos sustentando a argumentação precedente.

Aqui as fontes foram essencialmente:

- Documentos oficiais dos planos e propostas analisadas, disponíveis nos sítios oficiais das instituições que os promoveram - Câmara Municipal de Lisboa e UNESCO.
- Imprensa escrita e documentos "profissionais" da época, consultados no Gabinete de Estudos Olisiponenses e na biblioteca da Ordem dos Arquitectos.
- Imprensa escrita e artigos de opinião disponíveis on-line.

O trabalho foi estruturado em torno de dois grandes capítulos, a que se segue o capítulo conclusão.

1. O primeiro capítulo - "A Temática do Tempo - Problemas, Conceitos e Hipóteses" - é de base primordialmente teórica e epistemológica, em que se constrói o campo de conceitos e relações que nos permitem avaliar o tempo na cidade. É apresentado em três partes:
 - 1ª parte - "Conceitos e Percepções da Temporalidade", em que fazemos um primeiro enquadramento teórico, recolhendo de algumas das ciências fundamentais: Ciências Exactas, Filosofia, Sociologia, Antropologia e História, reflexões parciais sobre a natureza do tempo, fazendo sempre que possível ligações para a problemática da cidade, a partir da revisão de literatura mais pertinente em cada área;

2ª parte - "A problemática da Cidade e do Tempo", em que fazemos a desagregação do problema em "componentes", contextualizando a questão do urbano e do projecto e contribuindo sempre para o levantamento de conceitos inerentes ao tempo.

Começamos por tratar dos "Modelos e Paradigmas da Cidade", através de pequenas resenhas sobre a problematização do tempo no contexto da produção teórica. Os autores/modelos escolhidos destacam-se não apenas pela sua relevância teórica mas principalmente pela problematização de assuntos considerados chave para a questão temporal:

- A cidade "mutante", Archigram (1961) (1969)
- A cidade da memória, Aldo Rossi (1966)
- A cidade "comunicativa", Robert Venturi (1966) (1972)
- Os Não-Lugares na Cidade - Marc Augé (1992)
- A cidade genérica, Rem Koolhaas (1995)
- A sociedade de rede, Manuel Castells (1996-97)
- O renascer da cidade compacta, Richard Rogers (1997) (1999) (2005)
- A metápole e o novo urbanismo, François Ascher (1995) (2001)
- A cidade do espaço público e da cidadania, Jordi Borja (2003)

A partir deste "desdobramento" da problemática, tratamos seguidamente dos "Factores Tempo no desenho da cidade", fazendo a proposta de um elenco (ou uma relação) das várias vertentes em que o tempo se manifesta como factor na cidade: nos seus processos, nas suas relações e interacções, e a intervenção no seu desenho. A sistematização levou-nos a identificar várias dimensões/categorias das manifestações temporais:

- O sentido do tempo e a experiência da Cidade
- A expressão do efémero
- A Organização do tempo na vida urbana e o tempo cíclico
- Integração e Partilha do tempo
- Tempo Histórico - memória, conservação e mudança
- Ciclo da vida e valor - a sua interacção no edificado
- Mutação: Mudança, continuidade e adaptabilidade
- Substituição e mudança incremental
- Espaço-tempo, Movimento e Velocidade
- Deslocação e sentido de pertença
- Os edifícios e a duração - programas do transitório e do flexível
- O Processo Participativo e a noção de Tempo Público, como matriz emergente

3ª parte - "Projecto Urbano na Cidade Contemporânea" em que fazemos uma outra reflexão, centrada na importância dos factores temporais nos problemas específicos do projecto urbano actual. Procuramos entender os efeitos gerados no processo de projecto por predominância de contextos inseguros e imprevisíveis que contrastam com a necessidade de certezas necessária à tomada de decisões. Para tal apresentamos uma "Proposta de sistematização", uma tentativa de sistematizar e representar uma possível relação e organização das temáticas urbanas de matriz temporal, de onde se destacam três vertentes:

- Identidade
- Processo
- Movimento.

Concluindo com "Uma Matriz Para As Categorias Do Tempo - Propostas e Aplicações" onde exemplificamos a presença das matrizes acima sistematizadas.

2. O **segundo capítulo - "O Domínio Do Tempo Em Três Episódios No Caso Da Baixa De Lisboa, 1988-2008"** apresenta um olhar reflexivo sobre uma das zonas históricas mais importantes de Lisboa, a partir das intervenções/propostas/planos e o seu imaginário temporal, que foram sendo produzidas nos últimos 20 anos. Trata-se de um estudo de caso organizado em três partes:

- a. 1ª parte - Incêndio e Plano de Reconstrução da zona sinistrada do Chiado - 1988
- b. 2ª parte - Candidatura da Baixa Pombalina a Património Mundial da Humanidade da UNESCO - 2005
- c. 3ª parte - Proposta de Revitalização da Baixa-Chiado pelo Comissariado para a Baixa-Chiado - 2006

Procuramos descodificar o discurso de suporte das intervenções e identificar as suas repercussões no lugar, tendo por base os documentos que fundamentam cada "linha da intervenção". Assim analisámos discurso e opções tendo por base duas das matrizes temporais que identificámos no capítulo anterior e que nestas propostas são bem marcadas, procurando atingir conclusões generalizadas.

3. O **terceiro capítulo - "Conclusões Finais"** sintetiza os resultados do estudo e as principais relações decorrentes do estudo do problema, numa perspectiva de encontrar possíveis aplicações, ou caminhos possíveis de desenvolvimentos futuros do trabalho realizado.

Considerações sobre riscos e restrições

O desafio tem, no entanto alguns riscos:

- um caminho demasiado aberto, e a incerteza de onde se queria chegar, ditando o carácter de procura do trabalho - a redefinição ou a necessidade de acrescentar novos assuntos à medida que o trabalho tomou forma.
- a complexidade do tema, com grandes componentes de carácter teórico e a sua amplitude conceptual, dificultando as primeiras abordagens e uma compreensão ampla do contexto do trabalho;
- a necessidade de despende bastante esforço a construir uma base teórica e conceptual forte, para permitir avançar com a definição do trabalho, recorrendo a inputs de outras disciplinas, ainda mal conhecidas.

Este não é um trabalho focado na história da cidade, nem se trata de uma reflexão sobre intervenção no património ou sobre as metodologias de intervenção do património ou do projecto urbano, nem de sociologia ou economia urbana. O conhecimento teórico que queremos aprofundar é multifacetado e interdisciplinar. Temos a consciência que estes riscos e restrições não poderiam ser contidos, no sentido em que não nos interessou a redução do rigor, nem uma limitação significativa da problemática nos poderia satisfazer.

CAPÍTULO I
A TEMÁTICA DO TEMPO:
PROBLEMAS, CONCEITOS E HIPÓTESES



Figura 4

CAPÍTULO I
A TEMÁTICA DO TEMPO:
PROBLEMAS, CONCEITOS E HIPÓTESES

1. CONCEITOS E PERCEPÇÕES DA TEMPORALIDADE

"Non seulement tout le monde sent que nous occupons une place dans le **Temps**, mais, cette place, le plus simple la mesure approximativement comme il mesurerait celle que nous occupons dans l'espace. "

Marcel Proust "À la recherche du temps perdu"



Figura 5

Começamos por situar o problema, esclarecendo o que é o tempo: de que falamos quando nos referimos ao tempo. Não existindo nenhuma disciplina que se dedique a estudo do Tempo, a tarefa de o definirmos obriga-nos a recorrer a várias áreas do conhecimento. Neste ponto tentaremos perceber como é posta a questão do tempo nas diferentes áreas disciplinares – nas Ciências Exactas, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Economia Política e Histórica e as suas pontes e relações conceptuais possíveis com a vida e o desenho da cidade.

Não se trata no entanto de uma pesquisa aprofundada sobre cada uma das disciplinas e da sua relação com o tempo. Conscientes da amplitude do tema, interessou-nos neste ponto alargar a análise da problemática com o apoio do Estado da Arte, para construir uma lista de principais

referências e de conceitos fundamentais que nos permitam enquadrar diferentes visões do tempo, questionando-as sobre onde o encontramos, na cidade.

Um tempo de muitos tempos

Antes de mais, temos de avaliar o que é o TEMPO? Quais são as suas dimensões? Como o definimos?

Uma definição genérica de tempo encontrada numa enciclopédia pode ser: “a duração sucessiva de qualquer fenómeno ou do movimento das coisas” ou “ Intervalo decorrido entre dois acontecimentos não simultâneos, admitindo que durante ele intervém a mesma entidade estranha ao próprio acontecimento, i.e. o Tempo.” Mas o tempo entendido como uma sucessão de intervalos regulares é o resultado das relações do homem com o mundo exterior. Para o Homem primitivo a noção de tempo estaria relacionada com o nascer e o por do sol e a unidade de tempo derivaria do intervalo decorrido entre estes dois acontecimentos, simples mas inalteráveis: luz e de escuridão.



Figura 6
O tempo como
grandeza

Na **FÍSICA, ASTRONOMIA E MATEMÁTICA** embora sem uma definição muito complexa do tempo, são identificadas algumas das suas características e realizadas medidas relativas ao tempo: o tempo é uma grandeza fundamental a partir da qual se calculam outras grandezas.

Nos seus antecedentes históricos, na Grécia Antiga, diz-nos a Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura que o astrónomo e matemático Hiparco introduz as 24 horas iguais e mais tarde Ptolomeu divide a hora em 60 minutos e estes em 60 segundos. Mas na vida quotidiana o tempo continuava a ser objecto de uma aproximação à natureza e a duração da hora variava com as estações. Será na época

medieval, que o ritmo do trabalho no campo e a vida religiosa implementaram uma regularidade no tempo: a hora passara a ter uma determinação fixa.

Tal como na divisão do espaço, a herança clássica parece ser a da divisão, repetição, regularização - o Cânon da medição.

Até à construção dos primeiros relógios mecânicos no séc. XIV, permanecem o uso das horas temporárias fortemente ligadas ao ciclo da natureza. O aperfeiçoamento constante da tecnologia dos relógios e dos cronómetros (que permitiu torná-los mais precisos) e a evoluções na astronomia e na física permitiram a diminuição progressiva do erro médio de determinação⁶ do tempo.

Hoje o GPS (Global Positioning Systems) em coordenação com o NTP (Network Time Protocol)⁷ são usados para sincronizar sistemas de controlo do tempo e do espaço em todo o mundo: o tempo mecânico é o mesmo para todos, não importa o que somos, o que vivemos ou o que fazemos e o espaço tem a sua representação acessível a todos, permanentemente em tempo real.

No entanto, o problema de como medir o tempo, dá-nos apenas uma noção de tempo, outros tempos ou outras definições existem não tão universais. Vejamos como o pensamento científico se debruçou sobre o conceito de tempo e algumas das suas relações com a experiência da cidade, seguindo a génese do pensamento da modernidade:

Para Newton⁸, o tempo é uma parte fundamental da estrutura do universo, um receptáculo de acontecimentos, uma dimensão onde os eventos ocorrem sequencialmente e que flui equivalentemente para todos os observadores. O tempo era considerado absoluto (existe independentemente da matéria e do espaço), unidimensional, contínuo, uniforme (transcorre da mesma forma em todas as ocasiões) e infinito. A mecânica clássica, baseada nesta ideia de tempo é determinística, ou seja, conhecidas as condições físicas do sistema por ela descrito num dado instante, é possível conhecer exactamente o seu comportamento no futuro.

A perspectiva, a partir do Renascimento e a regularização da representação espacial, articulando o olho com a visão, também coloca o Homem no centro das coordenadas...e as cidades ordenam-se a partir daí por eixos direccionais e outros princípios de ordem racional.

⁶ A não uniformidade do movimento de rotação da Terra, incompatível com as exigências da ciência, levou à adopção de um novo padrão de medida, o segundo, que actualmente é definido "pela duração de 9.192.631.770 períodos da radiação correspondente à transição entre dois níveis hiperfinos do estado fundamental do átomo de cézio 133." Fonte: A. Perestrello Botelho, **Tempo**, in Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura, Volume 17, Editorial Verbo, Braga, 1983

⁷ NTP: *The Network Time Protocol* In ntp.org [Consult. 2008-03-15]. Disponível em <http://www.ntp.org/>

⁸ A. Perestrello Botelho, **Tempo**, in Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura, Volume 17, Editorial Verbo, Braga, 1983

Einstein⁹ com a teoria da relatividade, defendeu que o tempo parece passar a diferentes "taxas" para diferentes observadores em movimento relativo um ao outro. O conceito de tempo depende do referencial espacial do observador; a percepção humana e os instrumentos de medição são diferentes para observadores em movimento relativo. Na teoria da relatividade, a simultaneidade é também relativa, passa a depender do observador, i.e., dois eventos que parecem simultâneos ao observador num dado referencial, não são necessariamente simultâneos para um 2º observador num diferente referencial. Com a teoria da relatividade, o tempo "combinado" ao espaço no espaço-tempo, passa a ser um fenómeno: deixa de fluir de maneira uniforme, indiferente aos eventos que ordenava e passa a ser possível agir sobre ele.

A Arquitectura e o Urbanismo modernos, não deixaram de recorrer a noções inspiradas na Relatividade, para uma fundamentação do movimento, nas noções de espaço-tempo: uma noção de contraponto à estabilidade e permanência da forma, reflectida na operacionalidade da fruição espacial, ou do "funcionamento". Mas para apreciarmos as roturas ou saltos qualitativos da complexidade do fenómeno urbano na pós-modernidade, teremos de olhar para outras áreas do conhecimento, desde logo a da Filosofia.



Figura 7
O pensamento
sobre o tempo

Na **FILOSOFIA** o pensamento sobre o tempo debruça-se sobre a sua natureza: a passagem do tempo, a forma como ele flui, a linearidade do tempo, etc. O tempo é considerado uma das propriedades gerais da exterioridade relativamente ao pensamento.

⁹ A. Perestrello Botelho, **Tempo**, in Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura, Volume 17, Editorial Verbo, Braga, 1983 e Carlos Braga, **Relatividade** in Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura, Volume 16, Editorial Verbo, Braga, 1983

Para Aristóteles¹⁰, por exemplo, o tempo não poderia existir, já que nenhuma das suas partes existe: o instante presente, por não ter duração precisa, o passado porque já aconteceu e o futuro porque ainda não é.

Já Platão¹¹, considerava o tempo como um movimento cíclico à imagem da sucessão do dia pela noite, "a imagem em movimento da eternidade". O peso do passado e da vida é anulado, mas o homem vive encerrado nas suas possibilidades e na realização da sua liberdade.

O advento do cristianismo, porém, inaugurou uma concepção linear do tempo: havia início, no Génesis, e fim dos tempos, no Apocalipse, em contraste com a eternidade do reino de Deus.

Sto. Agostinho nas suas Confissões reflecte sobre a natureza do tempo: "O que é o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; mas se desejar explicá-lo a alguém que mo pergunte, não o sei"¹². Tem uma visão subjectiva do tempo: ele só existe na apreensão mental da sequência "distendida" da realidade feita pelas pessoas.

Com a modernidade do conceito da Temporalidade, ir-se-á aprofundando este "antropocentrismo": o novo "tempo" permitirá encarar o espaço em função do Homem.

Leibniz¹³ acreditava que o tempo e espaço são um aparato conceptual para descrever inter-relações entre eventos. O tempo é visto como uma parte fundamental da estrutura conceptual abstracta, em conjunto com espaço e número, com que sequenciamos eventos, quantificamos a sua duração e comparamos o seu movimento. Na sua perspectiva, o tempo não se refere a nenhuma entidade que flua, que os objectos se movam por ele, ou que contenha eventos.

Na mesma lógica também Kant¹⁴, descreve o tempo como uma intuição *a priori*, que nos permite (com outra intuição - o espaço) compreender sem experiência. Nem o espaço nem o tempo são considerados "substâncias", mas ambos são elementos da "moldura" mental sistemática que estrutura as experiências de qualquer agente racional ou sujeito observante. O tempo para Kant é uma forma de experiência consciente, de apreensão dos fenómenos, uma estrutura da relação do sujeito com ele próprio e com o mundo.

¹⁰ A. Perestrello Botelho, **Tempo**, in Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura, Volume 17, Editorial Verbo, Braga

¹¹ Roger Scruton- *Guia de Filosofia para Pessoas Inteligentes*. Lisboa: Guerra e Paz, 2007.

¹² Santo Agostinho - *Confissões*. Braga: Livraria Apostolado e Imprensa, 2008

¹³ A. Perestrello Botelho, **Tempo**, in Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura, Volume 17, Editorial Verbo, Braga

¹⁴ Pierre Khan, Élisabeth Clément, Chantal Demonque, Laurence Hansen-Love - *Dicionário Prático de Filosofia*, Lisboa: Terramar 1999 e A. Perestrello Botelho, **Tempo**, in Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura, Volume 17, Editorial Verbo, Braga

Bergson¹⁵ opõe duas noções de tempo: o tempo da ciência, mensurável, qualificável e abstracto e o tempo vivido, subjectivo, qualificativo, que ele designa por duração, termo que enfatiza a que a "sua essência é passar". A duração tem três características próprias que a distinguem do tempo físico: a continuidade, enquanto o tempo abstracto é fraccionado em momentos distintos; indivisibilidade, constitui um todo e em cada momento é a totalidade do passado; mudança, nunca se repete. Daí resulta a sua imprevisibilidade e reside a liberdade: para Bergson o universo nunca é pré-determinado. Se o tempo físico é um tempo espacializado pensado em termos da exterioridade, a duração é a realidade da vida interior enquanto oposto ao mundo material, regido pelo espaço: os pensamentos, estados de alma, o tecido de que é feito o nosso ser interior. O tempo vivido (as vivências) tem espessura, inscreve-se na duração, que pode variar de indivíduo, e de estado para estado. A temporalidade para Bergson é portanto uma experiência superior, na medida em que não depende do espaço, mas da experiência vivida.

Para a filosofia fenomenológica e existencialista, interessa o tempo tal como é vivido e como ele permite ao indivíduo atribuir-se projectos em continuidade com a sua existência. O tempo é considerado fundamental para a questão do ser, particularmente no caso de Heidegger¹⁶. Em *Ser e Tempo*, Heidegger assume explicitamente a tarefa de esclarecer a questão do ser, relacionando-a com a questão do tempo, de tal modo que a questão do tempo transforma-se na questão sobre o sentido do ser: o tempo constitui o próprio "Dasein". Este conceito (traduzido literalmente como "ser-aí") é a existência humana como presença e abertura ao mundo, consistindo numa relação de "habitar" ou "residir", "estar-lá", com "sentido do cuidado", de modo "envolvente". Rejeitando a ideia de que o Homem "pertence a um lugar", o Homem projecta as possibilidades da sua existência futura, pela experiência num "espaço praticável" - o Dasein constitui-se no mundo, e para tal tem de realizar um movimento de abertura para a experiência. Assim, à categoria do ser corresponde o tempo. A temporalidade permite que o passado se manifeste como força actuante na actualidade e é através do tempo que se dá a unificação das experiências que o existente tem do mundo - o "habitar" ontológico: "O espaço foi segmentado em lugares", isto é, o espaço já não deriva directamente dos lugares, mas pode resultar de acções de "afeiçoar" ou "fazer espaço", isto é, espacialidades ancoradas na temporalidade. É a partir do tempo que conseguimos entender o ser; a questão do tempo é a que pode, só por si, dar acesso ao que constitui a humanidade como tal.

¹⁵ Pierre Khan, Élisabeth Clément, Chantal Demonque, Laurence Hansen-Love - Dicionário Prático de Filosofia, Lisboa: Terramar 1999

¹⁶ idem

Hoje é talvez Bauman que mais reflecte sobre as roturas da pós-modernidade, na fragmentação do factor tempo: uma sociedade marcada por um tempo-espaço flexível, em mutação constante, onde tudo é temporário. Bauman sugere a metáfora da "liquidez": "a fluidez [é] a principal metáfora para o estágio presente da era moderna (...). Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo (...). Os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la"¹⁷.

A espaço-temporalidade naquela que chama de "modernidade líquida" é uma experiência de leveza, de mobilidade, de inconstância e de rapidez. As instituições, as referências, os estilos de vida, as crenças e as convicções mudam antes que tenham tempo de se solidificar em costumes, hábitos e verdades "auto-evidentes"; todas as coisas tendem a permanecer em fluxo, voláteis, desreguladas, flexíveis. A reflexão de Bauman¹⁸ tenta compreender quais são as consequências dessa situação para a lógica do indivíduo e para seu quotidiano.

Vítimas da fragilidade do presente, o tempo "pontilhista", fugaz, sem duração, descartável, divididos entre o desejo e o medo de mudar, entre expectativa e incerteza: "os artistas que nos tempos passados julgavam o valor das suas obras pela capacidade de perdurar e por este motivo lutavam para conseguir a perfeição que tornasse impossível qualquer retoque, hoje montam instalações destinadas a ser desmanteladas..." É a cidade "reciclada" e a cidade "genérica", feita de contentores intercambiáveis.

No pensamento de Virilio¹⁹, situado na contemporaneidade, não existe um tempo contínuo, mas um movimento temporal fragmentado, relativizado, onde o ponto de vista é o que determina suas qualidades de existência. O contexto em que vivemos: a imediatização de tudo, o directo, o aqui e agora, retiram a temporalidade dos factos e acontecimentos, "o tempo não é mais inteiro", encontra-se "indefinidamente fraccionado em (...) instantes e instantaneidades"²⁰. A cidade é então questionada como todos os lugares de encontro porque o encontro passou a ser do domínio temporal e por isso passa a dispensar o espaço.

¹⁷ Zygmunt Bauman - *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

¹⁸ Zygmunt Bauman- *Vida Fragmentada, Ensaio sobre a moral pós-moderna*. Lisboa: Relógio de Água, 2007

¹⁹ Paul Virilio - *A Inércia Polar*. Lisboa: Dom Quixote, 1993

²⁰ Paul Virilio - *O resto do tempo* in Revista FAMECOS, nº 10, junho 1999 Disponível em www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/10/



Figura 8
O tempo social

A **SOCIOLOGIA** (a Sociologia Urbana) associa a cada sociedade o seu tempo (o tempo social): relativiza-o em relação a cada indivíduo, à forma como está organizada com os seus ritmos e interacções específicas. Podemos perguntar, por exemplo, se a destruição do passado, o culto radical do “novo”, no movimento moderno, não é o que se exprime na escala arquitectónica do espaço fechado das “unidades de habitação”, sem que se produzam verdadeiros habitats para a vida social; ou também, se não é a contradição entre o desejo moderno da mobilidade e a oferta do automóvel, que é resolvida na “morte da rua”, sem que fosse substituída por qualquer modelo espacial para a interacção urbana?

Segundo Giddens, em *As Consequências da Modernidade*²¹, nas culturas pré-modernas, as formas de calcular o tempo e de coordenar o espaço constituíam a base da vida quotidiana: o tempo estava relacionado a outros marcadores sócio-espaciais. Foi com a invenção do relógio mecânico no século XVIII, afirma Giddens, que houve a separação do tempo e do espaço, uniformizando a organização social do tempo. A partir desse momento a separação entre tempo e espaço auxiliou na própria construção histórica da modernidade, na medida em que trouxe mecanismos para a organização racionalizada. A questão do tempo-espaço tornou-se fundamental para o entendimento da vida social moderna: é possível notar o ritmo dinâmico de mudança da modernidade em todas as esferas da sociedade, e sobretudo, a partir da introdução de novas tecnologias.

O dinamismo da modernidade deriva de três fontes dominantes: a separação entre tempo-espaço, o desenvolvimento de mecanismos de “desencaixe” e a apropriação reflexiva do conhecimento. A separação entre tempo / espaço afecta as relações sociais e a relação entre acontecimentos locais e

²¹ Anthony Giddens - *As consequências da modernidade*, Oeiras : Celta, 2002.

globais: a modernidade tardia²² proporciona os mecanismos para uma organização racionalizada que abrem múltiplas possibilidades de mudança ao libertarem as restrições dos hábitos e práticas locais: “Tempo e espaço são recombinações para formar uma estrutura histórico-mundial genuína de acção e experiência”

Esta noção do tempo moderno - linear - ajuda a produzir um sentimento entre os indivíduos de que o mundo está a encolher, a partir do momento que as comunidades começaram a "calibrar" o seu sentido de tempo com outras comunidades globais, as distâncias tenderam a diminuir. Para Giddens, a modernidade é baseada num processo, segundo o qual as ideias fixas de “lugar” e “espaço” são gradualmente destruídas por um conceito cada vez mais abrangente de “tempo universal”. Desta forma a modernidade “desencaixou” o indivíduo da sua identidade fixa no tempo e no espaço.

Para Giddens²³ também a globalização é primordialmente uma transformação do tempo, do espaço, da experiência local, num complicado conjunto de transformações das condições básicas da vida social. O mundo que produz é fragmentado - ela não corresponde a uma cultura global, mas ao desenvolvimento de novas texturas de experiência no tempo e no espaço - e a transformação da vida quotidiana. De modo que o que fazemos no quotidiano tem consequências globais, e o que acontece no nível global tem consequências pessoais.

Na actualidade, tempo e espaço não coincidem: as relações sociais deslocaram-se de contextos locais de interacção, para situações espacialmente distantes e sem interacção face a face. Essas relações, em vez de se basearem predominantemente em sistemas locais de relações interpessoais, transferem-se para sistemas baseados no anonimato e no distanciamento espaço-temporal.

No livro, *The Conscience of the Eye*²⁴, Sennet aborda o tempo como uma experiência subjectiva fortemente conectada com a experiência do espaço nomeadamente na Arquitectura moderna. Num caso associa a concepção de Giedion do princípio de unidade na natureza - a unidade do espaço e do tempo - com a teoria da relatividade: o espaço é concebido em relação a um ponto de referência em movimento. Assim a experiência da arquitectura moderna é a experiência do tempo pelo movimento, ele é o elemento unificador do espaço. As incompetências sociais dos edifícios do movimento moderno são um bom exemplo dos limites desta ideia: a consequência da procura desta unidade é um objecto dotado de uma grande coerência interior mas afastado do mundo exterior (que é o seu oposto, um mundo desordenado e incompleto).

²² recusando a ideia de pós-modernidade, Giddens utiliza este termo para definir aquilo que considera uma período de radicalização da modernidade. *As consequências da modernidade*

²³ Alfredo Mela - *A sociologia das cidades*. Lisboa : Estampa, 1999

²⁴ Richard Sennet - *The Conscience of the Eye: The Design and Social Life of Cities*. Nova Iorque: Norton, W. W. & Company, 1992

Noutro ponto, refere a matriz temporal das intervenções de Le Corbusier na experiência da cidade: a anulação do tempo histórico da cidade (o exemplo mais notório é a substituição do "centro histórico" de Paris com o Plan Voisin). Le Corbusier desejava criar uma nova consciência do tempo - o sentido do agora - a destruição do passado é a forma de anular as acumulações sucessivas e de afirmar a diferença do seu tempo. O acto de criar implica também a sua negação.

Segundo Sennet, a experiência da cidade contemporânea é marcada pela solidão, pela falta de relação entre os indivíduos, por uma discrepância entre a vida privada e a expressão pública. Contra este fenómeno, propõe o conceito de "espaço narrativo", uma proposta de uma outra forma de tempo no espaço - um espaço aberto e flexível que convida à criação e à partilha de experiências. Ao contrário do espaço linear, onde a forma segue a função, a "narrativa" permite dotar o tempo das possibilidades do inesperado, das possibilidades da mudança. Os espaços tornam-se "cheios de tempo" quando permitem certas propriedades narrativas operarem na vida quotidiana. O espaço narrativo é um "começo", um espaço construído e em construção, que nasce e estimula a sua apropriação pelos seus usuários.

Em *Metápolis*²⁵, François Ascher descreve as transformações emergentes nas grandes conglomerações urbanas. Profundamente configurada a partir de redes de mobilidades, na metápole "a dualidade fixo/móvel concretiza-se de forma movediça: as mobilidades, quer sejam físicas, sociais e culturais, transformam-se ao mesmo tempo que os pontos fixos se modificam". A mobilidade será um principal interveniente nas relações sociais metapolitanas. A crescente autonomia dos indivíduos face às estruturas familiares reflecte-se também na organização temporal do seu quotidiano. Podem ser factores externos às relações como horários de trabalho flexíveis, a vivência da cidade 24 x 24 horas, o aumento do número de actividades comerciais, culturais e económicas ao fim-de-semana, que conduzem à dessincronização do tempos e das mobilidades sociais. Mas também a própria estrutura da familiar metapolitana, contribuiu para a proliferação de vários tempos: cada vez mais longe da familiar nuclear tradicional, ela engloba diferentes configurações e até diferentes combinações. A reunião de pessoas com diferentes "vínculos temporais e espaciais" numa estrutura familiar, ela própria variável representa um desdobramento espaço-temporal das rotinas familiares.

Na experiência da metápole, "o cidadão move-se e tudo se move em seu redor"; enquanto "nómada, transporta consigo os seus «objectos nómadas» e ao mesmo tempo, sedentário, instala-se na sua habitação", num universo onde as deslocações se multiplicam e prolongam, os habitantes da cidade consideram cada vez mais a habitação como um ponto fixo, uma referência.

²⁵ François Ascher - *Metápolis Acerca do Futuro da Cidade*. Oeiras: Celta, 1996



Figura 9
O tempo
vivido como
cultura

Na **ANTROPOLOGIA** o uso do tempo é um aspecto cultural, com relações próximas a ritos, a costumes e até a particularidades da sua percepção do espaço, nas mutações emergentes.

Podemos assim perguntar se a cidade contemporânea é um “testemunho”, ou ruína da cidade do passado, ou se ainda é possível estruturar de forma consistente uma nova realidade, em que a cultura do tempo vivido contenha possibilidades criativas, de reconstrução do quotidiano colectivo, decorrentes da nova matriz de mobilidade e mutação.

Em *O mito do eterno retorno*²⁶ Eliade identifica nos estudos das sociedades antigas, a “circularidade das narrativas” no plano histórico, cósmico, biológico e humano. Esta concepção do tempo é baseada nos vários ciclos da natureza que servem de referência de diversos povos (civilizações caldeia, babilónica, hebraica, helénica, românica, iraniana, maia, asteca, cristã.). Nestas sociedades, os mitos do tempo, organizados em ciclos, remetem para um “eterno retorno”- da degradação à regeneração - cuja função está em “superar a dor e a morte e assegurar o acesso à felicidade”. Para Eliade, o Eterno Retorno é a repetição cíclica daquilo que existiu antes, que a organização do espaço encoraja. Eliade utiliza os imaginários do homem moderno e do antigo para contrapor as diferenças entre duas concepções do tempo: o tempo histórico - linear, progressista, autónomo, irrepitível - e um tempo sagrado - mítico, cíclico, renovador. No século XVII a concepção moderna sobrepõe-se à antiga: o linearismo e a concepção progressista da história afirmam-se cada vez mais. Será no séc. XX que se verão reacções às concepções lineares: a retomada das concepções cíclicas, o questionamento à linearidade do pensamento e do percurso histórico, o “realento” do mito do Eterno Retorno com Friedrich Nietzsche, valorizando a ideia de um tempo “sempre presente”.

²⁶ Mircea Eliade - *O mito do eterno retorno : arquétipos e repetição*. Lisboa : Edições 70, 1978.

Em *Le Temps en Ruines*²⁷, Augé reflecte sobre o papel das ruínas na sociedade contemporânea: "la ruine, c'est le temps qui échappe à l'Histoire " (a ruína, é o tempo que escapa à História) como já nos "não lugares", um dos atributos que lhes são atribuídos é a a-historicidade. Numa altura em que a tendência geral é "recusar o tempo" - o tempo fragmentado vai perdendo inteligibilidade e nós vamos perdendo a sensação de tempo - Augé salienta a aptidão das ruínas para nos fazer apreender "o tempo puro", desligado do mundo e do quotidiano: "C'est un temps pur, non datable, absent de notre monde d'images, de simulacres et de reconstitutions, de notre monde violent dont les décombres n'ont plus le temps de devenir des ruines." As ruínas não correspondem a um tempo preciso, imóvel, pelo contrário constroem algo de dinâmico, estão em perpétua evolução; não mostram um tempo preciso, mas um tempo que passou e passa. No entanto, Augé antevê que a história contemporânea deixará de produzir ruínas - apenas porque já não terá tempo para isso. A pressa de "fazer história" não permitirá abandonar os lugares à "eterna oscilação das horas", mas entrará num ciclo rápido de destruição e reconstrução (ou substituição ou reciclagem).

Para Augé a humanidade não está em ruínas, mas sim transformada num estaleiro: em ambos os casos, existe a percepção de tempo que passa, mas neste caso a temporalidade não trata do passado mas do futuro. Doravante, as destruições não produzem mais ruínas mas, directamente sobre os restos, os estaleiros. O estaleiro é uma abertura para o futuro, a construção de uma outra história, a possibilidade de reencontrar o sentido do tempo e talvez, a "consciência da história".

Em *The Dance of Life*²⁸, Hall apresenta o tempo num complexo de actividades e interpretações de comportamentos - o tempo como um sistema cultural. De acordo com ele, a experiência do passar do tempo - o tempo pessoal - difere com a idade, com a ocupação, o sexo ou com o estado de espírito, mas está também fortemente relacionada com "acordos culturais". O tempo cultural depende do lugar de nascença, é um modelo temporal aprendido, tal como a percepção do espaço. No que diz respeito à relação cultural com o tempo, Hall sugere dois modelos:

- O modelo monocrónico considera o tempo como linear, o passado fica atrás, o futuro para diante - o tempo é algo tangível, gasta-se, poupa-se, desperdiça-se, acelera, atrasa... Neste modelo, usar o tempo significa fazer uma coisa de cada vez - o tempo é segmentado e compartimentado possibilitando o planeamento e a calendarização das tarefas. Assim torna-se imperioso reconhecer o tempo como o "bem" importante".
- O modelo do tempo policrónico implica fazer várias coisas ao mesmo tempo, correspondendo à interacção e à sobreposição de tarefas. Neste tempo, a interacção humana é valorizada é relação a acontecimentos pontuais no tempo, daí que o envolvimento entre as pessoas é muito maior. O tempo e o espaço são mais intrinsecamente relacionados e misturados, quando não há diversidade e multifuncionalidade.

²⁷ Marc Augé - *Le temps en ruines*. Paris: Édition Gallilée, Editorial Gedisa, 2003.

²⁸ Edward T. Hall - *The dance of life: the other dimension of time*. New York : Anchor, 1984.



Figura 10
O tempo da
produção e
do consumo

Na **ECONOMIA-POLÍTICA** assistimos a outro dinamismo - o das condições, modos e relações de produção, como um processo e uma dinâmica política. Mas investimento e retorno, acumulação e lucro, trabalho e produção, são noções económicas clássicas, de Ricardo e Adam Smith a Marx, que já incorporavam óbvias conotações temporais - há uma duração, ou uma passagem de um estado a outro, no processo económico.

Em *A Produção do Espaço*²⁹ Lefebvre defende o espaço como um produto social, uma construção social complexa baseada em valores e na produção de significados. A produção social do espaço urbano é fundamental para a reprodução da sociedade: todas as sociedades e consequentemente todos os modos de produção produzem um certo espaço, o seu próprio espaço. Lefebvre observa que com o advento da modernidade, o tempo desapareceu do espaço social: ele é registado por instrumentos de medição, isolados e especializados no tempo em si mesmo. O tempo vivido perde a sua forma e o seu interesse - a excepção é o tempo dispendido a trabalhar - o espaço económico subordina o tempo em si mesmo. Segundo Lefebvre, é a produção, o consumo e outros processos sistémicos que estratificam e organizam a vida quotidiana, "colonizam" o seu tempo. As pessoas

²⁹ Henri Lefebvre - *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974

estruturam os comportamentos pessoais e colectivos de acordo com ritmos repetitivos e mecânicos. Como resultado deste processo, o tempo do indivíduo é pulverizado, explode em fragmentos.

Lefebvre estabelece uma forte relação da concepção do tempo com o espaço urbano, a partir do tempo social: ele produz-se e reproduz-se, com determinações como a repetição, o ritmo, os ciclos, das actividades e movimentos. É a partir da análise do movimento que ele deduz a oposição entre centralidade urbana - “uma forma que apela a um conteúdo” e periferia. “La centralité se déplace...ce qui impliquait un rapport complexe entre l’espace urbain et les temps (rythmes) de la vie urbaine”³⁰. E alerta que a centralidade (concentração de informação, energia, actividade) pode resultar de uma lógica aplicada (estratégia), mas pode também explodir (ou implodir?), na perda de identidade.

Mais que as permanências ou invariáveis, é a passagem da temporalidade (sucessão, encadeamento) à espacialidade (sincronização) que define a actividade produtiva. Daí que ela seja inseparável da ideia de finalidade e da funcionalidade (sentido ou função de necessidade) ou da ideia de uma estrutura em movimento (saber-fazer, organização e cooperação no trabalho). Lefebvre chega assim a questionar a atitude do uso do espaço pelos arquitectos, desde a ilusão de eles serem considerados como “experts en espace, juges suprêmes de la spacialité”³¹ e logo, a representação que dele fazem como um “dado”, que manipulam sem restrição interior, a partir de uma folha em branco, numa representação ligada ao grafismo, numa objectivação geométrica da “verdade”.

Assim contrapõe noções alternativas de espaço a partir de “grelhas” decifradoras: a dos grandes contrastes - as isotopias (espaços análogos), heterotopias (espaços rejeitados) e utopias (espaços do simbólico e imaginário; a grelha “fina” dos atributos (público e privado, passagens e nós...) e finalmente a grelha das estratégias - os processos.

Em *A Condição Pós-moderna*³², Harvey estuda as variáveis de tempo-espaço associadas aos movimentos sociais ao longo da história da humanidade, numa perspectiva “materialista” cujo foco está no fluxo comercial, no valor de troca, no comércio: diferentes épocas culturais têm diferentes formas de combinar as coordenadas espaço-tempo. Harvey contrasta o ordenamento racional do espaço e do tempo do Iluminismo (com seu senso regular de ordem, simetria e equilíbrio) com as rompidas e fragmentadas coordenadas espaço-tempo dos movimentos modernistas do final do século XIX e início do século XX. Estas novas concepções de espaço-tempo são relacionadas com eventos tão diferentes como a teoria da relatividade de Einstein ou as pinturas cubistas de Picasso e Braque.

Tendo por base a crise do fordismo (a subdivisão dos processos produtivos em parcelas sequenciais, planeáveis porque previsíveis) e o surgimento de um novo capitalismo de “acumulação flexível”, Harvey constata a uma mudança actual nas práticas culturais e político-económicas, vinculada pela emergência de novas maneiras pelas quais experimentamos o tempo e o espaço. Harvey avança com

³⁰ idem

³¹ Henri Lefebvre - *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974

³² David Harvey- *The condition of Postmodernity*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004

o conceito de "compressão espaço-tempo" resultante da aceleração dos processos globais, dos tempos de produção, dos avançados sistemas de fluxo de informação e comunicação, das racionalizações das técnicas de produção, e da emergência e serviços financeiros mundiais, que levam a um encurtamento das distâncias e a um maior impacto global de eventos locais. O mundo torna-se numa "aldeia global" (como previra Marcuse, pela eliminação da distancia tornada possível pelos novos media permitindo a comunicação instantânea) de interdependências económicas e ecológicas, em que os horizontes temporais se encurtam até ao ponto em que o presente é tudo que existe, dá-se a "a aniquilação do espaço através do tempo".

A premissa central do pensamento de Toffler baseia-se na identificação de padrões técnico-produtivos na história humana. Ele identificava três grandes avanços ou vagas³³: 1ª corresponde à sedentarização - a era da agricultura; a 2ª associa-se à revolução industrial e a 3ª com a revolução tecnológica - a era da informação ou do conhecimento. A terceira vaga de Toffler caracteriza-se pela flexibilidade, mudança e pela velocidade. Enquanto no paradigma industrial a sincronização do trabalho é a principal condição para a produção: numa linha de montagem, cada um tem o seu lugar e em de estar coordenado com todos os outros sem excepção. Na actualidade as possibilidades das redes telecomunicações eliminam a necessidade de uma sincronização de todos os trabalhadores, tanto temporal como espacial. No novo panorama económico, diversidade, criatividade e mudança são as palavras-chave.

Por outro lado, Toffler reconhece tal como Harvey que vivemos num mundo em processo de aceleração, para ele a mudança é o processo pelo qual o futuro invade as nossas vidas. O impacto desta mudança resulta no que chama de "choque do futuro"³⁴: um fenómeno do tempo que resultante do aceleradíssimo ritmo de mudança da sociedade e que deriva da sobreposição de uma nova cultura sobre a cultura antiga. As exigências de adaptabilidade e de mudança do "impulso acelerativo" são muitas e poderão ter consequências a nível pessoal, psicológico, social e cultural, com dimensões globais.

³³ Alvin Toffler - A terceira vaga . Lisboa : Livros do Brasil, 1984

³⁴ Alvin Toffler - Choque do Futuro. Lisboa : Livros do Brasil, 1970



Figura 11
Duração e
autenticidade

Na **HISTÓRIA**, o tempo é por natureza um objecto de estudo: o passado, a duração dos períodos, a conservação ou reprodução da memória, as transformações... Mas a teoria da História encetou uma crítica ao historicismo, perguntando se pode a História ser legitimadora das transformações em função de um determinismo do seu “sentido”, da “autenticidade” que alegadamente nela se funda. Os traços herdados de uma cultura arquitectónica e urbana, podem ser legitimadores de uma identidade contemporânea?

Fernand Braudel³⁵ desenvolveu uma série de noções temporais que se tornaram fundamentais no estudo da História:

- o chamado tempo curto, que compreende os acontecimentos de breve duração como as ocorrências casuais, a história de eventos, da vida quotidiana e individual (história da “cultura material”, da moda, da alimentação, das técnicas...);
- o tempo cíclico, de rápida cadência e localização intermédia entre o tempo curto e o longo, que abrange as correntes e retrocessos no âmbito material e os ciclos económicos (entre outros) na história conjuntural;
- e o tempo longo ou longa duração onde se encontram estruturas com características mais permanentes e inalteráveis (modos de produção, formações sociais...).

O tempo, por natureza contínuo, compreende uma série infinita de mudanças, que funcionam como renovação e quebra desta mesma continuidade. A interacção entre estes factores, em qualquer das três noções temporais, forma a estrutura daquilo a que chama tempo histórico.

³⁵ *tempo histórico*. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2008. [Consult. 2008-07-15]. Disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$tempo-historico](http://www.infopedia.pt/$tempo-historico).

Numa visão filosófica da História, para Nietzsche³⁶, ela é concebida como uma ciência pura e aceita como soberana, seria para a humanidade uma espécie de conclusão da existência humana: quando um fenómeno histórico é completamente conhecido e apreendido pelo conhecimento humano, fica reduzido a um fenómeno cognitivo – torna-se algo morto. Se o sentido histórico domina sem limites acaba por eliminar as potencialidades do futuro, destrói as ilusões e priva a existência das coisas no "viver do presente" - o instinto criador é debilitado e enfraquecido.

Para Nietzsche³⁷, a cultura histórica é algo "saudável e carregado de futuro" quando está ao serviço de uma nova vitalidade: por detrás de um impulso histórico deve existir um outro impulso construtivo, e depois da destruição deve existir um potencial futuro de construção.

O pensamento de Popper³⁸ reflecte sobre o papel legitimador do tempo e da história. Na sua concepção o progresso da humanidade é possível e não carece de um critério último de verdade - ela é inalcançável, só possível de aproximação por tentativas. Se a razão humana é essencialmente falível, a única atitude justificável para atingir a verdade é através do diálogo, o confronto de ideias. Na ciência isso significa formular hipóteses que possam depois ser refutadas pela experiência. Na política significa que cada um deve aceitar o risco de ver as suas propostas serem recusadas por outros no confronto de ideias ou projectos. Na História, Popper critica a ideia legitimadora do historicismo: recusa um sentido concreto da História que possa ser antecipadamente conhecido, para ele o único sentido que a História possui é aquele que os homens lhe dão. O historicismo é um método que pretende edificar uma História teórica, isto é, uma ciência histórica na qual seja possível o conhecimento científico do desenvolvimento histórico e a elaboração de previsões a partir desse conhecimento, com base no pressuposto de que a História tem um sentido e que ele se encontra no seu próprio progresso.

Contra esta concepção, Popper argumenta que ela procura fazer ciência daquilo que, sendo singular e não recorrente, não pode ser tratado a nível científico. Os acontecimentos e transformações que decorrem da interacção social de indivíduos, classes, instituições e ideias dentro de uma sociedade são inesperados, porque são influenciados por dados passados mas também pelo momento presente. É impossível assegurar que uma certa conformação social possa ser explicada através de um conjunto de leis do desenvolvimento histórico criadas para prever o futuro. A crítica do historicismo científico acusa-o de duas afirmações erróneas: que a evolução histórica pode ser pensada em termos biológicos e que a compreensão dessa evolução se pode fazer por indução.

³⁶ Pierre Khan, Élisabeth Clément, Chantal Demonque, Laurence Hansen-Love - *Dicionário Prático de Filosofia*, Lisboa: Terramar 1999

³⁷ Friedrich Nietzsche - *Sobre la utilidad y los perjuicios de la historia para la vida*. Madrid: Edaf, 2000

³⁸ Karl Popper - *A miséria do historicismo*. São Paulo: Cultrix, 1980

A investigação de Kostof³⁹ é a de uma história da forma urbana: o porquê e o como da forma das cidades (a forma como um receptáculo de significado). Para ele as cidades são amálgamas de edifícios e de pessoas; no artefacto urbano e nas suas mutações condensam-se continuidades de tempo e espaço.

Ele desenvolve o conceito de processo urbano como mudança física ao longo do tempo. Se a tendência é ver a forma urbana como algo finito, fechado, Kostof defende que a cidade, por muito perfeita que seja a sua forma inicial, nunca está completa: a cidade seguirá sempre as suas próprias regras ou viverá da ausência de regras. No entanto o "acto de fazer cidade" nunca é um evento inteiramente processual, a um certo nível implica sempre um acto de vontade da parte de um líder ou de uma colectividade, citando Aston e Bond⁴⁰ "as cidades são construídas por e para as pessoas". Quem detiver o poder, quererá sempre ordenar e regulamentar a cidade, mas ela terá sempre a sua "vontade": poderá recusar as propostas ou arranjar forma de obediência que a permita metamorfosear-se sem perder as suas características. Muitas cidades vivem e desenvolvem-se sem a intervenção de profissionais do desenho, ou uma vez desenhadas rapidamente se adaptam e se transformam com os rituais do dia-a-dia e com as inconstâncias da história. Uma característica segura do comportamento urbano ao longo da história é a sua imprevisibilidade.

A história da forma urbana "baseia-se" no paradoxo: se as cidades são "fisicamente persistentes" também são o palco de mudanças aceleradas. Kostof observa que o construído físico é o aspecto mais resistente na cidade, que não obstante reflectir as condições de produção actuais, conserva a evidência da cultura urbana passada para as gerações presentes e futuras. Ao mesmo tempo a cidade é palco de grandes transformações sociais, económicas, culturais, intelectuais e estéticas cuja referência à forma física não é sempre imediata nem uniforme. O desafio é perceber e reconciliar a competição entre mudança económica e social e persistência do artefacto. Para Kostof⁴¹, a cidade é um elemento vivo, em mudança - não um artefacto para ser empalhado. As cidades nunca estão paradas; elas resistem aos esforços de lhes darmos um sentido preciso. Precisamos de respeitar os seus ritmos e de reconhecer que a vida da forma da cidade, tem de oscilar livremente entre o controlo total e a total liberdade de acção: "Between conservation and process, process must have the final word. In the end, urban truth is in the flow"⁴²

³⁹ Spiro Kostof - *The City Assembled*. Londres: Thames & Hudson. 1992

⁴⁰ Michael Aston, James Bond - *The landscape of towns*, Londres: 1976

⁴¹ Spiro Kostof - *The City Shaped*. Londres: Thames & Hudson. 1999

⁴² Spiro Kostof - *The City Assembled*. Londres: Thames & Hudson. 1992

Um resumo provisório sobre os problemas do Tempo e sua interdisciplinaridade



Figura 12

As primeiras abordagens à temática do tempo, mostram-nos genericamente a sua amplitude, as diferentes formas como as ciências fundamentais se aproximam e se debruçam sobre o tema.

Podemos agora reflectir mais profundamente porque é que o tempo é um problema interdisciplinar⁴³? Esta poderia ser uma primeira questão, proveniente da própria abertura do leque disciplinar com que abordámos o tema. Posta a questão desta forma, temos de ter presente os problemas que o tempo comporta para as várias disciplinas, para o poder colocar como problema verdadeiramente interdisciplinar, no plano do estudo da cidade.

Veríamos assim que em pelo menos cinco problemas teóricos há convergências dos campos do saber que são pertinentes para o estudo da cidade:

1. Como medir o tempo?

O 1º problema colocado historicamente é como medir o tempo - a ele se dedicam as ciências exactas: a física, matemática, astronomia, procuram entender racionalmente a divisão do tempo, o seu carácter cíclico, repetitivo e portanto previsível...

- a. O problema fica resolvido provisoriamente, pelas máquinas que o subdividem e medem em unidades padrão e com as regras de determinação científica de Newton para um tempo unidimensional e mecânico, absoluto e uniforme, que nos permite, com uma certa equivalência à medição do espaço, prever algo no futuro.
- b. Mas logo a complexidade crescente do avanço científico e da problemática da produção industrial mais avançada, evidencia a dependência relativa do observador, como na perspectiva, o que Einstein equaciona propondo um tempo relativo ao referencial, na relação espaço-temporal.

⁴³ Segundo Olga Pombo, a interdisciplinaridade pode ser entendida, num sentido lato, como qualquer forma de combinação entre duas ou mais disciplinas com vista à compreensão de um objecto a partir da confluência de pontos de vistas diferentes e tendo como objectivo final a elaboração de uma síntese relativamente ao objectivo comum.

Olga Pombo, Teresa Levy, Henrique Guimarães - *A Interdisciplinaridade: Reflexão e Experiência*, Lisboa: Texto Editora, 1ª edição, 1993

2. Como colocar o Homem no centro do tempo?

A modernidade coloca questões que a Filosofia aprofundou: como colocar o Homem no centro do entendimento do tempo? De S^o Agostinho a Leibniz, a Kant... a razão incorpora o tempo numa estrutura abstracta e espaço e tempo deixam de ser substancias e são tomadas como formas de experiência na relação com o mundo...

- a. É com Heidegger e depois Sartre, que o tempo é questionado, colocando-se a existência, a experiência do mundo, como definidora do ser, O ser, isto é a identidade, não se parece já definir por uma espécie de imobilidade, de rigidez dimensional... e a autenticidade do Homem reside na sua temporalidade... (Heidegger) - as coisas, como os lugares, não são anterioridade subjugadora - não pertencemos a um espaço (para Sartre o nada, i.e. o vazio, é tão real como o ser, i.e. a coisas, e está antes delas), nem mesmo a um tempo, porque somos livres e a emancipação faz-se pelo tempo-existencia, pela relação com o mundo: importam na medida em que facultam experiência, projectando a possibilidade dos tempos futuros, na capacidade de projectar, de se definir pela construção do futuro (Sartre)...
- b. Bergson interroga a duração e a ideia de mudança, que nunca se repete, pois não há pré-determinação a partir do passado. De facto, é na passagem à pós-modernidade ...que a incerteza e a fragmentação tomam o centro da reflexão, com óbvia repercussão na cidade e arquitectura "reciclada" ou na "desconstrutivista", a partir de Bachelard, Lyotard e Virilio...mas principalmente em Bauman... que se interessa pelas categorias de fluxo, volatilidade, flexibilidade e os processos de regulação-desregulação, o instante do sempre-presente, da informação ou do espectáculo, questionando os arquétipos do lugar de encontro, da Cidade.

3. Como aceitar o tempo na transformação social?

O tempo é ainda a matriz do pensamento sociológico.

- a. A identidade na sua articulação entre a mudança social, e o conflito do "tempo social". Sennet revela-a num leque de temas e problemas da arquitectura e da cidade que são sintomáticos do Processo de Interação... Também Auge nos fala dos lugares, pela forma como eles se transformam no seu oposto, os não-lugares pela ausência de traços de interação.
- b. A noção de processo social (Lefebvre) podemos vê-la, na aplicação da ideia aos modos da "produção do espaço", relacionada com uma identidade da "vida quotidiana" referida aos processos socio-económicos que a caracterizam como factores de evolução da uniformização social do tempo, que se diversifica no modo de vida urbano contemporâneo (Giddens).

4. Como fazer do tempo, estratégia?

Já a Economia Política se interessa pelo posicionamento estratégico

- a. a Identidade como Projecto: Toffler dá-lhe o enfoque histórico a partir de uma redefinição de “modos” de produção ao estilo de Marx revisitado para constatar a mudança de era num novo processo de organização - a rede, como uma identidade temporal...
- b. Harvey teoriza a nova temporalidade pós moderna, num novo tipo de capitalismo, nas interdependências que substituem a previsibilidade da produção seriada do “fordismo”... questão do processo, desenvolvida em estreita associação com o espaço e o processo da sua produção (Lefebvre) analisando como as centralidades se movimentam, ou deslocalizam.

5. Devemos assentar o pensamento na conservação ou na transformação?

O tempo é obviamente também uma matriz do pensamento histórico.

- a. A identidade é relacionada com a mudança. Verificar a viabilidade de conceitos temporais para explicar o que está depois a partir do que está antes, na tradição ou no Património põe a questão da matriz da temporalidade...
- b. Para Kostof a matriz que importa não é a da conservação mas a da transformação, na linha anti-historicista de Popper, que não reconhece ao tempo função legitimadora.

Concluindo este ponto em que procurámos situar o problema, ressalta um grau de indeterminação. Complexo e contraditório, nas diferentes perspectivas e concepções sobre o tempo parece haver duas conotações que se destacam:

- a. uma é fruto duma **reflexão “ensimesmada”**, sobre a sua própria condição, uma conotação identitária, sobre a “integridade” ou “essência” das coisas em si, frente à noção de instabilidade, fluidez ou descontinuidade que o tempo comporta;
- b. outra é fruto da **reflexão sistémica**, ou relacional, uma conotação processual, sobre as circunstâncias da alteração, da descontinuidade, que implica a pluri-dimensionalidade da duração.

Para além do Movimento, os conceitos de Identidade e Processo parecem ser presentes e emergentes, na compreensão no fenómeno temporal da contemporaneidade.

2. A PROBLEMÁTICA DA CIDADE E DO TEMPO

"Cities are the **product of time**. (...) By the diversity of its time structures, the city in part escapes the tyranny of a single present, and the monotony of a future that consists of repeating only a single beat heard in the past...."

Lewis Mumford, *The Culture of Cities*



Figura 14

Depois de uma recollecção de reflexões sobre o tempo, acercamo-nos agora da cidade. Quais as suas características, como se desenvolve e como integra as variadas exigências? Quais os desafios e os problemas da cidade contemporânea? Como incorpora e reflecte o factor tempo?

Neste ponto tentaremos responder a estas perguntas, fazendo um enquadramento das relações entre o tempo e o urbano na contemporaneidade.

2.1 MODELOS E PARADIGMAS DA CIDADE

A nossa aproximação à cidade contemporânea, far-se-á pela teoria. Partindo de uma abordagem ao pensamento teórico e paradigmático (recente) sobre a cidade, procuramos encontrar as manifestações e características da actualidade urbana, assim como as suas relações com a questão temporal.

Sobre as formas e os exemplos da cidade contemporânea

É hoje evidente à observação que a cidade que conhecíamos mudou: cresceu muito para lá dos antigos limites administrativos, multiplicou os seus centros, especializou algumas zonas, expandiu a sua influência com a ajuda de redes de infra-estruturas. O seu centro, muitas vezes envelhecido e degradado está em declínio, outras vezes encontra-se transformado num museu ao ar livre sofre a pressão do turismo. O aparecimento da sociedade da informação, as mudanças nos paradigmas económicos e tecnológicos, a globalização (como um processo de reorganização espacial e temporal a nível mundial), reflectem-se profundamente no funcionamento e nas exigências feitas à cidade actual.

De que forma estas alterações se reflectem no pensamento sobre a cidade? Se consideramos o pensamento como uma forma de construção de realidades, pela ordenação da experiência, de que formas a experiência da contemporaneidade é apreendida e constrói (ou pode construir) uma teoria urbana? Os problemas urbanos emergentes obrigam a construir um novo pensamento? Mas a teoria urbana tem assentado não tanto em modelos dedutivos e mais em modelos paradigmáticos.

Segundo Jerome Bruner⁴⁴, o pensamento paradigmático associa-se ao discurso teórico, à utilização de argumentos para estabelecer um sistema formal ideal de descrição e explicação. O processo procura criar categorias ou conceitos, relacionando-os uns com os outros até formar um sistema geral baseado em hipóteses fundamentadas. Mas em áreas "não científicas" como o desenho urbano, esta definição (associada ao pensamento científico e lógico), não corresponde totalmente à realidade.

Pode-se dizer que o paradigma é um modelo abstracto construído a partir de alguns traços característicos e singulares. No caso do desenho urbano, a impossibilidade de uma verdadeira verificação causal, marca-lhe o "espírito" - o paradigma faz-se de uma parte de convicção. É a partir de contribuições de qualquer forma de conhecimento, de teorias emprestadas de outras áreas do conhecimento que alimentem a "visão" de uma cidade que se deseja explicar, que as disciplinas do desenho constroem os seus paradigmas. O seu objectivo consiste em "construir" uma estrutura lógica, ordenando fenómenos díspares para formar um "quadro de pensamento" homogéneo, a partir do qual se pode compreender aquilo que constitui a especificidade do fenómeno urbano.

O modelo moderno da temporalidade e os novos modelos

Tenhamos em conta o modelo moderno: a cidade funcional, radicalmente racional, a cidade da era da máquina. Entre os pressupostos, estava a industrialização de componentes e a construção padronizada, a limitação do tamanho e densidade das cidades e a edificação num meio verde

⁴⁴ Bruner, J. "Actual Minds, Possible Words". Cambridge. Harvard University Press, 1986

contínuo. Na base do seu planeamento estava o zoning, rigoroso zoneamento de funções apoiado na premissa de um homem-tipo, cujas necessidades são universais.



Figura 15- Le Corbusier, Plan Voison, Paris

Para os fins deste trabalho destacamos três aspectos em particular:

- **a cidade nova e a rejeição do património** - A cidade herdada do passado é aos olhos do modelo moderno, desordenada e ineficaz; a rua é considerada como génese de insalubridade e desordem circulatória. Na óptica moderna, a cidade antiga incapaz de servir as funções da modernidade, não tem sentido de existir. Por oposição, a cidade moderna impõe-se como uma cidade nova: construída sobre uma tábua rasa, sobrepondo-se às incapacidades funcionais e às obsolescências da cidade antiga, a cidade moderna representa o futuro, abandonando o passado.
- **o zoning e cidade segregada** - O funcionalismo, proscreeve a rua e a mistura das funções urbanas da cidade histórica. O urbanismo moderno define a cidade através da função - como um utensílio. O traçado e a rua desmaterializam-se. O traçado corresponde a uma forma geométrica abstracta e a forma da cidade deixa de possuir relação com a forma das edificações. Na cidade moderna as diferentes funções da cidade: circulação, trabalho, habitação, lazer são claramente definidas e localizadas em zonas precisas - o zoning, a cidade segmentada - a divisão da cidade em zonas estritamente funcionais e o movimento mecânico da circulação entre elas
- **a crença no planeamento** - Já foi referido que o período moderno foi marcado pela concepção de um tempo longo, onde é possível o planeamento do futuro. As ideias modernas de ordem e racionalidade, reflectem-se na crença na racionalidade e no saber técnico para projectar um futuro onde é possível um desenvolvimento global sobre todo o território e ultrapassar, através da capacidade técnica, os efeitos negativos da cidade histórica.

Esta concepção gira em torno do Homem moderno, definido em termos necessidades-tipo universais, que não deixa espaço para a relação imprevista. A projecção de uma utopia planificada e dirigista tem como sua figura central o urbanista.

A Carta de Atenas (1943), documento fundamental do urbanismo moderno (formulado nas discussões do IV CIAM do qual Le Corbusier é figura de destaque), vem legitimar, difundir e popularizar esta abordagem - a cidade-máquina.

Será em relação ao modelo da cidade moderna que os subsequentes paradigmas "reactivamente" se colocam.

Paradigmas em reacção

Interessa-nos aqui perceber qual a reacção da teoria a novas realidades impostas: quais são os novos modelos propostos e como se posicionam perante a questão temporal?

Contextualizando-os podemos inscrever os novos modelos em três âmbitos distintos:

- a. Um movimento de reacção ao funcionalismo comercial, fomentando o debate sobre novas possibilidades e novos valores para a cidade, face ao esgotamento dos modelos anteriores
- b. A emergência e a contextualização da nova sociedade informacional, globalizada e genérica e as suas repercussões no espaço da cidade, em novas noções de espaço e lugar
- c. A sociedade contemporânea como ponto de partida para um novo paradigma sobre a cidade baseada na participação e na comunidade.

Veremos adiante como esses modelos se posicionam face ao contexto de um mundo globalizado reflectindo a sua organização espacial e temporal:

- Qual o protagonismo das novas tecnologias e o seu impacto das relações sociais na cidade?
- Como incorporam as emergências de novos estilos de vida e de múltiplas identidades urbanas?
- Qual a importância da infra-estrutura de mobilidade e de comunicação e qual o papel na estrutura da cidade?
- De que forma respondem ao conflito entre as questões de transformação/renovação e as políticas de conservação/restauro da cidade tradicional?
- E as relações entre centro/periferia, entre crescimento e "esvaziamento"?
- Como se organizam a sua visão do futuro e através de que meios se gerem e projectam?
- Como respondem a um universo de exigências e escolhas cada vez mais incertas e imprevisíveis?
- De que forma dão resposta às necessidades específicas das comunidades a que se destinam?
- Como se constroem os processos de decisão e de projecto?
- Que visão do tempo e do mundo nos dão?

a. Modelos de Reacção ao Funcionalismo

Paradigma: A cidade "mutante", Archigram (1961) (1969)

A produção do grupo⁴⁵ Archigram é um reflexo de dois fenómenos importantes dos anos 60: **alta tecnologia**, resultante da revolução económica e tecnológica, dando a origem a novos produtos da tecnologia de transportes, da comunicação, da informática e da robótica; e a pela **cultura pop**, uma nova linguagem cultural, influenciada e dominada pelos novos meios de comunicação.⁴⁶

Tendo como base as grandes mudanças sociais, culturais e económicas da época, e a consciência da necessidade de encontrar alternativas espaciais correspondentes aos novos desafios, recusavam o entendimento (tradicional) da arquitectura a partir da rigidez, da estaticidade, da estabilidade e da durabilidade. Os princípios fundamentais passavam agora pela mobilidade, a flexibilidade, a instabilidade, a mutabilidade, a instantaneidade, a efemeridade, a obsolescência e a reciclagem. Defendiam uma abordagem *high tech*, com infra-estruturas leves, explorando o universo das estruturas insufláveis, computadorizadas, ambientes descartáveis, cápsulas espaciais e imagens de consumo de massa. As propostas viviam na fronteira entre o real e do imaginário, um exercício de exploração da potencialidades da era tecnológica.

A cidade idealizada pelo grupo é vista como rede, ou um local des-hierarquizado, que se pode expandir indefinidamente (talvez uma premonição do que Castells viria a chamar a sociedade em rede). A necessidade da reformulação da arquitectura, que compreendesse a nova vida urbana e sua mobilidade ou metamorfose, a necessidade de adaptar a cada nova situação. Uma arquitectura **descartável, móvel, mutável e aberta**⁴⁷.

Após realizarem uma série de projectos sobre mega estruturas, os Archigram produziram uma série de protótipos de cápsulas, explorando a unidade residencial autónoma. A arquitectura mutante⁴⁸ dos Archigram parte da tentativa de garantir a adaptabilidade e a flexibilidade dos espaços às exigências naturais da evolução rápida das sociedades e das tecnologias que estas desenvolvem.

O projeto de Peter Cook - a *Plug-in City* (1964) - propunha uma cidade "tentacular", construída a partir de uma mega-estrutura formando uma rede com vias de comunicação e de acesso interligando cada ponto do terreno. A *Plug-in-City* é o suporte de um sistema sofisticado de serviços: a cidade-rede

⁴⁵ Formado em 1961, por um grupo de jovens arquitectos ingleses - Peter Cook, Ron Herron, Warren Chalk, Dennis Crompton, David Greene e Mike Webb - com base na Architectural Association School of Architecture de Londres, o grupo Archigram dominou a vanguarda da produção arquitectónica dos anos 60.

⁴⁶ Paul Sigel - *Archigram*. In AAVV - Teoria da Arquitectura do Renascimento aos nossos dias. Köln: Taschen, 2003

⁴⁷ Entre os principais trabalhos de Archigram estão "Walking City" de Ron Herron (1964), "Plug-in-City" de Peter Cook, (1962-64) e "Instant City" de Cook, Crompton e Herron, (1969-70).

⁴⁸ Contam-se como exemplo os projectos Living Pod Project (1965) de David Greene e The Cushicle (1966) de Mike Webb.

alberga para além das unidades básicas de habitação, unidades arquitectónicas "inteligentes" colocadas em nós estratégicos da rede, oferecendo todo o tipo de serviços. Segundo Dominique Rouillard, o grupo substituiu a arcaica distinção entre *structure* e *remplissage* pela oposição *hardware* e *software*⁴⁹. O *hardware* é a estrutura fixa da cidade, o suporte de apoio onde são conectadas as unidades arquitectónicas, o *software* são as unidades arquitectónicas, móveis e mutáveis.

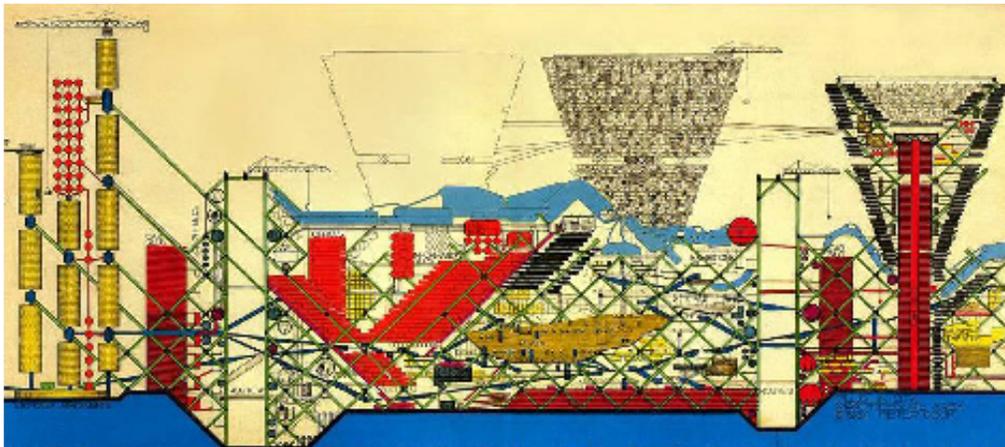


Figura 16- Plug-In City (1964) - Peter Cook

O planeamento da *Plug-in-City* inclui o crescimento e a transformação do espaço urbano, que é programado para a mudança ao longo do tempo, as unidades arquitectónicas são criadas para serem re-programadas e reutilizadas para se adequarem às mudanças ocorridas no quotidiano urbano.

Paradigma: A cidade da memória, Aldo Rossi (1966)

O pensamento de Rossi⁵⁰, elaborado a partir de uma argumentação histórica aprofundada, contraria a ideia "proeminente" do séc. XX da cidade planeável. Numa crítica ao funcionalismo "ingénuo" onde a forma e o tipo perdem a sua complexidade, Rossi recusa o ergonómico - princípio de que a arquitectura decorre da definição da divisão de funções ou seja "a forma segue a função". Rossi entende a Arquitectura como um valor autónomo (pelo menos até uma determinada dimensão), a forma, aquela que mais resiste ao passar do tempo, pode (e deve) ser independente da função.

Rossi apoia-se na categoria de **permanência** (aplicável a um monumento ou a traçados de ruas) para descrever a capacidade de transformação e variação das funções dentro numa mesma forma. A ideia de permanência propõe uma afirmação do processo histórico como a comprovação de estruturas constantes – o tipo. Para Rossi, o **tipo** - uma forma elementar não-redutível - é o registo de uma estrutura persistente na morfologia da forma urbana à medida que ela se desenvolve com o passar do

⁴⁹ Dominique Rouillard - *Archigram*. In Dethier Jean (org.) *La Ville: art et architecture en Europe, 1870-1993*. Paris: Éditions du Centre Pompidou. 1994

⁵⁰ Gilbert Lupfer - *Aldo Rossi*. In AAVV - *Teoria da Arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Köln: Taschen, 2003

tempo. Para Rossi o tipo integra os traços da vida e de uso de gerações inteiras, elaborados ao longo de séculos, mantendo-se durável e apto a transformar-se⁵¹.

A cidade é assim valorizada como uma construção ao longo do tempo: o que a enriquece a é a sua constante transformação ou seja, os diferentes tempos presentes num mesmo núcleo urbano, demonstrativos duma cultura em transformação. Uma cidade dinâmica compreende a continuidade e desenvolvimento tanto da cidade histórica como da cidade “nova”. A relação com o passado não passa pelo lamento, ou pela nostalgia, mas por uma recuperação (ou integração) do mesmo para o presente, estabelecendo a continuidade dentro da história da cidade.



Figura 17 - a cidade resulta de uma história constantemente reconstruída



Figura 18 - A Cidade Análoga

Aldo Rossi utiliza o termo **cidade análoga** para definir o papel que a memória colectiva dos cidadãos pode desempenhar no processo do desenho da cidade. Inspirado pelas pinturas de Canaletto, a cidade análoga era um procedimento compositivo de base surrealista, que partindo de alguns feitos seleccionados da realidade urbana, servia para construir uma nova realidade. A analogia apelava a correspondências que só eram compreensíveis dentro de um colectivo humano que partilhava mesma base cultural, a mesma **memória colectiva**.

Rossi vem lançar em novas direcções o debate sobre o “renascimento” dos centros históricos das cidades e a salvaguarda de monumentos históricos. Curiosamente, um debate que em certos aspectos evolui para modelos conservacionistas e proteccionistas em relação ao património, contrariando o seu potencial “evolutivo e adaptável” que Rossi lhe identificou.

Paradigma: A cidade "comunicativa", Robert Venturi (1966) (1972)

⁵¹ O tipo constitui a história da cidade ou a sua memória, mas também a cultura do presente. O tipo é uma evidência em si, através dele as pessoas podem conectarem-se pela memória colectiva.

A obra teórica de Venturi⁵² apresenta a complexidade⁵³ da vida contemporânea, de uma sociedade ancorada na informação, incorporando no seu pensamento as experiências da vida quotidiana e da cultura de massas, como um conjunto de mensagens e sinais que transformam o ambiente urbano.

Torna-se clara a visão de que, se o papel de uma arquitectura complexa é **comunicar** através dos mais variados níveis de significação, é fundamental que os arquitectos conheçam as convenções que podem constituir os sistemas de comunicação. A passagem da mensagem faz-se mais eficazmente se os elementos utilizados já forem conhecidos dos usuários, e se despertarem elementos (ou significados) análogos.

Da mesma forma a relação de Venturi com a História não passa por uma "elaboração plástica" das formas históricas ou à sua actualização (por simplificação ou recontextualização). Venturi, limita-se a reproduzi-las (utiliza-as como formas de um catálogo), sem complexos, nem restrições - a imagem histórica é distorcida pela apropriação popular resultando numa quase caricatura. A reedição de um léxico tradicional faz-se pela utilização de formas pertencentes à experiência visual "comum", sem distinção de épocas ou estilos.

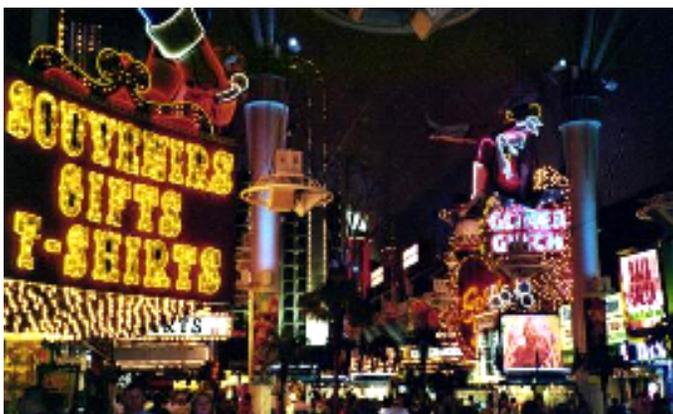


Figura 19 - O cerne do pensamento de Venturi, está na comunicação



Figura 20- A arquitectura e o significado

Em *Learning from Las Vegas*, dedica-se à análise de "Main Street", numa perspectiva da comunicação arquitectónica em detrimento da análise das formas arquitectónicas. Para Venturi, em Las Vegas não é a arquitectura que domina o espaço, mas é o signo, a sua forma escultural, a sua silhueta e os seus efeitos de luz, que cria uma cidade "transbordante de vida" de significações e de

⁵² Gilbert Lupfer - *Robert Venturi*. In AAVV - Teoria da Arquitectura do Renascimento aos nossos dias. Köln: Taschen, 2003

⁵³ Em *Complexity and Contradiction in Architecture* (1966) encontramos a defesa de uma arquitectura "equivoca":

"I like the complexity and contradiction in architecture. I do not like the incoherence or arbitrariness of incompetent architecture nor the precious intricacies of picturesqueness or expressionism. Instead, I speak of complex and contradictory architecture based on the richness and ambiguity of modern experience, including experience which is inherent in art."

Partindo de uma análise crítica da arquitectura, uma pequena "digressão histórica" sem pretensões científicas, onde identifica e investiga os aspectos que lhe interessam - a ambiguidade, a contradição e o antagonismo - presentes na arquitectura maneirista, barroca e rococó.

contradições. A metrópole é tida como uma sequência de imagens em movimento acelerado e a arquitectura como o suporte da informação.

Uma das ideias mais sugestivas é a respeito das duas modalidades de arquitectura comercial: o hangar decorado (decorated shed) e o pato (duck). O "pato" representa a apropriação da arquitectura pela forma simbólica, a construção comercial torna-se escultura, enquanto o hangar decorado representa uma construção funcional onde a decoração e indicação de função, se apresentam pela forma de um cartaz publicitário, quase destacadas da arquitectura.

A pesquisa de Venturi centrar-se-á na redescoberta de uma arquitectura portadora de signos: a recuperação de um determinado código que active uma "memória involuntária" e a contemplação do comum, da banalidade. É nesta relação com a cultura da vida quotidiana, ordinária que segundo David Harvey, se encontra um ponto fundamental da cultura e da sociedade pós-moderna.

b. Sociedade Informacional

Paradigma: Os Não-Lugares na Cidade - Marc Augé (1992)

O conceito de não-lugar⁵⁴ é proposto por Marc Augé, antropólogo francês, para designar um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade. O não-lugar investe-se de velocidade e movimento, um espaço de incerteza e ambiguidade. Para o fundamentar identifica a figura da **sobremodernidade** que refere como a "face de uma moeda de que a pós-modernidade nos apresenta apenas o reverso - o positivo do negativo", definindo-a através de três figuras importantes do excesso:

- a superabundância de acontecimentos (o tempo)

concretiza-se na aceleração da história, e na conseqüente necessidade de dar sentido ao presente: tudo se torna um acontecimento de tal forma que já nada é um acontecimento. A organização do mundo a partir da categoria "tempo" deixa de fazer sentido.

- a superabundância espacial (o espaço)

exprime-se nas mudanças de escala, um mundo cada vez mais pequeno e mais próximo; na acelerações e expansões das redes dos meios de transporte e na multiplicação das referências imagéticas e imaginárias comuns.

- a individualização de referências (o ego)

⁵⁴ Marc Augé- Não -Lugares, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Lisboa: Bertrand editora, 1994.

pelo enfraquecimento das referências colectivas e um processo de "singularização" das relações com o mundo que levam ao crescente individualismo: "o indivíduo pretende ser o mundo. Entende interpretar as informações que lhe são transmitidas por e para si mesmo".

Os não-lugares são o produto desta sobremodernidade, o oposto da noção de **lugar antropológico**:

"se um lugar pode se definir como **identitário, relacional e histórico**, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um *não-lugar*"⁵⁵.



Figura 21 - O não-lugar e os meios de transporte

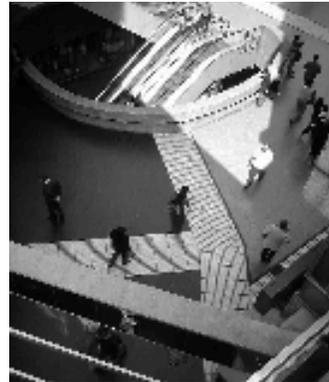


Figura 22 - Não-lugar, habitado

Em oposição aos lugares, os não-lugares não se definem como identitários, relacionais ou históricos. O *não-lugar* é descaracterizado e impessoal e representa-se por espaços públicos de rápida circulação. A partir dos não-lugares encontra-se um mundo do provisório e do efêmero, comprometido com o transitório e com a solidão: o espaço do viajante parece ser o arquétipo do não-lugar. Mas tanto o não-lugar como o lugar, nunca existem na forma pura, são aquilo que Augé chama "polaridades esquivas: o primeiro nunca se apaga completamente e o segundo nunca se realiza totalmente"⁵⁶.

A cidade da sobremodernidade, que encontra nos não-lugares a expressão máxima, não se pode ler a partir do tempo: "O tempo deixou de constituir um princípio de inteligibilidade". A superabundância de acontecimentos, a vivência do momento e do eterno presente, definem um cenário onde:

"Tudo se passa como se o espaço fosse ultrapassado pelo tempo, como se a história se limitasse às notícias do dia ou da véspera, como se a história individual fosse buscar os seus temas, as suas palavras e as suas imagens ao stock inesgotável de uma inesgotável história do presente."⁵⁷

Paradigma: A cidade genérica, Rem Koolhaas (1995)

⁵⁵ idem

⁵⁶ Marc Augé - op. ct.

⁵⁷ idem

A cidade genérica⁵⁸ é um olhar à metrópole contemporânea: uma sociedade de consumo de massa e de comunicação acelerada.

O ponto de partida é a constatação da “convergência” das cidades contemporâneas: a perda de identidade histórica, o turismo mundial, a homogeneização dos centros urbanos, fenômenos que podemos facilmente associar à globalização. A identidade concebida como uma forma de partilhar o passado desaparecerá, o exponencial crescimento populacional levará ao “esgotamento do passado”. O termo “**genérico**” aparece como o resultado final de um processo de homogeneização global: “un movimiento de liberación global: “abajo el carácter”? Que queda si se quita la identidad? Lo genérico?”⁵⁹

A cidade genérica - recusando as restrições da identidade, do passado, da histórica - é multirracial e multicultural, permanece aberta, **flexível**, correspondendo em cada momento às necessidades do “**agora**” como um reflexo da necessidade actual e da capacidade actual. É fácil, não necessita de manutenção. A **renovação**, a **expansão**, a **substituição** ocorrem sem obstáculos; é uma a cidade sem “problemas de consciência”: se se torna demasiado pequena , simplesmente expande-se, se se torna velha, simplesmente autodestrói-se e se renova.⁶⁰



Figura 23 - A cidade genérica onde a interação não é necessária



Figura 24 - Indiferente ao contexto

Curiosamente, apesar da **ausência da história**, esta torna-se a principal preocupação, a principal indústria, da Cidade Genérica⁶¹. O passado é ressuscitado através de intervenções urbanas “temáticas”: uma história produzida para ser consumida no **imediato**, com o desenvolvimento descomedido do turismo.

⁵⁸O ensaio “The Generic City” (a primeira vez publicado) no livro S, M, L, XL⁵⁸ em 1995. O texto-manifesto, enuncia e descreve em 14 pontos a cidade genérica, tomando como ponto de partida alguma tendências da cidade contemporânea (centrando-se sobretudo nas mega-cidades asiáticas).

⁵⁹ Rem Koolhaas - *La Ciudad Genérica*. Barcelona: Gustavo Gili, 2006

⁶⁰ idem

⁶¹ idem

Estruturalmente a cidade genérica é **fractal** : "una interminable repetición del mismo módulo estructural e simple"⁶². Formalmente, corresponde a um deslocamento para a periferia urbana, o espaço público desaparece, consequência da passagem dos grandes sectores da vida urbana para o **ciberespaço**. Apenas resta o espaço destinado à **circulação**, principalmente a automóvel: plataformas, pontes, túneis ou auto-estradas⁶³. Como elemento principal de ligação com as outras cidades, o aeroporto é o elemento mais característico da cidade genérica. Contém tudo o que a cidade pode oferecer: uma lufada concentrada de identidade **hiper-local** e ao mesmo tempo **hiper-global**. Cada vez mais cidades autónomas, os aeroportos estão em vias de substituir a cidade.

A cidade genérica é a cidade sem história, sem camadas, num processo interminável de **auto-destruição** e de **renovação**. O seu maior interesse reside nos grandes edifícios (grandes equipamentos) e na sua complexidade interna. A conclusão: a **cidade já não existe**, é indiferente, insubstancial, já não interessa.

Paradigma: A sociedade de rede, Manuel Castells (1996-97)

Castells⁶⁴ descreve a sociedade contemporânea como uma sociedade global, centrada no uso e aplicação da informação e do conhecimento, num contexto de gestão de processos de revolução tecnológica, crise económica e florescimento de novos movimentos sociais, com profundas mudanças nos sistemas de valores, nos sistemas políticos e nos sistemas de valores.

A interação desses três processos, paralelos mas independentes, durante o último quarto do século XX produz uma redefinição histórica das relações de produção, de poder e de experiência (individual e social). Uma característica importante da nova sociedade é a lógica da sua estrutura básica em redes. Castells apresenta-nos cinco aspectos centrais do novo paradigma:

- 1) a informação é matéria-prima;
- 2) as novas tecnologias tornam-se presentes em todas as actividades humanas;
- 3) a lógica de redes, adaptada à crescente complexidade das interações e a modos imprevisíveis de desenvolvimento; a qualquer sistema ou conjunto de relações
- 4) a flexibilidade de organização e reorganização de processos, organizações e instituições;
- 5) a convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado,

⁶² idem

⁶³ idem

⁶⁴ Manuel Castells- A era da informação : economia, sociedade e cultura. Vol I A sociedade em rede. Lisboa: Gulbenkian, 2003

A definição do conceito de rede é bastante simples: "rede é um conjunto de nós interconectados", que pela sua flexibilidade e adaptabilidade, podem explicar a complexidade das sociedades contemporâneas, neste paradigma informacional. Uma estrutura social organizada em redes, é um sistema dinâmico e aberto, onde a expansão é possível, sem a perda de equilíbrio; integrando simplesmente novos nós que partilhem os mesmos códigos de comunicação que os outros nós.

Uma nova lógica espacial emerge: o espaço dos fluxos. Os fluxos podem ser vários - mercadorias, capitais, informação, pessoas, decisões, etc. As relações de vizinhança e de hierarquia não se exprimem directamente na organização dos espaços : "social practices can now be simultaneous without being physically contiguous."⁶⁵

O espaço dos fluxos introduz outros conceitos como o "tempo intemporal" e o "espaço sem lugar". O "tempo intemporal", resultante da instantaneidade do tempo presente, o tempo sem tempo, que rompe com uma visão linear, irreversível, mensurável e previsível do tempo. Ao mesmo tempo no funcionamento das redes, o tempo é binário, não expressa sequência, conhece só dois estados - presença e ausência - tudo o que existe é "agora" (está na rede e é imediatamente acessível), tudo o que não existe tem de ser introduzido do exterior (está fora da rede e é inacessível).



Figura 25 - O espaço dos fluxos: uma rede integrada global



Figura 26 - Rede: pontos ligados

O espaço dos fluxos, dissolve o tempo, desordenando a sequência de eventos, tornando-os simultâneos, instalando assim a sociedade numa espécie de eterna efemeridade. Tudo pode acontecer em qualquer altura.

⁶⁵ Manuel Castells - "Globalization, Flow and Identity: The New Challenges of Design" in Saunders [ed] *Reflections on Architectural Practices in the Nineties*. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1996,

c. Comunidade e Governo

Paradigma: A metápole e o novo urbanismo, François Ascher (1995) (2001)

Na sua obra *Les Nouveaux Principes de L'Urbanisme* (2001)⁶⁶, retoma o conceito de **metapolização**: “conurbações, vastas, descontínuas, heterogêneas e multipolarizadas”⁶⁷ que corresponde também à recomposição social das cidades com a individualização do espaço-tempo, a flexibilização e personalização crescente dos horários de trabalho e a emergência de novos tipos de serviços públicos adaptados à diversificação das necessidades sociais. A cidade deve tornar-se um mecanismo para trazer estes diferentes sistemas em relações coerentes uns com os outros, e a arquitectura deve agir como o interface. Ascher sugere que a sociedade pode ser vista como um tipo de hipertexto, onde os indivíduos vivem em diferentes planos (texto do trabalho, texto da vizinhança, texto doméstico) e mover-se de um texto para o outro seja pela comunicação à distância seja fisicamente movendo-se de um lugar para o outro.



Figura 27 - O processo de homogeneização



Figura 28 - Heterogeneidade

O conceito ajuda-nos a compreender a vastidão de fenómenos presentes e emergentes e a traduzir em mudanças profundas nas maneiras de conceber, fazer e gerir cidades. Ascher propõe 10 princípios para um neo-urbanismo que se contrapõe ao anterior urbanismo modernista:

1. **Elaborar e gerir os projectos num contexto incerto**- Da planificação urbana à gestão estratégica
2. **Privilegiar os objectivos em relação aos meios** - Das regras exigenciais às performanciais
3. **Integrar os novos modelos de performance** - Da especialização espacial à complexidade das redes
4. **Adaptar as cidades à diversidade das necessidades** - Dos equipamentos colectivos aos equipamentos e serviços individualizados

⁶⁶ François Ascher- *Les Nouveaux Principes de L'Urbanisme*. Editions de L'Aube, 2004

⁶⁷ idem

5. **Conceber os lugares em função das novas práticas sociais** - Dos espaços simples aos múltiplos
6. **Agir numa sociedade fortemente diferenciada** - Do interesse geral substancial ao interesse geral processual
7. **Requalificar as funções dos poderes públicos** - Da administração à regulação
8. **Responder à variedade de gostos e procuras** - De uma arquitectura funcional a um desenho urbano atractivo
9. **Promover uma nova qualidade urbana** - Das funcionalidades simples a um urbanismo multisensorial
10. **Adaptar a democracia à terceira revolução urbana** - Do governo das cidades à governância metropolitana

Em conclusão, Ascher caracteriza o novo urbanismo emergente como: um urbanismo de dispositivos, reflexivo, de precaução, concorrente, reactivo, multivariado, estilisticamente aberto e multisensorial.

Paradigma: A cidade do espaço público e da cidadania, Jordi Borja (2003)

O ângulo de análise escolhido por Borja⁶⁸ é o espaço público e a relação entre a sua configuração e o exercício da cidadania, como o estatuto que permite exercer um conjunto de direitos e deveres cívicos políticos e sociais. O espaço público é também o espelho das novas realidades urbanas, especialmente as que se dão nas margens da cidade existente lançam novos reptos ao espaço público: a mobilidade individual generalizada, a multiplicação e especialização das novas centralidades e a força das distâncias parecem impor-se aos intentos de dar continuidade formal e simbólica aos espaços públicos. Borja encontra na dialéctica entre mobilidades-centralidades a chave do urbanismo moderno; e na concepção dos espaços públicos o factor decisivo.

Para Borja o espaço público é um conceito jurídico. Mas o que define a natureza do espaço público é o seu uso e não o seu estatuto jurídico; o espaço público pode acontecer onde não estava previsto: espaços intersticiais, edifícios abandonados... Ele supõe domínio público, uso social colectivo e a multifuncionalidade. Caracteriza-se fisicamente pela sua acessibilidade, como um factor de centralidade. Oferece e cumpre funções urbanísticas, socio-culturais e políticas: no bairro é a vida social e a relação entre elementos construídos, populações e actividades; na cidade liga e dá continuidade aos diversos territórios urbanos, proporcionando uma imagem de identidade e monumentalidade.

⁶⁸ Jordi Borja, Zaida Muxí - *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2003

Segundo Borja, a qualidade do espaço público é uma condição principal para a aquisição de cidadania.



Figura 29 - Lugar de relação entre pessoas



Figura 30 - Lugar de expressão comunitária

Assim como a sociedade actual, também os direitos que configuram a cidadania são muito mais complexos que no passado e devem adequar-se a populações mais diversificadas e individualizadas. Borja enuncia uma série de direitos urbanos e da cidadania, que aqui representam as necessidades e os desafios aos quais a cidade contemporânea e deve corresponder. Borja lembra que a reinvenção desta cidade da cidadania, do espaço público constructor-ordenador da cidade e do urbanismo como produtor de sentido é da responsabilidade de todos os seus intervenientes.

Se os territórios da vida social são hoje mais complexos e difusos que no passado; a cidade também é um produto físico, político e cultural complexo, como encontro, intercâmbio, cultura e comércio - uma cidade de lugares e não um simples espaço de fluxos. Ela emerge novamente como uma mistura, como espaço colectivo, como referente cultural:

"Construir la ciudad del siglo XXI es tener un proyecto de ciudadanía, ampliar los derechos de la tercera generación, el derecho al lugar y a la movilidad, a la ciudad refugio y a la identidad local, al autogobierno y a la diferencia, a la igualdad jurídica de todos los residentes ya la proyección exterior de la ciudad como entidad política abierta."⁶⁹

Paradigma: O renascer da cidade compacta, Richard Rogers (1997) (1999) (2005)

Após o período da ultraliberalização da economia e privatização/extinção de funções do Estado (incluindo o urbanismo) na era Thatcher, em 1998 o primeiro-ministro inglês Tony Blair convidou Richard Rogers para presidir à Urban Task Force um organismo dedicado às questões urbanas como objectivo⁷⁰ de identificar as causas do declínio urbano e estabelecer uma nova visão para as cidades.

⁶⁹ idem

⁷⁰ O resultado foi um relatório "Towards a Urban Renaissance" de Junho de 1999 com cerca de 100 recomendações destinadas a contribuir para a melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos. A estas recomendações o governo britânico respondeu com um Livro Branco "Our Towns and Cities: The Future- Delivering an urban renaissance". Em Novembro de 2005, seguiu-se um outro relatório - "Towards a Strong Urban Renaissance", um balanço das acções postas em prática até à época e uma redefinição dos objectivos baseados na experiência da acção no terreno da Urban Task Force.

O conjunto dos documentos produzidos representa o cerne de um movimento da defesa do regresso à cidade compacta: evitar a expansão periférica, trazendo um milhão de habitantes de volta ao centro de Londres (o objectivo parecia alcançável, embora passado dez anos nem dez por cento foram atingidos, certamente muito menos do que a oferta do crescimento das periferias continuou a registar no mesmo período).

A estratégia da *Urban Renaissance* passa pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação do ambiente urbano - uma mudança na maneira como entendemos e usamos as cidades. A oportunidade para uma mudança na forma e na produção da cidade terá como elementos impulsionadores:

a **revolução tecnológica**, centrada da tecnologia da informação e das trocas

a **ameaça ecológica**, baseada no "desenvolvimento sustentável"

a **transformação social**, a esperança média de vida e os novos estilos de vida.



Figura 31 - Sentido de tolerância



Figura 32 - Comunicação

Os elementos estratégicos da transformação da cidade serão:

Reciclar o uso do solo e dos edifícios, contribuindo para a melhoria de qualidade de vida em zonas e edifícios devolutos/desqualificados e evitando a ocupação de novas zonas.

Melhorar o ambiente urbano, valorizando os bairros como locais atractivos para viver, criando "unidades" compactas, com misturas de usos, bem servidas de transporte público, de serviços locais, com um forte sentido de comunidade e segurança.

Atingir excelência na liderança, participação e gestão promovidas pelas entidades locais. Estas devem ter recursos, poderes e legitimidade para poderem desenvolver um papel principal nas parcerias com a comunidade que representam.

Fomentar a regeneração com mais recursos e descentralizar competências em zonas desqualificadas. O investimento público deve ser usado para canalizar e estimular o investimento institucional e privado para o processo de regeneração das cidades.

A cidade compacta de Rogers é concentrada no Centro consolidado da cidade, em redor dos seus bairros, núcleos agregadores e centros de comunidade mas é no espaço público que se dá a interacção. A experiência da cidade é uma experiência partilhada - a partilha do mesmo espaço mas também do mesmo tempo.

Resumo sistemático e aplicações

Como vimos os modelos do pensamento paradigmático reflectem a contemporaneidade, como se gera a instabilidade na cidade, efeito das inovações tecnológicas, da reorganização espacial, de uma mudança nas relações sociais, etc. Dentro de uma vasta problemática, detectámos três linhas ou tendências, que alteram os paradigmas tradicionais da cidade frente às quais se desenvolvem os novos modelos:

- a. Uma tendência crescente de individualização na experiência quotidiana e o aparecimento de novos estilos de vida.
- b. O crescimento exponencial da cidade, a sua diluição no território a perda de referências tradicionais frente à complexidade e indeterminação.
- c. Uma tendência para a mobilidade, a necessidade de mais rapidez, flexibilidade e novas conexões físicas ou virtuais.

Considerando a terceira linha de conotação temporal mais estabilizada e de menor incidência crítica, recuperamos a definição dada às duas primeiras linhas de conotação temporal identificadas anteriormente.

- a. A primeira prende-se com a relação da comunidade e do indivíduo consigo próprio e com o espaço que habita - **identidade** -que se manifestam em relações de significação , de simbolismo, de projecção, de identificação, etc.
- b. A segunda relaciona-se com a forma de reacção à incerteza - **processo** - correspondendo às preocupações estratégicas do plano e do projecto da cidade.

É à volta destas duas problemáticas que podemos melhor sistematizar as propostas de novos paradigmas, com novos sentidos da temporalidade na cidade:



Processo

Figura 33

<p>Rede</p> <p>sistema de circuitos e mecanismos de troca que permitem a ligação entre vários pontos de acesso</p>	Castells	A rede como um sistema dinâmico e aberto
	Archigram	A rede tecnológica como uma base da cidade e da arquitectura
	Ascher	A organização do território como uma rede extensa
<p>Estratégia</p> <p>sistema pensado e planeado de forma a atingir um determinado objectivo final</p>	Ascher	A cidade como um processo aberto, estratégico e exigente. Projectar a incerteza ou a possibilidade
	Rogers	A intervenção estratégica na cidade, através de programas institucionais
<p>Transformação</p> <p>processo gradativo de mudança de estado ou condição</p>	Rogers	A reciclagem como filosofia de intervenção
	Koolhaas	O caos e o aleatório substituem o planeado A renovação e a substituição sempre que necessárias
<p>Comunicação</p> <p>processo de troca e transmissão de informação entre indivíduos através de códigos comuns</p>	Venturi	A arquitectura como comunicação. A comunicação como processo de construção da cidade
	Borja	A cidadania como processo de construção de um novo espaço físico e social
	Rossi	O tipo como o registo de uma estrutura temporal

Rede / Estratégia / Transformação e Comunicação são temas que mais evidenciam a componente da acção e do sistema, dando ênfase à **forma como se faz**, em detrimento do resultado final.

Identidade



Figura 34

<p>Símbolo / Significado Algo que representa e evoca algo, através de uma relação natural e intrinsecamente motivada</p>	<p>Venturi Rossi</p>	<p>O papel do símbolo como evocador de experiências O código e a relação com a identidade A memória colectiva como a partilha de um mesmo código</p>
<p>Consumo função que consiste na utilização directa das coisas de uma forma que as gasta</p>	<p>Koolhaas</p>	<p>Recusa da identidade histórica O genérico como um bem de consumo</p>
<p>Interacção acções e relações recíprocas entre dois ou mais corpos.</p>	<p>Rogers Borja Castells</p>	<p>A participação como forma de pertença A participação e a interacção com o outro A identidade como um instrumento "social" _ institucional, de resistência ou de projecto</p>
<p>Multiplicidade implica ou inclui diferentes elementos e opções</p>	<p>Augé Archigram Ascher</p>	<p>A ausência de relação identitária no não-lugar A autonomia do indivíduo como exercício de liberdade A sociedade de múltiplas identidades e de múltiplas possibilidades</p>

Significado / Consumo / Interacção / Multiplicidade são questões que mais evidenciam a natureza social e cultural das **relações entre os indivíduos e o meio envolvente**.

Estas duas "construções conceptuais" ajudam-nos a compreender e a organizar tendências e preocupações actuais de matriz temporal, isto é, onde o tempo desempenha um papel predominante. Ajudam-nos a perceber a complexidade e os vários níveis de relações intervenientes num exigente panorama de mutação e transformação que desafia as formas de interpretar a cidade de hoje e do futuro. Teremos de ver como na prática do desenho da cidade hoje, é indispensável uma matriz temporal; em particular nos princípios e métodos do Projecto Urbano.

2.2 FACTORES TEMPO NO DESENHO DA CIDADE

"Pero la ciudad tiene una fundación, es una empresa de fundación continua: no tiene un comienzo, un origen determinado y tampoco tiene un fin, un final definitivo, aun pueda agotarse y hasta desplomarse...la ciudad pelo hecho mismo de contener el tiempo, se nutre tanto de la **continuidad** como de la **discontinuidad**. Al igual que un relato".

Olivier Mongin, *La condición urbana*



Figura 35

Vimos como o pensamento teórico incorpora a temática temporal nos seus modelos e fundamentações. Mas como se apresenta ela no quotidiano da cidade contemporânea? Enunciamos neste ponto os principais factores temporais na cidade, procurando as dimensões temporais do urbano, numa relação próxima com a vivência e o quotidiano da cidade, com os seus processos e projectos, com o desenho da cidade e com os actores e com as ilações que nele têm lugar, tentando construir um retrato das "intervencões" do tempo na cidade.

Faremos uma relação de conceitos e problemas acerca do tempo na cidade. A partir das principais referências de Lynch, Carmona e Choay e ainda a colectânea de artigos "Time-based Architecture"⁷¹. Para além das reflexões teóricas sobre uma arquitectura "baseada no tempo" este livro incorpora uma série de projectos envolvendo o factor tempo, com especial destaque para as

⁷¹ Editada por Bernard Leupen, René Heijne, Jasper van Zwol, reúne uma colecção de artigos sobre arquitectura com o factor tempo em comum, como elemento base para a concepção do projecto.

questões da adaptabilidade e resposta à mudança. Destaca a importância de dar resposta aos novos desafios do desenho do desconhecido, da imprevisibilidade, de liberdade na "gestão" dos usos, introduzindo noções de flexibilidade, polivalência e semi-permanência, para uma arquitectura passível de receber novos usos.



Figura 36
Relações entre
tempo e espaço

O tempo juntamente com o espaço, formam a estrutura com a qual organizamos a nossa experiência. Importa então apontar e identificar a presença dos factores tempo na cidade. Onde encontramos o tempo na cidade, como verificar a sua importância na experiência do fenómeno urbano? Quais as suas dimensões e como se manifestam na cidade e nos processos urbanos da contemporaneidade? De que forma intervém e condiciona a evolução e a transformação da cidade? De que forma o podemos gerir como factor no projecto?

Para evidenciar o papel dos factores tempo no modo de "fazer" a cidade contemporânea equacionamos a problemática em doze problemas teóricos e práticos, para identificar com a temporalidade pode afectar o desenho e a vivência da cidade, e portanto, fundamentar um pensamento crítico:

1. O sentido do tempo e a experiência da Cidade
2. A expressão do efémero
3. A organização do tempo na vida urbana (e do tempo cíclico)
4. A integração e a partilha do tempo
5. Tempo Histórico - memória, conservação e mudança
6. O ciclo de vida e o valor - a sua interacção no edificado
7. Mutação: Mudança, continuidade e adaptabilidade
8. Substituição e mudança incremental
9. Espaço-tempo, Movimento e Velocidade
10. Deslocação e sentido de pertença
11. Os edifícios e a duração - os programas do transitório e do flexível
12. O Processo Participativo e a noção de Tempo Público, como matriz emergente.

1. O sentido do tempo e a experiência da Cidade

Podemos pensar no sentido do tempo na cidade em diversas dimensões ao longo das quais a estrutura temporal varia, como exemplifica Lynch, referindo-se a características que experimentamos, tais como:

- a. o seu grão - o tamanho ou a precisão em que é segmentado em frações.
- b. o seu período - o comprimento do tempo em que cada evento tem lugar
- c. o sua amplitude - o grau de mudança dentro de um ciclo
- d. a sua taxa - a velocidade a que as mudanças ocorrem
- e. a sua sincronização - o grau com que os ciclos e as mudanças estão em sintonia, ou começam e terminam juntas.
- f. a sua regularidade - o grau com que as características precedentes permanecem estáveis e imutáveis
- g. a sua orientação - o grau com que no caso da percepção humana a atenção é focada no passado, no presente ou no futuro.

Normalmente pensamos nestas dimensões estando intrincadamente juntas - o tempo é uma combinação natural de todas estas experiências. Podemos pensar no tempo, como um instante "intemporal", uma dimensão fugidia que não conseguimos localizar: contrariamente ao espaço, o tempo não tem "lugares" precisos nem fronteiras definidas. A experiência (da passagem) do tempo é uma sucessão contínua de agoras, nunca interrompida, nem possível de identificar.



o tempo da experiência _

duração limitada, por oposição à ideia de eternidade;
momento:
o instante, o agora, o evento, o efêmero

Figura 37 - Experiência

O âmago do nosso sentido do tempo é o sentido do agora, do presente; também para Lynch mesmo o passado e o futuro são continuamente representados e reinterpretados a partir da concepção do tempo presente. No pensamento sobre a cidade contemporânea, o agora, o instante são temas recorrentes. Por exemplo Virilio⁷² fala da fragmentação, de um "*tempo que se expõe instantaneamente*", Augé⁷³ da superabundância de acontecimentos e da predominância da vivência do presente face a tudo o resto.... a cultura da forma urbana será feita do sedimento acumulado de diferentes destes instantes?

⁷² Paul Virilio, op. cit

⁷³ Marc Augé, op. cit

O **evento** na cidade pode ser uma experiência fragmentada de instantes - acontecimentos isolados no tempo (e/ou no espaço) com um enquadramento temporal próprio. Nela podemos identificar o que hoje consideramos uma categoria natural - os eventos - acções finitas, acontecimentos localizados no tempo. Para Tschumi⁷⁴ o espaço da arquitectura não existe sem o **evento** - um incidente, uma ocorrência, um item particular de um programa - é a matéria da arquitectura.

Lynch refere o evento como uma celebração do tempo, quando num acontecimento num tempo específico é acompanhado por uma "reconfiguração espacial". Tradicionalmente relacionados com fenómenos da natureza ou com acontecimentos históricos, a celebração destes eventos reinterpreta para o presente a representação de "outros tempos". O tempo e o espaço do presente são reconfigurados pela re-apreenção de acontecimentos passados: comemorações de datas históricas, festas religiosas, festas pagãs, ritos da natureza, celebrações culturais, etc. Como reconhecer as marcas na "reconfiguração dos espaços", pela força simbólica destas celebrações, que ciclicamente as acolhem?

2. A expressão do efémero

Por vezes relacionado com a existência de eventos fugazes, outras com necessidades específicas, o **efémero** é cada vez mais uma condição de ocupação temporal do espaço, substituindo a "permanência" que ligamos às actividades humanas e à representação dos valores na cidade da antiguidade. Para Baudelaire a modernidade é o transitório, o efémero; para Simmel a cidade extensa era lugar do efémero.



Efémero

Figura 38 - Transitório

Para além de um desdém pelas heranças do passado - outra ideia de impermanência associada à arquitectura, o Movimento Moderno promove a ideia da arquitectura como produto mecânico ou mesmo uma máquina - produzida em massa para uma determinada função, descartada aquando da sua perda de utilidade. Mais tarde esta herança virá a produzir arquitecturas móveis e adaptáveis adoptadas como componentes de um urbanismo baseado na criação de eventos ou situações, patentes nas produções do grupo Archigram. Hoje, as possibilidades de interacção e participação que as novas tecnologias oferecem, trazem propostas para este meio.

A cidade da contemporaneidade faz o culto do efémero, dissolve qualquer tentativa da permanência. Trata-se de uma cidade instável, intermitente, constituída por eventos e estruturas efémeras. A natureza provisória põe em evidência o seu carácter temporal: mas o tempo é-lhe

⁷⁴ na série de livros Event Cities

inerente pela sua duração limitada, ou também pelos processos de construção e destruição nos eventos que acolhem?

Do ponto de vista das relações sociais e da economia ligada aos novos grupos móveis, ou **nómadas urbanos** que circulam em torno das indústrias da cultura e do lazer, Joel Kotkin⁷⁵ introduz o termo cidade do efémero para designar uma cidade de não-famílias e de nómadas modernos: a cidade efémera prospera promovendo o estilo de vida alternativo para um pequeno sector da sociedade. A designação de efémera provém por contraste da ausência de permanência e de "amarras" dos seus habitantes. Eles são jovens incansáveis, uma elite abastada e milhares de turistas. Mas pode colocar-se a dúvida se, apenas baseada na indústria cultural no efémero, a cidade perderá a sua relevância histórica, a cidade tornar-se-à numa Disneyland para adultos?

**Nómadas urbanos
culturas da cidade
do efémero**

A expressão do efémero é clara quando falamos de arte pública: instalações, performances artísticas, festivais temáticos, o flash-mob. São acontecimentos "extraordinários" da cidade, fogem da rotina do quotidiano, que através de uma intervenção temporária promovem uma transformação espacial. O efémero pode assim ser usado como um critério para a gestão de factores não definidos por formas construídas, permanentes, mas por relações, o "**software**" do **espaço público**. Questões como os horários de abertura, as tarifas de serviços urbanos, partilha de espaços e tempos de utilização, iniciativas de animação social e educação, isto é, de elementos relacionais, implicam a apropriação do espaço através de dinâmicas e experiências, e não de estruturas fixas, são acções com potencial para se tornarem um campo de actuação em si mesmas, possibilitando soluções criativas, intermitentes e múltiplas interpretações.

**Software de espaço
público**

Aquelas actividades, se forem associadas a tempos de indefinição (de decisões ou investimentos), em espaços intersticiais ou territórios expectantes (pendentes de negociação entre actores públicos e privados) podem ser entendidos eles próprios como estando temporalmente do âmbito da esfera pública, lugar de interacção entre uma cidade "permanente" e uma "cidade flutuante"?



Figura 39
Lugar expectante de
intervenção temporária

⁷⁵ Joel Kotkin - *The Rise of the Ephemeral City*. In *Metropolis Mag*, maio 2005

3. A Organização do tempo na vida urbana (e o tempo cíclico)

A repetição rítmica é uma das maneiras (talvez a mais simples) que nos podemos aperceber a passagem do tempo. A noção de **ciclo** está "abundantemente" presente na natureza: os ciclos da Terra, do corpo, da vida, da biologia, da água, etc.

O ciclo⁷⁶ de rotação de 24h da terra, é o ciclo dominante, através dele organizamos ciclos biológicos como dormir/acordar; organizamos as actividades diárias - trabalhar, lazer, horas de refeições; e com o qual se relaciona o ciclo anual de estações do ano (Carmona). O reflexo destes **ciclos naturais** está presente em todos os aspectos da cidade, eles influenciam a percepção e a utilização do espaço urbano:

- de dia ou de noite os espaços são usados de formas diferentes; (por ex. mercados de manhã, bares à noite....)
- as diversas estações do ano estimulam ocupações e programas específicos; (por ex praia e esplanadas no Verão, jardins na Primavera, pistas de gelos no Inverno.)

Esta variação das utilizações e das percepções do espaço, pode ser explorada pelos profissionais do desenho para incorporar variedade e complexidade no espaço, incorporando e usando o tempo da natureza e do corpo?

A organização do tempo, na cidade, é mais do que a organização da vida social. A componente cíclica do tempo liga-se cada vez menos a ciclos naturais, afastámo-nos de uma periodicidade orgânica e funcional "ditada" pela natureza e substituindo-a por um periodicidade mecânica, ditada pelo horário, pelo calendário e pelo relógio. Com a industrialização, o tempo tornou-se **mecânico**, que é alvo de **convenções de sincronização**.

Segundo autores como Toffler⁷⁷ ou Zerubavel⁷⁸ vivemos sob o regime do tempo "artificial", mecânico, regulado por computadores, sistemas de gestão e convenções sociais. Na cidade as actividades têm de ser geridas no tempo.

No modo mecânico de regulação, algumas actividades podem ser proibidas em certas horas para prevenir conflitos; outras separadas no tempo para aliviar a congestão; ou ainda articuladas para promover integração, a comunicação e a densidade de uso. Carmona avança que os espaços



tempo cíclico

sucessão de dias, horas, minutos e segundos; estação; quadra da natureza

Sequência, repetição, cadência, ciclo, sucessão, ritmo.

Figura 40
Ciclo Natural

Tempo mecânico Convenções sociais de sincronização

⁷⁶ Matthew Carmona .. [et al.] op.cit

⁷⁷ Alvin Toffler, op. cit.

⁷⁸ Eviatar Zerubavel - *Hidden Rhythms: Schedules and Calendars in Social Life*. Chicago: University of Chicago Press, 1981

urbanos que são bem "habitados" permitem que actividades complementares se acumulem no espaço e se relacionem de forma espontânea e complexa, resistindo a uma especialização temporal que fragmenta e compartimenta actividades.

Segundo Lynch⁷⁹ é o relógio que comanda a organização da vida da cidade (regemos as actividades diárias pelo horário imposto) e a cidade é o meio pelo qual nós "gastamos" tempo. E quando a maior parte do tempo é passada num ambiente interior, somos "privados" dos ciclos naturais da passagem do tempo. Muitos edifícios estão preparados para conceber um ambiente intemporal (ambientes e luz controlados, pouco contacto com o exterior...). Como as galinhas no aviário, no Centro Comercial, no Aeroporto, no OfficePark, e outros ambientes urbanos contemporâneos perdemos a noção do tempo?



Figura 41
O relógio "comanda"
a vida na cidade

O termo **sociedade 24 horas**⁸⁰ é usado para descrever o processo de mudança do uso do tempo e do padrão de actividades, por ex. o aumento de actividades nocturnas que anteriormente só se realizavam de dia. Esta sociedade quebra as restrições temporais que até "agora" estávamos impostos - a estrutura da 24/7 está em conflito com o "tempo natural, biológico". A tensão entre relógios internos e externos é exemplificada com o jet lag.

Cidade 24 horas Ininterrupção

Estas mudanças estão intimamente ligadas aos processos técnicos - electricidade, transportes, internet - que permitem suplantar a restrições anteriores. As distinções entre dia/ noite e dia de semana / fim-de-semana, estão a desaparecer. Como já vimos em Ascher⁸¹, num curto prazo teremos maior diversidade e liberdade para usar o tempo. Numa sociedade 24h os padrões são menos "regulamentados", mais associados a preferências individuais e menos previsíveis, induzindo uma possibilidade para a redução da congestão.

⁷⁹ Kevin Lynch op. cit.

⁸⁰ Leon Kreitzman - *The 24 Hour Society*. London: Profile Books Ltd; 1999

⁸¹ François Ascher - *Metapolis: acerca do futuro da cidade*

4. Integração e Partilha do tempo

Mas, se a "**desintegração**" do tempo conduz a uma maior liberdade individual, ela também produz uma sociedade onde é mais difícil a "sincronização" - no tempo e no espaço - as pessoas tornam-se as suas unidades de tempo, fechadas em "cápsulas" e comunicando com o outro por protocolos. É assim que para Bouman⁸² a partilha do tempo é essencial e o papel da arquitectura e dos espaços públicos decisivo para a integração: não são eles que podem introduzir diferentes ritmos temporais na cidade e promover o uso partilhado do tempo?:



Desintegração do tempo

Figura 42

Ritmos temporais

O padrão cíclico na cidade não se encontra só no quotidiano. A própria evolução espacial das cidades tem uma componente cíclica: **expansão e retracção, crescimento e declínio...** Embora estes ciclos possam não ter uma percepção tão imediata no dia-a-dia, os seus efeitos e impacto ficam bem marcados na cidade. Joel Garreau⁸³ encontra um padrão na construção de "grandes cidades":

"First there's a wild, enthusiast wave of growth. Then there's a bank collapse. During the collapse, people figure out which were the horrible mistakes they made and promise to fix them if the banks open again. Sooner or later the gods relent and the banks reopen, and there's a second wave of growth that heads off in the newly enlightened mode."

A revolução industrial vem alterar esta situação com o acelerar o ritmo, da escala e dos processos de mudança nas cidades. O crescimento da cidade tornou-se planeado, artificial, a cidade passava a estar sujeita a outra organização - o **planeamento da grande escala**, segmentada e controlada. No caso dos Modernistas, na relação com o passado a ênfase era dada às diferenças e não às continuidades.

Expansão retracção, crescimento declínio

A crise do planeamento nas grandes escalas

O legado do passado era visto como uma interferência com o futuro - as cidades do passado eram pouco saudáveis e demasiado densas, os novos desenvolvimentos por outro lado eram em edifícios altos rodeados de zonas verdes e espaço livre. Aqui a substituição em vez de ser lenta e localizada, dá-se por grandes intervenções com um forte impacto transformador no local. É a indústria que altera por si só o sentido do tempo na cidade, permitindo ambicionar a racionalidade

⁸² Ole Bouman - "Time-based architecture", *Archis*, 2, 2003, Disponível em <http://pro.archis.org/plain/object.php?object=424&year=&num=> [15/10/2007]

⁸³ Joel Garreau cit. in Matthew Carmona .. [et al.] op.cit

do planeamento total, ou é também o nascimento de um novo tipo de cidade, que está em gestação?

Sobretudo na época do pós-guerra, muitas cidades viram o ritmo de destruição e renovação acelerar-se com grandes repercussões tanto físicas como sociais: a perda do sentido de continuidade e de relação com o passado. Será como resultado deste processo que, nos anos 60, surgem os movimentos de conservação e defesa de ambientes considerados do "passado".

5. Tempo Histórico - memória, conservação e mudança

Aquilo a que se chama tempo histórico, geralmente é um tempo "compartimentado", organizado para explicar por contraste as diferenças entre cada período - o **tempo histórico** é a criação, selecção, e opção do historiador, resultado conjunto dos objectos, das fontes, das e das interpretações. Por exemplo, Giedion⁸⁴, elaborou uma história das mudanças ao longo da história, uma classificação histórica da organização do espaço arquitectónico ao longo do tempo.

Que fenómenos se enquadram nesta perspectiva temporal da cidade, a partir do Tempo histórico?



o tempo histórico

*período; época;
certo período
determinado em que
decorre um facto, um
longo lapso de anos:
o tempo da história,
o passado
institucional, o
"tempo parado no
tempo"*

Figura 43 - Contraste

Certos elementos simbólicos e lugares do "**tempo social**" são produzidos em celebrações de natureza religiosa ou comemorativa, com grande impacto na vida da comunidade. A evocação de factos e datas históricas adquire por vezes forte carácter económico-cultural, são responsáveis por alterações na cidade. Em que medida é semelhante, o que decorre da realização de Exposições Universais, Jogos Olímpicos, Campeonatos Mundiais, etc. como ponto de partida e exigência programática temporária de grandes necessidades infraestruturais, acabando por funcionar como oportunidade para a reconfiguração mais profunda da estrutura e do funcionamento da cidade?

Tempo social, Comemoração e celebração

As cidades são **locais de memórias**: escolher quem e o que lembrar, quais os elementos a conservar e a manter nas cidades é uma decisão histórica, política e cultural.

Locais de Memória

⁸⁴ Siegfried Giedion - *Space, time and architecture : the growth of a new tradition*. 5ª Edição. Cambridge : Harvard University Press, 1970

Reconhecendo que são muitas as justificações para a conservação, Tiesdell⁸⁵ avança com um lista das mais comuns: o valor estético; a diversidade e contraste arquitectónico, ambiental e funcional; valor de recurso; a continuidade da memória cultural e do património e o valor económico e comercial. Para outros⁸⁶ a preservação faz-se normalmente em artefactos simbólicos ou "ex-libris" de um determinado período. O que nos chega é um ambiente limitado: o tempo contínuo é representado de forma espasmódica dando uma visão "distorcida" do passado. É assim que para Lynch, a chave para a conservação é "desembaraçar" da ideia de preservar o passado.

E é com Lynch que avançamos com outras perguntas: que peças do ambiente urbanos devermos tentar reconstruir ou preservar; quais são as garantias para o "tratamento histórico"? Estamos a julgar e a avaliar o passado, escolhendo os momentos mais significativos em detrimento dos menos, retendo apenas o que nos parece melhor? Devem ser preservados locais porque estão relacionadas com pessoas ou eventos importantes? Porque se tratam de elementos únicos ou pelo contrário, porque representam o mais típico da sua época?

Já referimos que as preocupações com a **conservação e preservação** ganham destaque nos 60, até essa data a protecção incidia somente sobre edifícios singulares e monumentos históricos, Carmona considera esta a primeira vaga de políticas e estratégias de conservação. Na segunda vaga, a preocupação volta-se para grupos de edifícios históricos, para núcleos urbanos e para o espaço público, acompanhada por uma reacção à aniquilação do ambiente social, cultural e físico. Para além da protecção interessava assegurar a conservação e a gestão da "mudança". A terceira vaga, mais fragmentária, prende-se com o desenvolvimento de políticas locais de revitalização, com a consciência da necessidade de ter edifícios e zonas protegidas vivas e activas. Enquanto a maioria das políticas iniciais debruçavam-se sobre o "valor do passado", as mais recentes preocupam-se com o "futuro do passado": depois de protegidos e em bom estado de conservação, como manter a vitalizada e utilização dos artefactos salvaguardados?

Conservação e preservação

6. Ciclo da vida e valor - a sua interacção no edificado

Geralmente as políticas e práticas de conservação asseguram uma protecção administrativa e legal a edifícios históricos, prolongando o seu **ciclo de vida** mas ao mesmo tempo aumentando as probabilidades de obsolescência. Lynch⁸⁷ realça que sob o pretexto da preservação histórica, preservamos muito edifícios isolados de qualidade dúbia, com poucas capacidades de se suportarem sozinhos e de comunicarem com o ambiente e com as pessoas.

Ciclo de vida e valor

⁸⁵ Steven Tiesdell, Taner Oc, Tim Heath - Revitalizing Historic Urban Quarters. Oxford: Architectural Press (1996)

⁸⁶ Kevin Lynch op. cit.

⁸⁷ Kevin Lynch op. cit.

Para Carmona⁸⁸, a conservação de áreas históricas e edifícios frequentemente obriga a mantê-los em uso "activo" gerando a receita necessária à manutenção do tecido histórico. Tipicamente estamos perante um cenário de reconciliação entre os "desajustados" tecidos históricos e as actividades económicas a serem levadas a cabo neles.

É neste contexto de produção de valor que se define o conceito de "operações destinadas a valorizar o monumento histórico"⁸⁹. Será este conceito, que transforma o monumento num produto económico: conservação e restauro, encenação, animação, modernização, rentabilização, entrega e reutilização, um valor em si mesmo?



Figura 44

Operações de valorização

Lowenthal⁹⁰, observa perspicazmente que não há vantagem em salvar o passado se o que é salvo é alterado ou destruído até ficar irreconhecível. Lidar com a existência de edifícios e ambientes históricos não é uma questão simplista do velho ser melhor do que o novo, ou vice-versa, mas o ponto importante está na relação entre os dois. Actualmente são várias os conceitos e os **tipos de intervenção no edificado**, podendo-nos apoiar, para o sistematizar, numa compilação⁹¹ já adquirida:

- Preservação: manutenção do artefacto na sua condição física actual;
- Restauro: devolução do artefacto às suas condições físicas que teve em algum outro "estado" da sua vida;
- "Refurbishment" (conservação e consolidação): intervenção física no tecido do edifício para assegurar a sua performance futura;
- Fachadismo: preservação da fachada do edifício histórico, com um novo edifício atrás dela;
- Reconstituição: "remontagem" peça-a-peça de um edifício quer no local original, quer noutra local;
- Conversão: adaptação de um edifício para acomodar um novo uso;
- Reconstrução: recriação de edifício destruído no local exacto original;
- Replicação: construção de uma cópia exacta de um edifício existente;
- Demolição e desenvolvimento: demolição e limpeza com um novo desenvolvimento no local.

⁸⁸ Matthew Carmona [et al.] op.cit

⁸⁹ Françoise Choay, op. cit.

⁹⁰ Lowenthal cit. in Matthew Carmona [et al.] op.cit

⁹¹ James M. Fitch - Historic preservation: Curatorial Management of the Built Environment. Charlottesville: University Press of Virginia, 1990

7. Mutação: Mudança, continuidade e adaptabilidade

Muitas das estratégias de aproximações ao design urbano incorporam um sentido do lugar, advogando uma **continuidade** em vez de uma ruptura com o passado. Tal como já vimos em Carmona, também em Rossi a ideia de permanência está presente na cidade: apesar da mudança constante, da substituição de edifícios correntes, existe uma estrutura permanente, muitas vezes constituída por monumentos ou edifícios cívicos, que assegura num mundo em rápidas mudanças, a evidência visual e tangível do passado ajuda a construir um sentido de pertença, de continuidade e de identidade.



Continuidade

Figura 45
A contínua mudança

Francoise Choay⁹², no entanto, coloca reservas a um certo “fundamentalismo” ou excessos da “patrimonialização” associa num caso extremo esta necessidade de ter o passado no presente, a um processo de excessiva patrimonialização e culto do património: “como se tratasse de construir uma imagem da identidade humana, por via da acumulação de todas essas conquistas e de todos esses vestígios.”

A necessidade de uma imagem forte e consistente pode, antes de ser continuidade, ser resultado das transformações aceleradas da sociedade contemporânea?

A mudança é desejável ou inevitável, mais tarde ou mais cedo ela acontecerá: pode manifestar-se num crescimento, na decadência, numa simples redistribuição, numa alteração na intensidade, na alteração de forma, uma perturbação seguida de uma restauração, uma adaptação para novas exigências, uma mudança voluntária ou incontroláveis. O problema está em lidar com a transição de maneira eficiente. Num contexto de mudança⁹³ necessitamos de saber quais são os elementos que estão em mutação e quais os que se mantêm inalterados. Por exemplo em densos aglomerados com dinamismo económico, as necessidades e as oportunidades mudam constantemente, e a decadência natural ou o abandono não têm espaço para “actuar”, sobretudo nas zonas centrais, onde a intensidade de novas actividades consegue suportar o custo da renovação. O contrário não sucederá em áreas marginais, deprimidas ou sem dinamismo?

⁹² Francoise Choay op. cit.

⁹³ Kevin Lynch op. cit.

A cidade deixou de ser o objecto e o fim⁹⁴: tornou-se na condição, no ambiente ou ambiente cultural em que a intervenção urbana toma forma. Esta situação permite mais **transformações**, metamorfoses, que os modelos herdados da história das cidades podiam prever ou sugerir.

Hetzberger⁹⁵ refere que os arquitectos tendem a procurar a forma perfeita. No entanto, ela só será perfeita para o próprio: é possível tomar decisões e desenhar formas e os traçados, mas não se passa o mesmo com o controlo a sua utilização. Também poderemos dizer que o importante é a predisposição de se projectar não para uma só condição mas para muito mais que isso, tendo sempre em conta que todo o produto do desenho deve ser aberto para novas interpretações ao longo do tempo?

tempo da mutação

meio indefinido onde se desenrolam, irreversivelmente, as existências na sua mutação, os acontecimentos e os fenómenos na sua sucessão : a mutação, a mudança, a irreversibilidade, a evolução.

8. Substituição e mudança incremental

Os ambientes urbanos estão continuamente e inexoravelmente a mudar, sempre condicionados por mudanças económicas, sociais e tecnológicas. Até à revolução industrial (com excepções situações de catástrofes), a mudança no tecido urbano fazia-se lentamente e em pequenas parcelas em **processos de substituição**. Neste caso⁹⁶, em longos ciclos os elementos vão sendo substituídos por outros mais recentes ou mais adequadas às novas modas/exigências. As cidades evoluem "organicamente" ao longo do tempo, através de processos aparentemente naturais - as comunidades também desenvolvem naturalmente um sentido de continuidade e estabilidade em relação à envolvente física ?



Processos de substituição

Figura 46
Substituição de elementos

Carmona⁹⁷ realça que a robustez e a resiliência podem também caracterizar **elementos de mutação no espaço público**. Para tal um espaço deve ser:

- amplo - liberto de significativos elementos imóveis ou de divisões "unifuncionais"
- flexível - possibilitando várias configurações ou subdivisões consoante a utilização

Elementos de mutação

⁹⁴ Jean Attali "A Surpassing Mutation" in Rem Koolhaas [et al.] - *Mutations : Rem Koolhaas, Harvard Project on the City*. Barcelona : Actar, 2000

⁹⁵ Herman Hertzberger - "Time-based Buildings" in Bernard Leupen, René Heijne; Jasper van Zwol [eds.] - *Time-based Architecture*. Rotterdam: 010 Publishers, 2005

⁹⁶ Matthew Carmona [et al.] op.cit

⁹⁷ idem

- variado - não dominado por um tipo de infra-estrutura, de meio de deslocação ou uso, de modo a permitir uma sucessão de utilizações diversas e contraste.
- confortável - oferecendo condições de bem-estar consoante a hora do dia ou a estação do ano.
- sociável - suportando diferentes padrões de actividades sociais e estilos de vida

Carmona refere que quando as **mudanças de forma incremental** ocorrerem num largo período de tempo e, misturando o familiar com a novidade, tendem a ser estimulantes mas também confortáveis e bem aceites. Uma mudança que se baseie, ou se ancore no passado para projectar a imagem de uma futuro diferente replica o processo histórico de evolução e crescimento das cidades que cresceram lenta e organicamente. Mas nem todas as mudanças podem ser feitas ou pensadas desta forma. Aquando de uma **rotura**, por catástrofe ou outro motivo, dá-se uma ruptura clara do processo temporal em causa.

Mudanças incrementais e roturas ...

Nestes casos⁹⁸, embora aparentemente o cenário de partida seja uma imagem "assustadora", é mais fácil de lidar e de promover a mudança: toda a comunidade está motivada para a reconstrução e o sentido do planeamento é claro - desde que existam recursos é possível concretizar a obra. A estratégia para a reconstrução é relativamente directa: proteger os recursos humanos restantes, reabrir as linhas de comunicação e abastecimento, começar a acção rapidamente e assegurar a imagem e expectativas de toda a gente o mais segura e claras possíveis. No entanto o desejo de regressar à situação anterior pode ser tão grande que impeça a introdução de modificações. Re-edificar torna-se uma reconstrução histórica, a recriação da imagem da memória?

9. Espaço-tempo, Movimento e Velocidade

Na cidade estamos constantemente em **movimento**, mover-se de um lado para o outro é uma actividade diária e determina em grande parte a maneira como experimentamos o ambiente urbano. Segundo Carmona, a experiência do ambiente urbano é uma actividade dinâmica que envolve movimento e tempo, a experiência cinestésica de nos movimentarmos pelo espaço é uma parte importante da dimensão do desenho urbano.



Movimento

Figura 47
Experiência Cinestésica

⁹⁸ Kevin Lynch op. cit.

Em Townscape, desenvolvendo a partir de uma “cultura da viagem” que tem tradição literária e filosófica fértil com origem no romantismo, e por outro lado das então recentes teorias da percepção, Gordon Cullen apresenta como ambientes urbanos são experienciados como sequências temporais e dinâmicas. Para ele, o espaço urbano devia ser concebido a partir do ponto de vista do observador em movimento, **na relação espaço-tempo**. Cullen⁹⁹ refere o conceito de **visão serial**, uma análise sequencial do cenário urbano, um jogo constante entre a percepção dos lugares, uma relação entre tempo e espaço, a partir da experiência pessoal. Também para Bacon, a compreensão e a percepção do espaço têm um carácter sequencial: a articulação do espaço só pode ser experimentada através do movimento. Em Zevi¹⁰⁰, o movimento e o tempo fazem parte da experiência da arquitectura: ela só pode ser experienciada a partir do tempo. Influenciado pela concepção cubista, só através do tempo é possível percorrer “o olhar à volta do objecto de estudo”, conhecer a totalidade da complexidade do objecto. Uma arquitectura com espaço interior, com vivências, só pode ser apreendida pelo movimento, pelo deslocar no tempo?

relação espaço-tempo

propriedade que as coisas têm de coexistirem ou de se sucederem, considerada objectivamente; o movimento, a , velocidade, a rapidez.

O desenvolvimento de outras formas de viajar altera a forma como o ambiente urbano é percebido - a **diversas velocidades** e com diferentes níveis de relação com a envolvente. Carmona refere que enquanto a visão de um pedestre é acompanhada pela liberdade de parar e aproveitar o envolvente, um condutor vê a paisagem urbana a outra velocidade, construindo uma imagem parcial enquanto se concentra no trânsito.

Diversidade de velocidades de deslocação

Para Boer¹⁰¹, viajar é ocupar temporariamente um lugar, não só pelas experiência de movimento, mas porque podemos utilizar aquele tempo para fazer outras coisas. As novas tecnologias trazem uma série de novas possibilidades de experiências paralelas. O tempo de viagem é actividade: não só um percurso de um local para o outro, mas também que tipo de viagem experimentamos no dito. Ascher¹⁰² aprofunda o conceito de multi-mobilidade, o uso de diversos sistemas de comunicação e transportes, sucessivamente ou simultaneamente: usamos o portátil no comboio, o telemóvel no autocarro; somos peões mas também condutores, etc. Esta variedade de opções de nos movimentarmos e viajarmos na cidade, constitui uma multifacetada experiência urbana, ou um sacrifício da autonomia individual na organização do tempo social?

⁹⁹ Gordon Cullen - *Townscape*. London : Architectural Press, 1961

¹⁰⁰ Bruno Zevi- *Saber ver a arquitectura*. 2ª Edição. Lisboa : Arcádia, 1977

¹⁰¹ Florian Boer "The tempo of the city" *Archis*, 2, 2003, Disponível em <http://pro.archis.org/plain/object.php?object=876&year=&num=> [15/10/2007]

¹⁰² François Ascher op. cit.

Actualmente podemos encontrar um espaço na cidade exclusivamente dedicado à **circulação, o espaço-canal**: auto-estradas, vias rápidas, túneis, etc, que segregam a circulação e o movimento de outras actividades urbanas. Em muitos casos as vias "limitam-se" a dar acesso a determinados locais, formando "pelo caminho" barreiras entre os locais que atravessam. Outros casos existem em que o movimento está intricadamente ligado com e é gerador de outras actividades: a interacção entre as actividades existentes e o movimento de pessoas é um dos protagonistas da vida no espaço público. Borja¹⁰³ apresenta o caso Cerdá na Ensache de Barcelona, e a sua preocupação com a complexidade da rua, considerando outros elementos para além da sua componente de circulação - serviços para o habitantes, para os transeuntes, para os comerciantes. A opção é separar - formas não rígidas de separar as funções - mas não segregar permitindo a algum nível a interacção.

Por outro lado, Cowan¹⁰⁴ identifica que uma das maiores influências na densidade de edifícios e na intensidade de actividades em qualquer parte da cidade são os acessos e os caminhos que passam por ela. A vitalidade do lugar e do seu potencial é determinada em grande parte pelo movimento das pessoas que passam por ele. A rede de transportes e comunicações permite a troca de entre as pessoas: de bens, de informação, de dinheiro de ideias.... Este conceito de troca não será, afinal, a vida da cidade?

10. Deslocação e sentido de pertença

A deslocação também põe em **crise o sentido de pertença** a um lugar. Fraçoise Choay argumenta que os meios de transportes rápidos e a quase instantaneidade das telecomunicações permitem às pessoas escapar dos "constrangimentos" do local e da pertença ao lugar. Ao mesmo tempo que as dotam de uma mobilidade que reduz a distância entre os locais e as coloca em posição de exercer uma actividade ubíqua, também reduzem a experiência no mundo físico e o contacto directo com os homens.



**Crise do sentido de
pertença**

Figura 48

As relações entre lugar
e deslocação

¹⁰³ Jordi Borja op. cit.

¹⁰⁴ R. Cowan cit. in Matthew Carmona [et al.] op.cit

No contexto similar, como François Ascher refere, partindo da autonomia crescente em relação aos condicionalismos espaciais e temporais, resultantes dos novos meios de transporte e armazenamento de pessoas, bens e informações, resultará que o local deixa de ser o lugar imprescindível das práticas sociais?

O próprio conceito de Metapolis assenta como vimos numa estrutura de **redes de transportes** rápidos que conectam as pequenas às grandes cidades. Ascher refere o aumento das **migrações-pendulares** (ciclos de deslocações casa-trabalho) e da distância percorrida o que caracteriza o crescimento das metrópoles: à medida que a velocidade dos transportes aumenta, maior é a distância percorrida nas deslocações diárias no entanto o tempo médio usado em deslocações casa-trabalho de 1 hora mantém-se. Podemos admitir que estas transformações do sistema urbano das mobilidades e o desenvolvimento das tecnologias de transportes e comunicações não puseram ainda em causa a concentração metropolitana, no entanto não põem em causa antigos sistemas de centralidade?

Redes de transportes e migrações pendulares

Estabelecendo uma relação entre a aceleração do tempo e as evidências de um "mundo mais pequeno", Harvey¹⁰⁵ introduz o conceito de **compressão espaço-tempo**. A velocidade instantânea dos meios electrónicos propõe uma nova forma de experienciar o tempo, substituindo a noção de tempo-duração por tempo-velocidade e pela instantaneidade das relações sociais. A mesma concepção de "tempo desenraizado do espaço", utiliza Giddens para definir o conceito de globalização: "A intensificação das relações sociais à escala mundial, relações que unem localidades distantes de tal maneira que os factos locais são moldados por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância, e vice-versa"¹⁰⁶. São muitos os autores que hoje falam do impacto das novas tecnologias sobre o conjunto edificado das sociedades da segunda metade do sec. XX, linha de reflexão que pode ser resumida na ideia dos "urbanismos de redes" - desenvolvimento à escala dos territórios e do planeta de redes de **infra-estruturas técnicas** e mesma escala das redes de comunicações. As **redes** (fluidos, energias, transportes, informações, etc.) constituem um dispositivo sobre o qual é suficiente a qualquer estabelecimento humano - minúsculo ou gigantesco, singular ou formado por um agregado de unidades inumeráveis - articular-se para poder funcionar.

Compressão espaço-tempo

¹⁰⁵ David Harvey op. cit.

¹⁰⁶ Anthony Giddens op. cit.

11. Os edifícios e a duração - programas do transitório e do flexível

Enquanto os traçados das ruas e padrões urbanos mantêm-se ao longo do tempo, os edifícios e particularmente os usos do espaço mudam com mais facilidade. Casos existem¹⁰⁷ em que o edificado manteve-se ao longo dos tempos, mantendo a imagem e a estrutura exterior embora os usos (e por vezes alguns interiores) tenham sido diferentes. A maioria “sobreviveu” antes do advento das políticas de preservação e conservação do património histórico, provavelmente a “longevidade” se deva à sua robustez – a capacidade de acomodar a mudança sem alterar a sua forma física – e à manutenção da sua condição utilitária.



Figura 49
Acomodar a mudança

Para Brand¹⁰⁸ um edifício pode ser “decomposto” em camadas, correspondendo a vários **componentes e a longevidades** distintas.

Componentes e longevidade

Local: o lote definido legalmente pode durar várias gerações

Estrutura: fundações e elementos portantes podem durar de 30 a 300 ou mais anos

Pele: superfícies exteriores podem mudar de 20 em 20 anos.

Serviços: redes de abastecimentos, sistemas de comunicação, elevadores podem ser substituídas de 7 a 15 anos.

Plano espacial: o layout interior modifica-se de acordo com o uso estabelecido

Coisas: mobiliário, adereços, objectos pessoais que mudam de sítio todos os dias

A chave para criar edifícios robustos é permitir que as camadas “mais rápidas”, possam sem alteradas sem que as outras, “mais lentas”, tenham que sofrer mudanças. Para Lynch as estratégias para melhorar a capacidade de mudança passam por:

- prover capacidade em excesso,
- prover boas formas de comunicação,
- separar os elementos prováveis de mudar dos improváveis,
- dar espaço para crescer nas “pontas”, nos “lados” ou os sectores.

Já Brand, refere que **adaptabilidade** não é previsível, a melhor forma é “projectar com espaço extra”. Para ele três aspectos influenciam a **robustez** a longo prazo dos edifícios: a profundidade / distância entre fachadas, os acessos e a forma e dimensão das divisões.

Robustez e adaptabilidade

A robustez não é só uma característica formal ou funcional, passa também pelas significações ou

¹⁰⁷ Conzen cit in. Matthew Carmona [et al.] op.cit

¹⁰⁸ Brand cit. in. Matthew Carmona [et al.] op.cit

pelos símbolos que o edifício consegue incorporar. Frank Bijvendijk¹⁰⁹ descreve o conceito de sólido, nele incluiu para além da capacidade de acomodação aos outros usos, uma característica emocional que chame de "preciosidade" - o valor colectivo, ao grau de relação das pessoas com o edifício, a sua identidade reflectida nele. . Lynch salienta que apesar da doutrina modernista da "forma segue função", a relação entre actividades/uso do espaço e espaço / forma é complexa: podemos dizer que as actividades mudam ciclicamente e progressivamente no seu "contentor"?

Podemos assim argumentar, como Hertzberger¹¹⁰ que **o programa é parte temporária** do edifício, que pode deixar de fazer sentido na hora em que o projecto se materializar no local. A adaptabilidade surge desta forma como uma ferramenta para a resposta às necessidades contemporâneas, que advém da incerteza, do conflito de interesses, da imprevisibilidade, da diversidade, da mudança de estilo de vida.

Programa, como parte temporária de um edifício

O programa resulta assim como um conceito que é preciso gerir de forma dinâmica: procurando o maior número possível de certezas em cada momento, sabendo que em cada momento há zonas de incógnita sobre como as várias actividades se vão processar no edifício ao longo da sua vida, como se fará a sua gestão. O programa tornar-se-á então, o catalizador do potencial de adaptação do projecto, face aos factores do imprevisto?

A escolha está entre desenhar ambientes e edifícios que durem muito tempo, ou que durem pouco tempo. De um ponto de vista de **sustentabilidade** a melhor opção parecerá à primeira vista a de longo termo: onde a permanência se coordena com a mutação de forma a produzir espaço duráveis e reinterpretáveis. Hertzberger utiliza o conceito de polivalência para definir formas que são lúcidas e permanentes mas que mudam no sentido em que podem ser interpretadas diferentemente.

Sustentabilidade, duração

No mesmo tema, Bernard Leupen¹¹¹ refere que existem várias formas de introduzir a adaptabilidade na arquitectura: desde edifícios polivalentes, edifícios desmontáveis, edifícios permanentes e estáveis ou construções móveis. No entanto se os edifícios, as infra-estruturas ou os espaços urbanos tiverem uma vida muito curta, podemos assumir que o ambiente urbano se parecerá sempre uma estaleiro de uma obra - sempre em construção. O que pode representar uma desordenação do ambiente, e uma desorientação na nossa memória colectiva, não pode também pôr em causa a sustentabilidade?

¹⁰⁹ Frank Bijvendijk- "Solids" in Bernard Leupen, René Heijne; Jasper van Zwol [eds.] - *Time-based Architecture*. Rotterdam: 010 Publishers, 2005

¹¹⁰ Herman Hertzberger op. cit.

¹¹¹ Bernard Leupen - "Towards a Time-Based Architecture" in Bernard Leupen, René Heijne; Jasper van Zwol [eds.] - *Time-based Architecture*. Rotterdam: 010 Publishers, 2005

12. Conclusão: o Processo Participativo e a noção de Tempo Público, como matriz emergente.



Figura 50

Como indivíduos de uma sociedade, temos a necessidade de desfrutar de um presente comum, alargado pelas expectativas futuras e por memórias passadas. Como forma de responder a esta necessidade de nos situarmos, de nos localizarmos no tempo, Lynch advoga um modelo público de representação da cidade temporal e espacial onde se incluiriam: flutuações de tempo curto, do imediato e também mudanças a longo tempo, imagens do passado, presente e futuro próximo.

Desta forma o ambiente urbano pode ser um facilitador do processo de "**localização**": o passado e o futuro podem ser "usados" para alargar e estabelecer ligações, relações e contraste com o presente. Este "stock de informação temporal e espacial" corresponderia a representações próprias onde se incluiriam por exemplo: mapas e modelos da mudança, slides, filmes, gráficos de computadores, etc, comunicando a imagem do que estava a acontecer.

Processo de
"localização"

Se o ambiente urbano for capaz de acomodar as amplitudes actuais do tempo, que já identificamos anteriormente, ele pode ter como objectivo primordial a construção, pela integração de todos os factores, de um "**tempo público**". Este tempo público pode "acontecer" se:

Tempo público

- aos indivíduos for dada a oportunidade e o conhecimento de **construir** e criar a sua **ordem temporal**, tanto a partir das pistas e das características do ambiente urbano; como apreendendo a estrutura temporal dos seus corpos; estabelecendo uma comportamento em sintonia com estes parâmetros.
- for possível o estabelecimento da **participação** como um processo de construção do tempo é uma oportunidade de incorporar num "tempo comum", o nosso próprio sentido do tempo, pessoal e individual, e a relação com o "Outro" e o seu sentido do tempo.

Construir uma
ordem temporal

Participação

Numa concepção participativa, a arquitectura e o desenho urbano assumem uma posição onde o processo e a duração têm tanta importância como a forma; onde o processo de "construção" faz parte do seu significado. Onde o tempo da experiência está na necessidade de criar experiências colectivas - como a arte da criatividade espacial no tempo público. Só quando a cultura da mudança estiver enraizada e incorporada no tempo público e partilhado deixará de parecer um estado permanente de transição mas tornar-se-á um destino.

A questão se coloca é se esta a noção de **tempo público ou partilhado** pode impor-se como referência de continuidade perante o óbvio processo de fragmentação tempo?

Tempo público ou partilhado

O objectivo é tornar-nos conscientes da precedência comum e da vivência conjunta do agora, onde experimentados o fluxo de eventos e no qual podemos incorporar os nossos medos e esperanças. É o sentido de partilha do tempo, associada à partilha do espaço, que permite que as pessoas vivam em harmonia uns com os outros: partilhar mais que o relógio, a duração, a experiência, a sensação de existência autêntica. É a partir da experiência partilhada do tempo que se pode atingir um nível onde se reconheça o próprio no outro, nos seus mundos, ritmos e ideias...



Figura 51
Flashmob – uma experiência partilhada do tempo na Cidade

3. O PROJECTO URBANO E A CIDADE CONTEMPORÂNEA

"Mas ninguém poderá conhecer uma cidade senão a souber interrogar, interrogando-se a si mesmo. Ou seja, se não tentar por conta própria os acasos que a tornam imprevisível e lhe dão o mistério da unidade mais dela. "

José Cardoso Pires, Lisboa Livro de Bordo



Figura 52

Se hoje o factor tempo tem de ser cada vez mais valorizado na compreensão do fenómeno de crescimento e mudança do urbano contemporâneo ele também é determinante nas novas condições para a regulação e para o desenho da forma urbana.

Já vimos no ponto anterior como a noção de temporalidade está presente de muitas formas na cidade e na sua transformação, como a diversificação de actores e interesses, a globalização e a compressão do espaço-tempo, como os novos meios de deslocação e comunicação, como as condições de organização da cidade, como a participação dos cidadãos e a construção da memória colectiva, são parte de uma reflexão teórica pluridisciplinar. Interessa-nos agora perceber como é que essas forças/expressões são representadas no modo de fazer a cidade.

As "estratégias de desenho" dependerão das noções de temporalidade: os seus aspectos mais certos (provavelmente mais permanentes e estruturantes), e mais incertos (talvez mais fugazes e oportunistas). Tentaremos agora com apoio na teoria responder a três tipos de questões que nos ajudam a explicitar como pode o factor tempo ser incorporado nas estratégias de desenho da Cidade, para depois abordarmos, em concreto, o Projecto Urbano contemporâneo.

Questões estratégicas no desenho:

- a. **Se o tempo é tão importante na experiência da cidade, porque nos situa, porque integra, porque constrói uma imagem forte de presente, com pontes para outros tempos e outros espaços, porque contrasta ideias pré-concebidas, como torná-lo então presente e activo no desenho da cidade?**



Figura 53

O tempo como elemento que nos situa na vida da cidade

Lynch, por exemplo avança com alguns métodos ou estratégias de tornar o tempo visível e de o incorporar no desenho da cidade:

- collage temporal - acumulação visível de eventos e artefactos históricos, criando uma profundidade histórica; a justaposição do recente e do antigo é revelador da passagem do tempo;
- contraste episódico - exposição de estados recorrentes e opostos, tornando-nos cientes do tempo rítmico por contraste do presente com outro estados passado ou esperados;
- exibição directa da mudança - quer seja pela transformação de uma "cena" ou mudando o ponto de vista do observador, a mudança pode ser suficientemente palpável para ser percebida na experiência do presente, dramatização das modificações contínuas do presente
- design para o movimento - atingir uma impressão dinâmica do ambiente urbano usando o movimento como ferramenta de desenho.
- padrão da mudança a longo prazo - tornar visível e simbolizar mudanças que de outra forma imperceptíveis.

A "mudança ambiental" poderá então ser vista como uma forma estética temporal - gradientes, sequências e ritmos planeados ao longo tempo.

Todas estas formas de tornar a mudança no ambiente numa experiência estética, abrem portas à **experimentação e à participação**, contribuindo para uma experiência do urbano mais rica, ao mesmo tempo que servem para vivificar e tornar coerente a nossa imagem do tempo.

- b. **Questão decisiva para o desenho da cidade hoje, é a atitude face à incerteza e à imprevisibilidade: Devemos compreender então o espaço urbano e vida da cidade como inerentemente instável?**



Figura 54
Instabilidade e
imprevisibilidade
no contexto
urbano

O desafio de hoje é produzir novos mecanismos de acção, que permitam responder aos constantes estímulos de incerteza ou indeterminação do contexto global. Que mecanismos serão esses?

- Para Manuel Gausa ¹¹² uma atitude sensível ao processo dinâmico e interactivo que define o entendimento da contemporaneidade;
 - Por seu lado, para Sechhi¹¹³ é a necessidade de abandonar as falsas dicotomias do passado: concentração vs dispersão, projecto vs plano, planeamento urbano vs arquitectura, design vs politica, etc e encontrar outras formas, mais profundas, de reflectir sobre a nova situação. E dada a multiplicidade de acontecimentos, a previsão do futuro deixou de ser possível: não existem variáveis únicas ou sistemas que o permitam fazer;
 - Para outros autores, ainda, a instabilidade e a incerteza colocam em crise a própria noção de ordenação, promovendo a noção de uma espontânea função “irrigadora”: Mesmo descrente no futuro do urbanismo, Koolhaas¹¹⁴ afirma que se existir um novo urbanismo, não será baseado na ordem e onipotência, não se debruçará sobre a disposição de objectos mais ou menos permanentes, mas terá de dar protagonismo à **incerteza**, irrigando territórios de potencial.
- c. **Se a indeterminação está presente na nossa experiência da cidade e da arquitectura, como considerá-la no processo de desenho? Como podemos lidar com aspectos temporais de indeterminação quando estamos a desenhar para a longo prazo?**

¹¹², Manuel Gausa "Dynamic Time - informal order- Interdisciplinary trajectories" in Bernard Leupen, René Heijne; Jasper van Zwol [eds.] - *Time-based Architecture*. Rotterdam: 010 Publishers, 2005

¹¹³, Bernado Secchi, "Diary of a planner - Modification". Planum disponível em <http://www.planum.net/topics/secchi-diary.html>

¹¹⁴ Rem Koolhaas [et al] - *Mutations: Rem Koolhaas, Harvard Project on the City*, Barcelona : Actar, 2000



Figura 55

O desenho e a indeterminação. Como lidar?

É o que nos diz Secchi ¹¹⁵:

"A instabilidade da cidade contemporânea, o contínuo deslocamento e reorganização das diversas actividades, a obsolescência e a desactivação, os fenómenos de degradação e filtering-down aos quais dão origem, as acções de reutilização, recuperação e upgrading que eventualmente lhes seguem, as políticas de gentrification de partes limitadas e circunscritas da cidade das quais é palco são, ao mesmo tempo, a causa e a expressão dos valores posicionais e dos horizontes de sentido que se apresentam a nós sob a aparência de caos."

Diz-nos ainda Lynch que **a gestão da mudança deve ser um processo cumulativo e de transição, em vez de um salto para um futuro determinado**. A definição de estratégias e de horizontes temporais ou a ligação entre mudança social e física, podem ser usados para mediar a mudança, tornando-a legível e aceitável e controlando técnicas de planeamento onde objectivos e situações mudam sucessivamente. Assim, o desenho da cidade não necessita de ser sujeito a planos de uma extensão muito longa (o que só fará aumentar a indeterminação). Pelo contrário é necessário manter o controlo do presente, agir no futuro próximo e manter o futuro longínquo aberto para explorar novas possibilidades, mantendo a capacidade de responder à mudança. Neste caso é crucial melhorar o processo de controlo e decisão pelo qual o ambiente é constantemente replaneado. Conhecer esse processo, fará parte, só por si, de estratégias de determinação:

- reduzir o tempo de "espera" entre o desafio e a resposta, estabelecendo uma monitorização e controlo;
- descentralizar decisões para os pontos de melhor informação;
- experimentar e desenvolver alternativas testáveis, pode aumentar a capacidade de adaptação sem interferir com características físicas.
- à medida que as possibilidades futuras vão sendo mostradas, e as suas ligações com o presente traçadas, antevemos o que pode ser feito no futuro.

¹¹⁵ Bernardo Secchi, *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2007

3.1 SOBRE O PROJECTO URBANO - o processo e o projecto



Figura 56

No cenário actual¹¹⁶, em que as intervenções públicas são mais selectivas e interactivas, a prioridade é tentar alcançar determinados efeitos qualitativos e catalizadores. O que se pretende é requalificar a cidade (num sentido lato) actuando por intervenções concretas, sempre e quando é possível reunir um conjunto de condições físicas, económicas e sociais, de agentes públicos e privados dispostos a intervir. Estas intervenções podem-se designar como "projectos estratégicos" porque visam objectivos mais amplos do que aqueles que os viabilizam como negócios. O método estratégico é mais contínuo e menos definido espacialmente, e pode manifestar-se pela articulação de variáveis económicas e sociais com acções de natureza territorial.

Para Secchi¹¹⁷ o projecto para a cidade mudou. Mudou o seu lugar na sociedade, mudaram as suas premissas, os enquadramentos conceptuais e os modos de representação, e sobretudo o processo pelo qual as hipóteses levadas adiante pelos projectos são actualizadas na cidade e no território.

O planeamento moderno nasceu como uma disciplina autónoma com um determinado papel social e fundada em técnicas específicas. A atenção era dada à cidade como um imenso capital social fixo. Hoje o projecto da cidade contemporânea tem um horizonte temático muito mais vasto, explora situações muito mais variadas, rejeita a unificação, a codificação e a redução formal e linguística. O projecto da cidade contemporânea refuta o pressuposto de homogeneidade do território. Ele muda, localmente e ao longo todo tempo, como uma espécie de ponto de fuga no qual se reflecte, a cultura do lugar e da época, a história, a vivência, a sensibilidade e as tensões da população.

Tal como já vimos em Ascher, também para Secchi a prática do urbanista tem hoje características distintas das do passado: ele deve obter o consenso de uma multiplicidade de sujeitos individuais ou colectivos, de sujeitos movidos por interesses e aspirações muitas vezes opostos, ao mesmo tempo

¹¹⁶ Nuno Portas - *Do vazio ao cheio*. Cadernos de Urbanismo nº2, Disponível em http://www2.rio.rj.gov.br/paginas/noticias_caderno_ed2-1.htm [17/07/2008]

¹¹⁷ Bernardo Secchi, "Diary of a planner - Projects, visions, scenarios". Planum Disponível em <http://www.planum.net/topics/secchi-diary.html>

que se ocupa de maneira explícita da construção de um futuro que se estenda a longo prazo. No entanto, estas novas características parecem ainda não ter correspondência (pelo menos na mesma medida) de outras formas projectuais, outras formas de descrição técnicas, interessadas num futuro possível, quer num aspecto particular, quer nas estratégias necessárias para o construir simultaneamente em várias direcções e em vários níveis, cruzando escalas de tempo e espaço físico, institucional e poder.

De que forma responde ou pode responder o projecto urbano a estas exigências? E este “Projecto” significa “plano”, “estratégia” ou “desenho”? Há pois necessidade de definir Projecto Urbano. Pragmaticamente poderemos definir o Projecto Urbano¹¹⁸ como algo que está entre os campos da Arquitectura e do Urbanismo, ou que os integra a ambos, numa lógica de projecto. Urban Design e Projet Urbain, referindo-se à mesma realidade processual e metodológica, terão algumas nuances nas culturas francófona e anglófona, mas a matriz tem as mesmas características com variantes que hoje podemos dizer serem mais ou menos consensuais entre vários autores:

- A representação gráfica de um estado projectado, em torno de morfologias urbanas (isto é da forma urbana) objecto de desenho em função do espaço público.
- A actividade de se projectar no futuro, para concretizar objectivos sobre as actividades humanas, respeitante a uma escala de démarche estratégica
- Uma acção ajustada a uma visão previsível de futuro, por oposição ao plano, baseado em zonamentos e índices
- Uma renovação urbana, visando “reparar” o tecido urbano desenvolvendo uma capacidade de integração social

A estas características, Arab¹¹⁹ adiciona as referencias à governância, integrando conceitos como o parceria para fazer convergir investimentos, a negociação e participação de diferentes interesses e actores, sendo o projecto um instrumento de coordenação e mobilização e comunicação (para construir parcerias e para produzir consensos), numa actividade de co-concepção mas também de gestão de escolhas e decisões. Trata-se, em resumo de uma lógica de produção (por vezes usa-se a designação de “operação”, que revela mais os factores de organização e menos os aspectos conceptuais), organizada numa sequência temporal de acção.

¹¹⁸ Pedro Brandão - *Ética e Profissões, no Design Urbano: Convicção, Responsabilidade e Interdisciplinaridade*, Tese para a obtenção do grau de doutor, Universidade de Barcelona, 2004.

¹¹⁹ Nadia Arab - "La coproduction des opérations urbaine : coopération et conception" in *Espaces et sociétés* 105/106, *Projet urbain, maîtrise d'ouvrage, commande*, Paris : L'Harmattan, 2001

Gestão da certeza e incerteza no Projecto Urbano - cenários, hipertextos, visões



Figura 57

Hoje também os instrumentos¹²⁰ de planificação do território têm de se adaptar às novas realidades. Isto exige do plano, mecanismos de regulação variável que substituam as usuais regras sobre o que se pode ou não fazer, por regras sobre como e com que critério deve ser tomada a decisão administrativa, quando intervêm inputs ou como se geram iniciativas que não dependem exclusivamente de agentes tradicionais.

Para Bernard Leupen¹²¹ a velocidade da modernização e a imprevisibilidade inerente ao processo de mudança torna muito mais difícil estabelecer uma realidade viável para elementos de transformação mais lenta. No caso do projecto urbano estes factores ainda são mais preponderantes. Um projecto requer o nível máximo de certeza possível para ser realizável, mesmo quando a conquista de certeza se processa por etapas. Nesse caso¹²² as possibilidades dependentes de respostas exógenas e efeitos catalizadores das primeiras fases irão definir-se gradualmente.

Por outro lado, diz-nos Carmona que se um projecto nos pode dar algumas certezas a longo prazo, reduzindo o risco do desenvolvimento, ele só é viável se mantiver flexibilidade suficiente para se adaptar aos processos emergentes e evolutivos da mudança: para resistir aos imprevistos, o projecto urbano deve conservar **graus de liberdade** entre as suas partes sem que perca elementos de continuidade e legibilidade. Este sistema asseguraria que a integração das formas e da mistura de actividades, através de estratégias de implementação com diversas molduras temporais, acções e objectivos a curto-prazo, médio-prazo e longo-prazo.

¹²⁰ Nuno Portas- *El Surgimiento del Proyecto Urbano*. Perspectivas Urbanas nº3, 2003 disponível em <http://www.etsav.upc.es/urbpersp/num03/art03-2.htm>

¹²¹ Bernard Leupen "Towards time-based architecture" in Bernard Leupen, René Heijne, Jasper van Zwol[eds.] - *Time-based Architecture*. Rotterdam: 010 Publishers, 2005

¹²² Nuno Portas- *El Surgimiento del Proyecto Urbano*. op. cit.

Esta relação entre graus de incerteza¹²³ é a principal características do projecto urbano. Este, variável por definição e geometria, responde à natureza da actuação e do desenvolvimento temporal previsto, ou os diversos graus de incerteza de cada componente. Torna-se necessário definir um conjunto de **regras sintácticas** (e semânticas) para articular projecto e execução, onde cliente e projectista não são ainda conhecidos, ou sendo-o não estão em condições de estabelecer um programa nem de definir a própria contribuição para o conjunto. Assim o projecto urbano¹²⁴ é o resultado de uma complexa iniciativa complexa, que traduz com maior visibilidade inicial os traçados de infra-estrutura, as sugestões de imagem urbana e também as regras de negociação com os agentes para aquilo que não possa ou não deva ficar completamente definido na ocasião de arranque.

A actividade do desenho e de projecto urbano tem sempre o final em aberto e em evolução, o que torna as intervenções e as contribuições num **sistema dinâmico**. O projecto urbano não pode portanto ser entendido como uma ampliação do projecto de arquitectura, trata-se de outra coisa. É um projecto que se constrói por layers, com diferentes representações, geometrias e graus de incerteza, incorporando como elemento fulcral o factor tempo. Incorpora diferentes lógicas de fazer cidade, diferentes intervenções em momentos distintos.

Os diversos elementos urbanos são tratados em combinações ou sequências diversificadas em que as interligações, os contactos e as referências estão sempre em mutação. A metáfora utilizada é a do **"hipertexto"**¹²⁵ em que as grelhas gerais de aspectos/itens a considerar estão definidas, (por exemplo a ecologia, as infra-estruturas, e as actividades) e cada um desses aspectos, se estrutura, ele próprio, numa outra grelha temática, mais fina, e assim sucessivamente. A actuação e a reflexão sobre o espaço urbano, as nossas linhas de acção andam dentro dessas sub-grelhas, fazendo ligações: Uma estrutura de hipertexto permite-nos passar de um meio para o outro, participar em múltiplas interacções, participar numa infinidade de significados urbanos, etc.



Figura 58

O hipertexto permite múltiplas interacções e múltiplos significados

¹²³ idem

¹²⁴ Nuno Portas - *Do vazio ao cheio*. op. cit.

¹²⁵ Nuno Portas- "El Surgimiento del Proyecto Urbano". op. cit.

Num contexto similar Secchi¹²⁶ apresenta o conceito de **cenário**: um termo polissémico, muitas vezes usado para definir aproximações, ou referências a um futuro - bom ou mau - imaginado como possível. Cenários são tentativas de inquirir "o que aconteceria se?", num contexto de transformações urbanas com vários e distintos interesses antagónicas, podemos inquirir o que aconteceria se, submetendo-as a uma rigorosa crítica as transformássemos, obtendo imagens do futuro - cenários - que seriam parcialmente incompatíveis. Para Secchi é neste antagonismo que reside a sua importância. Dado o contexto actual de incerteza, os procedimentos dedutivos não conseguem hoje ajudar a construir uma política urbana e territorial coerente. A estratégia a seguir passa por uma construção paciente e contínua de cenários, um processo de escolha entre "imagens antagónicas" produzidas por assuntos /sujeitos conduzidos por interesses que são parcialmente incompatíveis. A construção de cenários transforma a construção do projecto da cidade e do território numa operação que é profundamente diferente daquela vinda do passado. "Não é uma questão de refinamento metodológico, mas de uma reviravolta epistemológica."

Uma ferramenta essencial para o design urbano é a criação de uma **visão** que explore as oportunidades actuais do local e do contexto, ao mesmo tempo que desenvolve planos e estratégias capazes de serem implementadas com sucesso. O conceito, encontrado em Carmona, é também desenvolvido por Secchi¹²⁷, de uma forma mais aprofundada. Uma visão não é um plano - é ao mesmo tempo menos detalhada e mais complexa; não define direitos e deveres específicos ou constrói procedimentos executivos, mas delinea um "ponto de desaparecimento", um horizonte de significado enquanto especifica a estratégia para o atingir. Uma visão é aberta e flexível, dotada de poder discriminador a partir de uma base lógica de coerência formal e substancial.



Figura 59

Uma visão - um horizonte de significado

O projecto da cidade tem de tentar regressar ao seu papel inevitável: a construção de visões onde cada acção e cada projecto pode encontrar a sua legitimação, através de uma base científica e do controlo contínuo de cenários.

¹²⁶ Bernardo Secchi, "Diary of a planner - Scenarios". *Planum* disponível em <http://www.planum.net/topics/secchi-diary.html>

¹²⁷ Bernardo Secchi, "Diary of a planner - Projects, visions, scenarios" op. cit.



Figura 60
A estratégia:
interacção entre
actores

Concluindo, compreendendo o que se designa hoje por “projecto urbano”, relacionamos o que se pensa sobre o tempo como factor a ele directamente ligado: o tempo é cada vez mais valorizado não só na compreensão do fenómeno de crescimento e mudança do urbano contemporâneo, mas também no “desenho de estratégias”, nas novas condições para a sua regulação e para o seu desenho, como processo de transformação e interacção entre projectos de distintos actores, que pode ser programada através de um elenco de acções, como por exemplo:

- Substituição de usos ou de elementos edificados (reconversões)
- Ocupações transitórias ou progressivas (património “vago”)
- Concepção de eventos “disparadores” de transformação (awareness)
- Construção faseada de infraestruturas ou equipamentos (âncoras)
- Formas de negociação entre actores ou estratégias de comunicação (marketing)

Nas escalas e procedimentos do “projecto urbano” o factor tempo é considerado já como determinante da própria construção e sustentação das identidades, agora vistas num plano de interactividade, de uma identidade projectada.

3.2 UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO



Figura 61

Apresentámos até aqui o resultado de um trabalho de procura: das bases teóricas que suportassem o pensamento sobre o tempo, das temáticas e dos conceitos onde o tempo fosse fundamental, da presença de elementos e processos temporais na cidade, do seu protagonismo no projecto urbano contemporâneo.

A partir desta procura de uma definição conceptual, encontramos noções transversais aos diferentes contextos - além da Mobilidade, a Identidade e o Processo parecem ser a chave para uma compreensão da relação entre tempo e espaço nas questões da Arquitectura e do Projecto Urbano. Interessa-nos agora aprofundar uma teoria sobre aqueles componentes temporais, e das suas ligações com a temática urbana.

a. Identidade - novos conceitos, derivações e implicações

A temática da identidade é amplamente discutida e transversal a muitas áreas de conhecimento, da psicologia à sociologia, como já vimos anteriormente. Interessa-nos agora explicitar o conceito de identidade e estabelecer pontes para a temática urbana, identificando numa matriz temporal.

Tradicionalmente a identidade pode ser associada a um sentimento e uma relação de pertença, uma relação de continuidade e de segurança com o meio social e físico que nos rodeia. No campo da temática urbana, Lynch¹²⁸ refere a identidade como a forma mais simples do conceito de sentido - "sentido do local" como o nível com que uma pessoa consegue **reconhecer** ou **recordar** um local como sendo distintivo de outros locais - como tendo um carácter próprio vivido, único ou pelo menos particular.

¹²⁸ Kevin Lynch - *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70, 2007



Figura 62
Identidade:
reconhecimento e
projectão

Innerarity¹²⁹ apresenta-nos uma noção de identidade mais próxima das heranças históricas: ela não é um acto de vontade, um acto consciente ou o resultado de um plano de acção mas um assunto histórico ou seja um processo desenvolvido debaixo de condições que se desenrolam independentemente da sua vontade, uma série de acontecimentos que desobedecem às intenções dos sujeitos. A sua definição de identidade é o resultado de um complexo de intenções discrepantes que se tentam afirmar num contexto imprevisito. O que somos historicamente resulta da mistura entre **intencionalidade e contrariedade**.

Por outro lado facilmente associamos a identidade a um conjunto de aspectos pessoais de um determinado indivíduo que o caracterizam. Na área da psicologia, para Erickson (citado em Sennet¹³⁰) o termo identidade expressa esta relação mútua entre a persistência em si próprio e a persistência da partilha com os outros de algum tipo de características essenciais. A construção da identidade faz-se na dualidade/complementaridade destas duas experiências: uma **relação com o próprio** e uma **relação com o outro**.

A relação entre multiplicidade de escolhas identitária da contemporaneidade e o meio urbano é feita por Sennet¹³¹. A cidade é o meio que pode permitir às pessoas desenvolverem um sentido mais rico e mais complexo delas próprias: podem ser tudo o que quiserem, não estão sujeitas a um esquema fixo de identidade. Podem desenvolver **múltiplas imagens** das suas identidades, dependendo das pessoas ou dos locais que frequentam.

¹²⁹, Daniel Innerarity - *El Nuevo Espacio Publico*. Madrid: Espasa Hoy, 2006

¹³⁰, Richard Sennett op. cit.

¹³¹ Richard Sennett "New Capitalism, New Isolation, A flexible city of strangers"
Disponível em <http://mondediplo.com/2001/02/16cities> [15/08/2008]

É neste contexto que para Bauman¹³² identifica o problema da identidade pós-moderna como o de evitar a fixação e manter as acções abertas - o tema é a reciclagem, o exemplo a cassete de vídeo gravável e re-gravável. Ela¹³³ tornou-se hoje num prisma através do qual os outros aspectos da vida contemporânea são compreendidos e examinados. Ela surge quando não sabemos ao certo onde nos colocarmos ou pertencemos entre uma variedade de escolhas: a identidade é o nome que damos à saída da incerteza que procuramos. Para Bauman¹³⁴ ela comporta-se como um verbo estranho: só se conjuga no futuro, é sobretudo um postulado, um **projecto** - uma projecção crítica do que se busca sobre "aquilo que é", introduzindo a condição adicional de que compete "aquilo que é" ascender, pelo seu esforço, ao procurado.

Já para Castells a identidade é o motor dinâmico da formação da sociedade. Ela é definida como " o **processo de construção do significado** com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras formas de significado"¹³⁵ Para ele quem constrói uma identidade colectiva determina grandemente o conteúdo simbólico da identidade e o seu significado para aqueles que se identificam com ela ou que se colocam fora dela.

Partindo deste pressuposto e a partir de Alain Touraine, Castells identifica três tipos de identidade relacionadas com as suas associações sociais:

1. Identidade Legitimadora: introduzida por instituições dominantes da sociedade para estender e racionalizar o seu domínio dos actores sociais.
2. Identidade de Resistência: produzida por actores que estão em posições ou condições de exclusão pela lógica do domínio.
3. Identidade de Projecto: movimentos pro-activos que apontam para a transformação da sociedade como um todo, em vez de estabelecerem condições para a sua sobrevivência em oposição aos actores dominantes.

Interessa-nos sobretudo o conceito de identidade de projecto (não necessariamente pelos exemplos práticos que Castells apresenta) pela sua amplitude conceptual. O processo de construção de identidade produz sujeitos: actor social colectivo pelo qual os indivíduos atingem o significado holística na sua experiência. A construção da identidade consiste num **projecto** de uma vida diferente, expandindo-se no sentido da **transformação** da sociedade como um prolongamento desse projecto de identidade.

¹³² Zygmunt Bauman - *Vida Fragmentada, Ensaios sobre a moral pós-moderna* op. cit.

¹³³ Zygmunt Bauman - *Modernidade Líquida*. op. cit.

¹³⁴ Zygmunt Bauman - *Vida Fragmentada, Ensaios sobre a moral pós-moderna*. op. cit.

¹³⁵ Manuel Castells - *O poder da Identidade*. Lisboa: Gulbenkian, 2003

É num contexto similar que Giddens¹³⁶ refere a identidade como uma *narrativa reflexiva do eu* e como uma articulação entre a experiência subjectiva e os modos de organização social. A enunciação de uma identidade, já não é dado pela tradição, mas passa a ser **algo construído** - uma tarefa de ordenamento, estruturada por meio da **produção de uma narrativa** linear que encadeie passado, presente e futuro e possibilite ao indivíduo integridade, unicidade e permanência, ao mesmo tempo que garante segurança ontológica em situações imprevisíveis ou inesperadas.

Podemos concluir assim que embora influenciadas de muitas formas por uma componente histórica e por relações de continuidade e de permanência, as identidades contemporâneas não podem ser estabelecidas como entidades fixas. Muitas vezes elas representam alternâncias entre múltiplas identidades, identidades fracturadas, identidades desejadas ou identidades provisórias que mudam e são mutáveis de acordo com condicionantes imprevistas.



Figura 63

Uma identidade urbana tem que ser capaz de englobar estas amplitudes temporais: a relação com um passado, um presente e um futuro na construção de um projecto, num contexto dinâmico e diverso.

b. Processo - conceitos derivados e implicações

A temática do processo não é tão profusa na literatura como a da identidade. Num sentido geral (como nos diz a enciclopédia Luso Brasileira da Cultura Verbo) associamos um processo a uma sequência de factos que conduzem a um certo resultado, mais precisamente à sequência de actos ordenados para a consecução de certa finalidade.

¹³⁶ Anthony Giddens - *Modernidade e Identidade Pessoal*. 2ª edição. Oeiras: Celta, 2001



Figura 64
Processo:
projecto e
operação

A necessidade de otimizar e de facilitar tarefas levou à aproximação da sociedade, durante o séc. XX, da ideia de processo, entendido principalmente como uma sequência de acções integradas em procedimentos codificados. Mas também diz-nos Secchi¹³⁷ como um debate voltado para a procura de uma verdade consensual. O processo, no campo da actuação científica (como no do projecto urbano), nasce a partir de uma **dúvida**, de uma hipótese, de indícios que induzem a pesquisa de provas que a confirmem ou falsifiquem. Ele requer a divisão do trabalho e a interacção numa cena única, com linguagem comum de diversos actores com diferentes papéis suscitando a **participação**. Do processo advém um arranjo futuro que é diferente das trocas e das interacções entre as partes.

O processo de mudança¹³⁸ implica a transformação de um **sistema** de acção, ou seja para que ela aconteça é necessário que todo um sistema de acção se transforme, que se formem novas relações entre os intervenientes, novas formas de intervenção, de controlo, etc.

Procurando explorar uma definição de processo vemos que também está ligado à acção - actuar, agir, operar para um determinado resultado - o processo contém o **tempo do decorrer da acção**. Sobre este tema, Giddens¹³⁹ diz-nos que a ideia de acção ou de agência, não se refere a uma série de actos discretos combinados entre si, mas a um fluxo contínuo da conduta. A sua proposta de definição de acção é uma "corrente de intervenções casuais, concretas ou projectas, de entes corpóreos no decorrer do processo de acontecimentos que ocorrem no mundo". O processo é visto como uma **acção de fluxo contínuo**, uma sucessão no tempo de acções consertadas, uma **amplitude temporal** dentro da qual os acontecimentos ocorrem.

¹³⁷ Bernardo Secchi, *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2007

¹³⁸ Michel Crozier, Erhard Friedberg - *L'acteur et le Système: Les contraintes de l'action collective*. Paris: Seuil, 1972

¹³⁹ Anthony Giddens - *Dualidade da Estrutura*. Oeiras: Celta, 2000

Para explicitar esta amplitude do processo, aproveitamos a figura de "Meio" que Bauman retira de Gillian Rose¹⁴⁰ como um:

"espaço que se estende, e o tempo que passa, entre o "Começo" e o "Fim" - o "Começo" é a potencialidade, o "Fim" a actualidade do ser. Quando visto a partir do "Meio", o começo é já recordado com um núcleo de possibilidades que começam a desvanecer-se ou a inteiriçar-se; o fim é antevisto como o encerramento das possibilidades."¹⁴¹

Substituindo "Meio" por processo, podemos estabelecer um campo de relações entre o seu papel e as situações que ocorrem antes e depois dele: é no decorrer do processo que a **potencialidade é reduzida** e configurada em actualidade. E também no processo que o trabalho nele feito e o pensamento através do qual se faz, actua sobre o problema, sobre as condicionantes e sobre as possibilidades em questão, ao mesmo tempo que os redefine num **contexto original de novas possibilidades**. É o "trabalho silencioso" que se faz no processo que separa o começo do fim e que os torna opostos um ao outro.

No que diz respeito à temática urbana, Portas¹⁴² realça a importância do processo - como o **modo de operar** - num contexto de imprevisibilidade e de incógnita como parte integrante da problemática do projecto. Sobretudo quando o contexto da intervenção é pautado por:

- diferentes condições institucionais e negociações com agentes privados e cooperativos.
- faseamento das realizações, com relativa indeterminação dada a multiplicidade de intervenientes e à incerteza das procuras.
- geometria variável das partes da intervenção, conduzindo à necessidade de soluções com independência de tempos de construção e duração.

Nestes caso em vez de um desenho geral irrealizável ou um desenho generalista neutro, poder-se-à apostar num desenho que tenha em conta os graus de liberdade dos elementos constituintes, pensados como "layers" independentes passíveis de ser realizadas em diferentes fases de intervenção e prevendo as necessárias articulações para quando sejam decididas. Portas recupera a metáfora do "hipertexto", associando-a à imagem das "layers": a actuação por "camadas" sem a perda de um futuro consistente, através de um principal "discriminante" que assegura a compatibilidade das layers no espaço e a articulação no tempo.

Portas conclui que a "cultura do projecto urbano" é cada vez mais determinada por opções processuais: escolhas das partes que podem ou não ser executadas, que estão ou não em aberto, as mais certas e as mais imponderáveis, correspondentes ao um contexto de incerteza de demandas, de programas, de financiamento. No processo incluem-se também situações de implementação do

¹⁴⁰ Gillian Rose - *The Broken Middle: Out of Our Ancient Society*. London: Wiley-Blackwell.1992

¹⁴¹, Zygmunt Bauman - *Vida Fragmentada, Ensaio sobre a moral pós-moderna*. Lisboa: Relógio de Água, 2007

¹⁴² Nuno Portas " O projecto como processo" Catálogo European 9 Portugal

projecto: a relação entre agentes públicos e privados, a negociação e a participação, o faseamento e a avaliação da intervenção. O carácter processual, pensado e gerido desde e a partir do projecto permite assumir e gerir os graus de incerteza das diferentes partes da intervenção, dando condições para projectar no presente: "O espaço do imprevisto ou a mudança faz parte dos dados e das soluções e logo, de uma nova cultura de projecto"¹⁴³.

Enquanto em contextos anteriores foi possível pensar no futuro como um dado adquirido, um plano a ser executado, certo e determinado, como um futuro "teleológico", na contemporaneidade (plena de diferenças e de inesperados), só existem perspectivas possíveis, dum futuro em aberto. Isto não significa que tenhamos de abdicar de imaginar o futuro: pelo contrário necessitamos de um processo de construção que lhe permita a incorporação não só dos dados iniciais, mas sobretudo das alterações no decorrer.



Figura 65

Um processo que não contém só certezas, coisas definidas, medidas e determinadas, seguras, mas que é o reflexo dos agentes, dos recursos, da interacção entre condicionantes e sobretudo da forma como "evolui" no tempo e no espaço.

¹⁴³ idem

3.3 UMA MATRIZ PARA AS CATEGORIAS DO TEMPO - Propostas e Aplicações



Figura 66

Encontradas algumas linhas temáticas fundamentais e transversais a vários campos de estudo da matriz temporal da cidade contemporânea, interessa-nos encontrar e propor uma sistematização.

Assim:

- a. Poder-se-à considerar que uma crise de valores, um rápido ritmo de mudança e uma fragmentação da identidade pessoal proporcionam um ganho de importância das questões relacionadas com a **identidade**. Num contexto urbano a identidade tanto abarca a relação com o passado mais consolidado, resultado de uma acumulação e agregação de memórias transformadas em discurso; como nos ajuda a enquadrar e a projectar em situações de construção de um futuro incerto.



Figura 67

Identidade:
Acumulação de memórias

Ela implica uma relação do lugar com as pessoas, implica um processo de representação e reconhecimento, de comunicação e participação; implica uma sucessiva reconstrução e “negociação”, não é estática nem eterna – **uma construção de identidade é também um projecto, um processo temporal.**

E é precisamente numa cidade que é feita de novas relações que os **processos** ganham importância e revelam o dinamismo das novas realidades do urbano. O processo inclui o plano e o projecto, que hoje não se cingem à fixação de uma forma, mas à proposta de caminhos que reduzam as margens de incerteza na acção; inclui também a organização social do espaço, a relação entre os actores urbanos as tensões constituem um modo de luta, ou um modo negocial de colaboração.

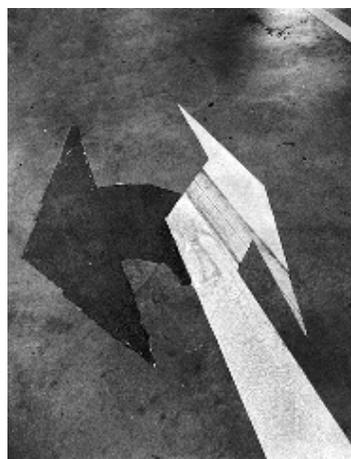


Figura 68

Processo:
Conflito ou negociação,
luta ou colaboração

O processo, ele próprio não é apenas uma coisa que está à nossa frente e que se lê, mas um algo que é resultado **de acções e reacções, que se processa no tempo e no espaço.**

- b. É também fácil encontrarmos no **movimento** a sua componente temporal: uma mudança no espaço em determinado intervalo de tempo. Hoje são muitos os fenómenos associados ao movimento que condicionam a vida da cidade contemporânea: os transportes, a mobilidade, a acessibilidade - quanto tempo demoro daqui ali, a quanto tempo moro do emprego. O sistema e as infra-estruturas de transportes ganham cada vez mais importância como condições indispensáveis ao sucesso de qualquer intervenção; nós por outro lado somos cada vez mais frequentemente passageiros em trânsito.

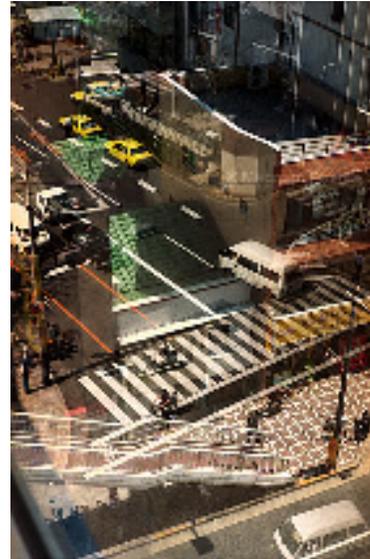
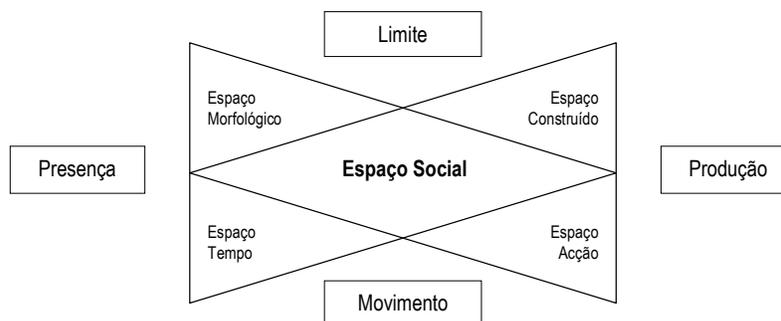


Figura 69
Movimento:
Trocas, fluxos em trânsito

As trocas, os fluxos, os intercâmbios são uma constante da cidade de hoje, e as redes em que se apoiam os sistemas podem constituir algumas vezes uma "alternativa" ou uma substituição das tradicionais relações sociais e urbanas. O movimento é inerente à cidade, mais que fazer parte dela, é ele que a estrutura e a define; e o tempo é a dimensão que o mede.

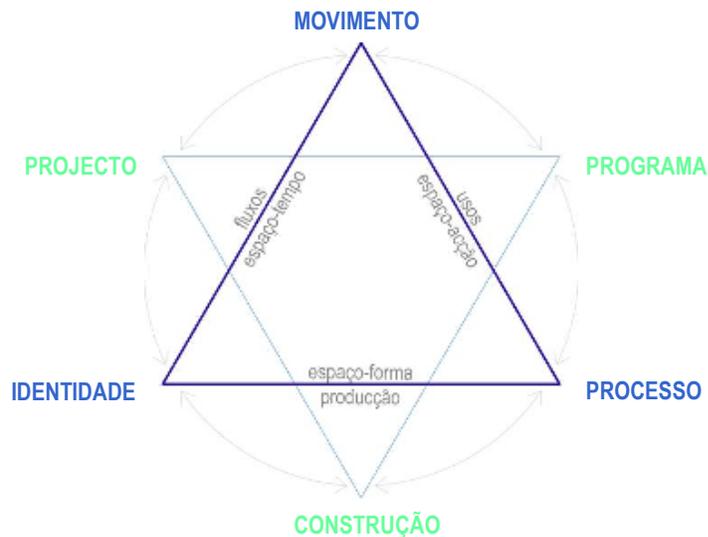
Propomos uma organização sistematizada das categorias dos tempo a partir da teoria já elencada e organizada. Baseando-nos no esquema de Renato Miguel do Carmo¹⁴⁴, desenvolvemos por analogia um sistema de relações que sintetizam as já identificadas anteriormente.



Esquema 1 - A constituição do espaço social (CARMO 06)

¹⁴⁴ Renato Miguel do Carmo - *Contributos para Uma Sociologia do Espaço-Tempo*. Oeiras: Celta, 2006

A matriz temporal destaca-se em três dimensões conceptuais - **Identidade, Processo e Movimento** - cada uma com campos de relações e derivações mais específicos. Os temas "clássicos" - **programa, projecto e construção** - são também inseridos na problemática temporal permitem-nos e identificar um segundo conjunto de ligações, com relações de diferentes graus entre espaço e tempo.



Esquema 2 - Relações de matriz temporal na cidade

IDENTIDADE

- . duração
- . celebração, comemoração
- . história, memória
- . conservação, preservação
- . sentido, "espírito"
- . invariáveis, permanências, continuidades
- . obsolescências, reciclagem, sustentabilidade
- . mutação, transformação
- . participação, colectivo

MOVIMENTO

- . mobilidade, acessibilidade
- . velocidade
- . frequência, fluxo
- . simultaneidade
- . virtual, sem espaço
- . nomadismo, migração
- . canais e traçados
- . transporte, modalidade
- . compressão espaço-tempo

PROCESSO

- . projecto, desenho
- . programa, programação
- . plano, previsão
- . regulamentação, norma
- . negociação, agenciamento
- . papeis, actores
- . recursos, técnicas
- . estratégia
- . flexibilidade, adaptação

Um exemplo: 3 casos de manifestações dos factores-argumentos "tempo" no Projecto Urbano

Para explicitar melhor a matriz da temporalidade de Movimento, Processo e Identidade proposta acima, tomemos como exemplo três situações de projecto urbano recentes: a construção de um novo Aeroporto de Lisboa, o projecto urbano da Expo 98 e o caso Baixa-Chiado. A escolha destes

exemplos prende-se com o protagonismo desempenhado no contexto profissional e por, de alguma forma, representarem casos paradigmáticos do projecto contemporâneo. Apesar das suas óbvias diferenças identificamos alguns pontos comuns (embora com normais diferenças de grau) que são a expressão de alguma forma do contexto de actuação actual no projecto urbano:

- Urgência (factor tempo curto) e impacto futuro (factor tempo longo)
- Relação programa>projecto com cenários alternativos ou faseamentos
- Partenariado de intervenientes públicos e privados
- Instâncias especiais para regulação/negociação/decisão/operacionalização
- Passagem do modelo de produção da cidade hierárquico a modelos negociados
- Passagem de funções profissionais separadas a lógicas empresariais integradas (de gestão, financeira, económica, normativa, urbanística, técnica, comunicacional)
- Importância da gestão de imagem e da opinião pública

Propomos então uma análise dos exemplos apresentados a partir de três aspectos caracterizantes:

a) O tipo da temporalidade dominante:



Figura 70
Tempo dominante

Numa primeira análise pode dizer-se que:

A **identidade** - prevalece no caso **Baixa-Chiado**, pela forte ligação ao património, a uma memória colectiva, a um imaginário cultivado pela História e pelas estórias, e as consequentes relações com o turismo e a valorização patrimonial formam um "constructo" de forte cariz identitário. É a partir dele que se questionam e avaliam a necessidades de mudança, usualmente numa perspectiva de conservação e reabilitação centrada na óptica da duração e na tentativa de reafirmação de cenários de centralidade passada.

Não é só na relação directa com o passado que a identidade é caracterizante. Também num contexto de renovação/revitalização onde a componente processual ganha importância, a identidade continua a ser proeminente: a relação das novas utilizações (habitação, comércio, equipamentos culturais), dos novos habitantes e utentes está fortemente ligada ao significado do lugar. A projecção do futuro desejável, quer seja num enquadramento local quer num contexto global de competição entre cidades ancora-se numa possível apropriação ou reinterpretação da identidade própria para a construção de uma "imagem do futuro".

O **processo** - prevalece no caso **EXPO** com um programa de abertura de nova frente urbana depois da exposição. Neste caso destacamos a matriz processual não só as componentes

ligadas ao desenho: a definição de regras urbanísticas consoante, as diferentes layers de utilização dando especial importância do espaço público como elemento aglutinador de todo o projecto espacial e dos "acontecimentos temporais", a distinção/ relação entre hardware/ infra-estrutura e software/ocupação, o programa de arte pública ou o sistema de comunicação/sinalização. Mas também as etapas relacionadas com os agentes, a regulamentação e os usos: a gestão dos actores intervenientes em cada fase, a negociação entre agentes, a regulamentação de parceiras público-privadas, a gestão e manutenção do espaço público, a gestão de operações de substituição de elementos efémeros por elementos permanentes, a adaptação de elementos a usos inesperados, a incorporação de oportunidades momentâneas ou de imprevistos. Uma forte estratégia de comunicação impõe uma coordenação técnica forte e uma imagem externa, com um sentido de projecção no futuro através de uma ordem estética e de uma ordem técnica.

O **movimento** - prevalece no caso do **Aeroporto** com o programa de uma infra-estrutura de transporte em si mesmo: as estimativas de nºs de voos/dia ou /hora, a relação de passageiros, a gestão da capacidade do aeroporto. As relações entre as redes, a gestão dos fluxos, estão hoje também dependes de factores exteriores, principalmente da economia (oscilações de preços, ajustes nos comportamentos) que embora não directamente relacionado com o movimento, imprimem a necessidade de fazer reajustes já que as previsões são também elas frágeis pela imprevisibilidade dos sistemas em que se apoiam. A matriz do movimento é também crucial na questão infraestrutural: a escolha do local, as condicionantes das acessibilidades, as restrições colocadas por zonas de protecção ambiental. Nestes casos de infra-estruturas pesadas, de grandes investimentos (pensadas a longo prazo) a velocidade e instantaneidade dos fluxos que "aloja", contrasta com a estaticidade e a inércia das estruturas físicas. A relação entre estas duas "velocidades" contraditórias pode conter soluções para a integração do aeroporto na sua envolvente. A importância e o sucesso de uma estrutura como o aeroporto, depende para além de inúmeros factores económicos e de gestão, de outras questões infra-estruturais cruciais como a ligação a outros modos de transportes ou as potencialidades geradas numa escala das relações metropolitanas e regionais.

b) as opções e relacionamentos críticos



Figura 71
Relacionamento crítico

Numa segunda análise podemos identificar o tipo de opções e relacionamentos críticos com impacto na temporalidade e nas competências dos actores com mais protagonismo.

No **Chiado-Baixa** - apesar da existência de uma raciocínio sobre o processo, através da concertação de parceiros e instituições dominados sob lógica pública num “Gabinete” municipal; e da preocupação na introdução de medidas de ligação ao sistema de mobilidades da cidade (Metro, relação peão-auto), todos os objectivos de competitividade são "dependentes" da sua relação com a matriz da Identidade. O **carácter simbólico de representação da cidade tradicional**, institucionalizada de várias formas e com vários significados, é factor dominante no consenso:

- A matriz pombalina, regra e variação - conservação do “carácter” ou ADN
- A memória colectiva e a legitimação da História - “sentimento”
- Direcção da concepção centrada na arquitectura - o paradigma artístico
- Objectivos de gestão de parceria menos transparentes (baseados num “acordo”)
- Comunicação centrada no “autor” e na “fidelidade à matriz”

Na **EXPO** - o problema da transformação de uma zona degradada da cidade num "recinto ferial" com a capacidade se adaptar e suster um pedaço de cidade nova envolveu desde a conjugação técnica de soluções de infra-estruturação pela articulação das opções relativas à integração com a cidade, a interacção entre parceiros e interesses por vezes divergentes, as condições de timing e custo, o carácter flexível e dinâmico da intervenção no terreno com componentes provisórias, de substituição, a par de outras de média e longa duração. O forte carácter processual advém da **necessidade de incluir estes vários inputs e realidades num contexto temporal faseado e marcado por dois claros cenários - o evento e o depois:**

- Duas gestões paralelas da área do evento e da área de desenvolvimento urbano.
- Empresarialização da gestão, com outsourcing de projectos e serviços
- Estratégia de comunicação-promoção-imagem (parceiros e opinião pública)
- Negociação com usos anteriores - desafecção industrial, defesa, portuária
- Mercado como condutor da lógica de retorno - internacionalização

No **aeroporto** – numa situação inicial da escolha do local, os aspectos relativos a uma localização ambientalmente protegida, à necessidade de afirmação política ou a questão simbólica são relevantes mas secundarizadas a **questões relativas à fiabilidade técnica - complexidade de organização, faseamento, racionalidade da construção e gestão; financiamento e seu retorno.**

- Comunicação com protagonismo político central - Governo, UE
- Fiabilidade técnica com standards globais de duração e operacionalidade

- Fluxos, capacidades de movimento, impactos, articulando opções de local
- Actividades logísticas, de transporte e acessibilidade multimodal
- Partenariado com dominância do privado (consórcios, consultores)

c) os discursos, a comunicação e a legitimação



Figura 72
Argumentos

Finalmente podemos analisar como se afirmam os discursos, como são identificados os valores e indicadores de êxito, como se constrói o consenso a partir de uma legitimação.

No **Chiado-Baixa**, a emergência dos discursos profissionais e da opinião pública ocorre a partir do momento do incêndio:

- a legitimação ocorre num contexto politico-profissional, e advém da necessidade de face ao momento da “catástrofe” (e de políticas antecedentes mal recebidas) dar credibilidade à intervenção;
- os actores, os criadores de discurso fazem parte das classes profissionais ligadas ao desenho e à história - arquitectos e historiadores - embora a pressão da opinião-pública tenha tido grande impacto nas opções de projecto;
- os valores e indicadores de êxito baseiam-se numa relação comparativa com o "estado original" (ele próprio de definição e determinação difícil) através de estratégias de conservação e de um discurso de fidelidade e autenticidade.

Na **EXPO** a combinação de grandes investimentos, a conjugação de vários actores numa operação de reabilitação urbana com grande protagonismo mediático, exigem um discurso forte e coerente que convirja as representações/aspirações de todos:

- a legitimação é dada pela “fiabilidade” da concepção - concurso com o cunho da AAP e reconhecimento profissional - e em políticas de controle-gestão - protagonizada pela Parque Expo;
- a intervenção dos actores - gestores, arquitectos e responsáveis culturais - está ancorada na interdisciplinaridade do evento EXPO e nas distintas fases de execução faseada;
- os valores e indicadores de êxito remetem para a projecção de uma imagem de sucesso e de inovação, avaliada a partir de parâmetros de adesão, uso e procura.

No **aeroporto**, a importância do equipamento (pelo protagonismo, pelo investimento, pela durabilidade) leva os discursos a aproximarem-se de análises quantitativas e sistémicas em detrimento de outras de cariz qualitativo:

- a legitimação ocorre no plano da política económica, com factores dominantes da área da competitividade e afirmação num contexto de economia global;
- os actores de cariz mais técnico - engenheiros, economistas, geógrafos, consultores - destacam-se na qualidade de peritos e especialistas, desempenhando muitas vezes funções consultivas ou avalizadoras;
- os valores e indicadores de êxito prendem-se com questões de operacionalidade e de acessibilidade.

Conclusão: o que retiramos para aprofundamento posterior ?



Figura 73

Dos casos analisados evidenciam-se uma variedade de situações e características diferentes onde podemos explicitar a importância dos elementos da matriz temporal nos processos urbanos, que podemos agora aprofundar no próximo capítulo, aplicando-a num Estudo de Caso. A "ferramenta" será assim testada no seu rigor crítico.

Vimos que o tempo influi em variadas partes da vida e do projecto urbano: não está só implicado no contexto de incerteza e de procura característica do projecto; manifesta-se nas formas urbanas, nos processos e nas relações entre actores, nas relações sociais e físicas, nos programas e planos, nas utilizações e apropriações, nos movimentos e nos fluxos, nos discursos que legitimam ou questionam o pensamento sobre a cidade contemporânea.

O panorama actual é em tudo complexo e só podemos aprofundar o conhecimento com bases de rigor crítico: a cidade é um sistema de relações e de interdependências tão intrincado que não aceita monólogos, nem visões redutoras.

Quando estes se verificam, as consequências manifestam-se mais tarde: como projectar e gerir quando o presente é instável e o futuro desconhecido, os actores múltiplos e contraditórios, as variáveis incertas, senão com bases teóricas e críticas sólidas, para o pensamento e a acção na cidade de hoje?

CAPÍTULO II
CASO DE ESTUDO:

DISCURSOS SOBRE IDENTIDADE E PROCESSO
O domínio do Tempo em três episódios no caso da Baixa de
Lisboa, 1988-2008



Figura 74

CAPÍTULO II

CASO DE ESTUDO:

DISCURSOS SOBRE IDENTIDADE E PROCESSO

O domínio do Tempo em três episódios no caso da Baixa de Lisboa, 1988-2008

"Ninguém sabe melhor do que vós, sábio Kublai, que não se deve nunca confundir a cidade com o **discurso** que a descreve. E contudo entre eles há uma relação."

Italo Calvino, As cidades invisíveis



Figura 76

INTRODUÇÃO E CONTEXTO

A problemática do tempo na Baixa Pombalina pode ser abordada de muitas e diferentes formas. Se por um lado há a questão da degradação do património (como reabilitar, e para que usos reabilitar?), por outro quer-se um centro vivo e activo (as dúvidas estão nas maneiras de o atingir), fonte de actividade e produtor de riquezas. Incompatíveis ou não, a estas duas questões juntam-se ainda as novas necessidades actuais de transportes, novos níveis de conforto, novos hábitos de encontro que desafiam um tecido urbano desenhado com outros propósitos.

O plano inicial não foi edificado todo ao mesmo tempo, muitos dos edifícios foram edificados no século XX, incluindo já inúmeras alterações, algumas delas restringindo-se às zonas comerciais, mas noutros casos alterando completamente o desenho pombalino. E mesmo em edifícios edificados mais

cedo encontram-se zonas com alterações¹⁴⁵. Poder-se-à dizer que até ao seu “apogeu” nos anos 60, o tecido urbano da Baixa foi um tecido vivo, na medida em que foi correspondendo às alterações que lhe eram exigidas. Se o que se pretende para os centros históricos são cidades vivas, onde a história e a memória convivam em harmonia com as novas exigências funcionais e de conforto então as questões temporais ganham importância sobretudo no que diz respeito à transformação e mutação e à forma como esta ocorre.

Nestes casos põem-se por exemplo, um conjunto de questões relativas às ideias e discursos “institucionalizados”, sobre o papel do centro ou sobre os graus da sua “adaptabilidade”, que o caso-estudo depois aprofundará, tais como:

- Porque é que todos os discursos sobre a reabilitação/regeneração parecem vagos ou inconsistentes quanto a propostas de usos “reabilitadores”?
- E porque é que os mesmos discursos parecem contraditórios quanto às promessas de simultânea adaptabilidade da base e imposição rígida da conservação?
- Ou, há um relativismo temporal dos conceitos de intervenção no património, que os faz variar conforme circunstâncias que rodeiam os instrumentos e actores da “regulação”?

A escolha da Baixa Pombalina como objecto de estudo prende-se, com a complexidade que apresenta quer de um ponto de vista urbano e arquitectónico, mas também no âmbito social, político e cultural; com o papel simbólico e central que representa na cidade de Lisboa e com a diversidade de manifestações temporais existentes. A escolha não foi também indiferente ao protagonismo que a zona tem tomado desde sempre e às actuais tentativas de implementação de medidas de requalificação e principalmente pela riqueza e abundância de discursos de vária natureza, que permitem avaliar as representações, dos respectivos protagonistas, sobre aquelas manifestações da temporalidade. Face ao tema do trabalho, escolhemos analisar 3 episódios do contexto recente dos últimos 20 anos que, no campo do projecto urbano, marcaram a intervenção teórica e prática na Baixa e no Chiado:

- O incêndio e o Plano de Revitalização do Chiado
- Proposta de Classificação da Baixa Pombalina a Património Mundial da UNESCO
- Proposta de Revitalização da Baixa-Chiado

Os episódios apresentados, evidenciam uma variedade de situações e discursos distintos na tentativa de aprofundar as consequências das presenças da matriz temporal.

¹⁴⁵ José Augusto França - *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. 2ª edição. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981. (Biblioteca Breve).

- O caso do Chiado é marcado por uma relação emotiva entre a memória (e a sua representação) e as possibilidades de um processo de reconstrução. Prolongada no tempo, a intervenção integra factores económicos e sociais, para além da óbvia reconstrução física.
- Na proposta de classificação, a temática é a protecção do bem a classificar, o documento contempla uma reflexão sobre questões de valorização, de monitorização e conservação do património, numa lógica de autenticidade e longevidade.
- A Proposta de Revitalização apresenta uma visão multifacetada do que pode ser um modelo de intervenção da Baixa, marcada por uma abordagem estratégica e global.

Da análise destes episódios pretendemos construir um retrato das diferentes manifestações temporais e os seus efeitos na transformação dos últimos 20 anos da Baixa Pombalina. Tendo como ponto de partida as anteriormente identificadas matrizes temporais da Identidade e do Processo, tentaremos estabelecer relações e identificar disposições que tenham constituído os modelos de intervenção no ambiente urbano.

Demos especial atenção aos discursos, mais que a uma análise espacial e formal dos lugares que "constroem", porque interessa-nos perceber como construímos um discurso sobre a evolução e a transformação da cidade - a representação da realidade, a sua legitimação acritica, a relação entre fundamentação teórica e os resultados práticos, etc.

Para tal recorreremos quer às fontes "oficiais" - os documentos que constituem a várias propostas - mas também a leituras paralelas a esses mesmos documentos: os discursos institucional e político que os acompanham, o discurso teórico-profissional, literatura referente à temática, reacções, comentários e notícias na comunicação social e a opinião pública comum; de forma a fazer um retrato completo tanto do contexto como das reacções e dos impactos relacionados com os objectos de análise.

a. CONTEXTO

No séc. XIX o Chiado é relatado como o centro da vida social lisboeta: foi nascendo um centro de cultura aristocrata e intelectual. Surgiram os hotéis, os cafés, os restaurantes, as livrarias, os teatros. A construção do Teatro de S. Carlos transformou o Chiado num pólo de atracção urbana e num verdadeiro centro da cidade. A dinâmica cultural intensifica-se com a Primeira República. Surgem novos cafés, novas livrarias, clubes sociais, novos teatros e, finalmente, os cinemas. O Chiado é o centro da cultura lisboeta e um centro comercial de requinte.

A Brasileira, o Tavares e o Grémio Literário estão entre pontos de encontro de artistas e de escritores, de intelectuais e de homens de Estado: Eça de Queirós, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Fontes Pereira de Melo, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, Columbano e Rafael Bordalo Pinheiro, António José de Almeida, Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Aquilino Ribeiro, Maria Helena Vieira da Silva. O Chiado é também a zona por excelência das grandes instituições culturais: a Academia Nacional de Belas Artes, o Conservatório Nacional, o Teatro S. Luís e o Teatro Nacional de S. Carlos. Todos estes elementos criam um cenário de criação e de agitação cultural, social e política.

A Baixa é habitada desde logo por uma população de classe média, facto que justifica que a zona não tivesse atingido uma grande valorização, tendo-se, ainda no séc. XIX iniciado um processo de alteração funcional e de ampliação dos edifícios.¹⁴⁶

O desenvolvimento económico foi acompanhado pela necessidade de espaço para a instalação dos escritórios das empresas e actividades complementares. A Baixa passa a receber uma quantidade significativa de escritórios de companhias, de agências de toda a espécie, de representações, de advogados, de solicitadores, etc, que ocupam os 1º e 2º andares dos edifícios, enquanto os andares superiores continuam ocupados com habitação.

- 1793 Inauguração do Teatro S. Carlos
- 1846 inauguração do Teatro D. Maria II (Fortunato Lodi)
- Abertura do Grémio Literário

1886



Figura 77 -Praça do Comércio

- 1891 Grandela, R. Áurea (Alfredo d'Ascenção Machado)
- 1905 Abertura do café A Brasileira
- 1908 Abertura do cinema Chiado Terrasse

1910



Figura 78 - Rua Garrett

1911



Figura 79 - Rua do Ouro

¹⁴⁶José de Melo Carvalho "A Baixa Pombalina" *Boletim Lisboa Urbanismo*, nº3, 1999
Disponível em <http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/003/002/artigo.php?ml=2&x=b5a4pt.xml> [14/08/2008]

A saída dos habitantes vai também libertando muitos espaços ao nível do R/c, que se vão transformando em estabelecimentos comerciais. A centralidade comercial e administrativa é complementada por uma habitação de nível médio e médio-baixo, com muitas pequenas unidades de produção (pequenas oficinas e fábricas de confecções ou de sapatos, ateliers de costura) miscenizadas em quase todos os edifícios. Nesta altura os bancos procuram melhorar as suas instalações com operações de renovação integral de quarteirões. O valor fundiário é dos mais altos da cidade. A diferença entre a Baixa e o Chiado é menor, havendo mesmo uma continuidade funcional, sem haver uma significativa diferença de nível do comércio ou do valor dos edifícios.

Esta centralidade e o dinamismo da Baixa e do Chiado no seu apogeu do início século, foi-se sucessivamente perdendo e degradando nas décadas seguintes, disputando a atenção com outras zonas da cidade. Os primeiros sinais de desertificação remontam à década de 50.

Sendo uma área essencialmente terciária, à noite deixava de ter movimento. A construção das Avenidas Novas e a dinâmica criada em seu redor ditou a transferência de inúmeros escritórios de advogados e de consultórios médicos para zonas mais atractivas. Gradualmente, a Baixa foi ficando reduzida ao comércio. Como resultado a sua imagem foi sofrendo algumas alterações. Desde os anos 50 até ao início dos 70 que alguns arquitectos são chamados a projectar lojas para a Baixa e o Chiado com expressões de modernidade e cosmopolitismo renovado: Francisco Keil do Amaral, Francisco Conceição Silva e mais tarde o chamado «trio maravilhas» Carlos Tojal, Carlos Roxo e Manuel Moreira.

Lisboa tinha crescido, tanto nos seus limites administrativos como na sua periferia. A partir de 70, a terciarização, a deslocação do centro da cidade para Norte a motorização crescente, implicam transformações não planeadas ou não sistemáticas, com reacções crescentes ao nível erudito, em especial dos arquitectos. Com a duplicação do parque automóvel constata-se a inacessibilidade da Baixa ao transporte privado: faltam estacionamentos.

1920 Banco Nacional Ultramarino (Tertuliano Lacerda Marques)

1930 Loja das Meias, Rossio (Raul Lino);

1934 Concurso promovido pela C.M.L. para um "plano de melhoramento estético do Rossio"

1948 Plano Geral de Urbanização de Lisboa (E. de Gröer)

1949 Demolição, após encerramento, do Mercado da Praça da Figueira

1959 incêndio destrói o interior da igreja paroquial de Santa Justa (igreja do antigo convento de São Domingos)

1964 incêndio destrói o interior do Teatro Nacional D. Maria II

1967 Plano Geral de Urbanização do Concelho de Lisboa (G. Meyer-Heine) aprovado em 1977

196...

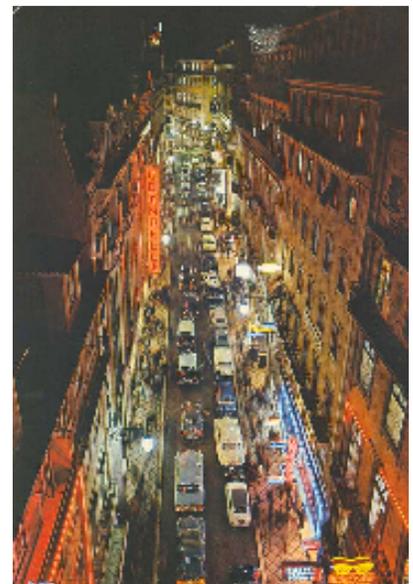


Figura 80 - Rua do Carmo

Depois do marasmo de 40 anos de ditadura, depois do período revolucionário, assiste-se a ascensão de "uma nova classe dirigente queria modernizar o país. A arquitectura foi um exemplo disso."¹⁴⁷ Modernizar, progresso e futuro são as palavras de ordem nesta época. A entrada na CEE em 1986 veio aumentar este sentimento. Depois da ditadura, da eufórica revolução, o futuro estava agora na Europa.

A gestão camarária de Nuno Kruz Abecassis (de 1980 a 1989) segue estes pressupostos, durante o seu mandato assiste-se a uma "modernização" em várias zonas da cidade: na Av. da República e da Liberdade, sem consideração pelas suas qualidades históricas, velhos edifícios foram substituídos por novos criando um estado de espírito de "alerta" perante "ameaça", reconhecível na opinião dos arquitectos. Como exemplo desta maneira de intervir na cidade contam-se a demolição do cine-teatro Monumental em 1982, o projecto de construção das torres dos Jerónimos em (1986), a intervenção na rua do Carmo em (1987).

É necessário a projecção de uma imagem de futuro e de progresso mais cosmopolita, mas mais "massificada"¹⁴⁸ em 1986 é inaugurado o centro comercial Amoreiras, do arquitecto Tomás Taveira. Este seria o marcar de uma época, a febre de consumo viria acompanhada de uma "proliferação de centros comerciais com estacionamento facilitado e imagem atraente dirigidos à sociedade de consumo"¹⁴⁹.

O novo modelo de consumo conjugado com o crescimento da cidade e o desenvolvimento de novos centros de serviços, comerciais e até culturais, leva à desqualificação da zona central de Lisboa. A terciarização da zona resulta numa quase ausência de habitação. E quando o sector terciário começa a abandonar, a inexistência de população local reforça a desertificação. Em 20 anos a população

1978 12 de Setembro
A Baixa de Lisboa é classificada como Imóvel de Interesse Público (Dec. 95/78)



Figura 81 - Cinema Monumental, demolido em 1982

1985 Kruz Abecassis é reeleito na Presidência da CML

1986 Julho
Projecto de Remodelação da Rua Augusta, mais tarde parcialmente executado



Figura 82 - Centro Comercial Amoreiras

¹⁴⁷ Hans Hübner "Lisboa a reconstrução do Chiado, Um desafio Histórico", *Humboldt*, nº59 1989

¹⁴⁸ já nos anos 60/70 aparecem os novos cinemas e galerias pré-shopping como o Castil, o Apolo 70 e lojas "pop" como o Galeto, a Maçã e novas zonas "cosmopolitas" como a av^a de Roma

¹⁴⁹ Nuno Teotónio Pereira "Lisboa ao longo de uma vida", *Revista SemeaR*, nº3, 1997

local (residente no centro da cidade) passou de 4 para 2 mil pessoas. Sentem-se os efeitos da degradação do edificado, do abandono das grandes instituições financeiras, dos escritórios de advocacia, dos consultórios médicos.

Nas vésperas do incêndio de 1988, o Chiado e a Baixa, desqualificados e desprovidos de muitos dos seus atributos tradicionais, tinham perdido o seu papel central e de afirmação na cidade. No entanto continuavam a reunir em si, o simbolismo de antes, de um passado luxuoso e glorioso, carregado de significâncias. O incêndio do Chiado em 1988 é apenas um culminar de um processo de declínio. Teve o mérito de levar à praça pública o problema e a discussão de soluções. Mas a reconstrução do Chiado não incluiu a Baixa, nem a induziu numa nova dinâmica e a degradação continuou a decorrer.

O mandato de Jorge Sampaio é marcado por um voltar para questões estratégicas e do planeamento da cidade. A aceleração das transformações urbanas e das mutações sociais, nas grandes metrópoles e cidades, veio questionar, profundamente, os métodos e os processos de planeamento utilizados ao longo das décadas de 40/70.

Na sequência de uma crescente participação dos arquitectos no debate das questões da cidade, em 1990 é apresentado o relatório do VALIS – Valorização Arquitectónica e Urbana de Lisboa, um estudo estratégico de recuperação e de valorização patrimonial de Lisboa, desenvolvido por uma equipa técnica multidisciplinar, onde predominavam, todavia, geógrafos e arquitectos. Neste contexto a CML¹⁵⁰ aprovou em 1990, as bases para a elaboração do Plano Estratégico e do Plano Director Municipal, aprovados em 1992 e 1994 respectivamente.

Segundo o Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa (RPDML) a área da Baixa Pombalina está classificada como Área

- 1988** 25 de Agosto
incêndio no Chiado um total de 18 edifícios situados nas Ruas do Carmo, Nova do Almada, Ouro, Crucifixo, Garrett, Assunção e Calçada do Sacramento



Figura 83 - Rua Nova do Almada, depois do incêndio

- 1989** Jorge Sampaio é eleito para a presidência da Câmara Municipal de Lisboa

- 1990** Junho
Entregue o relatório final do VALIS - Valorização Arquitectónica e Urbana de Lisboa

- 1992** A Câmara Municipal de Lisboa lança um concurso de ideias para o Terreiro do Paço. O projecto escolhido dos arquitectos José Adrião e Pedro Pacheco, é parcialmente executado entre 1992 e 1999.

- 1993** Jorge Sampaio é reeleito na Câmara Municipal de Lisboa

- 1994** Lisboa Capital Europeia da Cultura
Plano Director Municipal de Lisboa define o Núcleo Histórico da Baixa, abrangendo uma vasta área para ocidente da zona protegida

¹⁵⁰ Carlos Andrade, Isabel Pereira "O Licenciamento na área da Baixa Pombalina" in João Mascarenhas Mateus (coord.) - *Baixa Pombalina: bases para uma intervenção de salvaguarda*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2005.

Histórica da Baixa, para o qual o art. 40 do RPDML determina que até à conclusão do Regulamento Municipal¹⁵¹ ou Plano de Pormenor “... o licenciamento de obras é limitado à beneficiação, restauro e conservação ou alterações pontuais que visem a reposição das características primitivas dos edifícios.

No final dos anos 1990 (no mandato de João Soares) os sinais de reacção às transformações funcionais da cidade começam a ser visíveis na Baixa, através de investimentos públicos e privados em operações pontuais de “equipamento e infra estruturação”: a requalificação de espaços públicos (Terreiro do Paço, Rossio, Praça da Figueira, Martim Moniz, Praça do Município) e medidas pontuais para a sua animação; a abertura das estações do metropolitano Baixa-Chiado e do Cais Sodré reforçam as condições de acessibilidade ao centro; a beneficiação do espaço público e do mobiliário urbano, o ordenamento do estacionamento à superfície e a construção de parques subterrâneos (Praça da Figueira, Largo de Camões, Praça do Município, Martim Moniz).

Nos mandatos de Santana Lopes, são várias as políticas e medidas aplicadas nos bairros históricos da cidade, embora com predominância de medidas pontuais e a curto prazo em detrimento de políticas para a inversão dos cenários problemáticos. A imagem de uma capital moderna e competitiva é representada na revitalização de zonas degradadas mas com uma óptica de modernização da capital. A aposta vai para grandes projectos¹⁵² e eventos que passam pela cidade: o Euro 2004, o Rock in Rio. É a Lisboa como capital multi-cultural.

- 1995 Novembro**
João Soares assume a presidência da Câmara Municipal de Lisboa, quando Jorge Sampaio se candidata à Presidência da República
- 1996 Terminada a requalificação na praça do Martim Moniz.**
Novembro
Incêndio na Câmara Municipal de Lisboa
- 1997 Novembro**
A Praça do Comércio é "inaugurada" com uma exposição de Botero
Dezembro
João Soares é eleito Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
- 1998 Abril**
Abertura do troço da linha de Metropolitano entre o Rossio e o Cais do Sodré - Estação de Metropolitano Baixa-Chiado (Siza Vieira)
Maior- Setembro
Lisboa organiza a Exposição Mundial Expo 98
- 1999 Inauguração do Centro Comercial Armazéns do Chiado**
- 2001 Conclusão das obras de requalificação da Praça da Figueira com projecto de autoria de Daciano Costa**
Conclusão das obras de requalificação da Praça D Pedro IV Rossio e zona envolvente da (arquitecto responsável Rui Valada)
Novembro
Criação da Agência para a Promoção da Baixa Chiado
Dezembro
As eleições são ganhas por Pedro Santana Lopes
- 2002 Novembro**
Criação da Unidade de Projecto da Baixa-Chiado
Dezembro
Recuperação dos fundos destinados à zona sinistrada pelo incêndio de 1988, estabelecendo o Fundo Remanescente da Reconstrução do Chiado

É neste contexto que surge o lançamento do processo de **2004 Maio**

¹⁵¹ Em 1995 é apresentada uma proposta de Regulamento Municipal, no entanto demonstrando ser pouco flexível à modernização - a rigidez das regras tendiam para a reposição do modelo original pombalino - e incompatível com a revitalização do tecido funcional, levou o município a recusar a Normativa, deixando assim a área da Baixa Pombalina mergulhar mais uma vez na indefinição

¹⁵² Frank O. Ghery para o projecto do “novo” Parque Mayer, Norman Foster na zona da Boavista e Jean Nouvel em Alcântara

classificação da Baixa Pombalina como Património Mundial da UNESCO, particularmente com as Jornadas "A Baixa Pombalina e a sua Importância para o Património Mundial" em Outubro de 2003.

As medidas e as intervenções realizadas nos últimos anos, não conseguem de forma definitiva e contundente alterar a situação de desertificação e degradação do conjunto Baixa-Chiado.

Na evidência desta situação e com a inexistência de nenhum plano ou regulamento que permita a intervenção é lançado em 2006 o comissariado para a Baixa-Chiado com o objectivo de estabelecer uma estratégia de intervenção a nível urbanístico, económico, social e cultural.

A sequência de acontecimentos, a inexistência de uma política continuada na Baixa-Chiado, o "deslocar" do protagonismo para outras zonas da cidade (em particular para a zona oriental com a Expo 98), a recente instabilidade governativa, dá origem a flutuações nos discursos dos actores e evidencia o reflexo dos processos políticos, sociais, económicos e culturais, nas transformação das condições do espaço no tempo.

Fontes: imprensa da época, arquivos OA e CML, dgmn - monumentos.pt

Criação da Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Pombalina

Julho

Carmona Rodrigues até então Vice-presidente da CML substituiu Pedro Santana Lopes que sai para se tornar primeiro-ministro

2005 Março

Pedro Santana Lopes regressa à Presidência depois de perder as eleições legislativas

Setembro

O dossier final da Proposta de Classificação da Baixa Pombalina a Património Municipal da UNESCO é entregue na Comissão Nacional da UNESCO

Outubro

As eleições autárquicas são ganhas por António Carmona Rodrigues, que no pós-eleições faz uma aliança com Maria José Nogueira Pinto

2006 5 de Abril

Por despacho do Presidente do IPPAR foi aberto o processo para eventual classificação do conjunto denominado de "Lisboa Pombalina" como monumento Nacional.

20 de Setembro

O projecto de revitalização para a Baixa-Chiado foi formalmente entregue ao Presidente da Câmara

2007 15 de Julho

As eleições antecipadas de são ganhas por António Costa do PS

Dezembro

Abertura do troço da linha de Metropolitano entre a Baixa-Chiado e Santa Apolónia - Estação do Terreiro do Paço

2008 19 de Março

São aprovadas em reunião de Câmara um pacote de medidas para iniciar a elaboração de um Plano de Pormenor para a Baixa Pombalina e a suspensão do Plano Director Municipal (PDM) em quatro projectos na zona.

1. O INCÊNDIO E A RECONSTRUÇÃO DO CHIADO

"Hoje quando atravesso esse rosto corrompido de Lisboa, vejo-o como uma ferida aberta na nossa memória colectiva. Mais ainda: é um pouco da memória de mim mesmo que ficou destroçada porque também eu subi o Chiado em diferentes idades dos meus livros e com amigos de diferentes gerações."

José Cardoso Pires, *Lisboa Livro de Bordo*

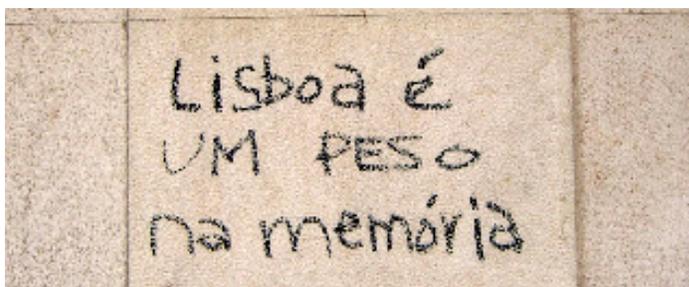


Figura 84

1.1. O INCÊNDIO – Factos, números e reacções

O incêndio do Chiado deflagrou na madrugada de **25 de Agosto**, na secção de perfumaria e lingerie dos Armazéns Grandella. Rapidamente, e devido às dificuldades dos bombeiros em chegar ao local, propaga-se pelos edifícios próximos só sendo extinto às 18h.

a. CRONOLOGIA

1988	25 de Agosto	À tarde o Presidente, Nuno Abecassis chama a si, para discutir a reabilitação, a Associação de Arquitectos Portugueses e o Instituto Português do Património Cultural. Concordância entre as três partes: as obras de reconstrução não seriam levadas a cabo sem a existência de um "projecto global" para o perímetro do Rossio - Terreiro do Paço - Madalena - Rua do Alecrim.
	27 de Agosto	Enquanto se procedia ao inventário dos bens perdidos e danificados no incêndio, uma equipa de vistorias composta por técnicos da CML e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) tinha a seu cargo a definição de zonas de perigo - detectar quais as fachadas que

		estariam perdidas e ordenar demolições para evitar desabamentos.
30 de Agosto		Reunião conjunta com várias entidades (CML, LNEC, IPPC e AAP) convocada por Kruz Abecassis com o objectivo de definir possíveis linhas de intervenção: " a imagem do Chiado será mantida, ainda que procedam a uma alteração total dos interiores" ¹⁵³ . A AAP apresentou a proposta de realização de um concurso público de ideias, que foi aceite consensualmente
8 de Setembro		Kruz Abecassis, em conferência de imprensa, alega caber-lhe a "principal responsabilidade na condução deste processo" ¹⁵⁴ , e revela o convite feito a Siza Vieira para a elaboração do plano geral da zona do Chiado, que deveria estar pronto em Abril de 1989. No mesmo dia Siza Vieira encontra-se com dirigentes da AAP tendo as duas partes acordado quanto à metodologia e às bases programáticas do plano. ¹⁵⁵
12 de Setembro		A AAP entregou aos presidentes da CML e do IPPC, um documento "caracterizador dos princípios fundamentais para a organização do concurso de ideias" ¹⁵⁶ No seguimento, apresenta, a 15 de Setembro, um documento onde se preconiza a "manutenção do Concurso de Ideias como forma de enriquecer o programa para o Plano de reconstrução" ¹⁵⁷ .
8 de Outubro		Após algumas objecções terem sido levantadas, sublinhando a incompatibilidade entre as duas opções (o concurso de ideias e o convite a Siza Vieira) ¹⁵⁸ a AAP afasta-se do concurso público por terem sido recusadas as condições que considerava indispensáveis para a realização do mesmo, desmarcando-se assim do processo de tomada de decisões. ¹⁵⁹
1989	Janeiro	A AAP e SNBA organizam um debate "Incêndio do Chiado - Cinco meses depois", procurando fazer um balanço do processo de reconstrução desenvolvido até ao momento, reavivar a discussão pública, que depois da intensa reacção nas primeiras semanas, tinha desaparecido da esfera pública, (em Dezembro de 1990, Jorge Sampaio é eleito para a CML).
1990	27 de Abril	Um ano depois do previsto Siza Vieira, entrega à CML o plano de pormenor e regulamento de recuperação do Chiado.
	Mai	O Governo aprova um diploma que desbloqueia a verba atribuída ao Fundo Extraordinário de Ajuda à Reconstrução do Chiado, no valor de 5 milhões de contos.
	Junho	O plano pormenor é aprovado pelo IPPC e pela Câmara Municipal de Lisboa
1991	Mai	Iniciadas as obras, ficando a demora a dever-se segundo a CML à "necessidade de articular as iniciativas dos privados" ¹⁶⁰ . No início das obras estavam instalados 8 estaleiros ¹⁶¹ , mas até ao final do ano seriam 14 em funcionamento ¹⁶² . No entanto, em alguns dos edifícios, como os antigos Armazéns do Chiado, envolvidos em processos de litígio, as obras tardariam a começar ¹⁶³ .

¹⁵³ "CEE dá três milhões para obras no Chiado", *Correio da Manhã*, 21 de Agosto de 1988

¹⁵⁴ "Abecassis anuncia «a solo» plano para a reconstrução", 9 de Setembro de 1988

¹⁵⁵ "Arquitectos estão de "corpo e alma" com Siza Vieira", *Diário de Lisboa*, 9 de Setembro de 1988

¹⁵⁶ "Associação de arquitectos contra concurso municipal", *Correio da Manhã*, 8 de Outubro de 1988

¹⁵⁷ Pedro Pedroso "Teotónio Pereira contra Siza Vieira", *Expresso*, 24 de Setembro de 1988

¹⁵⁸ João Vieira Caldas, Paulo Varela Gomes "Nuno Teotónio Pereira: tem de haver controlo público", *Expresso*, 24 de Setembro de 1988

¹⁵⁹ "Associação de arquitectos contra concurso municipal", *Correio da Manhã*, 8 de Outubro de 1988

¹⁶⁰ João Soares in Antónia de Sousa "Chiado renasce das cinzas três anos depois", *Diário de Notícias*, 25 de Maio de 1991

¹⁶¹ "As obras decorrem a bom ritmo" revista *Indústria da Construção*, Abril de 1992, nº17

¹⁶² Maria Filomena Mónica "Chiado adiado", *O Independente*, 12 de Agosto de 1998

¹⁶³ João Soares in Antónia de Sousa "Chiado renasce das cinzas três anos depois", *Diário de Notícias*, 25 de Maio de 1991

1996	Agosto	Aprovação da CML e outras autoridades do projecto para a criação de uma unidade hoteleira e um centro comercial nos Antigos Armazéns do Chiado (arqs. Joan Busquets e Siza Vieira) para a (Multi Developmente Corporation) ¹⁶⁴ que serão inauguradas em 1999.
2008	Agosto	O plano de recuperação do Chiado do arq. Siza é dado por concluído embora continuem por recuperar o edifício Palmeiras ¹⁶⁵ , para o qual a CML apresentou um projecto de uma residência assistida para idosos) e por terminar a ligação do pátio B ao Largo de Carmo

Fontes: imprensa da época, arquivos AO e CML

b. Os números e as explicações

Nos números finais do incêndio contam-se 1680 bombeiros e cerca 300 carros de bombeiros e de apoio logístico; 2 mortos, sessenta e três feridos (60 bombeiros, 10 moradores e 3 polícias); escassas dezenas de desalojados, cerca de meia centena de estabelecimentos comerciais e mais de cem escritórios desaparecidos, perda de actividade de 1300 empregados e um prejuízo da ordem dos 80 milhões de contos.

O incêndio afectou um total de 18 edifícios situados nas Ruas do Carmo, Nova do Almada, Ouro, Crucifixo, Garrett, Assunção e Calçada do Sacramento (11 totalmente destruídos).



Figura 85 - Vista aérea do Chiado no rescaldo do incêndio



Figura 86 - Rua Garrett

A configuração da Rua do Carmo, com um conjunto de plataformas de mármore e de esplanadas, dificultou a intervenção dos bombeiros. Pouco tempo depois de terem conseguido introduzir dois carros por entre as "pré-existências", as labaredas tornaram-se tão intensas que foram obrigados a retirar os veículos. Sem controlo, o incêndio alastra para o outro lado da rua. Do mesmo lado, continua a percorrer o comprimento dos armazéns do Chiado em direcção à Rua Nova do Almada.

Os interiores de madeira, o rebentamento de botijas de gás, a acumulação de papel nos escritórios e outras matérias inflamáveis nos estabelecimentos ajudam na propagação do incêndio. O sistema de

¹⁶⁴ "Segunda vida para o coração da cidade" *Diário de Notícias*, 25 de Agosto de 1996

¹⁶⁵ "Entrevista a Manuel Salgado: Há facilidades para corromper no urbanismo", *Diário Económico*, 29 de Novembro de 2007

construção de edifícios centenários (com paredes de estuque e aparas de madeira) torna-os alvos fáceis.

As 1^{as} imagens do Chiado a arder, fizeram temer uma catástrofe com a dimensão do terramoto de 1755. Apesar de um "olhar" mais atento reduzia a dimensão e o impacto do incêndio, não obstante, uma onda de solidariedade espalhou-se por todo o lado: "No estrangeiro, os telejornais abriam com as chamas do Chiado. Jacques Delors mandava as condolências da CEE e Federico Mayor prometia o apoio da UNESCO. Todos se uniam para reconstruir o Chiado"¹⁶⁶.

c. Reacções

Além de inúmeros telegramas nacionais e internacionais, algumas entidades anunciaram a organização de eventos de beneficência, (exposições, espectáculos e jogos de futebol) para apoios à reconstrução e às vítimas do incêndio. Outras instituições disponibilizaram dinheiro em contas de solidariedade. Inúmeros artigos fazem a evocação do Chiado que foi consumido pelo fogo: "os saldos nos grandes armazéns, o lanche na Ferrari, as novidades musicais na Valentim de Carvalho, os chocolates na Godiva ou o simples passeio para ver as montras de algumas das mais antigas lojas de Lisboa"¹⁶⁷. É o retrato do **"Chiado que nunca voltará a ser o que era"**: "Mesmo que as autoridades procurem preservar estilos e tradições, já nada aqui será como dantes"¹⁶⁸



Figura 87 - População que "assistia" ao incêndio na Rua Garrett



Figura 88 - Rua Garrett

Directamente relacionados com as descrições do imaginário pré-incêndio estão recordações pessoais. Também estas ajudam a construir um discurso colectivo sobre a nostalgia e a memória do local. Um mês depois do incêndio, grupos de pessoas amontoam-se no cimo do elevador de Santa Justa,

¹⁶⁶ Maria Filomena Mónica "Chiado adiado", *O Independente*, 12 de Agosto de 1998

¹⁶⁷ "A normalização passo a passo", *Expresso*, 27 de Agosto de 1988

¹⁶⁸ Joaquim Vieira com José Manuel Moroso "Perfumes e lingerie deitam fogo a Lisboa", *Expresso*, 27 de Agosto de 1988

observando a zona sinistrada e comentando: "Eu ia ali às compras; eram muito simpáticos e faziam-se sempre um desconto"¹⁶⁹. Meses mais tarde, podemos encontrar o mesmo discurso: "Ainda dói o coração. É um apelo à saudade; lembramos sempre porque esquecer nunca. Recordamos cada pedrinha da rua. No virar da esquina conhecemos o vendedor ambulante. Cada prédio tem uma história que é nossa..."¹⁷⁰, "O Chiado é o coração de Lisboa e ela morre no dia em que ele deixar de bater."¹⁷¹

É esta constatação e identificação (a centralidade e o simbolismo) que levará à defesa da reposição destes valores: "(...) que o Chiado seja repostado na sua condição original, nem mais nem menos do que apenas isso. (...) Amputaram, a frio, outros bairros da cidade, mas não deixem que lhe pare o coração agora afectado pelo fogo, refaçam-no urgentemente igualzinho ao que era"¹⁷²

No pós-incêndio reaparece (surge) uma identificação muito forte com o território do Chiado: quer sejam pelas funções que lá se encontravam, quer seja pelo papel simbólico na cidade de Lisboa. A propósito deste tema, Teresa Patrício Gouveia, na altura Secretária de Estado da Cultura refere: "A ferida aberta no tecido urbano do Chiado tocou intensamente a população. É que, esta zona, é o local emblemático de Lisboa, e assim, a sua danificação afectou mais do que os lisboetas: afectou também todos os que, portugueses ou não, a frequentavam culturalmente (se assim pode dizer). (...) O valor referencial desta zona e a projecção afectiva que nela fazemos, são em si mesmos valores culturais que devem ser respeitados e por isso disse que a nostalgia deverá ser um ingrediente de qualquer intervenção."¹⁷³

Introduz-se desta forma uma questão muito pertinente para todo o processo de reconstrução – a **emoção** - que como factor decisivo que, condicionará e ditará as regras e as formas da reconstrução. Ao mesmo tempo que se assistem às primeiras discussões sobre o futuro do Chiado, fazem-se as primeiras "construções" sobre o passado: "Já se criou uma imagem mítica do Chiado desaparecido que identifica o que lá estava há um mês com o que se julga ter sempre estado."¹⁷⁴ Em todo o processo (quer o de discussão, quer o de decisão e de reconstrução) este será o pano de fundo.

¹⁶⁹ José Manuel Moroso, Miguel Portas e Telma Miguel "Chiado, o estado das coisas" *Expresso*, 24 de Setembro de 1988

¹⁷⁰ Filomena Coelho "O Chiado somos nós", *O Independente*, 27 de Janeiro de 1989

¹⁷¹ José Fonseca e Costa "Catástrofe à solta", *A Capital*, 1988

¹⁷² *idem*

¹⁷³ Teresa Patrício Gouveia "Reconstruir sem pressas e com alguma afectividade", *A Capital*, 1988

¹⁷⁴ João Vieira Caldas e Paulo Varela Gomes "O Chiado não é Varsóvia", *Expresso*, 10 de Setembro de 1988

1.2. O DEBATE SOBRE A RECONSTRUÇÃO

O imaginário colectivo construído à volta do “que fazer no Chiado” propiciou durante algumas semanas uma intensa discussão pública sobre a reconstrução. E, se pelo contexto que vimos anteriormente, as classes profissionais tinham um interesse particular na participação no processo, a discussão alargou-se a outros campos: os moradores, os trabalhadores e os inúmeros “utentes” do Chiado agora ardido. Era assunto de “comoção nacional” e todos tinham uma opinião ou um lamento para oferecer.

a. O incêndio como tomada de consciência – Fragilidade e decadência

As causas (mais amplas) do incêndio foram rapidamente identificadas: a degradação do edificado, a terciarização e a consequente desertificação e o declínio do comércio da zona. Na opinião dos arquitectos: “a baixa pombalina e boa parte de Lisboa já está a arder há muito tempo. A cidade está a degradar-se progressivamente com o patrocínio da Câmara, do Governo Civil, e apesar do fogo se ter circunscrito àquela zona, a baixa poderia ter ardido toda. A gestão da edilidade faz-se pontualmente e as medidas globais são inexistentes”.¹⁷⁵

O incêndio permitiu chamar a atenção para a realidade degradada do centro simbólico da cidade e pôr em foque a desatenção das políticas camarárias para o património edificado. Nuno Teotónio Pereira reforça a ideia da tomada de consciência que o incêndio permitiu:



Figura 89
Chiado em 1986

"(...) não nos podemos esquecer que o incêndio do Chiado aconteceu por causa da incúria pela falta de regras que combatam a especulação, pelas medidas casuísticas.... Era preciso dizer basta! e foi o incêndio que permitiu isso!"¹⁷⁶

De uma forma mais concreta, o incêndio evidenciou a fragilidade da Baixa Pombalina, cujo processo de degradação vinha acompanhando o do Chiado e que por meras circunstâncias casuístas não ardeu na mesma manhã de Agosto. A necessidade de uma intervenção no Chiado ardido abre portas para uma reflexão (e acção) sobre os problemas da Baixa. São vários os intervenientes que reclamam uma intervenção mais abrangente no centro da cidade.

¹⁷⁵ "Reconstrução à procura de um consenso" *Expresso*, 27 de Agosto de 1988

¹⁷⁶ *idem*

b. As expectativas para a Baixa

Desde logo, Nuno Teotónio Pereira refere "A ferida que foi aberta não pode ser tratada como uma ilha dentro de Lisboa. A reconstrução vem colocar problemas que dizem respeito à cidade toda: o processo ter-se-à que inserir num plano de reconstrução da Baixa, duas vertentes que terão de ser desenvolvidas simultaneamente e articuladamente"¹⁷⁷ Também António Lamas, na época presidente do IPPC, refere que a "reconstrução do Chiado pressupõe medidas que reduzam a vulnerabilidade da Baixa"¹⁷⁸ cujos prédios de habitação foram sendo alterados ao longo dos anos para escritórios e armazéns.

Siza, afasta-se de um projecto mais envolvente e distingue uma possível intervenção de recuperação na Baixa, da necessária reconstrução do Chiado: "É evidente que as duas coisas (degradação da Baixa e problema da recuperação do Chiado) estão interligadas, mas do ponto de vista operacional e do ponto de vista de prazos, urgências, etc elas podem ser temporariamente isoladas, embora mantendo-as em relação"¹⁷⁹.

Uns dias mais tarde, Siza reforçará o carácter singular da intervenção no Chiado, baixando o nível de expectativa em relação aos efeitos do plano: "Parece-me é que há uma certa tendência da opinião pública para considerar que a recuperação do Chiado irá atacar todos os problemas da Baixa. Só que a zona a recuperar não tem dimensão para isso; ela será apenas como que um pretexto embora infeliz. O Chiado não comporta as expectativas, de várias ordens, que à volta dele se estão a criar. A intervenção no Chiado, em si mesma, não vai resolver os problemas da Baixa."¹⁸⁰.

A afirmação de Siza Vieira, viria com o tempo, a revelar-se verdade. Embora o debate tenha servido como uma tomada de consciência e aberto possibilidades de acção, o processo de reconstrução, acabou por conter as perspectivas para as intervenções de fundo, necessárias num contexto mais alargado de centro da cidade. As acções neste campo, nos anos da reconstrução serão pontuais, (encerramento a trânsito da Rua Augusta (arranjo das praças do Terreiro do Paço, Rossio, da Figueira e Martim Moniz) a construção de diversos parques de estacionamento.

¹⁷⁷ Nuno Teotónio Pereira "Câmara tem revelado capacidade de diálogo", *O Jornal*, 2 de Setembro de 1988

¹⁷⁸ "Reconstrução à procura de um consenso" *Expresso*, 27 de Agosto de 1988

¹⁷⁹ Siza Vieira in José Júdice e João Vieira Caldas "Ninguém tenha ilusões: o Chiado não vai voltar a ser o que era", 10 de Setembro de 1988

¹⁸⁰ Siza Vieira in Luís Miguel Novais "Para levar o Chiado a bom porto", *Diário de Notícias*, 17 de Setembro de 1988

1.3. O INCÊNDIO COMO UMA OPORTUNIDADE - DIFERENTES DISCURSOS

Ao mesmo tempo que se fazia o balanço do incêndio e a evocação do Chiado destruído, iniciava-se a discussão sobre os diferentes modelos de reconstrução.

Passado o "susto" da catástrofe, debatem-se as inúmeras possibilidades do futuro do Chiado: a oportunidade de intervir num tecido consolidado, histórico, com várias camadas de significados e de simbolismos, onde de outra forma, seria difícil introduzir novos elementos.

Como já referimos, o incêndio "obriga" à revisão do tratamento aplicado ao património até então, fortemente defendida pela AAP "para se enfrentar esta situação é preciso olhar para trás porque tem de haver uma viragem na maneira de tratar a cidade"¹⁸¹.



Figura 90
Caricatura do
Marques de Pombal
Vasco, 1988

A partir deste ponto a questão central do debate foi rapidamente definida: reconstruir o Chiado à imagem anterior ao incêndio ou permitir a introdução de novos elementos e "novas arquitecturas"? Embora seja esta a pergunta a que se pretende responder, mais que a solução específica que apresenta para o Chiado, são as diferentes concepções temporais da cidade que estão em discussão. Assim, a parte mais importante dos discursos não é aquela que se refere a fachadas e a interiores, essa é apenas uma concretização particular para o caso do Chiado, o debate mais aprofundado prende-se com a forma como a cidade evolui ao longo do tempo. A necessidade de uma rápida reconstrução do tecido "danificado" pelo incêndio, obriga como já dissemos, a uma revisão dos processos de evolução da cidade.

¹⁸¹ Fernando Dacosta "O Chiado não quer um Marques de Pombal", *O Jornal*, 2 de Setembro de 1988

a. Os discursos institucionais - AAP, IPPC e SEC

As primeiras reacções ao incêndio vêm por parte das instituições envolvidas de várias formas com a questão do Chiado: a Câmara Municipal de Lisboa, sobre a qual recaía a responsabilidade do incêndio e das acções seguintes a serem tomadas, a Associação de Arquitectos Portugueses, reclamando um papel de destaque no decurso do processo; o Instituto Português do Património Cultural e a Secretaria de Estado da Cultura, ambos com responsabilidades institucionais nas áreas do património e da cultura.

O discurso institucional não toma parte na defesa ou na legitimação das opções para a reconstrução, mas a prioridade dada ao desenvolvimento do processo de reconstrução, salientando a "necessidade de ser dada liberdade aos arquitectos que eventualmente venham a ser encarregados dos projectos de reconstrução"¹⁸² A ênfase do discurso vai para a criação de condições que permitam desde o início encontrar consensos, numa tentativa de congregação de esforços de recursos e competências, assegurando uma "uma base institucional e orgânica a todo o processo"¹⁸³, relegando as questões formais e estilísticas para a uma "hora mais para adiante"¹⁸⁴

Na sequência desta posição, a AAP defende a realização de um concurso público de ideias para a reconstrução do Chiado, cujos pormenores e consequências desenvolveremos num ponto autónomo.

Logo após o incêndio a secretaria de Estado da Cultura, em comunicado, sublinha a necessidade das acções de recuperação considerarem toda a área sinistrada "como uma unidade patrimonial", e promoverem o envolvimento "de todas as instituições e competências técnicas com interesse neste domínio."¹⁸⁵ Mais tarde surgem algumas recomendações para a reconstrução: a manutenção das fachadas e o desenvolvimento do processo com base em fortes competências técnicas e artísticas, sem no entanto excluir a inclusão de elementos mais simbólicos como "alguma afectividade e nostalgia"¹⁸⁶



Figura 91
Pastelaria Ferrari

¹⁸² "Arquitectos devem ter liberdade ara reconstruir o Chiado", *A Capital*, 31 de Agosto de 1988

¹⁸³ "Reconstrução não deve ser palco de tricas partidárias", *A Capital*, 1988

¹⁸⁴ "idem

¹⁸⁵ "Reconstrução à procura de um consenso" *Expresso*, 27 de Agosto de 1988

¹⁸⁶ Teresa Patrício Gouveia "Reconstruir sem pressas e com alguma afectividade" *A Capital*, 1988

A relação com o lugar, as representações e os referenciais construídos ao longo do tempo são em si mesmos "valores culturais que devem ser respeitados"¹⁸⁷.

António Lamas, reafirma a necessidade de preservar a maior parcela arquitectónica possível, "não como se tratasse de um epitáfio, mas para que se assegure a memória".¹⁸⁸ Esta atitude de recuperação do património arquitectónico, não implica uma definição rígida da metodologia e critérios de intervenção. "É saudável que se deixe grande margem a um debate sobre as formas de intervenção nos edifícios"¹⁸⁹, mas privilegiando a conservação do exterior e a transformação no interior: "a manutenção da volumetria, a recuperação de todas as fachadas possíveis, sem excluir a intervenção contemporânea nos interiores." ¹⁹⁰

A CML assume-se como a única entidade responsável pelo processo, após nos primeiros dias, ter simulado uma partilha de responsabilidades com a AAP e o IPPC (facto a que não serão indiferentes as críticas que receberá frequentemente pela ausência de intervenção e de fiscalização no centro histórico de Lisboa). O discurso da CML, diz respeito sobretudo às tomadas de decisão e aos procedimentos da recuperação, não representando uma voz activa na discussão das formas e dos critérios.

b. Uma ideia de Chiado como objecto, um discurso sobre a mutabilidade

Logo após o incêndio Tomás Taveira, autor de alguns dos projectos mais controversos da cidade nos anos 80, demonstra-se disponível para apresentar o seu próprio projecto de recuperação do Chiado. Soube-se então que tinha (há já quatro anos) um projecto de reestruturação do Grandella.

O arquitecto identifica duas formas de pensar a renovação de uma zona histórica como a Baixa Pombalina:

- uma resulta, de planeamento a longo prazo, "onde a sobrecarga psicológica e antropológica acaba por se impor."¹⁹¹ As formas, as cores e materiais que dão corpo à imagem da cidade tendem a permanecer, no geral "tende-se para a eternização de um certo ambiente urbano."¹⁹²
- a outra resulta da "vontade do homem em criar sempre um clima de inovação, progresso, alteração ou revolução"¹⁹³ quando a renovação se faz por uma catástrofe (uma acção não

¹⁸⁷ idem

¹⁸⁸ "Reconstrução à procura de um consenso" *Expresso*, 27 de Agosto de 1988

¹⁸⁹ António Lamas "Ligar a Baixa e a Alta", *O Jornal*, 2 de Setembro de 1988

¹⁹⁰ idem

¹⁹¹ Tomás Taveira in "Traduzir a inteligência política e arquitectónica do nosso tempo", *A Capital*, 1988

¹⁹² idem

¹⁹³ idem

planeada). Neste caso, quando há o desaparecimento "total" da (anterior) imagem do tecido urbano, "há tendência para ignorar precisamente as pré-existências, para a adopção de imagens completamente novas"¹⁹⁴

Esta reflexão, embora depois usada para justificar uma determinada opção da reconstrução, identifica muito claramente a reconstrução do Chiado como a oportunidade de intervir de uma forma mais radical, inserindo elementos novos num tecido histórica e culturalmente consolidado.

O arquitecto é a figura-chave em todo o processo da reconstrução: "(...) vamos tentar consubstanciar uma ideia que as pessoas ainda não perceberam que existe. O arquitecto vai descobrir o que as pessoas ainda não descobriram, o que era essencial estar ali."¹⁹⁵

Por isso este discurso se desinteressa do "sistema", do conjunto urbano e defende aquilo que define por um OBJECTO novo, "Um objecto que possa reflectir a estética de hoje, o pensamento filosófico actual, que corresponda a um gnosiologia de fim de século, que afirme a Imaginação do nosso Tempo"¹⁹⁶ O objecto novo representa a "inteligência arquitectónica e política do nosso tempo"¹⁹⁷, os novos princípios funcionais e as novas tendências comerciais do centro da cidade.

Reconhece a necessidade de incorporar o simbolismo e a memória colectiva na construção no novo Chiado. Mas para ele isto não significa que se adopte uma solução de reconstrução mimética: "É possível manter o **espírito** que já lá existia"¹⁹⁸, mediante a criação dos novos objectos que permitam enfatizar as significações do passado e ao mesmo tempo criar novas potencialidades na área ardida. Advoga a continuação das alterações já surgidas no séc. XIX e XX à baixa pombalina, como respostas por um lado às novas exigências comerciais e por outro ao "gosto da época": "(...) o Chiado, que nasce, no princípio do século, de uma alteração à Lisboa pombalina...não pode ser novamente alterado?"¹⁹⁹ Para Taveira: "nada é imutável na Cidade, na vida urbana ou na vida do Homem. (...) A alteração é a regra da vida, a mutação e uso permanente da imaginação criadora são inevitáveis"²⁰⁰

c. A atitude "intermédia" - Conservar a imagem do exterior

¹⁹⁴ idem

¹⁹⁵ Miguel Esteves Cardoso e Paulo Portas "Não, senhor arquitecto!", *O Independente*, 2 de Setembro de 1988

¹⁹⁶ Tomás Taveira "O Chiado e Grandella já eram obsoletos", *O Jornal*, 2 de Setembro de 1988

¹⁹⁷ Tomás Taveira "Traduzir a inteligência política e arquitectónica do nosso tempo", *A Capital*, 1988

¹⁹⁸ "Não, senhor arquitecto!" Miguel Esteves Cardoso e Paulo Portas, *O Independente*, 2 de Setembro de 1988

¹⁹⁹ idem

²⁰⁰ Tomás Taveira "O Chiado e Grandella já eram obsoletos", *O Jornal*, 2 de Setembro de 1988

Talvez a atitude mais consensual seja uma "posição intermédia" entre um revivalismo que advogará a reconstrução de tudo o que é possível e um pragmatismo que fará a defesa exclusiva de uma construção nova. A necessidade de por um lado tornar os edifícios mais seguros e por outro revitalizar uma zona desertificada e degradada justificam a introdução de mudanças, discurso que é reforçado pela ideia de que estas medidas a terem sido efectuadas antes, poderiam ter evitado o incêndio. Talvez por isso, estas alterações sejam quase consensuais, desde a opinião pública: "reconstituía a traça exterior dos edifícios (...) mas modificava o interior, de modo a que focasse mais reforçado nomeadamente contra os incêndios"²⁰¹; do discurso político: "A linguagem do século XX não aparecerá no exterior dos edifícios, mas em contrapartida os interiores deverão ser modernizados, especialmente no capítulo da segurança"²⁰² e dos profissionais: "a zona do Chiado deve ser reconstruída de forma coerente, respeitando por outro lado os novos conceitos de arquitectura, quer permitam evitar futuras situações como aquela que foi vivida na Baixa lisboeta."²⁰³

Esta mesma "solução de compromisso" associa-se facilmente a ideia de uma intervenção dual: a recuperação da imagem exterior do Chiado, a "manutenção das fachadas e das características arquitectónicas de toda a zona"²⁰⁴ e a reformulação dos espaços interiores, a "alteração quanto à arquitectura e ao arranjo dos interiores"²⁰⁵ e algumas reproduções arquitectónicas: "por exemplo, a reconstrução a efectuar na pastelaria Ferrari e na Casa Batalha deverá ser totalmente feita à imagem do que eram originalmente"²⁰⁶, quando o valor ou o simbolismo do local o justificasse.



Figura 92
Edifícios
reconstruídos na
Rua Nova do Almada
e fachada dos
Armazéns do Chiado

²⁰¹ Ruy de Carvalho "Reconstruir a traça exterior", *A Capital*, 1988

²⁰² Nuno Abecassis in "Respeitar a baixa pombalina", *O Jornal*, 2 de Setembro de 1988

²⁰³ Nuno Teotónio Pereira "Arquitectos devem ter liberdade para reconstruir o Chiado", *A Capital*, 31 de Agosto de 1988

²⁰⁴ Vasco Franco "Programas a recuperação sem precipitar a reconstrução" *A Capital*, 1988

²⁰⁵ idem

²⁰⁶ José Mendes e Mário Robalo "O fim de uma época", *Expresso*, 27 de Agosto de 1988

d. O discurso tradicionalista: o restauro de um símbolo

Um discurso mais conservador, profundamente emocional e simbólico advoga "que o Chiado seja reposto na sua condição original (...).Reponham o Chiado na sua traça de sempre, devolvam-no à vida que foi sempre a sua"²⁰⁷. A necessidade de preencher o vazio do Chiado, de o fazer voltar à vida é urgente. A defesa de uma reconstrução mimética, é o reflexo da sua ausência actual, da devastação provocada pelo incêndio, do mito (do imaginário criado à volta do Chiado) criado ao mesmo tempo que ele desaparecida. Os discursos são eles mesmos acompanhados por evocações do Chiado antigo, o mesmo que se pretende que renasça. Talvez por isso não seja de estranhar que esta atitude seja comum a vários "utentes do Chiado", mais que patente no discurso profissional ou institucional. É na opinião pública que se reflecte, a que vivia o Chiado e a que tinha toda a sua ligação afectiva. António Branco, leitor do jornal *A Capital* escreve no seu "depoimento": "Deve-se sim é tentar durante toda a reconstrução do local conservar tudo o mais parecido com o que era"²⁰⁸

Mas a justificação de uma reconstrução deste tipo no Chiado não se prende só com uma ligação afectiva ou pessoal com o local: a sua importância e o seu papel na cidade, o simbolismo que lhe está inerente e as suas próprias características contribuem para a construção deste modelo de intervenção: "esta zona da cidade tem um valor simbólico e que deve ser reconstruída como símbolo."

209

O discurso da reconstrução "mimética" é também acompanhado por uma forte reacção e contestação às construções pós-modernas realizadas no anos anteriores ao incêndio, em contextos ou substituindo edifícios da cidade: "Esperemos no entanto que não se caia no erro uma vez mais de querer dar uma nova imagem urbana a um sítio com características tão antigas como aquele"²¹⁰

Contrapondo-se ao discurso da figura de destaque da Lisboa pós-modernista do anos 80 (Tomás Taveira), identificamos um discurso nostálgico que vê no Chiado um centralidade (já perdida) ao mesmo tempo que desvaloriza os efeitos e consequências do incêndio. Uma discussão que é promovida pelo jornal "Independente", em entrevista:

²⁰⁷ José Fonseca e Costa "Catástrofe à solta" *A Capital*, 1988

²⁰⁸ António Branco "Por favor dêem vida à Baixa", *A Capital*, 1988

²⁰⁹ Hans Hübner "Lisboa a reconstrução do Chiado, Um desafio Histórico", *Humboldt*, nº59 1989

²¹⁰ António Branco "Por favor dêem vida à Baixa", *A Capital*, 1988

"Tomás Taveira: (...) O Chiado é um lugar físico. (...) Mas isso tudo não significa uma reconstrução exacta, sem alteração nenhuma (...) É possível manter o espírito que já lá existia. É possível enfatizar esse espírito e criar objectos que, eventualmente, dêem muito mais às pessoas (...), criando potencialidades na área que desapareceu. Independente: Desapareceu não, arderam 20 prédios...

Tomás Taveira: E agora, naquele sítio, vamos tentar consubstanciar uma ideia que as pessoas ainda não perceberam que existe. O arquitecto vai descobrir o que as pessoas ainda não descobriram, o que era essencial estar ali. (...)

Independente: O Chiado continua todo ali. O que ardeu foi uma pequena parte. O Chiado está na ordem da cidade. É dos poucos sítios que temos. Basta repor o bocadinho que falta."²¹¹



Figura 93
Caricatura de Tomás
Taveira
António, 1988

E embora o discurso apresentado, tenha como base a manutenção e na exaltação de certas características imateriais - a memória, o simbolismo, o significado - a sua representação formal é fortemente material: "a restituição do Chiado à cidade, através da reconstrução da sua malha, das suas fachadas, dos seus alinhamentos, dos seus materiais nobres e sem subterfúgios, ou seja, sem que o que era ferro, seja construído com o mesmo feitio, mas em outro material, o que era de cantaria passe a ser um forrozinho de cantaria."²¹²

Também o discurso conservador inclui a concepção do Chiado como uma obra ou como um objecto: o Chiado como centro tradicional de Lisboa: "É algo semelhante a uma obra de arte, que se restaura, quando danificada."²¹³

e. O valor das coisas, ou o que deixar e o que deitar a baixo

O debate principal sobre a reconstrução centra-se, como vimos em cima, em aspectos éticos e ideológicos (constructos de ideias pré-estabelecidas ou instrumentalizadas na acção). Existem também outros discursos que se debruçam mais sobre as particularidades do "conjunto urbano"

²¹¹ Miguel Esteves Cardoso e Paulo Portas "Não, senhor arquitecto!", *O Independente*, 2 de Setembro de 1988

²¹² Gonçalo Ribeiro Telles in "Um dedo nas feridas da arquitectura portuguesa" *Diário de Notícias*, 4 de Setembro de 1988

²¹³ Hans Hübner "Lisboa a reconstrução do Chiado, Um desafio Histórico", *Humboldt*, nº59 1989

Chiado. Neste caso assistimos a uma reflexão sobre o valor (predominantemente restringido ao valor arquitectónico) - dos edifícios, dos usos, dos interiores, das épocas - como uma justificação para o tipo de intervenção. É a partir da determinação do valor do bem em causa, que se define o que fazer; por exemplo o edifício x não tem valor histórico, logo não deve ser reconstruído e pode ser substituído por outro. Já para o valor económico, ele é idêntico em toda a área, aumentando com a liberdade de configurações dos interiores e das mudanças de usos ou tipo de destinatários.

No Chiado, as reflexões principais centram-se sobretudo à volta do plano pombalino, da autenticidade mantida e das suas alterações ao longo do tempo. João Vieira Caldas e Paulo Varela Gomes, apresentam alguns artigos da época uma reflexão sobre o pombalino no Chiado e na Baixa. Apresentando os vários momentos desde o lançamento do plano até às vésperas do incêndio identificam ao mesmo tempo as alterações introduzidas, concluindo que: "Já havia pouco de pombalino no Chiado. Ainda não concluída, a Baixa concebido por arquitectos (...) já estava a ser alterada."²¹⁴ A reconstrução do Chiado, como um processo de restauro não faz sentido: "A Lisboa Pombalina já não existe, há muito tempo. Nem é possível ressuscitá-la."²¹⁵

A discussão sobre o "valor" remete também para situações específicas, como o caso dos Armazéns do Chiado e do Edifício Grandella, dois edifícios singulares que se destacam tanto pelas dimensões como pela arquitectura, do conjunto homogéneo do Chiado. No primeiro caso, Henrique Chicó, descrevendo-o como um "um edifício sem valia arquitectónica de monta" defende a não reconstrução do mesmo, deixando "os lisboetas debruçarem-se sobre a Baixa e a Colina do Castelo, uma vista única "²¹⁶ Já o historiador Oliveira Marques identifica o Grandella como "único (edifício) que destoa do conjunto pombalino ou pseudopombalino, mas também o único de real interesse artístico, construído no princípio do séc. XX."²¹⁷, recusando a ideia de só reconhecer "interesse histórico em edifícios construídos até 1800 ou pouco mais."

f. Mudanças de usos

A desadequação dos usos do edificado foi uma das razões para a degradação e a desertificação do Chiado. O debate sobre a reconstrução passa por este ponto. Mais uma vez, o incêndio trás a oportunidade de inverter as tendências de declínio, Nuno Teotónio Pereira reafirma: "a oportunidade

²¹⁴ João Vieira Caldas e Paulo Varela Gomes "O Chiado não é Varsóvia", *Expresso*, 10 de Setembro de 1988

²¹⁵ Paulo Varela Gomes "Era uma vez uma Lisboa Pombalina", *Expresso*, 24 de Setembro de 1988

²¹⁶ Henrique Chicó "Edifício dos Armazéns nunca devia ter existido", *O Jornal*, 2 de Setembro de 1988

²¹⁷ A. H. de Oliveira Marques "Não se justificam remodelações em grande escala", *A Capital*, 1988

para introduzir melhorias na área, conferir maior qualidade e aumentar a capacidade de usos urbanos, condições de atracção, maior vitalidade"²¹⁸

A (re)introdução da habitação, aparece como uma medida transversal a todos os discursos e será também umas das primeiras certezas de Siza. Associados à ideia da contrariar a desertificação, são referidos outros usos, comerciais e culturais, com o intuito de tornar o Chiado um espaço usado 24 horas por dia: "Promover a existência de habitações, de cinemas, restaurantes, bares abertos pela noite fora, fazer intervir a arquitectura contemporânea, inflectir o rumo da política de desertificação da Baixa"²¹⁹

Nestes casos, porém, falta entender quais as formas e as estratégias para dar coerência a estes novos usos (algum voluntarismo em relação ao programa) com algumas excepções, como Gonçalo Ribeiro Telles que aponta a necessidade de "evolucionar o Chiado para qualquer coisa que sirva, que possibilite à população continuar a viver aquela área da cidade. (...) "Em segundo lugar, convém verificar quais são, numa perspectiva de futuro, as potencialidades do Chiado para continuar a servir e a ser vivido pela população. (...) que tipo de comércio? Que actividades?"²²⁰ Nuno Portas refere por seu lado, a necessidade de encontrar funções "que sejam compatíveis com os contentores existentes e as limitações urbanas que lhe são inerentes e que dificilmente poderão ser alteradas (acessos e estacionamento a distância, risco de conquista de caves, alargamento de montras, restrições à insolação de pátios e logradouros, etc.)."²²¹ Se por um lado trata-se de descobrir quais são os usos novos que possam desencadear um processo de regeneração, por outro é necessário encontrar os usos que se adequem aquela estrutura urbana específica.

Nuno Teotónio Pereira, chama a atenção para a regulação da introdução destes novos usos:"Os novos usos colocam problemas sérios: não podem ser decididos livremente pelos investidores, impõe-se um controle público sobre as actividades mais convenientes a instalar na zona"²²²

²¹⁸ Nuno Teotónio Pereira "Câmara tem revelado capacidade de diálogo", *O Jornal*, 2 de Setembro de 1988

²¹⁹ João Vieira Caldas e Paulo Varela Gomes O Chiado não é Varsóvia", *Expresso*, 10 de Setembro de 1988

²²⁰ Gonçalo Ribeiro Telles "Um dedo nas feridas da arquitectura portuguesa" *Diário de Notícias*, 4 de Setembro de 1988

²²¹ Nuno Portas "O futuro da Baixa (Rescaldo de um incêndio)", *Primeiro de Janeiro*, 31 de Agosto de 1988

²²² Nuno Teotónio Pereira "Câmara tem revelado capacidade de diálogo", *O Jornal*, 2 de Setembro de 1988

1.4. A RECONSTRUÇÃO COMO PROCESSO - Os arquitectos e o futuro

As diferentes perspectivas que vimos acima mostram os vários discursos construídos à volta do caso Chiado polarizadas pelas questões formais:

o que reconstruir? o que modificar? o que manter?
que contém em si mesmos muitos conceitos temporais:
mudança, manutenção, futuro, passado....

Dissemos no início que o incêndio obrigaria a uma
revisão dos processos de evolução da cidade. Essa
constatação no entanto, não será clara (ou oportuna)
para todos os intervenientes.

Poucos alertas foram dados em relação à menor
consistência da discussão, Pedro Vieira de Almeida
refere numa entrevista:"acho extremamente prematuro
começar a discutir (...) quais as fachadas que vamos
salvar ou, mesmo se vamos salvá-las. Nesse
momento, o problema que se nos põe é um problema
de método, e é esse problema que eu não vejo que
esteja a ser esclarecido ou abordado." ²²³. Refere ainda
a necessidade de se estabelecer uma base conceptual
e crítica à volta do assunto do Chiado: "É preciso
saber, (...), do que se está a falar quando se disse que
se vai recuperar o Chiado ou o seu ambiente urbano.
Se calhar estamos a falar de coisas completamente
diferentes, porque não estão definidos os conceitos
críticos (...). Não temos parâmetros críticos comuns" ²²⁴

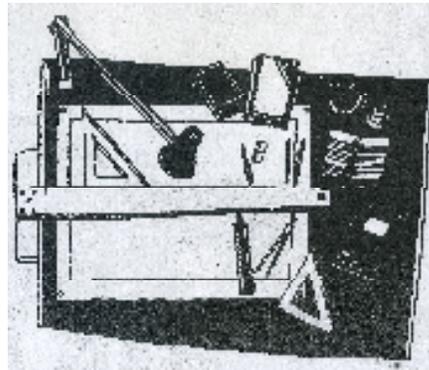
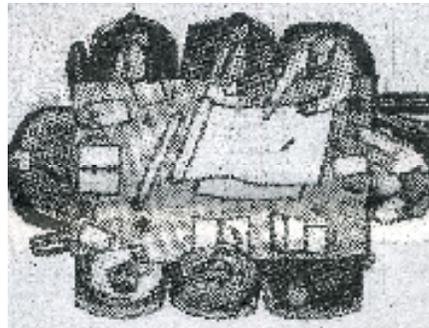
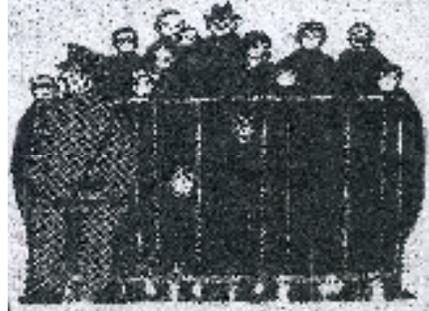


Figura 94

A reconstrução como
um processo:
as emoções, a
discussão e o projecto
Henrique Cayatte, 1988

Em alguns casos, encontram-se linhas de pensamento centradas no papel do arquitecto e reivindicando para ele liberdade de movimentos que associam a determinadas metodologias de intervenção os seus correspondentes resultados. No caso de João Vieira Caldas e Paulo Varela Gomes a defesa de **concursos públicos** para a área do Chiado associa-se a uma construção de um futuro variado:

"É necessário promover concursos públicos de projectos para a área do Chiado (...) que não assentem em quaisquer imposições prévias. / Podemos antever um Chiado que, como os que

²²³ Pedro Vieira de Almeida "Um dedo nas feridas da arquitectura portuguesa" *Diário de Notícias*, 4 de Setembro de 1988

²²⁴ idem

existiram no passado, viva da variedade e do contraste das diversas autorias arquitectónicas (e até com uma ou outra fachadas e loja reconstruída)²²⁵

Manuel Graça Dias defende por outro lado um "plano geral, pouco rígido, balizado por três ou quatro pontos"²²⁶ permitindo a participação de arquitectos portugueses na execução dos projectos de cada edifício²²⁷

Noutros casos, as chamadas de atenção para as questões processuais incluem um entendimento mais abrangente do que pode ser a reconstrução, Manuel Vicente advoga que "O Chiado teria de ser mais espontâneo. Ver se aparecem ou não forças reais; não só os arquitectos; as cidades não são "forma". Os arquitectos não possuem poder modificador, tem de haver "espaço", económico essencialmente e político. (...) Os arquitectos não salvam o mundo nem o perdem. Quando muito, tornam-no mais festivo"²²⁸

a. O Plano de Reconstrução como processo político

Nuno Portas, refere neste caso que toda a necessária revitalização da zona não poderá "deixar de ter em conta para quê e para quem se vai reconstruir agora – o que implica imaginação política (e comercial com as entidades e os promotores interessados)".²²⁹ No processo de reconstrução que se iniciava na época, com muito do debate se centrado em questões formais e estilísticas, com um pano de fundo fortemente emocional, não seria possível esquecer que a reconstrução era (foi) um **processo político**. Não será por esse processo que ele se poderá melhor avaliar?

Na tarde de 25 de Agosto, o Presidente Nuno Abecassis declarou que a reconstrução iria ser feita em Portugal, "Temos arquitectos suficientes para estabelecer um plano de recuperação"²³⁰, que incluiria alterações arquitectónicas na área da Baixa Pombalina. Chamadas a pronunciar-se sobre a reconstrução, a Associação de Arquitectos Portugueses e o Instituto Português do Património Cultural²³¹ chegam-se às primeiras conclusões sobre a forma da reconstrução:

- a definição da "estética" da intervenção:" a imagem do Chiado será mantida, ainda que procedam a uma alteração total dos interiores"²³². Dos 18 edifícios afectados, apenas 2 deles

²²⁵ João Vieira Caldas e Paulo Varela Gomes "O Chiado não é Varsóvia", *Expresso*, 10 de Setembro de 1988

²²⁶ Manuel Graça Dias "Por um Chiado chique" *O Independente*

²²⁷ *idem*

²²⁸ Manuel Vicente "O que pensam os arquitectos da escolha de Siza Vieira", *Expresso*, 10 Setembro 1988

²²⁹ Nuno Portas "O futuro da Baixa (Rescaldo de um incêndio)", *Primeiro de Janeiro*, 31 de Agosto de 1988

²³⁰ Pedro Pedrosa "Reconstruir é preciso", *O Independente*, 26 de Agosto de 1988

²³¹ "A reconstrução à procura de um consenso" *Expresso*, 27 de Agosto de 1988

²³² "CEE dá três milhões para obras no Chiado", *Correio da Manhã*, 21 de Agosto de 1988

seriam demolidos: Eduardo Martins e o Custódio Cardoso Pereira sendo as fachadas dos restantes 16 imóveis recuperadas segundo a sua traça original.

- a realização de um concurso público de ideias, proposta pela AAP e aceite consensualmente.

Passados os momentos de "aflição", Siza era chamado; o concurso abandonado, os "parceiros" remetidos ao comentário institucional, ou ao debate no exterior da acção

b. A AAP e o Concurso de Ideias

A AAP vinha já a algum tempo e com bastante "insistência" defendendo a existência de concurso públicos. Esta tomada de posição foi consonante com as políticas associativas anteriores "ao longo do tempo (a AAP) tem vindo a lutar pela realização de concursos públicos a aplicar em situações similares"²³³

Segundo a mesma o "concurso teria duas vantagens: fazer surgir ideias importantes para enriquecer aquele espaço, não só em termos de estrutura urbana, mas também de formas e, por outro lado, apurar as soluções de maior qualidade para aquilo que seja construído."²³⁴ Também António Lamas, presidente do IPP, concorda com esta posição: "um concurso de ideias poderia ser lançado imediatamente; é uma hipótese interessante. É uma forma organizada de alargar o debate."²³⁵



Figura 95 - Nuno Teotónio Pereira



Figura 96 - Kruz Abecassis



Figura 97 - Siza Vieira

Enquanto se produz um debate público sobre as formas da reconstrução, Kruz Abecassis decide, sem consultar nem informar as entidades que até à data tinha chamado para discutir a questão do Chiado, convidar Siza Vieira para a elaboração do plano de reconstrução. A posição da AAP foi de prudência, encontrou-se com o arquitecto para esclarecer "a natureza da (sua) participação". No final do encontro

²³³ "Chiado: porque se dispensou o concurso público" *Expresso*, 17 de Setembro de 1988,

²³⁴ Nuno Teotónio Pereira "Câmara tem revelado capacidade de diálogo", *O Jornal*, 2 de Setembro de 1988

²³⁵ António Lamas "Ligar a Baixa e a Alta", *O Jornal*, 2 de Setembro de 1988

as duas partes revelaram-se de acordo "quanto às bases programáticas do plano geral de obras para do Chiado"²³⁶ e quanto à metodologia a seguir:"Não abdicamos do concurso de ideias".²³⁷ Quanto a compatibilidade das duas soluções, o presidente da AAP afirmou, mais tarde, que o arq. Siza Vieira iria "desempenhar uma função que não estava preenchida (...) trata-se de um coordenador e autor até de projectos, porque ele pensa fazer projectos completos de edifícios."²³⁸ e a AAP foi esclarecendo e definindo as funções e os princípios do concurso de ideias "como forma de selecção dos projectistas dos edifícios e de primeira abordagem para um plano de reabilitação da Baixa Pombalina."²³⁹

O concurso não apostava na definição rígida da zona de intervenção: interessava que surgissem " propostas de integração urbana em toda aquela área, que sejam simultaneamente propostas de arquitectura, mesmo em termos visuais"²⁴⁰ Ao mesmo tempo, o concurso permitiria fomentar a discussão e encontrar o caminho para a reconstrução: "Tem de haver uma ideia-base bastante desenvolvida sobre a arquitectura que se vai fazer, que se pretende dinamizar ara o Chiado."²⁴¹

No entanto, a 8 de Outubro de 1988 a AAP afastou-se do concurso público de ideias para a reconstrução do Chiado, por terem sido recusadas as condições propostas: "Ficou claro que a proposta da Associação não é aceite nos seus princípios fundamentais."²⁴² Entre os motivos que se prendem por esta opção estão:

- a recusa por parte da CML da partilha da promoção do concurso com o IPPC;
- a manutenção da proposta de pré-selecção de base curricular, ou seja, a selecção dos projectistas a colaborar nos projectos dos edifícios feita por processos exteriores ao concurso de ideias;
- a tentativa de deslocar o âmbito dos concurso para os problemas de toda a zona histórica da cidade;
- e o não cumprimento por parte da CML do calendário que possibilitaria a realização do concurso.

Segundo a AAP o concurso teria "dado valiosos contributos para a elaboração do Programa Preliminar do Plano da Zona Sinistrada. Sendo flexível, o programa informaria e enformaria o trabalho do arq. Siza Vieira e constituiria um ponto de convergência das várias entidades envolvidas."²⁴³

²³⁶ "Arquitectos estão de "corpo e alma" com Siza Vieira", *Diário de Lisboa*, 9 de Setembro de 1988

²³⁷ idem

²³⁸ João Vieira Caldas, Paulo Varela Gomes "Tem de haver controlo público", *Expresso*, 24 de Setembro de 1988

²³⁹ Pedro Pedroso "Teotónio Pereira contra Siza Vieira", *Expresso*, 24 de Setembro de 1988

²⁴⁰ idem

²⁴¹ idem

²⁴² "Associação de arquitectos contra concurso municipal", *Correio da Manhã*, 8 de Outubro de 1988

²⁴³ "O incêndio do Chiado - cinco meses depois. Conclusões do debate público" organizado pela AAP e SNBA, 1989

A partir deste ponto, o papel da AAP seria marginal ao decorrer do processo e principalmente no que diz respeito à tomada de decisão relativas à reconstrução, "limitando-se" a promover, pelas vias possíveis (comunicados, debates, imprensa) a discussão dos problemas da zona.

c. A escolha de Siza Vieira - a causa ou o efeito?

Quando a 8 de Setembro, Kruz Abecassis convoca uma conferência de imprensa, na qual aparece sozinho, anunciando o plano para a reconstrução e o convite a Siza Vieira para a elaboração do plano geral do Chiado, desmarca-se surpreendentemente da posição e das parcerias que até ao momento tinha fomentado.

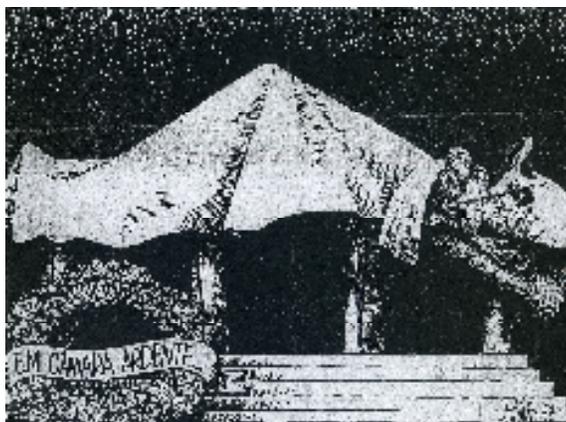


Figura 98
Caricatura de Kruz
Abecassis

No mesmo anúncio, Abecassis sente a necessidade de justificar a sua escolha, realçando as distinções com os mais altos prémios internacionais de arquitectura e as obras de recuperação de zonas históricas em Veneza, Berlim Leste e Haia: " não queria (caso tivesse feito outra escolha) ser julgado por uma geração futura, quando esta viesse a saber que em 1988 existia em Portugal um arquitecto que era requisitado para reconstruir as zonas históricas das cidades mais cultivadas do mundo."²⁴⁴

A escolha de Kruz Abecassis, solitária e sem debate anterior, foi inesperada por vários motivos: Siza Vieira era um arquitecto conotado com a esquerda (e Abecassis um político de direita), para além de ser do Porto, desconhecendo o Chiado (vários arquitectos lisboetas viriam a apontar este "handicap" a Siza Vieira). Mas principalmente pelas escolhas antes feitas por Abecassis na gestão da cidade, revelando pouca consideração pelos edifícios históricos em detrimento da tão desejada modernização.

Na imprensa da época escreve-se: "(...) é surpreendente - embora louvável - que Siza Vieira tenha sido escolhido por Kruz Abecassis, cujas opções nestas matérias se inclinam mais para os modernismos dum Taveira e os buracos dum Monumental. Feliz opção estética do presidente da

²⁴⁴ Brigitte Fleck "O Chiado e a Estratégia da Memória"

Câmara, ou duplo mortal sem rede dum acrobata político que, diz-se, ainda há uma semana desconhecia a obra de Siza Vieira?"²⁴⁵

A direcção da AAP depois de concertar a estratégia de intervenção com o arq. comenta: "A direcção da associação não pode fazer juízos de valor relativamente aos arquitectos. (...) O que pesou relativamente a Siza Vieira foi o facto de ele ser reconhecido internacionalmente de uma forma muito convincente, perfeitamente incontroversa."²⁴⁶

Apesar de algumas contestações pontuais, a escolha de Siza Vieira para a elaboração do plano de reconstrução do Chiado reúne um largo consenso na comunidade de arquitectos e tem apoio político amplo - o vereador da CML, Vasco Franco, realça que "Siza é a garantia do que se vai fazer, para todas as entidades internacionais que se solidarizaram com Lisboa"²⁴⁷

d. O final do debate público e o início do Plano de Reconstrução

A propósito da "acumulação" da escolha de Siza Vieira para a elaboração do plano do Chiado e da realização do concurso de ideias, Pedro Vieira de Almeida refere:

"Por um lado, o apontar do arq. Siza Vieira que por um momento, para além de ter sido ou não uma jogada de antecipação individual de Abecassis, parece vir esclarecer as coisas, não teve de facto o condão de pôr um pouco de ordem em todo o processo que permaneceu confuso, e ao que consta contraditório"²⁴⁸ No mesmo dia em que esta afirmação é publicada, a AAP afasta-se do concurso de ideias.

A partir desse momento, e com todos os intervenientes definidos nas suas funções, o processo deixa de se desenvolver na esfera pública. A AAP tentará, cinco meses depois do incêndio, reavivar o debate, juntando em conjunto com a SNBA, representantes das diversas entidades implicadas no Chiado²⁴⁹, profissionais e comunidade interessada na temática. E embora o debate produza matéria relevante, a conclusão final é a razão pela qual se reúnem: "O processo de recuperação desenvolve-se lentamente, deixando de se verificar a discussão do problema do Chiado no âmbito do colectivo camarário, a partir da designação unilateral do arq. Siza Vieira, pelo Presidente da CML."²⁵⁰

²⁴⁵ José Júdice e João Vieira Caldas "Um homem tranquilo", *Expresso*, 10 de Setembro de 1988

²⁴⁶ João Vieira Caldas, Paulo Varela Gomes "Tem de haver controlo público", *Expresso*, 24 de Setembro de 1988

²⁴⁷ Vasco Franco in Pedro Pedroso "Teotónio Pereira contra Siza Vieira", *Expresso*, 24 de Setembro de 1988

²⁴⁸ Pedro Vieira de Almeida "Ainda o Chiado", *Diário de Lisboa*, 8 de Outubro de 1988

²⁴⁹ Instituto Português Património Cultural, Gabinete de Reconstrução de Chiado da CML, Associação dos Geógrafos Portugueses, CML, Associação de Inquilinos de Lisboa, a Associação lisbonense de Proprietários, entre outras

²⁵⁰ "O incêndio do Chiado - cinco meses depois. Conclusões do debate público" organizado pela AAP e SNBA, 1989

O processo é institucionalizado, depois do reequilíbrio político, como um processo de “reconstrução”, com um gabinete altamente financiado, o GRC (Gabinete de Reconstrução de Chiado) dependente da Câmara, que para além de numa fase inicial proceder ao levantamento exaustivo das zona, coordena todas a fases da reconstrução e gere a organização dos “negócios” relacionados com os proprietários, tanto como os que são tipicamente de investimento público, coordenados pelas orientações programáticas e estéticas de Siza Vieira.

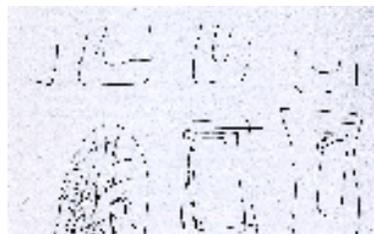
1.5. O PLANO COMO PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO

a. A doutrina do projecto

Logo desde o início, quando a pouca informação não permitia definir a forma da intervenção, Siza parece já ter um discurso definido: "parece-me, no fundamental, um caso de recuperação de ambiente."²⁵¹ Em relação, por exemplo à manutenção das fachadas, anunciada desde cedo, é defendida não como uma "total conservação das características arquitectónicas originais, mas a conservação do ambiente da zona, como parte integrante de um centro histórico"²⁵².

No entanto, associada a esta primeira constatação está também a assunção dos limites de qualquer recuperação: " nunca se pode fazer a recuperação integral. (...) ninguém tenha a ilusão de que o Chiado vai voltar a ser o que era, porque mesmo o pó que está sobre os azulejos conta no ambiente de uma rua. / Eu falava de um modo geral e dentro de determinado contexto"²⁵³. As bases do discurso da reconstrução seriam estas: o paradoxo entre a necessidade de recuperar e reconstruir o "ambiente" que antes existia e a impossibilidade de atingir esse objectivo.

Ainda sobre as primeiras reflexões de Siza sobre o Chiado, estas incorporam também uma posição quanto à questão iminente da mudança. Admitindo que ela faz parte do ciclo das cidades, Siza considera que neste caso, o que resiste



²⁵¹ Siza Vieira in José Júdice e João Vieira Caldas "Ninguém tenha ilusões: o Chiado não vai voltar a ser o que era", 10 de Setembro de 1988

²⁵² Brigitte Fleck "O Chiado e a Estratégia da Memória"

²⁵³ idem

no Chiado é crucial para o que de novo se fazer: "O processo de transformação das cidades faz-se sempre. Não faz sentido considerar um drama a modificação de um ou outro pormenor. Não defendo a modificação. O que é preciso é que o que existia e existe ainda neste bocado do Chiado seja o fundamento do que se vai fazer. Se é diferente ou se é renovado por inteiro é um problema de detalhe."²⁵⁴

Figura 99
Croquis de Siza
Vieira.

Ao mesmo tempo que defende a "permanência" do Chiado, Siza posiciona-se também em relação às **tendências de transformação** (dicotomias ruptura-continuidade ou transformação-restauração) amplamente discutidas logo após o incêndio:

"(...) No Chiado não há tendência de transformação nenhuma que indique a ruptura. Vejo muito mais a necessidade de restauração de uma parte da cidade (...). No Chiado não é necessária uma intervenção profundamente renovadora porque não há ruptura do tecido urbano."²⁵⁵

Siza reconhece também o papel condicionante da memória e a emoção, como ingredientes específicos neste processo, presentes desde o primeiro instante como dados do problema: o "Chiado é especialíssimo... Por todo o aspecto emocional que lhe está inerente."²⁵⁶

A partir do momento em que o processo de reconstrução (com as suas componente sociais, económicas, artísticas...) perde o seu carácter público inicial, transforma-se gradualmente no desenvolvimento de um plano por um arquitecto, com o carácter de "encomenda", e a antes acesa discussão nos órgãos de comunicação, passa a esporádicas referências a Siza, ao andamento dos trabalhos ou ao conteúdo do plano de reconstrução. Assim, a divulgação e aprovação do plano não trouxeram polémica, nem sequer discussão, pois as linhas gerais eram, entretanto, conhecidas por todos.

²⁵⁴ idem

²⁵⁵ Siza Vieira in Luís Miguel Novais "Para levar o Chiado a bom porto", *Diário de Notícias*, 17 de Setembro de 1988

²⁵⁶ idem

público com o espaço privado: fachadas, pátios, atravessamentos, núcleos de serviços, coberturas, arruamentos e novos espaços públicos. As regras que define, no entanto, incorporam para além de aspectos específicos da construção (modulação interior, materiais a utilizar...), algumas especificações ao nível dos usos e do programa.

O plano apresenta como **princípios** orientadores do processo de reconstrução vários pontos:

- responder às necessidades de utentes, moradores, trabalhadores, empresários e proprietários; promovendo simultaneamente a revitalização da área atingida pelo incêndio e da zona envolvente;
- não ser considerado isoladamente, contribuindo, pelo contrário, para a revitalização urbana da Baixa;
- atender ao enquadramento na área histórico-monumental onde se insere a zona afectada, respeitando a volumetria preexistente e conservando as fachadas de inequívoco valor patrimonial;
- atender à condição do Chiado como charneira entre a Baixa Pombalina e a colina do Bairro Alto, cuja interligação deve ser melhorada;
- estabelecer o condicionamento de uso das áreas a reconstruir (incluindo parâmetros quantitativos relativos a comércio, habitação, equipamento e escritórios)
- reduzir as solicitações de trânsito, diminuindo o congestionamento e facilitando o acesso às actividades locais;
- prever estacionamento público para população residente e actividades da zona;
- integrar o estudo em curso de acesso ao ramal do Metropolitano projectado.²⁵⁹

c. Dos objectivos à operacionalização

O objectivo fundamental do plano é **preservar o valor ambiental, histórico e arquitectónico da zona**, enquanto parte do centro histórico, "as intervenções transformadoras referem-se sobretudo a aspectos de definição de programa, de acessibilidade e de ordenação da frente comercial e de equipamentos."²⁶⁰

No que diz respeito à acessibilidade propõe-se a criação de novos percursos, optando pela modificação de usos dos espaços intersticiais dos quarteirões, antes desqualificados e insalubres,

²⁵⁸ "O lento despertar do Chiado", *O Comércio do Porto*, 26 de Agosto de 1992

²⁵⁹ "O Chiado, a Fénix de Siza" *Jornal dos arquitectos*, Julho e Agosto de 1990

²⁶⁰ *idem*

transformando-os em espaços públicos e algumas medidas no campo do trânsito de veículos e ao estacionamento:

- abertura de um percurso pedonal entre o tardo dos edifícios com frente para as ruas Garrett e do Carmo e o muro de suporte da Escola Veiga Beirão, estabelecendo um acesso, através de rampas, à porta lateral Sul da Igreja do Carmo.
- abertura de um percurso por escadas entre as ruas do Crucifixo e Nova do Almada.
- acesso por túnel, entre a estação do Metropolitano e a rua do Crucifixo.
- reabertura da rua do Carmo ao trânsito controlado de veículos ligeiros.
- estacionamento envolvendo a utilização controlada das vias públicas e a construção, na periferia da zona, de parques de estacionamento coberto, de dimensão e localização adequadas, com lugares cativos destinados aos residentes e comerciantes da Zona.
- estacionamento nos edifícios abrangidos pelo plano limitado ao Chiado e ao Grandella.

A definição de **programa para a edificação**, articula o uso anterior ao incêndio e as correcções específicas nos princípios programáticos, numa perspectiva de conservação ou reconstrução de fachadas:

- Recuperação ou reconstrução das fachadas existentes ou demolidas, confrontando as sucessivas alterações com os alçados-tipo do séc. XVIII
- Conservação das cérceas existentes e manutenção das cotas de piso, sem prejuízo de algumas correcções a especificar.
- Melhoria das condições de salubridade dos edifícios
- Melhoria das condições de segurança e de conforto dos edifícios

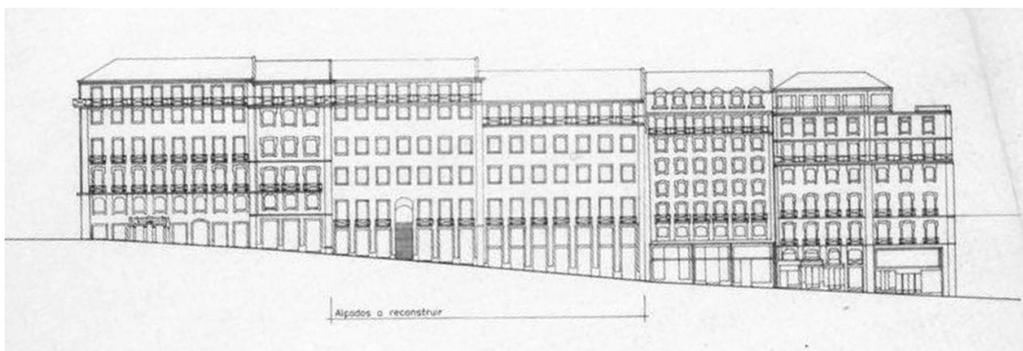


Figura 101- Plano Pormenor da Zona Sinistrada do Chiado - Fachada da Rua do Carmo do Bloco B

A hipótese de escolha livre dos arquitectos e dos construtores por parte dos proprietários para cada edifício, opção avançada, aliás por Kruz Abecassis logo no início do processo, não impediu a unidade formal do plano. Para isso contribuíram em grande medida, para além da coordenação do GRC, os vários convites a Siza Vieira para a realização dos projectos: "Com maior ou menor ritmo os trabalhos

tiveram início e, com o convite feito a Siza, para a realização dos projectos de execução de três edifícios, ficou garantido que o plano teria uma regularidade projectual"²⁶¹

Para efeitos de reconstrução, os edifícios afectados pelo incêndio estão associados em cinco grupos. Em todos os casos a coordenação dos projectos e das obras compete ao Gabinete do Chiado, assim como o permanente acompanhamento e esclarecimento no que respeita à aplicação do Plano aos projectos de cada unidade e fornecimento de pormenores arquitectónicos exteriores.

d. A obra, a duração, os parceiros e os “acordos de cavalheiros”

A Comissão Especial de Vistorias, criada após o rescaldo do incêndio constitui o embrião para o Gabinete de Reconstrução do Chiado, ao qual foram atribuídas competências técnico-administrativas, no âmbito da aprovação, fiscalização e acompanhamento de obras e de projectos, garantindo que o objectivos do plano não fossem desvirtuados.

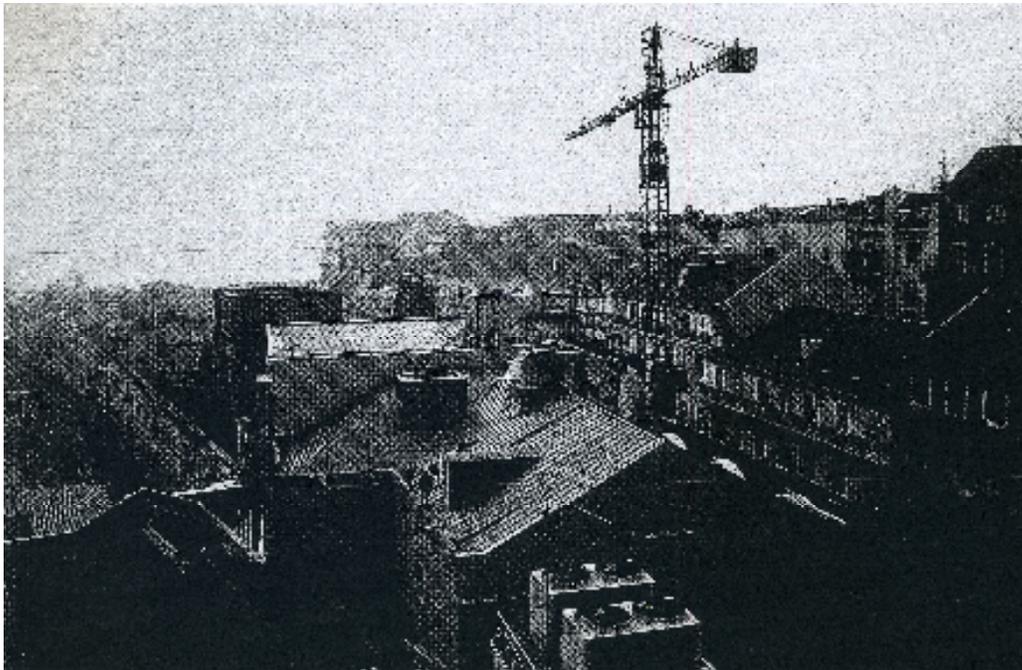


Figura 102- Obras de reconstrução do Edifício Grandella

Em Maio de 1989, Kruz Abecassis prometia que as obras, orçadas em 7 milhões e meio de contos deveriam começar a partir de Setembro. Em vez disso, as ruínas do Chiado tornaram-se atracção turística "A beleza dantesca das vigas retorcidas pelo fogo foram milhares de vezes fotografadas

²⁶¹ Carlos Castanheira "O que já é melhor do que era?" in Jorge Sainz, Madalena Cunha Matos e Mário Chaves - *Monografia de Álvaro Siza*, Lisboa: Blau 1995

pelos visitantes"²⁶² Dois meses depois, Siza refere que os atrasos que se têm verificado devem-se "a uma grande burocracia e a diversos problemas que vão surgindo conforme se avançam com os estudos"²⁶³. A questão dos atrasos, sendo crónica nas obras de natureza pública em Portugal e neste caso objecto com referência frequente na Comunicação social, mereceria ser analisada de forma mais detalhada, pois nas circunstâncias deste processo, o domínio ou não do Tempo, na sua relação com o tempo político e com o tempo económico, será crítica. Podemos-nos mesmo perguntar se poderá ter sido motivo de alcance ou não de certos objectivos formulados:

- Em Maio de 1990 com nova gestão camarária, o Governo aprova um diploma que desbloqueia a verba atribuída ao Fundo Extraordinário de Ajuda à Reconstrução do Chiado, (5 milhões de contos).
- Durante o mês de Junho, o plano pormenor do arquitecto Siza Vieira, foi aprovado pelo IPPC. Jorge Sampaio anunciou na altura que as obras deviam começar em Julho ou Agosto.
- As obras começaram a 31 de Maio de 1991, segundo João Soares "Se houve um compasso de espera, ele resultou fundamentalmente da necessidade de articular as iniciativas dos privados",²⁶⁴ alegadamente na organização dos estaleiros. "Era um processo muito complicado. Começou-se com a ideia de dividir a construção por blocos, de modo a que ficar mais barata aos proprietários, mas não se conseguiu chegar a acordo e, neste momento, cada um está a fazer a sua própria obra, com o seu próprio estaleiro"²⁶⁵

Devem ser melhor esclarecidas as questões relativas à entrada em cena dos privados(sabendo-se que a possibilidade de expropriação fora afastada) como é o caso da mudança de propriedade e o "desmantelamento" da estrutura empresarial anterior. "Três anos foram gastos em limpeza de escombros, consolidação de fachadas mas também especulação imobiliária, que fizeram trocar várias vezes os proprietários dos terrenos e adiar o começo das obras de reconstrução "²⁶⁶ Na mesma altura, Rui Ramalho e Carlos Pinto Lima, elementos do "grupo de pressão" dos comerciantes afectados pelo incêndio, referem que o "**acordo de cavalheiros**", em que era consignado aos comerciantes o direito de ocuparem os seus antigos lugares de comércio nunca chegou a ser cumprido, "parte dos prédios foram vendidos, já não pertencem aos mesmos proprietários..."²⁶⁷ Por outro lado, o regresso dos trabalhadores aos locais de emprego antigos não está "acautelado", tanto mais que muitos dos edifícios verão as suas funções mudadas. O mesmo "**acordo de cavalheiros**" não assegura o

²⁶² Antónia de Sousa "Chiado renasce das cinzas três anos depois" *Diário de Notícias*, 25 de Março de 1991

²⁶³ Siza Vieira in Luís Proença "Espanadas e pátios interiores vão surgir no novo Chiado", *Expresso* 15 de Julho de 1989

²⁶⁴ João Soares in Antónia de Sousa "Chiado renasce das cinzas três anos depois", *Diário de Notícias*, 25 de Maio de 1991

²⁶⁵ Filomena Ferreira in Antónia de Sousa "Chiado renasce das cinzas três anos depois", *Diário de Notícias*, 25 de Maio de 1991

²⁶⁶ Renata Araújo "Chiado Regresso ao futuro", *Casa e Decoração*, Janeiro de 1992

²⁶⁷ Antónia de Sousa "Chiado renasce das cinzas três anos depois", *Diário de Notícias*, 25 de Março de 1991

regresso ao trabalho.²⁶⁸ Nesta data, dos cerca de 2 mil trabalhadores que ficaram no desemprego, mais de 400 ainda não tinham emprego, numa altura em que acabavam as últimas tranches do subsídio do Governo. A Comissão de Trabalhadores só chegaria a um acordo com a Câmara Municipal de Lisboa, passados 11 anos do incêndio, recebendo uma indemnização colectiva de 1milhão e 300 mil contos.

Vejamos o tema das actividades económicas.

O Comércio: "À medida que os prédios se libertavam dos andaimes, verificava-se que algo falhara. Adaptados a outros sítios, alguns prestigiados estabelecimentos, como a Casa Batalha ou o José Alexandre, decidiram não regressar. Segundo as palavras de um comerciante, a nova arquitectura matava o comércio: Não há montras, há buracos e as galerias não deixam abrir lojas para as ruas.²⁶⁹" A pastelaria Ferrari abriu um ano depois do incêndio, nas escadinhas de São Francisco a poucos metros da sua antiga localização. Fechou no entanto entre 1992 e 1993. O espaço que ocupava anteriormente estava na época quase reconstruído, mas renda muito mais cara. Os quatro andares da Zara²⁷⁰ instalados no antigo edifício Eduardo Martins provam que só as grandes multinacionais conseguiram ocupar e manter os espaços.

Em relação a estas críticas que recebe, Siza admite a situação: "Do ponto de vista da promoção comercial verifica-se uma certa preocupação, uma apreensão e mesmo casos de insucesso. Mas ainda é cedo para encontrar soluções." ²⁷¹. No entanto responde com a necessidade de uma abordagem mais abrangente do problema " Creio que haverá uma segunda geração de comércio mais adaptada às realidades da cidade de Lisboa - hoje. Há que apostar, aí, numa certa inércia a caminho dessas transformações." ²⁷²

Quanto ao "acordo de cavalheiros" também anunciado como garantia da dispensabilidade da expropriações, nunca se soube exactamente que acordo era e firmado entre quem, se por todos os Presidentes da CML e todos os proprietários actores no processo ou se só alguns, se referente aos custos, aos apoios, às formas de funcionamento do mercado imobiliário, às obras com custos "externalizados" ou o contrário...

²⁶⁸ idem

²⁶⁹ Maria Filomena Mónica "Chiado adiado", *O Independente*, 12 de Agosto de 1998

²⁷⁰ Pedro Dias de Almeida "Chiado antes e Depois", *Visão*, 20 de Agosto de 1998

²⁷¹ Ilídio Alves " Chiado - uma obra de alta costura", *Lisboa Futuro*, Abril de 1996, nº2

²⁷² idem

e. Os resultados

Na avaliação do resultado temos de tomar em conta os objectivos fixados, mas também o impacto do factor tempo na duração da obra e ainda, que o processo de reconstrução não se limitava nos seus objectivos à operação física da construção.

O Chiado "celebrava" os 11 anos do incêndio com a devolução da fachada dos armazéns do Chiado à cidade, e uma antevisão da inauguração do centro comercial daí a uns meses. Um dos mais complicados e demorados processos chegava ao fim. Na abertura assume-se como um catalisador de uma nova vida na tradicional baixa lisboeta, reafirmando o grande centro comercial e cultural de Lisboa, apostando num espaço interior moderno e capaz de responder às exigências do futuro, respeitando ao mesmo tempo a traça e materiais originais.



Figura 103
Armazéns do Chiado
Rua Garrett

Embora gradualmente, a zona tinha vindo a recuperar e esperava-se o impulso do shopping e do hotel. Muitas lojas esperavam o fim das obras para "arrancar". No Grandella, a Valentim de Carvalho apostava numa mega-store. Siza, no entanto, lembrava a necessidade de "ver a Baixa também ser alvo um projecto de recuperação por inteiro"²⁷³. O Chiado como "zona de transição" necessitava dessa intervenção para "resultar completamente".

Em Agosto de 2002, Victor Silva, presidente da Associação de Valorização do Chiado, faz o retrato do Chiado, três anos depois da abertura do centro comercial: "É um desalento passear no Chiado. Muitas das lojas estão fechadas, os pátios abandonados e os prédios devolutos..."²⁷⁴ O comércio, que depois do incêndio registou uma queda na ordem dos 80 %, recuperou gradualmente, estagnando com a abertura do centro comercial. À época existiam 100 lojas por abrir. Segundo Victor Silva, os elevados preços condicionam a atractividade do Chiado face a outras localizações na cidade, "o metro quadrado custa o mesmo que numa superfície comercial: acima dos 10, 13 contos; quando a facturação é metade"²⁷⁵ Da mesma forma, no Chiado estacionamento é duas vezes mais caro.

²⁷³ Maria João Pinto "Siza quer Baixa recuperada", *Diário de Notícias*, 26 de Agosto de 1999

²⁷⁴ Sofia Rêgo "Há falta de motivação para visitar o Chiado", *Correio da Manhã* 25 de Agosto de 2002

²⁷⁵ "idem

Em Agosto de 2008, o cenário de estagnação parece ter sido ultrapassado - no aniversário fala-se de novos habitantes, cafés "design" e marcas de luxo: "o Chiado foi abrindo a conta-gotas. Sem pompa nem cerimónia. Primeiro o metropolitano, depois os armazéns e mais tarde as marcas de luxo como a Cartier ou a Hèrmes. A Rua do Carmo, a Rua Nova do Almada, a Rua Garrett recuperaram o seu estatuto e voltaram a seduzir"²⁷⁶.

Na **habitação**, o tema determinante parece ser o sucesso da gentrificação do Chiado. A vontade de fazer a habitação regressar ao Chiado, esteve presente no discurso de Siza, desde o início: o "verdadeiro" do programa dos edifícios, o uso original para o qual foram construídos, mas também por o assegurar da sustentabilidade e da segurança da zona: "(...) muitos dos edifícios ali existentes foram construídos, tanto quanto eu sei, para habitação. / Se se pensa em recuperação, isso passa pela recuperação de tipologias - quer eram tipologias de habitação."²⁷⁷

O regulamento do plano de reconstrução garante a obrigatoriedade de habitação, com índices de ocupação entre 30 e 40%, para além de assegurar condições de segurança e salubridade de acordo com parâmetros actuais. Frente aos receios de um Chiado desvirtuado e desumanizado, Siza "apazigua": "As casas do Chiado serão de prestígio. Mas foi preocupação do projecto não fazer dali uma ilha na cidade."²⁷⁸

O plano permitiu aos proprietários a liberdade para "trabalhar" os interiores a partir das bases deixadas por Siza. No entanto, a escolha do arquitecto para desenvolver vários projectos de execução, levou ao seu maior envolvimento na obra "não se limitando só à informação possível na pequena escala, sendo elaborados desenhos globais e de pormenores que deveriam ser utilizados pelos outros projectistas a trabalhar no local."²⁷⁹

A resistência inicial dos proprietários desapareceu a partir do momento em que os primeiros edifícios reconstruídos foram postos à venda: "se foi uma batalha difícil no princípio, tornou-se depois extremamente simples, e isto porque não se vendem escritórios - uma condição que levará à sua transformação em habitação."²⁸⁰ Segundo Vítor Sobral, os altos preços praticados pelos investidores imobiliários não impediram que a habitação fosse comercialmente "um sucesso, o que foi reconstruído foi vendido."²⁸¹

²⁷⁶ Kátia Catulo, "O Chiado entre o antes e o depois" *Diário de Notícias*, 23 de Agosto de 2008

²⁷⁷ José Júdice e João Vieira Caldas "Ninguém tenha ilusões: o Chiado não vai voltar a ser o que era", 10 de Setembro de 1988

²⁷⁸ Siza Vieira in Luísa Alexandra Botinas "Não será uma ilha de yuppies", *Diário de Lisboa*, 25 de Junho de 1990

²⁷⁹ Carlos Castanheira "O que já é melhor do que era?" in Jorge Sainz, Madalena Cunha Matos e Mário Chaves - *Monografia de Álvaro Siza*, Lisboa: Blau 1995

²⁸⁰ Ana Vaz Milheiro "Siza, o pombalino de betão", *Público*, 30 de Janeiro de 1997

²⁸¹ Sofia Rêgo "Há falta de motivação para visitar o Chiado", *Correio da Manhã*, 25 de Agosto de 2002

No entanto, o sucesso isto não significa que o Chiado esteja habitado, em muitos casos trata-se apenas de soluções de investimento: “sempre que há uma casa vaga aparece alguém interessado. Os preços não são baratos mas, enquanto uma loja tem de ser rentável, uma casa é um investimento”²⁸²

Um exemplo do percurso de um edifício abrangido pelo plano de reconstrução do Chiado, é o do edifício Leonel. Expropriado pela Câmara em 1990, altura em que sofre algumas obras de demolições, foi adquirido pelo fundo Imopólis em 2004, com o projecto de arquitectura de Siza Vieira aprovado e com licença de construção emitida, evitando as etapas morosas do licenciamento. O processo de reabilitação foi demorado, devido sobretudo a dificuldades de ordem logísticas, pela inserção do edifício numa zona urbana consolidada.



Figura 104
Edifício Leonel

Aquando da apresentação pública do edifício, 19 anos depois do incêndio, Manuel Mota, director geral da Imopólis refere “excelente futuro que este edifício reserva para quem aposte nele numa perspectiva de rendimento”²⁸³ A “alta qualidade” dos materiais utilizados e o traço do arquitecto Siza Vieira “ patente em todo o edifício, contribuem para a valorização de um produto que foi “criado para quem não abre mão de um ambiente de design e com assinatura”²⁸⁴.

Em Agosto de 2008, o arquitecto Álvaro Siza Vieira revelou que está a elaborar a última etapa do plano de reconstrução do Chiado, projectando uma nova ligação pedonal a pedido da autarquia.

²⁸² Sofia Rêgo "Chiado: preço das rendas queima o comércio", *Correio da Manhã*, 25 de Agosto de 2003

²⁸³ Pedro Farinha "Edifício Leonel dá novo colorido à Baixa lisboeta", *supl. Imobiliário do Público*, 29 de Junho de 2007

²⁸⁴ idem

1.6. DO TEMPO DA MEMÓRIA AO BALANÇO DA MUDANÇA

a. O desenho e o desejo, no Chiado de hoje

Num texto que acompanha a descrição do plano aquando da sua divulgação (mas escrito em Maio de 1989), Siza reflecte sobre as possibilidades no novo Chiado: o que pode ser, o que não mais pode ser, o que será. Mais que uma descrição do plano, é um exercício de "previsão" para o "novo Chiado", ou um discurso temporalmente deslocado ou um exercício (que por vezes os arq^{os} fazem nas memórias descritivas) do balanço antes do acontecimento, uma espécie de "fundamentação temporal", que substitui algo - talvez um verdadeiro pensamento estratégico que não apenas evoque mas de alguma forma domine, o factor temporal?

"O que pode ser

Plataforma de distribuição. Um patamar onde é imprescindível passar e parar, uma aparição de onde se vê a paisagem. (...)"

"O que não mais pode ser

Comovente, fascinante máquina onde o passado é presente, onde tudo tem o encanto de um beco, pó doirado ao entardecer, grafitis desgastados, brilhos e fracturas, o encanto do kitsch e do fora de moda, do lixo, dos ambientes asfixiantes, de droga e de uma entrevista sobre o Tejo. (...)"²⁸⁵

"O que será

Igual ao que era? Há um toque de falsidade inevitável. Um ar de maquete exposta ao Tempo, propositado apto a diluir-se. (...)"²⁸⁶

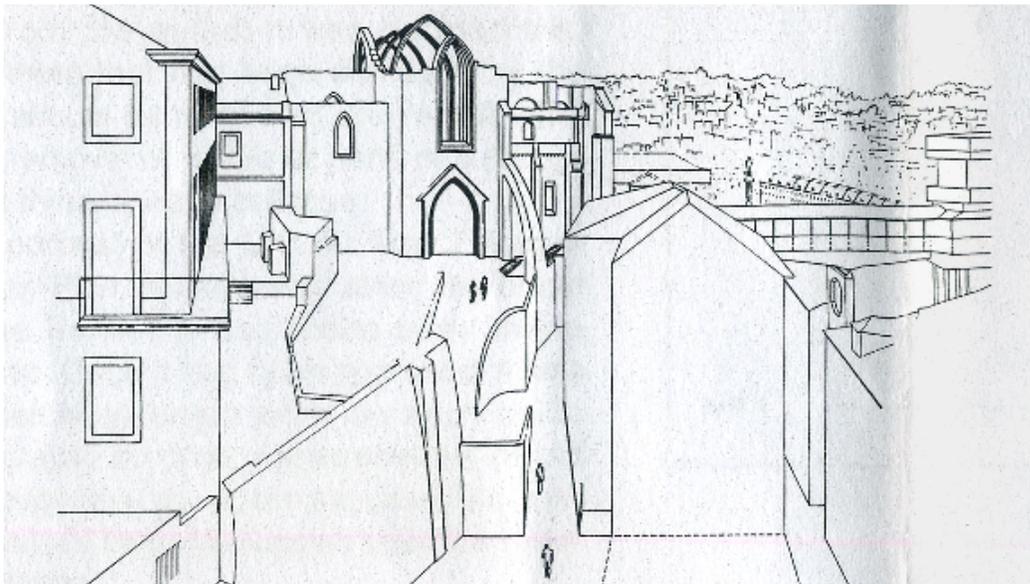


Figura 105- Desenho da ligação pedonal do Pátio B ao Largo do Carmo

²⁸⁵ Siza Vieira "Reconstrução do Chiado" *Jornal dos arquitectos*, Julho e Agosto de 1990

²⁸⁶ *idem*

b. Entre o desejo, e o resto

Caberá agora a pergunta: o “ponto de vista estético” é o sentido de uma “reconstrução”?

- O conflito **entre o desejo de reconstruir um passado** destruído e mitificado e a confrontação com a **impossibilidade de executar essa tarefa**, foi um tema sempre presente no decorrer do processo, desde a catástrofe à "avaliação da reconstrução.
- Se no avançar do processo de reconstrução, se foi recusando uma "reconstrução emocional", limitou-se a acção em grande parte a uma reposição física, da qual se duvida mesmo quanto à possibilidade de recriar uma centralidade perdida.
- Os afectos e as crenças, os usos e os hábitos, tão presentes no calor do incêndio e fortes condicionantes das opções de projecto, desapareceram muito antes dos edifícios voltarem a surgir, sem que se criasse um ambiente emocional “de projecto” (veja-se como se fez no caso da Expo98).
- Resultando afinal o resto (o mais importante?) do livre jogo do mercado: os usos, as classes, a cultura, a habitação, o comércio.

Alguns dos princípios orientadores estabelecidos no plano de reconstrução foram, ao longo da obra sendo esquecidos e assim como não apareceu no princípio, tarda em aparecer uma sistematização do conhecimento adquirido na experiência (não-dito, ou talvez ainda escondido nas entrelinhas):

- as tipologias de habitação com qualidade diversificada;
- as necessidades de utentes, moradores, trabalhadores, empresários e proprietários;
- a contribuição para a revitalização urbana da Baixa...

Inicialmente condicionado pela opinião pública e profissional, o plano rapidamente passou a ser o resultado dos "desejos" de proprietários e investidores. Tendo, a "opção estética" de Siza sempre como uma garantia de rigor e de qualidade

Em 1996, quando já era possível avaliar a lentidão da reconstrução e os seus efeitos, Siza admite a mudança (ou a derrota?) que a reconstrução impôs no Chiado:

"O Chiado era a loja tal e a outra. Era a tradição por excelência. O novo Chiado não será mais o local dos artistas, dos poetas, porque a cidade evoluiu. Mas isso não é a obra do arquitecto, o seu produto ou consequência. O arquitecto não pode comprometer os sucessivos ajustamentos, a dinâmica da cidade ./ A forma como a zona tem sido recuperada, sob o ponto de vista **estético**, é um acto consciente." ²⁸⁷

²⁸⁷ Siza Vieira in Ilídio Alves "Chiado - uma obra de alta costura", *Lisboa Futuro*, Abril de 1996, nº2

c. O corte nas condições temporais da cidade - a mudança de paradigma

O incêndio provocou inúmeras reacções em vários âmbitos, como o resultado de uma forte necessidade de voltar a viver o Chiado. Mas as consequências imediatas do incêndio não se limitam ao debate centrado nos escombros. A importância do incêndio para a tomada de consciência e discussão das problemáticas da reabilitação e particularmente dos centros históricos foi indelével.

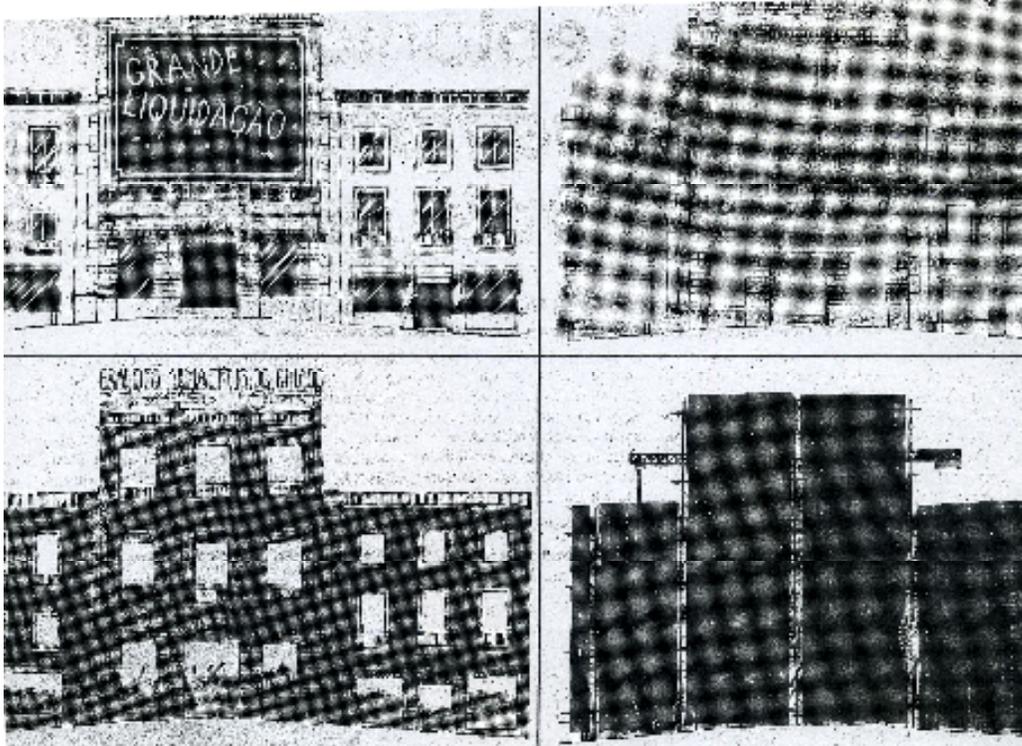


Figura 106- A transformação ao longo do tempo dos Armazéns do Chiado, Henrique Cayatte, 1988

Da mesma forma, permitiu levar à praça pública as políticas de intervenção (ou sua ausência) em Lisboa. Por isso, o conhecimento adquirido no contexto emocional que intervém no caso do Chiado, não se limita fisicamente a ele - é a consciência de que o incêndio foi um "desfecho" ou um resultado de outros processos de evolução na cidade, que a catástrofe trouxe para a esfera pública, diz Hans Hübner "Através do incêndio no Chiado, esse estado tornou-se patente de vez. A questão já não era mais os 18 edifícios. De repente houve a consciência de quanta substância histórica já se perdera em Lisboa nos anos passados."²⁸⁸

O Chiado surge assim como a oportunidade de inverter o cenário anterior. Não só como uma possibilidade de intervir no centro histórico, com meios e ferramentas que antes não existiam (ou não

²⁸⁸ Hans Hübner "Lisboa a reconstrução do Chiado, Um desafio Histórico", *Humboldt*, nº59 1989

estavam disponíveis), mas principalmente como um exemplo de uma forma diferente de intervir. Este discurso, aliás esta vontade, é patente sobretudo num discurso profissional que exprime o desejo dum outro paradigma. Se tal experiência não se prender exclusivamente com aspectos formais ou estilísticos, se a referência a esses aspectos vai diminuindo com o tempo e abrindo campo a outras reflexões, é talvez porque o paradigma da recuperação se esgotou.

A mudança de paradigma, a alteração da forma de agir e de pensar este território, só poderia ser possível com ferramentas consonantes. Nuno Portas identificara já a relação deste tema, com a degradação a que o centro de Lisboa fora votado "O que já falta a Lisboa (e ao Porto) há demasiado tempo é uma política sustentada de revitalização das áreas sem a qual não há reabilitação urbana que se sustente".²⁸⁹ A inexistência de meios e de ferramentas de acção, a ineficácia na fiscalização e a inércia das instituições em inverter este panorama acabariam de uma forma ou de outra por causar o incêndio. No processo de reconstrução, acabarão por impedir a exploração de outros caminhos. Ainda segundo o mesmo autor o centro da cidade, a Baixa, o Chiado, sofriam da falta "«projecto» (ou plano, ou plano global como agora lhe têm chamado), mas que entendo como um conjunto coerente de políticas pensado para contrariar as tendências de envelhecimento funcional e físico, encaminhando todo o (mesmo pouco) investimento que se consiga atrair para a modernização do chamado tecido económico da área."²⁹⁰

²⁸⁹ Nuno Portas in "O futuro da Baixa (Rescaldo de um incêndio)", *Primeiro de Janeiro*, 31 de Agosto de 1988

²⁹⁰ *idem*

1.7. UMA CONCLUSÃO CRÍTICA



Figura 107

a. Uma estratégia da Memória?

Uma questão pendente é se a “estratégia da memória” não se terá revelado afinal, um frágil sucedâneo da ausência de uma estratégia para uma nova centralidade.

O panorama inicial do processo é altamente participado: são inúmeras as vozes que apresentam ideias, opções, meios e formas de intervir no vazio deixado pelo incêndio. A opinião pública reclama a restituição do Chiado à cidade, enquanto chora o seu desaparecimento. O medo, a incerteza face ao futuro, acabarão por condicionar o decurso do processo. Pedro Brandão, no debate da AAP e da SNBA refere: "Há uma perplexidade face ao vazio, há a facilidade de reconstruir por pastiche, há, por outro lado, a dificuldade e a angústia face ao vazio. (...) A primeira reacção (do arquitecto) é deixar-se levar pelo medo (...). Pouco a pouco o arquitecto e a população também, embora mais lentamente, vai encarando esta angústia face ao vazio e tem que colocar-se como integrante de uma época histórica que também tem a sua dignidade (...), e face à qual se encontrará a forma e vencerá o medo."²⁹¹

Se o incêndio proporcionou uma oportunidade única para uma intervenção menos convencional, ele congrega em si, como processo político e como processo de intervenção, também muitos condicionalismos, e áreas de incerteza:

- A expectativa perante a **incerteza** acabará por encaminhar para uma solução mais conhecida. A estratégia da memória é utilizada como um argumento de defesa (contra a nostalgia?) A memória de um pedaço de cidade viva, é mais forte que a oportunidade de mudança. O espaço que foi é mais forte do que o espaço poderá vir a ser?
- Uma intervenção mais radical é temida como a negação absoluta do passado; por outro lado, uma intervenção mais conservadora, permite a manutenção da esperança: aquele espaço pode ainda voltar a ser o que era, porque se julga estar mantida a base das características físicas "originais" que lhe davam **identidade**, independentemente dos factores de degradação pré-existentes?

²⁹¹ Pedro Brandão in Alberto Castro Nunes e António Maria Braga "Palavras para que vos quero", *O Independente*, 27 de Janeiro de 1989

- Podemos também concluir que a maioria dos discursos sobre a reconstrução (talvez os de arquitectos e engenheiros) tem a base do material: interessa saber o que fazer com as pedras, os destroços, os pedaços de cidade ardidos. Destruir, recuperar ou seleccionar? Quais as formas e os estilos adequados? Mas o "espírito do lugar" é concebido pelos profissionais apenas através de características espaciais?

A interacção dum discurso profissional com um discurso "comum" sobre a memória, parece ter-se perdido: O discurso nostálgico comum sobre o Chiado prende-se sobretudo com os cafés, as lojas de roupa, as livrarias, as tertúlias, os hábitos e experiências quotidianas das pessoas. Ora o plano, e principalmente o desenvolvimento do processo de reconstrução, não contemplaram ou contemplaram ineficazmente estes factores: tratou-se de uma operação fortemente centrada numa "perícia" técnica, estética, no desenho (e no funcionamento de um mercado "topo de gama").

A aceitação da incapacidade de recuperar e projectar este "imaginário" da comunidade, simultaneamente do ponto de vista material, e do ponto de vista comercial, mas sobretudo afectivo, emocional, simbólico numa identidade de projecto, deixou também em aberto uma possibilidade, para um outro processo.

2. A PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DA BAIXA POMBALINA COMO PATRIMÓNIO MUNDIAL DA UNESCO

"Só vale a pena aquilo que mais tarde
recordamos, não o que vivemos
no momento, o que recordamos torna-se
indestrutível, o que vivemos no momento
dura um instante."

Augusto Abelaria, *Nem só mas também*



Figura 108

2.1 CONTEXTO E CRONOLOGIA DA PROPOSTA

A intenção de candidatar a Baixa Pombalina a património Mundial da Humanidade foi anunciada em **Outubro de 2002**, pelo então Presidente da CML, Pedro Santana Lopes (eleito como presidente da Câmara Municipal de Lisboa nas eleições de Dezembro de 2001), no Meeting Point, o salão imobiliário anual de Barcelona.

a. Cronologia

2003	Outubro	O processo de classificação volta a surgir aquando da realização das Jornadas "A Baixa Pombalina e a sua Importância para o Património Mundial". Preparadas em simultâneo com o início do processo de Pedido de Inclusão da Baixa Pombalina na Lista Indicativa Nacional, revelaram-se um instrumento importante para a apresentação e discussão da excepcionalidade da Baixa: as comunicações apresentadas debruçaram-se principalmente sobre a demonstração dos critérios de excepcionalidade, o primeiro ponto para a classificação.
2004	Janeiro	É elaborado o texto de pedido de inclusão na Lista Indicativa Nacional, construído a partir das comunicações das Jornadas da Baixa Pombalina. O documento de pré-candidatura foi elaborado e aprovado por uma comissão interministerial constituída pela Comissão Nacional da UNESCO e por representantes de várias organizações. ²⁹²
	14 de Maio	É anunciada a proposta de inclusão na Lista Indicativa Nacional na abertura do I Encontro Ibérico sobre Gestão do Património Mundial.
	26 de Maio	É aprovado o teor do texto do pedido de inclusão em reunião de Câmara e entregue no dia seguinte à Comissão Nacional da UNESCO.
2005	Julho	O dossier final, cuja redacção foi acompanhada por um Conselho Científico, pelo Coordenador Técnico e por um Grupo de Redacção, foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara e entregue em Setembro de 2005.
	Outubro	As eleições autárquicas são ganhas pelo até então Vice-Presidente António Carmona Rodrigues
2006	Março	Carmona Rodrigues lança em conjunto com a vereadora do CDS Maria José Nogueira Pinto um comissariado com a finalidade de elaborar uma proposta de revitalização da Baixa-Chiado.
	Junho	Depois do comissariado ter iniciado o seu trabalho, Carmona Rodrigues anuncia o pedido de elaboração de um plano de gestão da Baixa Pombalina ²⁹³ , considerado fundamental para o sucesso da candidatura a Património Mundial da Humanidade devido à necessidade de "uma candidatura nesta zona ser muito bem fundamentada" ²⁹⁴ pela já numerosa lista de classificações no hemisfério norte. Contudo, nem o tal plano, nem a equipa que o elaboraria foram apresentados, podendo só conjecturar-se que tenha sido "substituído" (pelo menos no campo mediático) pela proposta de revitalização da Baixa-Chiado

Fontes: imprensa da época, arquivos da Ordem dos Arquitectos e da CML

No presente, a proposta encontra-se com a Comissão Nacional da UNESCO que procederá no "momento oportuno" à submissão da candidatura junto da Organização Internacional.

²⁹² Instituto Português do Património Arquitectónico, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Museu Nacional de Arqueologia, Ordem dos Arquitectos, Comissão Nacional do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, Comissão Nacional do Conselho Internacional de Museus, Instituto de Conservação da Natureza, Direcção-Geral dos Recursos Florestais, Quercus, Liga para a Protecção da Natureza, Associação Nacional de Municípios Portugueses, Presidência da Câmara Municipal de Évora e pela própria Comissão Nacional da UNESCO

²⁹³ "Carmona Rodrigues quer melhorar candidatura da Baixa lisboeta a património mundial" *Público.pt*, 26 de Junho de 2006

²⁹⁴ idem

Importa desde logo ver clarificados, no presente caso, alguns aspectos, entre os quais alguns que resultam desta síntese cronológica, como:

- As relações do processo com o timing político
- O significado da forma de lançamento e arranque do processo
- O seu desenlace, (ou impasse)

b. O bem a classificar

A zona a classificar corresponde hoje, em termos gerais, ao plano de Reconstrução de Lisboa elaborado em 1756 compreendendo (fig. abaixo):

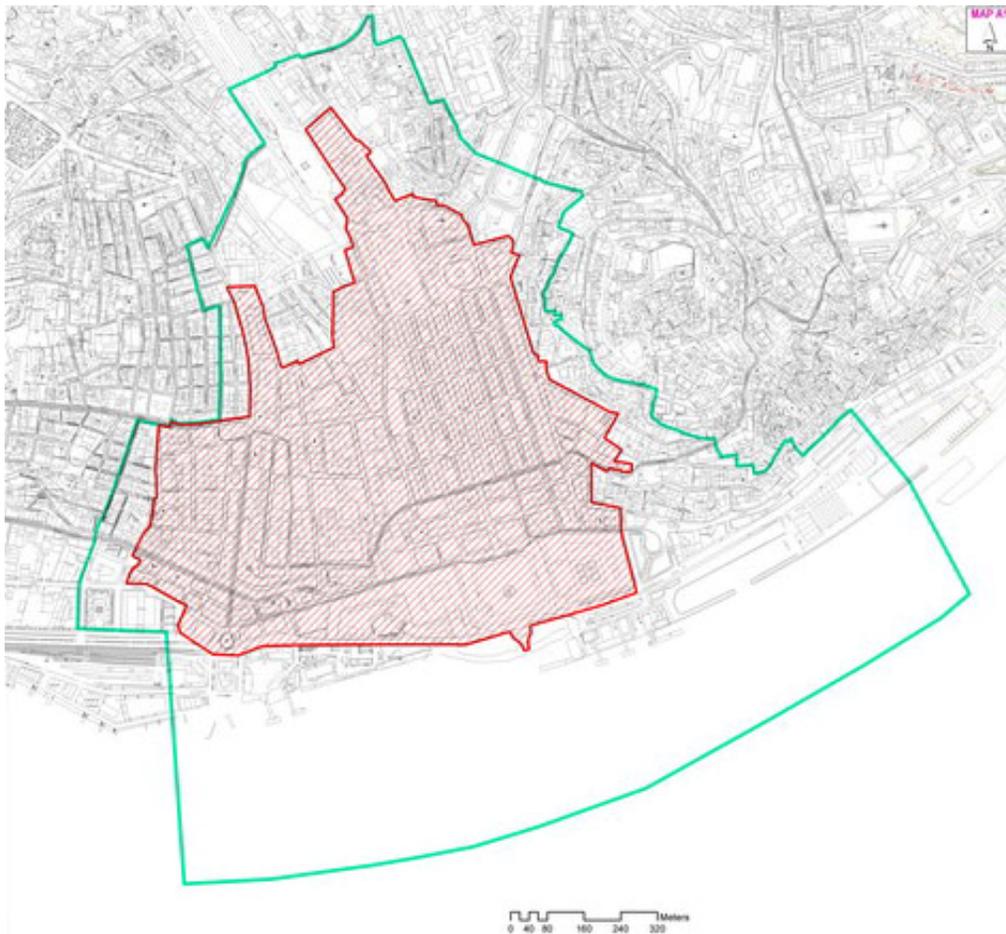


Figura 109- Mapa (A4) da propriedade a classificar e da zona buffer

- a zona baixa e central com uma malha ortogonal
- a zona ribeirinha
- a zona alta, compreendendo o Chiado e as áreas confinantes

Se este é o bem a classificar importará ver como este bem se constituiu e foi construído ao longo do tempo, começando a partir do terramoto com o modo como foi lançada a operação da “reconstrução” pombalina.

A resposta perante um episódio tão dramático foi rápida. Um mês depois da catástrofe, Manuel da Maia, apresentava a 1ª parte da "Dissertação" propondo 5 hipóteses para a reconstrução, onde se incluíam a reconstrução da cidade tal como se encontrava antes dos terramoto, a construção da cidade na zona de Belém e a reconstrução da zona baixa da cidade segundo um novo plano. Foi esta última hipótese a escolhida, e em Fevereiro de 1756, Manuel da Maia apresenta a 2ª parte da "Dissertação" com uma série de seis planos produzidos por uma equipa de engenheiros-militares. O autor da planta escolhida para o traçado da reconstrução foi Eugénio dos Santos (fig. abaixo).

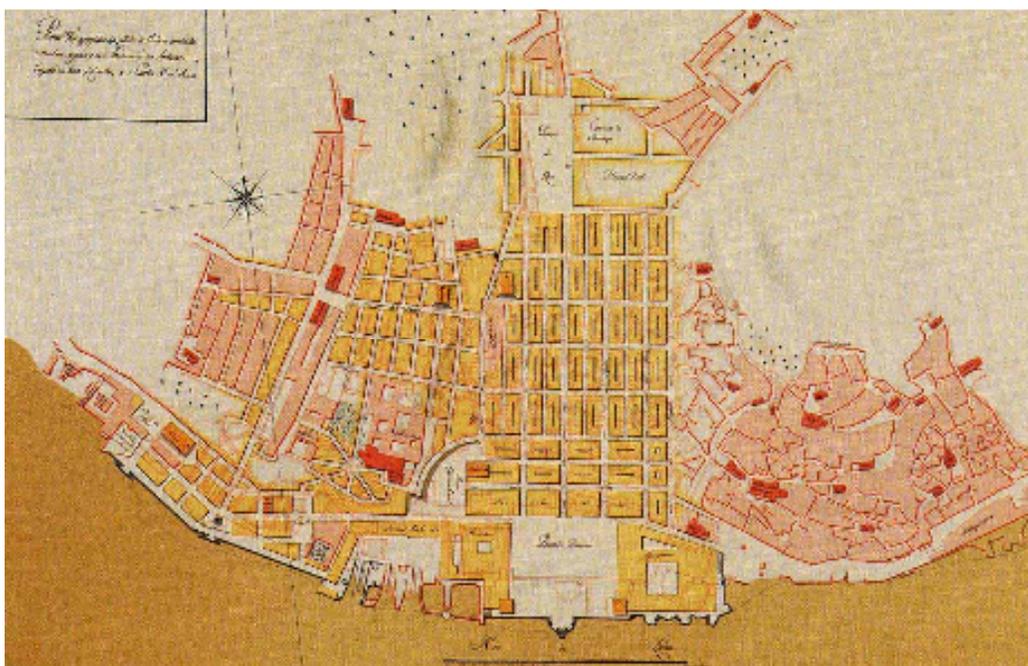


Figura 110- Carlos Mardel e Eugénio dos Santos, Planta Final para o plano-piloto da Baixa-Chiado, 1758.

As obras da reconstrução prolongaram-se sensivelmente 100 anos, durante os quais o plano e as construções foram sofrendo várias alterações e modificações. Para além da construção de matriz pombalina, a zona a classificar inclui uma série de edifícios notáveis representando as várias épocas de ocupação humana da Baixa.

c. Porque se classifica

A justificação da classificação prende-se com a "resposta extraordinária ao terramoto de 1755 que destruiu o centro de Lisboa".²⁹⁵ A cidade reconstruída baseou-se em princípios de racionalidade, remetendo para uma cultura iluminista do séc. XVIII e anunciando o urbanismo progressista do séc. XIX. A reconstrução obedeceu a um Plano urbanístico e arquitectónico, integrando inovações ao nível das infra estruturas, das técnicas construtivas e das medidas de segurança. A arquitectura sóbria de gosto proto-neoclássico, utilizando inúmeros elementos standardizados.

No entanto o plano apoiou-se em memórias e símbolos da cidade desaparecida, incorporando alguns edifícios que de alguma forma resistiram, mas submetendo-os à nova lógica. O mesmo plano, permitiu a sua "actualização" ao longo de 250 anos, com arquitecturas que vão desde o "neoclassicismo aos revivalismos próprios do século XIX e às várias estilísticas novecentistas, incluindo a Arte Nova, as Art Déco, o Modernismo internacional até à estética patrimonialista e neo-moderna de Siza Vieira"²⁹⁶

Sendo o processo de acumulação de sedimentos, ele próprio, apresentado como um valor e apresentado no discurso de fundamentação da classificação, veremos se a classificação teve por si apenas o desígnio a "preservação do bem" ou, também, o de procurar uma visibilidade "gratificadora".

2.2 A CLASSIFICAÇÃO COMO UM PROCESSO

a. O que é uma classificação ?

A classificação de um bem patrimonial como Património Mundial da UNESCO é antes de mais, um **processo**. Um processo porque envolve uma série de procedimentos previamente definidos (pela componente universal da classificação), estruturados segundo um cronograma, hierarquizados segundo uma cadeia de responsabilidades e de entidades intervenientes com o objectivo de um determinado bem patrimonial com a atribuição de uma distinção – a de Património Mundial da UNESCO²⁹⁷. Mas também porque nesse processo o procedimento dá origem a uma "estratégia" com passos "tácticos" para a obtenção do objectivo, cujo dinamismo acaba por determinar o resultado (mais na esfera da "preservação", mais na esfera da "dinamização")

²⁹⁵ Dossier da Candidatura da Baixa Pombalina a Património Mundial, 1 Sumário Executivo - Declaração de Valor Universal Excepcional

²⁹⁶ Dossier da Candidatura da Baixa Pombalina a Património Mundial, 1 Sumário Executivo - Justificação

²⁹⁷ A origem do programa prende-se com um episódio de ameaça de património histórico no Egipto. A construção da barragem do Assuão iria inundar um vale com inúmeros monumentos históricos. A UNESCO lançou em 1959 uma campanha internacional de protecção do lugar, conseguindo "transferir" os templos de Abu Simbel para um local mais elevado. O projecto foi um sucesso mostrando a importância da partilha de responsabilidade na protecção e conservação de sítios monumentais de excepção.

A **Carta de Veneza de 1964** lança as directivas internacionais para uma definição de património como o "testemunho vivo das tradições seculares" de cada povo, "impondo a si mesma (humanidade) o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade"²⁹⁸. Mais tarde, a **Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972**²⁹⁹ retoma este discurso: assumindo o princípio que o património cultural e natural de cada povo, de cada país é um bem de todos – um património mundial – e considerando-o uma herança que deve ser preservada e conservada para transmitir às gerações seguintes: "A perda, por degradação ou desaparecimento, de qualquer desses bens eminentemente preciosos constitui um empobrecimento do património de todos os povos do mundo."³⁰⁰ O reconhecimento da fragilidade desta herança, levou à adopção da Convenção que visa a identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural.

b. Bens patrimoniais de excepção

O artigo 1 define o que se entende por património cultural:

“Os monumentos – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.”³⁰¹

O ponto comum é o carácter de excepção, é ele que permite a candidatura. A verificação do Valor Universal Excepcional(VUE) é o primeiro passo para a classificação como Património Mundial e a sua definição está intimamente ligada aos princípios de defesa e de conservação do património:

“O valor universal excepcional significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo carácter inestimável para as

²⁹⁸ Carta de Veneza, 1964

²⁹⁹ A Lista de Património Mundial teve as suas primeiras inscrições em 1979 e conta em Outubro de 2007 com 851 bens inscritos. Portugal ratificou a convenção em 1980.

³⁰⁰ Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural, 1972

³⁰¹ Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural, 1972

gerações actuais e futuras de toda a humanidade. Assim sendo, a protecção permanente deste património é da maior importância para toda a comunidade internacional.³⁰²

No VUE podemos identificar várias componentes:

valor - o património adquire importância tal que tem de ser protegido da passagem do tempo.

universal - a importância e a relevância do património tem de ser afirmada à escala mundial

excepcional - o património tem de possuir características singulares e extraordinárias;

O reconhecimento deste valor implica, nesta perspectiva, que uma proposta de classificação de um bem (que se considera precioso e importante para as gerações actuais e futuras) consista na **protecção contra a passagem do tempo**: desgaste, catástrofes, guerras, pressões imobiliárias, obsolescência, etc.

c. Procedimentos para a Classificação

A organização de uma candidatura³⁰³ é precedida pela selecção do bem para integrar a Lista Indicativa Nacional, preparada pela Comissão Nacional da UNESCO, com a participação de vários parceiros. Uma lista indicativa³⁰⁴ é um inventário dos bens susceptíveis de serem considerados como Património Mundial num determinado Estado parte, tendo a validade de 10 anos.

Cada Estado-parte apenas pode apresentar uma candidatura de cada vez; excepcionalmente, poderá apresentar duas candidaturas, se uma delas for relativa a um bem natural, ou mais candidaturas tratando-se de um dos países sub-representados na lista; num total de 30 candidaturas a serem apreciadas.

As candidaturas são feitas pelos detentores dos bens, analisadas depois pelas Comissões Nacionais e, se o processo for considerado completo, apresentadas ao Centro do Património Mundial da UNESCO pelo Estado-parte através da sua Missão Permanente junto da UNESCO. Depois de apreciadas por instituições associadas ao Centro (ICOMOS – International Council on Monuments and Sites e/ou IUCN – The World Conservation Union), são então submetidas ao Comité Intergovernamental do Património Mundial, que regendo-se pelos princípios gerais definidos na Convenção de 1972, decide sobre o valor universal excepcional.

³⁰² Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial Cultural e Natural

³⁰³ O calendário dos procedimentos e o formato do documento de um processo de classificação encontram-se em anexo .

³⁰⁴ A mais recente Lista Indicativa dos bens portugueses, elaborada por um grupo de especialistas escolhido para o efeito pela Comissão Nacional da UNESCO, data de 2004. Nela constam para além da Baixa Pombalina de Lisboa, a Arrábida; a Cerca dos Carmelitas Descalços, Buçaco; a Costa Sudoeste; as Fortificações de Elvas; o Palácio, Convento e Tapada de Mafra, a Universidade de Coimbra e o sítio de Marvão.

Veremos a seguir que o caso da proposta de classificação da Baixa mostra que na preparação da candidatura houve especial preocupação com a satisfação dos critérios e princípios relativos a:

- Demonstração do VUE
- Autenticidade do bem
- Integridade e estado de conservação

Quanto ao sistema de gestão, as insuficiências da proposta, como veremos, estarão na origem do questionar da sua viabilidade no processo subsequente.

d. A viabilidade da candidatura

Portugal, tendo re-aderido no pós-25 de Abril (durante a ditadura de Salazar, já tinha aderido à UNESCO, para no entanto sair passados poucos anos, sem que a adesão tenha produzido qualquer resultado) deteve-se com um atraso considerável, nesta matéria, em relação aos outros países. Nos últimos 20 anos, Portugal viu treze dos seus bens reconhecidos como Património Mundial da UNESCO³⁰⁵. Este ritmo de inscrições na Lista de Património Mundial não é hoje passível de ser reproduzido, pelo carácter extraordinário dos bens então classificados, pelo défice de classificações entretanto já repostas e pelos actuais critérios do Comité do Património Mundial.

Assim sendo, e como já atrás referimos, uma candidatura da Baixa Pombalina teria (terá) de ser muito bem elaborada, oferecendo as garantias e cumprindo as exigências da UNESCO, de forma a justificar a atribuição da classificação. Pela análise que realizamos, pudemos encontrar algumas fragilidades e incongruências na classificação, destacando a inexistência de um plano de gestão e o estado actual de degradação. E são exactamente estes dois pontos que estarão na origem da proposta de revitalização da Baixa-Chiado, que analisaremos a seguir: "Tal como está a baixa neste momento, uma candidatura seria condenada ao fracasso"³⁰⁶ e ainda "A candidatura não é de um espaço cenário, mas de um espaço vivo, e por isso tem de incluir o conceito de revitalização"³⁰⁷

³⁰⁵ Ana Paula Amendoeira "A propósito da elaboração da lista Indicativa de Portugal" Disponível em www.unesco.pt

³⁰⁶ Elísio Summavielle in "Candidatura a património mundial adiada" *Arquitecturas*, Julho de 2006

³⁰⁷ Maria José Nogueira Pinto in "Candidatura a património mundial adiada" *Arquitecturas*, Julho de 2006

2.3 O CASO DA CLASSIFICAÇÃO DA BAIXA COMO PROBLEMÁTICA DA TEMPORALIDADE

A questão principal da temporalidade que um processo deste levanta está patente na relação com o objecto a classificar:

- Por uma lado o **tempo decorrido desde a existência do bem até à classificação** – as alterações positivas e negativas que ele sofreu ao longo do tempo e qual a sua influência na forma como percebemos o valor hoje, como adições positivas ou desvalorizações;
- Por outro lado o **tempo que se segue à classificação**, isto é, o que fazer - o que deve ser restaurado, conservado, recuperado, reabilitado, revitalizado, renovado - seguindo um raciocínio que inclui a determinação daquilo em que consiste o valor “original” (a “autenticidade”) e o que lhe pode ou deve ser acrescentado ou retirado para o valorizar, seja fisicamente seja no contexto do uso.

a. O que classificar na Baixa

Ao contrário do que acontece com outras cidades portuguesas já classificadas como Património Mundial da UNESCO, cuja classificação incide sobre a evolução histórica da mesma, a possível classificação da baixa de Lisboa refere-se principalmente ao pedaço de cidade criada na sequência do terramoto de 1775. Nos casos do Porto³⁰⁸, de Évora³⁰⁹ e de Guimarães³¹⁰ a classificação é atribuída ao centro histórico da cidade, o que segundo a definição da UNESCO corresponde ao “perímetro da cidade antiga, hoje englobada numa cidade moderna.”³¹¹ Isto é, ela inclui e compreende características de vários períodos.

No caso de Lisboa a classificação é feita sobre o que se chama “um conjunto monumental” que contempla “realizações limitadas no espaço mas que tenham exercido uma grande influência sobre a história do urbanismo.”³¹² Ao contrário das situações acima, neste caso a classificação está intimamente ligada a um acontecimento específico, a um período histórico e estilístico: o terramoto de 1755 e a conseqüente reconstrução da zona baixa de Lisboa. Tanto como a realização arquitectónica

³⁰⁸ “O resultado é uma obra de arte altamente estética e única no seu género. Trata-se de um trabalho colectivo, que não resulta de uma obra de um só período, mas de contribuições sucessivas.” Comité da UNESCO, justificação da inclusão do Centro Histórico do Porto no Património Mundial

³⁰⁹ “A vila-museu, que remonta à época romana, teve a sua idade de ouro no século XV (...). O seu carácter único vem das suas casas esbranquiçadas caiadas e decoradas de azulejos e balcões de forja que datam dos séculos XVI a XVIII.” Descrição do bem classificado no site da UNESCO Portugal

³¹⁰ “The historic town of Guimarães is associated with the emergence of the Portuguese national identity in the 12th century. An exceptionally well-preserved and authentic example of the evolution of a medieval settlement into a modern town, its rich building typology exemplifies the specific development of Portuguese architecture from the 15th to 19th century through the consistent use of traditional building materials and techniques” Descrição do bem classificado no site da UNESCO Internacional

³¹¹ Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial Cultural e Natural.

³¹² Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial Cultural e Natural.

e urbanística é a catástrofe e a rápida e eficaz resposta que confere a excepcionalidade ao local. É o próprio processo operacional que “abre” a discussão sobre o desenho, através da produção e decisão sobre soluções alternativas.



Figura 111- Fotografia Aérea da Baixa Pombalina

A declaração de excepcionalidade da Baixa Pombalina apresenta as três componentes fortemente relacionadas, como já acima referimos, com a rápida resposta ao terramoto de 1755:

a excepcionalidade:

- a elaboração de um plano-processo para a reconstrução moderna-racional e com recursos tecnológicos inéditos,
- um plano que desenha a cidade racional e iluminista do séc. XVIII e que anuncia o urbanismo progressista do séc. XIX;

a universalidade:

- a eficácia e concretização do plano, provando a experiência portuguesa de “fazer cidade” ganha na cidade do então império português,
- um plano progressista e utópico que reflecte as profundas alterações sociais em curso na Europa Iluminista;

o valor:

- a funcionalidade do plano permitiu a sua adaptabilidade ao longo de 250 anos, de tal modo que o centro simbólico de Lisboa é ainda o que se pretende classificar,
- apesar de ter sofrido modernizações, a Baixa conserva ainda a integridade e autenticidade do plano que lhe deu origem.

A verificação dos critérios de excepcionalidade feita de a partir de uma lista de dez critérios de selecção (dos quais é necessário satisfazer pelo menos um). Como se pode ver no quadro seguinte, elaborada a partir do dossier final da candidatura da Baixa Pombalina³¹³ a Património Mundial da UNESCO, a Baixa Pombalina verifica os seis critérios referenciados ao património cultural:

Justificação



Figura 112 - Retrato do Marquês de Pombal, séc. XVIII.

Critério (i)

modo notável como Sebastião José de Carvalho reage à **dimensão da tragédia**:

- . determinação "nas tarefas mais urgentes de carácter solidário e sanitário"
- . vontade equacionar em novos moldes a capital
- . plano com uma "dimensão utópica de que pode moldar toda uma sociedade a partir de um modelo urbanístico igualitário e predeterminado".



Figura 113 - Planta para a Reconstrução de Lisboa, 1756.

Critério (ii)

testemunho da **cidade do iluminismo**:

- . incorpora uma reflexão sobre a cidade e a sua adaptação às novas exigências
- . reconhece a importância do plano com instrumento de gestão da cidade
- . usa a cultura urbana-arquitectónica europeia do seu tempo com sobriedade e contenção
- . enriquece o tecido novo com memórias da cidade perdida
- . definição do Passeio Público, um dos primeiros jardins públicos da Europa



Figura 114 - Gravura do Terreiro do Paço, 1ª metade do séc. XVI.

Critério (iii)

sintetiza a **dimensão civilizacional** da cultura portuguesa:

- . "expressão central de uma capitalidade indagada desde os primórdios do Império"
- . "clímax de uma forma de específica do fazer cidade apurada e exercitada um pouco por todo o Mundo"

³¹³ Dossier da Candidatura da Baixa Pombalina a Património Mundial, 3.a Critérios usados na proposta de inscrição

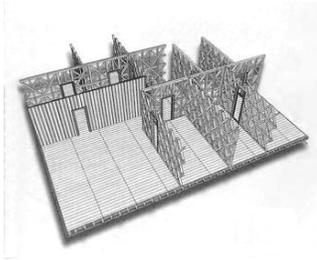


Figura 115 -Esquema de detalhe do sistema da gaiola pombalina

Critério (iv)

exemplo eminente de um **tipo de construção e tecnologias**

. o sistema de construtivo da reconstrução e a gaiola pombalina

exemplo eminente de um **conjunto arquitectónico**

. intervenção urbana e arquitectónica excepcional de "importância simbólica, institucional e comercial"

. plano de reconstrução é o resultado de um conceito de planeamento global

Critério (v)

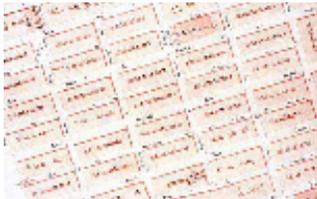


Figura 116 - Detalhe da malha pombalina, 1856

exemplo eminente da **cultura de "fazer cidade"** em Portugal integrando nos modelos europeus as necessidades específicas do território

. modelo de implantação similar ao de outras cidade costeiras portuguesas e cidades de fundação portuguesa

. desenvolvimento da cidade com forte relação com o rio e com a topografia

Critério (vi)



Figura 117 - Proclamação da República em 1910

lugar de "indiscutível **função de capitalidade**"

. palco da vida política e social portuguesa

. "lugar de vida intensa, relacionada com a qualidade do comércio, a presença da banca, dos cafés, dos teatros, das livrarias, de algumas escolas, das igrejas."

. cenário de várias obras literárias de extrema importância.

Nas justificações dadas para os diferentes critérios há distintas relações com a temporalidade: enquanto algumas justificações são claramente associadas a um tempo específico e localizado, relacionado com o processo de reconstrução da zona arrasada pelo terramoto, outras remetem para uma evolução ou uma acumulação de "diversos tempos" posteriores. Exemplos do primeiro caso, são:

o critério 1, aponta claramente para um **acontecimento**, a resposta à tragédia pela parte do Marques de Pombal;

o critério 2, aponta para um **período**, bem definido e caracterizado, a cidade do iluminismo;

o critério 4, refere um conjunto de soluções tecnológicas e outro conjunto de soluções urbanísticas postas definidas no **momento** do plano de reconstrução;

o critério 5, confere à Baixa a dimensão de **processo** (ou o modo português de fazer cidade).

Neste caso embora o caso excepcional da Baixa seja referido como um marco no tempo, ele representa a síntese ou o culminar de um **processo** de várias experiências e influências, revelando uma concepção temporal mais alargada. Em que se inclui da mesma forma:

o critério 3, destaca a dimensão civilizacional portuguesa

o critério 6, refere um lugar de indiscutível capitalidade

E finalmente, em conjunto, reflectem um carácter simbólico, cumulativo e **evolutivo** que o espaço foi (e vem) adquirindo com o passar do tempo.

b. A questão da Autenticidade e o tempo a partir do qual se vê

As garantias de integridade e autenticidade estão directamente relacionadas (e condicionadas) com as concepções temporais. A proposta portuguesa descreve sucintamente a situação actual adoptando os atributos sugeridos nas Orientações da UNESCO sobre integridade e autenticidade:

forma e design;

materiais e substância;

uso e função;

tradições, técnicas e sistemas de gestão;

localização e vistas;

espírito e memória.

Mas se a justificação de excepcionalidade é feita sobretudo sobre "acontecimentos do passado", estas garantias de integridade e autenticidade implicam uma avaliação desse passado sobretudo das suas produções, e inevitavelmente à luz do tempo presente, das suas exigências e das suas condicionantes. Estas avaliações (quer as de integridade e autenticidade, mas também as referente ao estado de conservação que veremos a seguir) implicam que o intervalo temporal em questão seja alargado. Esta análise não está só relacionada com os acontecimentos que conferem a excepcionalidade ao bem, mas também de que maneira ele foi respondendo às várias solicitações do tempo até aos dias de hoje.

As várias leituras das alterações ocorridas no tempo, integrando conceitos temporais:

- nuns casos como **permanência e continuidade**,
- noutros como **mudança e evolução**.

As várias atitudes adoptadas no segundo caso (utilização dos conceitos de mudança e evolução), são dependentes da avaliação da sua contribuição para a excepcionalidade do bem:

- a. Situações em que as **alterações não são relevantes para a globalidade** do conjunto:

"O desenho, a métrica e a forma da maioria das fachadas mantêm-se conservados, com algumas alterações pontuais que não impedem a leitura da intenção primordial do conjunto histórico-urbano"³¹⁴



Figura 118

Fachada e águas-furtadas de edifício pombalino.

- b. Situações em que as alterações são **valorizadas**, ou seja acrescentam valor ao conjunto:

"Outros (edifícios) foram alterados, beneficiando da própria adaptabilidade do Plano, mas adquiriram valor histórico e artístico, testemunhando, com qualidade, uma sucessão de épocas estilísticas que compreendem os revivalismos oitocentistas e os diversos modernismos."³¹⁵



Figura 119

Rua do Carmo, Fachada do Edifício Grandella

- c. Situações em que as **alterações retiram valor** ao conjunto:

"Alguns, que se encontram adulterados, sem qualidade técnica nem artística, devem recuperar os valores de autenticidade, sem mimetismos ilusórios, antes com sólida cultura patrimonialista contemporânea."³¹⁶



Figura 120

Acrescentos na cobertura de edifícios pombalinos. Praça do Rossio

³¹⁴ Dossier da Candidatura da Baixa Pombalina a Património Mundial, 3.d Integridade e Autenticidade - materiais e substância

³¹⁵ idem

³¹⁶ idem

É também neste discurso que podemos observar quais os elementos que se mantêm **inalterados** com o passar do tempo:

- uns ligados ao espaço construído: "O Plano urbanístico da Baixa Pombalina foi integralmente concretizado e encontra-se intacto em relação aos arruamentos e desenho de quarteirões, tanto na parte Baixa, como no Chiado e zona ribeirinha."³¹⁷ e "A visão privilegiada deste conjunto é obtida do Tejo, (...) manifestando uma íntegra autenticidade de imagem global que continua a permitir a leitura do Plano de reconstrução aprovado há 250 anos."³¹⁸
- outros relacionados com os usos e as funções "A feição predominantemente comercial e de serviços da Baixa está, no essencial, conservada. (...) Mantêm-se também as duas outras funções características da Baixa e que definiram a sua modernidade: o exercício do poder do Estado (...) e as actividades culturais (...)"³¹⁹

Sendo estes últimos mais difíceis de manter, dependendo de inúmeros factores e condicionantes que reflectem as necessidades do tempo presente, reconhece-se no entanto a necessidade de repor os próprios usos iniciais numa procura de atingir a integridade e autenticidade.

c. "Exigências" da classificação: conservação, protecção e monitorização

Os três pontos seguintes do processo de classificação - estado de conservação e factores que afectam a propriedade; protecção e gestão da propriedade; e monitorização - destinam-se a assegurar de distintas formas a manutenção dos valores excepcionais e das garantias de autenticidade e integridade (já apresentados anteriormente) tratando-se portanto, de exigências da classificação, ou seja, parte dos procedimentos a adoptar para adquirir o estatuto de património mundial. Porque a classificação não é só um processo de distinção de bens monumentais de excepção, ela contempla também na sua génese, a protecção e a conservação desses mesmos bens. É a constatação que o património histórico e cultural demonstra inúmeras fragilidades face às pressões e exigências da sociedade contemporânea, que leva à necessidade de apresentar estas parâmetros.

Da mesma forma, todos estes pontos continuam a exigir uma confrontação de um passado fortemente caracterizado com a sua representação na actualidade: quer seja pela análise do estado de conservação actual; seja pela forma como esse passado pode ser gerido hoje; seja por medidas de acompanhamento real e avaliação da evolução do edificado.

³¹⁷ Dossier da Candidatura da Baixa Pombalina a Património Mundial, 3.d Integridade e Autenticidade - forma e design

³¹⁸ Dossier da Candidatura da Baixa Pombalina a Património Mundial, 3.d Integridade e Autenticidade - localização e vistas

³¹⁹ Dossier da Candidatura da Baixa Pombalina a Património Mundial, 3.d Integridade e Autenticidade - uso e função

Estado de conservação.

Destaca-se o aspecto da caracterização arquitectónica, em particular a definição dos indicadores de autenticidade e integridade: "atributos" ou " características" distintivos do modelo pombalino e cuja existência na maioria dos casos se mantém até hoje. Podem estar relacionados quer com elementos construtivos quer com características arquitectónicas:

Indicador de autenticidade e integridade

1. Caracterização da integridade e autenticidade arquitectónicas:

Número de pisos;	manutenção da cimalha entre o 4º e 5º pisos. manutenção do número de pisos acima da cimalha.
Integridade da estrutura original	manutenção da gaiola pombalina.
Características das fachadas	manutenção da localização das janelas de sacada.
Integridade dos logradouros;	
Características dos interiores	conservação da azulejaria interior conservação das características originais e do valor histórico dos edifícios
Autenticidade das caixilharias	
Tipologia das guardas metálicas de sacada	manutenção das guardas metálicas de sacada.

2. Estado de conservação arquitectónica e obras de conservação

Conservação arquitectónica	estado de conservação arquitectónico e estrutural.
----------------------------	--

Estes indicadores, servem como instrumento para a aferir "imutabilidade do património", a integridade do edificado, definindo objectivamente quais os elementos, que independentemente do passar do tempo, devem ser mantidos (ou repostos, caso estejam alterados) de forma a garantir a integridade da globalidade do bem. Constituem também uma base de dados para avaliação do estado de conservação actual e para o posterior acompanhamento e monitorização.

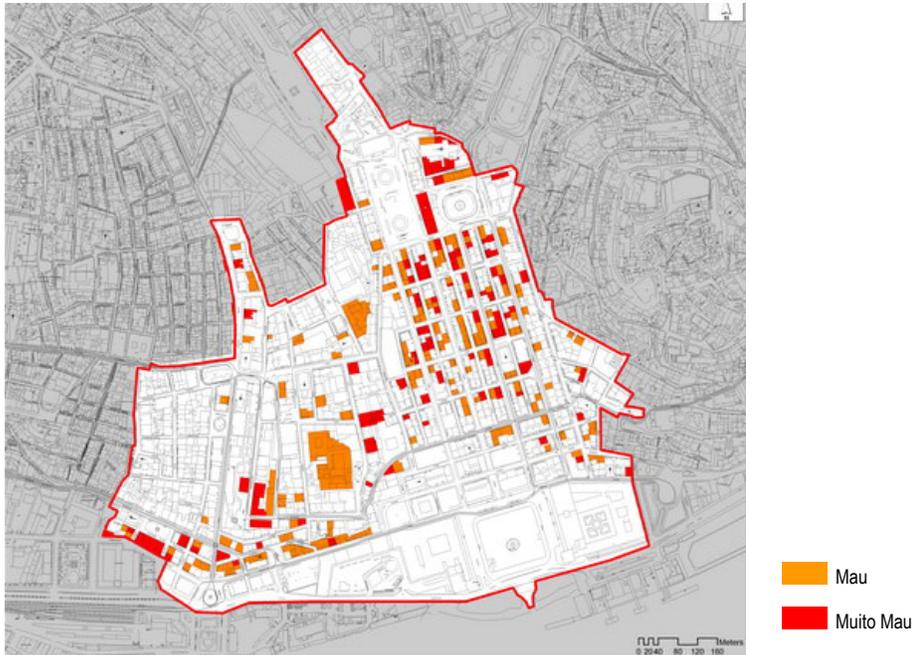


Figura 121- Estado de Conservação dos edifícios em 2005

No esquema abaixo, encontram-se algumas referências aos problemas actuais da baixa pombalina, incluídas no ponto **factores que afectam o sítio**, destacando-se:

Pressões provocadas pelo desenvolvimento	<p>O decréscimo da função residencial e acréscimo da pressão terciária;</p> <p>A adaptação de edifícios a novos usos que prejudiquem a autenticidade ou integridade;</p> <p>A instalação descontrolada de redes de distribuição de telecomunicações;</p> <p>A colocação de publicidade, toldos e infra-estruturas comerciais dissonantes;</p> <p>O projecto de novos equipamentos que podem prejudicar a autenticidade e a integridade.</p>
Pressões do ambiente	<p>A alteração dos níveis freáticos na zona central baixa induzida pela construção de caves;</p> <p>A contaminação do ar e a poluição acústica provocada pelo tráfego automóvel.</p>
Desastres naturais e capacidade de resposta	<p>Terramotos;</p> <p>Incêndios</p> <p>Inundações</p>

Embora sejam estes alguns dos problemas da Baixa Pombalina actual e algumas das explicações para o seu estado de degradação (raciocínio pouco desenvolvido no documento), não são discutidos nem analisados em profundidade. Por um lado, porque talvez representem dificuldades para o processo - a constatação de um bem deteriorado e adulterado não é consonante com uma classificação - por outro, porque denunciam as pressões a que o bem está sujeito actualmente e com as quais não está habilitado "lidar".

Protecção.

A proposta de classificação como património Mundial, implica o reconhecimento por parte da entidade proponente (em geral o Estado-Parte), da necessidade de **protecção** do bem em causa, comprovando por um lado a importância e relevância do bem num contexto local, e o por outro o empenho e a preocupação da entidade responsável na defesa e protecção do bem.

No caso da Baixa, existem vários níveis de protecção:

para o edificado:

Monumentos Nacionais,
Imóveis em vias de classificação como Monumento Nacional,
Imóveis de Interesse Público
e Imóveis integrados no Inventário Municipal;

no PDM:

Área Histórica da Baixa,
e Área Histórica de Habitação;

na Carta do Património, definidas áreas de valor arqueológico:

Área de Nível 1 de Intervenção: áreas de valência patrimonial arqueológica consolidada,
Área de Nível 2 de Intervenção: Área de Potencial Elevado Valor Arqueológico,
Área de Nível 3 de Intervenção: Área Condicionada de Potencial Valor Arqueológico,
Área de Nível 4 de Intervenção: Lei Geral do Património Cultural em vigor.

É de referir a inexistência (à data do documento) de um regulamento ou plano pormenor para a zona da Baixa o que o próprio Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa exige. Segundo a proposta encontra-se em "fase de correcção e sintetização a proposta de um Regulamento para as intervenções arquitectónicas e conservação" com base nos trabalhos realizados por várias equipas e compilados no livro, *Baixa Pombalina, bases para uma intervenção de salvaguarda*.³²⁰

Prova-se assim a ausência de um importante instrumento operativo e legislativo que tenha capacidade de regulamentar e assegurar a manutenção dos valores exigidos pela classificação e também de promover e incentivar uma revitalização da zona em questão. Esta lacuna, ver-se-à também no ponto seguinte, que teve reflexos importantes.

³²⁰ João Mascarenhas Mateus (ed.) - *Baixa Pombalina: bases para uma intervenção de salvaguarda*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2005. Disponível em <http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/002/pdf/baixapomb.pdf> [6/11/2007]

Monitorização e Gestão.

No caso da inexistência de um plano de gestão, como no caso da Baixa Pombalina, prevê-se a apresentação de outros instrumentos e documentos que assegurem a gestão do bem até à elaboração do plano de gestão exigido.

A proposta apresenta assim uma série de instrumentos, meios e medidas, alguns dos quais já existentes, outros criados no decorrer deste processo, reunidos em torno da protecção e gestão do local. Mas apesar da não existência de um plano de gestão do sítio, incluem-se nesta proposta os objectivos e princípios do plano futuro, em articulação com os critérios de intervenção no espaço da Baixa Pombalina.

Curiosamente, é neste ponto que aparecem duas afirmações que voltam a introduzir os conceitos de **alteração** e de **adaptação**:

"7. O aspecto actual da Baixa não pode ser confrontado com um modelo ideal inicial pois esse modelo foi logo na primeira fase de trabalhos do séc. XVIII adaptado e alterado pelos seus autores;

8. A Baixa deve ser considerada como ela verdadeiramente é, ou seja, um sítio histórico monumental por excelência que revela uma sobreposição de épocas, vontades e estilos que estão na base da sua excepcionalidade como fruto de uma civilização."³²¹

Contrariamente ao que acontece em grande parte do documento onde existe um grande empenho na valorização da **autenticidade** do modelo pombalino, aqui existe um discurso de diminuição da importância da obediência ao plano original e uma valorização das **alterações** introduzidas ao longo do tempo, como sendo estas as razões para uma justificação de excepcionalidade.

Parece contraditório mas a declaração de objectivos do plano de gestão é bastante clara na definição da forma de intervenção na Baixa, dos aspectos a conservar e dos limites às intervenções (o que se pode e o que não se pode fazer na baixa): a conservação dos valores culturais de excepcionalidade, a manutenção da autenticidade e integridade, através de rígidos parâmetros físicos e culturais e uma avaliação técnica e científica. Existe efectivamente uma definição objectiva do tipo de intervenção pretendido para a Baixa Pombalina, para repôr ou manter as características do modelo pombalino, mas este mesmo modelo **não contempla nem estratégias, nem instrumentos que possam fazer face aos motivos estruturais da degradação e desvalorização.**

Em resumo, o modelo apresentado debruça-se sobre uma lógica de conservação e protecção, quando poderia englobar, num mesmo sistema de gestão, problemáticas sociais e de desenvolvimento económico:

³²¹ Dossier da Candidatura da Baixa Pombalina a Património Mundial, 5.º Plano de gestão do sítio e declaração de objectivos - Princípios de referência para a leitura da Baixa Pombalina como Património Mundial

"The management of a historic centre will require the formulation and implementation of some form of plan mechanism and may include a specific "conservation plan" or "action plan" and the use of an economic development and regeneration strategy to encourage the maintenance and re-use of historic buildings and environmental improvements."³²²

Segundo Paulo Peixoto, a "corrida à patrimonialização" faz parte de uma resposta local aos processos de globalização:

"A transformação da estruturas da economia mundial, mascarada pelo ruir das sociedades industriais, pelo aumento do consumo e pelo alargamento das práticas de lazer, obrigou muitas cidades dominadas por economias industriais e agrícolas a reconverterem-se, e foi na cultura, no seu passado e no seu património que muitas dessas cidades encontraram a base da sua reconversão."³²³

Factores como a crescente mediatização, a da adopção de estilos empresariais de gestão das cidades e a valorização de especificidades, fazem também parte deste processo, onde a competitividade, neste caso entre cidades, emerge como elemento decisivo.

Ainda segundo Paulo Peixoto, a necessidade de afirmação num panorama nacional e internacional manifesta-se "por operações de fabricação de imagens, no sentido em que as cidades (e quem as dirige) procuram multiplicar as ocasiões que lhe permitam aparecer na cena mediática"³²⁴ A cultura e o património aparecem aqui como as chaves para uma representação identitária na esfera mediática. Segundo José Sasportes³²⁵, a estratégia de partilha da responsabilidade da protecção dos bens patrimoniais, promovida pela UNESCO, não é bem entendida em Portugal: a inscrição na lista de património mundial é vista como "prémio a oferecer por seu intermédio aos munícipes"³²⁶

A proposta de classificação da Baixa Pombalina, parece não ser indiferente a este cenário. O anúncio da intenção de candidatar a Baixa Pombalina, foi feito num salão imobiliário em Barcelona em 2002, anunciado o prazo de 2005 para a reabilitação da zona a tempo da comemoração do 250 anos do terramoto de 1755: "*queremos fazer a sua evocação com um terramoto diferente - o da construção do futuro*"³²⁷. Encontramos aqui a integração do processo de classificação num evento comemorativo -

³²² Robert Pickard - Management of Historic Centers, London: Spoon Press, 2001

³²³ Paulo Peixoto in "As cidades e os processos de patrimonialização" in Magda Pinheiro, Luís V. Baptista e Maria João Vaz - *Cidade e Metrópole*, Oeiras: Celta Editora, Dezembro de 2001

³²⁴ idem

³²⁵ José Sasportes "Portugal na UNESCO e a UNESCO em Portugal" in JANUS 2006
Disponível em http://www.janusonline.pt/2006/2006_2_2_5.html [22-11-2007]

³²⁶ idem

³²⁷ "Santana Lopes candidata Baixa Pombalina a património mundial" site da CML, 14 de Outubro de 2002

os 250 anos do terramoto - correspondendo ao contexto de grande eventos que referimos no início. Mas também a sua utilização para a construção de uma imagem fortemente simbólica e evocativa.

2.4 UMA CONCLUSÃO CRÍTICA: CLASSIFICAÇÃO, FIM OU INÍCIO



Figura 122

Algumas das questões elementares do processo de Classificação parecem apagadas, talvez por receio de que a sua explicitação pudesse afectar negativamente o objectivo central (obter a classificação):

- A compreensão das razões estruturais da situação actual: um centro desabitado, desadequado aos usos a que estava habituado, sem uma visão clara da estratégia para inverter esta tendência;
- A previsão de consequências da atribuição da "marca" património mundial: excessos do turismo, transformação do património num parque temático, a gestão de uma "cidade-património", uma nova monofuncionalidade.
- A convicção sobre qual a mais valia a obter com a classificação. Será uma classificação da UNESCO uma maior garantia de autenticidade e imutabilidade? Ou trata-se só de um selo, um carimbo, um galardete para ostentar nas insígnias da cidade?

Mais que um exercício de reflexão sobre o bem a classificar, o processo de classificação pode parecer apenas uma sucessão de passos, de acções, de preenchimento de campos, de comprovações de critérios, de exigências, procedimentos.

Finalmente ficam lacunas no esclarecimento sobre qual **o efeito da Classificação**? As consequências deste processo no bem patrimonial não são claras. As exigências de manutenção da integridade e autenticidade em níveis altos, com inúmeras protecções legislativas e regulamentares, a definição de rígidas regras de intervenção, podem criar uma Baixa Pombalina fossilizada e cristalizada num modelo que já não serve as exigências actuais.

"The aim should be to rationalize the past with the present and future needs of community. Historic centers provide an inheritance of the past and the product of change that society has required for it needs. This evolutionary process should continue so that society leaves its own mark on the environment for the future generations. The most important issue is to look to the long term and plan the balance of permissible change and ensure the rehabilitation and revitalization of the historic centre in a sustainable manner."³²⁸

Para decifrar os objectivos de uma "marca" de diferenciação, e ao mesmo tempo, reconstruir a atractabilidade dum centro histórico "contemporâneo", será talvez necessário que, juntamente com os critérios patrimoniais, se identifiquem e reflectam condições sociais, económicas e culturais que permitam, ou não, concluir por uma estratégia. A política, das "condições da acção" não é também um instrumento do projecto?

Como vimos a proposta de classificação da Baixa Pombalina como Património Mundial da UNESCO entregue em Setembro de 2005, não produziu nem efeitos práticos no terreno nem fomentou a criação de novas iniciativas ou estratégias para fomentar a revitalização da zona. A relação Baixa-Chiado, que o Plano de Reconstrução após o Incêndio timidamente equacionara, e as acções pontuais desenvolvidas (os novos estacionamento, as praças redesenhadas, o metro Baixa-Chiado), não constituíram a massa crítica suficiente para um processo consistente em torno de proposta de classificação.

³²⁸ Robert Pickard "Management of Historic Centers" London: Spoon Press, 2001

3. A PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO DA BAIXA-CHIADO

"(...) a cidade que dizem tem muito do que é preciso para existir, enquanto acaba por existir menos a cidade que existe no seu **lugar.** "

Italo Calvino, *As cidades invisíveis*

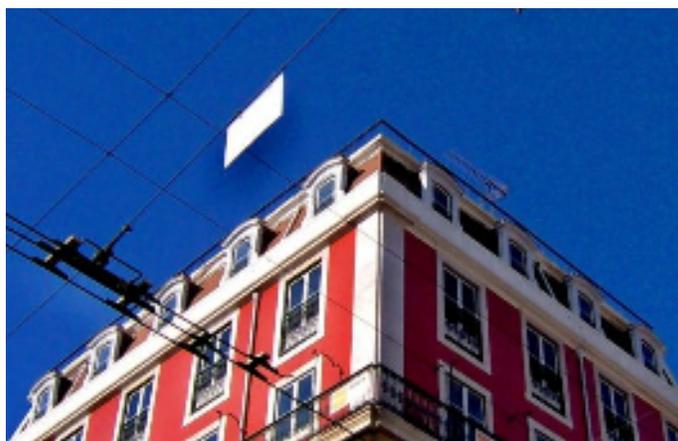


Figura 123

3.1.CRONOLOGIA

2005	Outubro	Durante a campanha eleitoral para as eleições autárquicas, é divulgada a ideia de um plano de gestão para inverter o ciclo de decadência da Baixa Pombalina por parte de Maria José Nogueira Pinto no que diz ser um "um novo plano de emergência para a Baixa-Chiado" ³²⁹ .
2006	Janeiro	No entanto no pós-eleições (em que é eleito) faz uma aliança com Maria José Nogueira Pinto, vereadora do CDS-PP que assume a tutela do comissariado encarregue da elaboração do plano "que terá como missão articular e coordenar todos os serviços e entidades dependentes da CML que intervêm na zona da Baixa-Chiado". ³³⁰
	8 de Março	Na reunião de Câmara foi aprovada a proposta de criar um comissariado para a elaboração de um plano estratégico, num prazo de seis meses, envolvendo propostas a nível urbanístico, económico, financeiro, social e cultural, composto por personalidades de grande prestígio: Augusto Mateus Elísio Summavielle, o arquitecto Manuel Salgado, Maria Celeste Hagatong, Miguel Anacoreta Correia e Raquel Henriques da Silva.

³²⁹ in "Em defesa de uma nova Baixa" Disponível em <http://lisboaemboasmaos.weblog.com.pt/>

³³⁰ in "Vereadora Maria José Nogueira Pinto assume pelouro da Habitação Social " site da CML, 5 de Janeiro de 2006

20 de Setembro	O projecto de revitalização para a Baixa-Chiado foi formalmente entregue ao Presidente da Câmara, Carmona Rodrigues: "A nossa agenda define que no final de Janeiro de 2007 esteja concluído o modelo institucional, pois o nosso objectivo é pô-lo em marcha em Fevereiro" ³³¹ frisou Maria José Nogueira Pinto.
6 de Novembro	A proposta de revitalização da Baixa-Chiado foi aprovada em reunião de Câmara pelo executivo camarário, seguindo depois para votação na Assembleia Municipal.
15 de Novembro	Dá-se o rompimento da coligação e à retirada de pelouros à vereadora do CDS. Mais tarde, Carmona Rodrigues chama a si a tutela do comissariado.
21 de Novembro	O projecto é objecto de decisão da Assembleia Municipal de Lisboa de "baixar" a cinco comissões técnicas, para "ser analisado pormenorizadamente nas comissões permanentes de Finanças, Desenvolvimento Económico, Urbanismo e Mobilidade, Habitação e Reabilitação Urbana, Intervenção Social e Cultura e na de Acompanhamento do Plano Director Municipal" ³³² .
24 de Novembro	Face a esta situação de incerteza o comissariado assina um comunicado onde considerando o projecto "muito importante e exequível" expressa a sua disponibilidade para "continuar a colaborar empenhadamente durante o período necessário, que se deseja breve, à materialização do arranque efectivo do processo de revitalização da Baixa-Chiado." ³³³
15 de Dezembro	O Governo anunciou o apoio ao projecto de revitalização da Baixa-Chiado comprometendo-se a assegurar a execução da requalificação da frente ribeirinha e o reordenamento da ocupação dos edifícios do Terreiro do Paço, que no âmbito do proposta de revitalização recaiam sobre a sua responsabilidade.
17 de Maio	Carmona Rodrigues é obrigado a abandonar funções devida a uma crise de governação.
15 de Julho	As eleições antecipadas são ganhas por António Costa do PS, que escolhe para vereador do Urbanismo e do Planeamento estratégico o arq. Manuel Salgado, um dos membros do comissariado da Baixa-Chiado Na sequência do programa eleitoral vencedor, o projecto de revitalização da Baixa-Chiado faz hoje parte das actividades prioritárias do executivo camarário no orçamento para 2008
2008 19 de Março	São aprovadas em reunião de Câmara um pacote de medidas para iniciar a elaboração de um Plano de Pormenor para a Baixa Pombalina e a suspensão do Plano Director Municipal (PDM) em quatro projectos na zona.

Fontes: imprensa da época, arquivos AO e CML

³³¹ Maria José Nogueira Pinto in "Comissariado da Baixa entregou Projecto de Revitalização para a Baixa-Chiado " site da CML, 20 de Outubro de 2006

³³² Susana Leitão "Baixa-Chiado pode ficar 'na gaveta'" DN.ONLINE, 21 de Novembro de 2006

³³³ " Comunicado do Comissariado Baixa-Chiado" site da CML, 24 de Novembro de 2006

3.2. OBJECTIVOS E MODELO DE INTERVENÇÃO PROPOSTO:

O documento apresenta como objectivo estabelecer, por um lado um **plano estratégico** revitalizando a zona através de dinâmicas sustentáveis que possam inverter de forma permanente o ciclo de degradação vigente desde algumas décadas; e por outro um **modelo de gestão** centralizado unificando sobre as mesmas políticas as várias entidades com responsabilidades e capacidade de intervenção no local. Mais que um conjunto de intervenções pontuais ou sectoriais pretende-se desenvolver "o fio condutor de uma operação integrada e integradora."³³⁴ Vejamos algumas das suas características do modelo:

- O ponto de partida do relatório é a "aceitação" do actual estado de conservação da Baixa, "coração de Lisboa", local de património histórico e cultural de assinalada referência mas "também vítima dos seus próprios constrangimentos"³³⁵, adiando mandato após mandato a tomada de decisões que proporcionassem a saída deste cenário.

Isto significa que a proposta procura identificar as razões para o actual estado de degradação, de desertificação e de saída de actividades económicas num "diagnóstico dos motivos que o levaram paulatinamente ao estado actual"³³⁶, isto é identificar o processo de decadência da Baixa como Centro e os seus motivos.

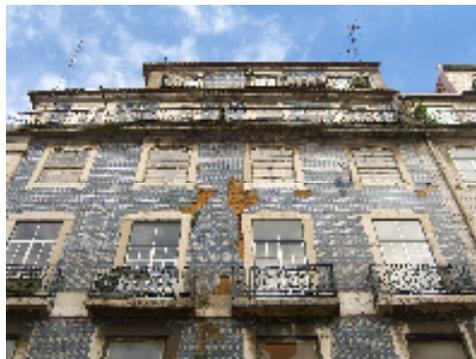


Figura 124
Exemplo de um edifício em mau estado de conservação na Baixa Pombalina.

- A partir daí, e tendo em conta uma visão estratégica do que se pretende para o lugar, define os projectos e as ideias estruturantes, as "chaves para "abrir os círculos virtuosos"³³⁷: objectivos, estratégias e procedimentos com a finalidade de reactivar dinâmicas. Porque a proposta envolve uma grande variedade de temas, desenvolve preliminarmente algumas políticas sectoriais - cultura, habitação, turismo, segurança e gestão urbana - constituindo estas um indispensável suporte à intervenção, que se desenvolve como um processo de convergência de interesses e acções de investimento de distintos "actores".

³³⁴ Maria José Nogueira Pinto "Introdução" in Proposta de Revitalização da Baixa-Chiado, CML, Setembro de 2006

³³⁵ idem

³³⁶ idem

³³⁷ idem

- Uma das mais importantes características do documento (e aqui destaca-se consideravelmente dos anteriores) é a definição de um "modelo institucional de excepção"³³⁸, capaz de oferecer estabilidade e eficiência na gestão da operação, indispensável pelas singulares características do local e pelas necessidades específicas de uma macro-operação desta natureza.
- Finalmente apresenta um possível modelo de financiamento do investimento público, (também este ausente em propostas anteriores) facto importante sobretudo tendo em conta as dimensões e o limite temporal da intervenção, tanto mais quando se recorda o endividamento da CML e a situação financeira do Estado na época do lançamento da proposta.

3.3. O CONCEITO GLOBAL DA INTERVENÇÃO:

a. Plano estratégico e modelo de gestão

A quando da entrega do relatório salientou-se que o trabalho do comissariado prendia-se principalmente com um esforço de sistematização dos muitos estudos realizado sobre a Baixa-Chiado ao longo dos anos, "enquadrado por uma visão e uma estratégia que, em nosso entender, devem dar forma à intervenção."³³⁹

A novidade da proposta de revitalização prende-se sobretudo com este raciocínio: a definição de uma visão e uma estratégia de aplicação da mesma para a concretização dos objectivos propostos, em detrimento de um processo de inventariação ou de regulamentação. Trata-se da avaliação das oportunidades de intervenção, dos elementos fulcrais e dos mecanismos a desencadear para uma mudança de panorama, correspondendo a um "exercício pragmático de planeamento prospectivo de situações, isto é, à produção de uma visão de conjunto orientada pelas oportunidades e pelos desafios do futuro próximo"³⁴⁰

Esta metodologia enquadra-se numa lógica de marketing urbano: por uma lado a identificação das necessidades dos cidadãos e das actividades económicas da zona e por outro a elaboração de uma visão estratégica que melhore a qualidade global da cidade e a sua posição competitiva:

³³⁸ idem

³³⁹ Maria José Nogueira Pinto in "Comissariado da Baixa entregou Projecto de Revitalização para a Baixa-Chiado " site da CML, 20 de Outubro de 2006

³⁴⁰ "Proposta de revitalização da Baixa-Chiado" Conceito da intervenção

"El marketing de ciudades, desde su orientación al cliente, tiene un papel fundamental, ya que se trata de que las características propias de ese lugar satisfagan las necesidades de los mercados objetivo."³⁴¹

A utilização do marketing na gestão urbana supõe o entendimento da cidade numa lógica de mercado/produto visando poder de "atração":

- a "eleição" do valor a oferecer aos diferentes públicos;
- a criação de valor dentro da estrutura da cidade, que supõe a definição das suas características;
- a posterior comunicação do valor oferecido pela cidade, tanto interior como exteriormente.

Assim, no caso da proposta de revitalização da Baixa-Chiado encontramos uma aproximação ao planeamento, de uma "operação" apoiada em instrumentos e ferramentas do marketing:

- a definição de uma visão global e transversal a vários sectores de actividades a longo prazo
- a identificação de tendências e oportunidades
- a formulação de objectivos prioritários e a concentração de recursos limitados em determinados objectivos
- e a formulação e o desenvolvimento de uma posição competitiva da cidade.³⁴²

b. Genealogia teórica do regresso ao centro: regeneração urbana

O crescimento das cidades, a sua suburbanização, a introdução do automóvel no quotidiano, as novas exigências de conforto e de mobilidade, levaram, entre outros factores, à decadência e ao abandono dos históricos centros das cidades ao longo de várias décadas. Este processo é alargado – porque não se circunscreve a Lisboa mas é comum a outras cidades; e porque os seus reflexos se estendem para lá da área da Baixa, num quadro de alteração das funções de centralidade. Vejamos como o fenómeno foi sendo encarado na teoria urbana:

Nos anos 50 já a crítica aos modelos da Carta de Atenas e dos CIAM se exercia de forma pioneira em Textos como "*El Corazón de la Ciudad. Por una vida más humana de la comunidad*"³⁴³ de Sert e Rogers.

³⁴¹ Victoria de Elizagarate "Marketing de ciudades", Madrid: Ediciones Pirámide

³⁴² idem

³⁴³ E.N. Rogers, J.L. Sert, J. Tyrwitt (eds.), *El Corazón de la Ciudad. Por una vida más humana de la comunidad*, (CIAM 8, Hoddesdon, 1951), Hoepli, S.L., Barcelona, 1955. Disponível em <http://www.ub.es/escult/docus2/sert2.doc>

Nos anos 60, ao mesmo tempo que se fazia a crítica ao movimento moderno, iniciava-se o interesse pela defesa do património histórico e cultural. A este movimento crescente no qual também se integram as acções da UNESCO e outras instituições expressas em Cartas e Convénios relativos ao Património já numa perspectiva urbana, associava-se também um voltar ao centro, privilegiando a rua e espaço público tradicional.

Nas décadas de 70 e seguintes obras como a de Rossi (Arquitectura da Cidade), Lynch, J. Jacobs divulgam um novo entendimento das malhas urbanas centrais, e da cidade histórica, sustentando várias operações de reabilitação de Centros históricos.

Nos anos 90, Richard Rogers presidindo à Urban Task Force, assina uma série de documentos estratégicos com o objectivo de inverter este fenómeno conhecido pela designação de "Project for Urban Renaissance" uma missão de uma nova política urbana desenvolvida a solicitação do primeiro Ministro da época, Tony Blair. As políticas apresentadas fomentam um espaço vivo e dinâmico, no contexto dos desafios do séc. XXI a revolução tecnológica, a sustentabilidade ambiental e as novas necessidades sociais derivadas de uma esperança de vida maior e o aparecimento de estilos de vida alternativos. Inspirada na ideia de "Cidade Compacta" ou do "modelo Barcelona", na ideia de "Reciclagem" dos tecidos urbanos ligada ao conceito de sustentabilidade e centrada no caso específico inglês (e mais tarde na cidade de Londres) a estratégia passa por uma regeneração urbana fundada nos princípios do bem-estar social e da responsabilidade ambiental, enquadrados por uma moldura legislativa e uma política económica viável.

Parece-nos ser este um modelo mais próximo do defendido pela proposta do comissariado para a Baixa-Chiado: baseado num planeamento estratégico, numa definição de uma visão e de objectivos para atingir um cenário futuro. Mais explicitamente a implementação das políticas para o **"renascimento urbano"** prevê: reciclar usos e edifícios, melhorar o ambiente urbano, promover a participação e a gestão e estimular a regeneração urbana.

c. Conceito-chave: nova centralidade como um processo, ou construção

"Como transformar, então, um espaço profundamente deprimido e ameaçado, numa verdadeira oportunidade para Lisboa e para o País?". Esta é a pergunta de partida e a conceito-chave é transformação: empreender uma abordagem centrada na passagem de "velha atractividade" perdida pela desactualização dos modelos espaciais e pelo crescimento da cidade, para um cenário de construção de uma "nova atractividade" desenvolvendo novas "forças e competências" promovendo novas oportunidades. A "visão" da proposta assenta em quatro **"ideias estruturantes"**:

- uma centralidade política e institucional com futuro na globalização: um **novo Terreiro do Paço**;
- um motor de criação de emprego qualificado: um **pólo especializado de serviços** na economia baseada no conhecimento;
- uma centralidade empresarial específica: um **espaço diferenciado de actividades financeiras**;
- uma proposta de organização do espaço e do tempo: um **espaço de eficiência colectiva**, ordenado e organizado, sujeito a **multi-utilizações** com horários alargados e capaz de gerir o seu ciclo de vida.

A proposta identifica cinco **zonas de oportunidades** tanto pela sua especial relevância no território específico da Baixa-Chiado como pela capacidade de produzir efeitos alagados de transformação e e revalorização:

- existência de um **património histórico certificado**;
- a forte expansão do **turismo internacional**;
- a necessidade de redefinição da **presença de serviços governativos**;
- a relevância das indústrias **criativas, centros financeiros e investimento imobiliário** nas dinâmicas das cidades;
- a crescente internacionalização das actividades de **ensino superior**.

Para levar a cabo a implementação destas ideias, a proposta aposta na definição de **estratégias** baseadas na visão de futuro preconizada pelo plano, que conduzirão à abertura de novas oportunidade e da transformação da área numa zona de dinâmicas naturais. Estas estão divididas em três grupos principais:

Conquistar uma função comercial e de lazer relevante:

- Adoptar a lógica de centro comercial e cultural sem os seus limites
- Atrair fluxos de consumidores diversificados com poder de compra
- Afirmar o turismo como elemento dinâmico de mercado

Dinamizar o surgimento de uma zona renovada de localização de actividades:

- Construir as infra-estruturas competitivas de atracção empresarial
- Favorecer o empreendedorismo criativo

Construir um modelo específico de habitação:

- Adoptar uma tipologia de reabilitação com grande valor em espaços limitados
- Atrair “jovens” e “velhos” com iniciativa e/ou poder de compra

Os **projectos estruturantes** correspondem às iniciativas indispensáveis para que ocorra uma transformação irreversível na zona da Baixa-Chiado. Para além de serem intervenções importantes em si mesmas, a proposta defende que a sua capacidade de por um lado estimular outras intervenções e por outro de contribuir para uma melhoria significativa das condições de qualidade e atractividade da zona.

A proposta considera como projectos estruturantes:

- a **recuperação e reabilitação do edificado**, procedendo à indispensável modernização e ao mesmo tempo produzindo uma valorização patrimonial;
- a criação de uma **frente ribeirinha** como um pólo urbano e turístico com ofertas diversificadas de lazer;
- a afirmação de um **novo Terreiro do Paço**, apoiada na combinação da utilização dos espaços
- o desenvolvimento de um **pólo cultural e de actividades criativas** denso, valorizando a rede existente de recintos;
- a criação de um **espaço comercial moderno a céu aberto**, contribuindo para a revitalização do pequeno comércio e renovação da oferta de restauração;
- a construção de um **espaço público de excelência**, melhorando as condições de utilização
- o reforço da **mobilidade interna e externa**, organizando os acessos e circulações na lógica de rede.



Figura 125 - Planta da Zona da Intervenção - Organização do Espaço

d. Propostas de uma reorganização

Sendo estes os projectos que permitirão desencadear uma dinâmica de revitalização forte e consolidada, o comissariado apresenta uma série de **propostas mais alargadas**, campos de intervenção mais vastos (onde os projectos anteriores também se incluem), centrados na (re) organização do espaço.

Um novo Terreiro do Paço

- utilização dos espaços libertados no piso térreo (arcadas) para a instalação de um núcleo cultural e de comércio especializado,
- reorganização e reocupação das zonas destinadas a serviços do Estado para acomodarem mais postos de trabalho,
- instalação de hotel de "prestígio" no quarteirão poente;

Um Centro Financeiro Integrado

- manutenção dos centros de decisão ou instalação representativa das instituições financeiras,
- aumento da oferta de estacionamento nos locais próximos ao núcleo financeiro, modernização da rede de telecomunicações e fomento do nível de qualidade dos serviços pessoais;

Um Centro Comercial sem limites

- rejuvenescimento do comércio,
- desenvolvimentos de duas zonas comerciais funcionando sob a lógica de centro comercial a céu aberto,
- reinstalação de um mercado na Praça da Figueira,
- instalação de duas áreas de comércio, restauração e lazer na zona ribeirinha;



Figura 126
Loja na Rua Augusta

Mais gente a residir na Baixa

- afectação à habitação todos os fogos existentes ou espaços devolutos dos pisos superiores dos edifícios, aumentando a população residente para 17700 residentes,
- aumento da oferta turística na zona em cerca de 1000 camas e reabilitação de metade das existentes 1700;



Figura 127
Residência de
Estudantes na Rua dos
Sapateiros

Uma reabilitação sustentável do edificado

- elaboração dum regulamento urbanístico tem em vista a garantia da salvaguarda do património histórico e arquitectónico,
- restauração e preservação do património assegurando boas condições de habitabilidade e de conforto;

Pacificar o trânsito

- redução/eliminação do tráfego de atravessamento,
- criação do projecto circular das colinas,
- prioridade e reforço dos transportes públicos,
- construção de parques de estacionamento nas "portas de entrada" da zona,
- aumento da mobilidade interna;

Um espaço público de excelência

- criação de uma frente ribeirinha,
- requalificação dos espaços públicos da zona,
- criação de "portas de entrada",
- renovação das infra-estruturas,
- definição de um plano de iluminação pública, de um sistema de sinalização,
- implantação de peças de arte pública em locais estratégicos, de mobiliário urbano de qualidade.



Figura 128
Praça D. Pedro IV
depois do projecto de
requalificação

e. Da habitação ao espaço público

Importa realçar a importância que a **habitação** desempenha como um motor de outras actividades: "trazer de volta os moradores ao centro da cidade é objectivo essencial de um planeamento sustentável"³⁴⁴. O comissariado propõe a criação de um modelo de habitação específico para a Baixa, que permita uma ocupação do espaço diversificada e equitativa, uma gestão dos recursos habitacionais, que garanta a equidade social e promova a diversidade sociocultural. Pretende criar instrumentos e mecanismos que não impedindo o funcionamento do mercado actuem como meio de regulação, estabelecendo por exemplo: "uma quota para o segmento da classe média, que é no fundo a população que a Baixa sempre teve. Não queremos que aconteça o mesmo que no Chiado, cujo metro quadrado se ficou em valores muito altos."³⁴⁵

³⁴⁴ Richard Rogers "Cidades para um pequeno planeta", Barcelona: Gustavo Gili, 2001

³⁴⁵ Maria José Nogueira Pinto in "Comissariado da Baixa entregou Projecto de Revitalização para a Baixa-Chiado " site da CML, 20 de Outubro de 2006

Tendo em conta aquela experiência (que se pretenderá evitar) será preciso aclarar que meios e processos serão postos em marcha para evitar que o mesmo processo “condominizador” se repita.

Como objectivos estratégicos definem-se:

- possibilitar a permanência da população residente;
- promover a participação dos residentes nos processos de tomada de decisão;
- melhorar as condições de habitabilidade dos residentes;
- regular os efeitos do livre funcionamento do mercado imobiliário, de forma a permitir uma ocupação diversificada e equitativa do edificado.

De forma a levar a cabo estes objectivos, a proposta prevê: a elaboração de um Plano de Intervenção Comunitária e Social para a Baixa-Chiado que permitirá acompanhar e gerir a população actualmente residente bem como os novos residentes, e o levantamento dos instrumentos legais que permitam o apoio à intervenção.

É neste ponto que se justificam algumas interrogações e incógnitas sobre as maiores fragilidades da política da habitação: o plano de intervenção comunitária e social não se encontra definido e o inventário de instrumentos legais não avança novidades, não prevendo nenhum programa de apoio excepcional, limita-se a reunir alguns programas existentes na área (NRAU, PROHABITA e Porta 65) cuja aplicabilidade não se tem mostrado suficiente para produzir uma mudança considerável.

Ou seja, poder-se-á apontar que os instrumentos fundamentais para a levar a cabo a política de habitação são os que se encontram menos desenvolvidos na fase inicial do processo...

Outro ponto relevante é o papel dado **ao desenho e do espaço público**: " As cidades são antes de tudo o lugar de encontro das pessoas"³⁴⁶ O comissariado propõe criar um espaço público de qualidade onde o bem-estar e conforto sejam prioridade: "As pessoas e a qualidade com que usufruem do espaço Baixa-Chiado, quer seja para trabalhar, viver ou apenas visitar são o mote central para todos os projectos constantes desta proposta."³⁴⁷ A principal aposta é a criação e requalificação de um espaço público de excelência, com a criação de uma frente ribeirinha e a redefinição de várias praças e ruas, privilegiando o peão e as actividades de lazer. Estas intervenções são apoiadas por medidas nas áreas da mobilidade e acessibilidade, dos transportes públicos, da redução do trânsito automóvel, de segurança pública e pelo desenvolvimento de planos e regras para a iluminação pública, a sinalização, o mobiliário urbano, a publicidade, limpeza urbana e utilizações efémeras do espaço público.

³⁴⁶ Richard Rogers "Cidades para um pequeno planeta", Barcelona: Gustavo Gili, 2001

³⁴⁷ "Comissariado da Baixa entregou Projecto de Revitalização para a Baixa-Chiado " site da CML, 20 de Outubro de 2006



Figura 129 - Planta da Zona da Intervenção - Espaço Público

O projecto, é claro quanto a quem caberá o investimento nestes domínios do espaço público – predominantemente à Administração Pública, Central ou Local, e a sua gestão, pelo modelo institucional que adiante se apresenta.

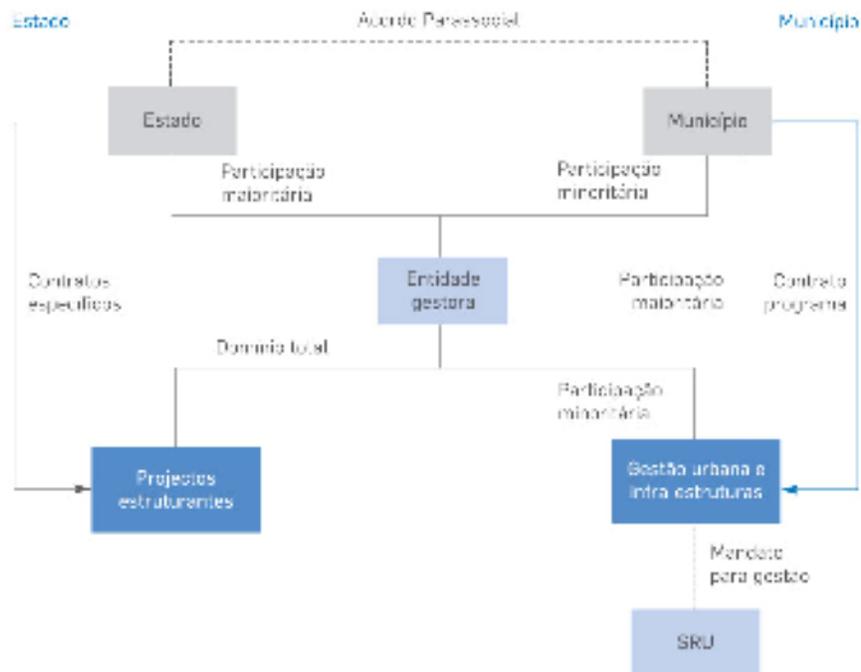
3.4. O MODELO INSTITUCIONAL:

a. A gestão urbana e a cooperação entre entidades

A definição de um modelo institucional próprio para a Baixa-Chiado surge da necessidade de encontrar uma plataforma (ou uma entidade) que possa: articular as diversas entidades públicas e privadas com um influência no terreno, permitir uma rápida capacidade de decisão, mediar e potenciar o investimento privado e concentrar a responsabilidade e as ferramentas de gestão da intervenção; assegurando a estabilidade e a concretização dos objectivos "ao longo de um horizonte temporal longo"³⁴⁸.

O modelo institucional proposto corresponde ao mostrado no esquema abaixo:

³⁴⁸ "Proposta de revitalização da Baixa-Chiado" Modelo Institucional



Esquema 3 - Modelo Institucional e relações entre entidades intervenientes

A Entidade Gestora surge da associação do Estado e do Município, sendo uma sociedade de capitais exclusivamente públicos. Tem como objectivo a coordenação geral do projecto assim como das outras duas sociedades - a Sociedade Gestora dos Projectos Estruturantes (SGPE) e a Sociedade de Gestão Urbana (SGU) nas quais detém participações.

São da competência da SG:

- a elaboração de instrumentos de gestão territorial
- a elaboração e coordenação de projectos de infra-estruturas
- estudar e coordenar as intervenções ao nível da construção e reabilitação de equipamentos
- o licenciamento urbanístico
- coordenação ou articulação com a SRU da Baixa-Chiado
- elaboração de projectos de regulamentos de gestão urbana
- actuar como agência de dinamização de projectos empresariais

A SGPE assume a gestão de alguns dos projectos estruturantes com carácter público tais como:

- projectos de reconversão e reabilitação de edifícios públicos
- projectos de reconversão de espaços públicos e infra-estruturas (
- projecto de reconversão comercial da Baixa

A SGU exercerá no âmbito municipal, consistindo no planeamento e na execução de infra-estruturas e na gestão urbana da área, podendo incluir:

- elaboração de regulamentos no âmbito da gestão urbana

- elaboração de planos de ordenamento ou regulamentos
- execução de infra-estruturas viárias
- apreciação de processos de licenciamento ou autorização de operações urbanísticas
- coordenação das actividades na áreas de iluminação publica, tráfego, estacionamento

No que diz respeito à SRU prevê-se a sua manutenção já que possibilita a alguns instrumentos legais únicos. A sua acção deverá ser coordenada pela SGU.

Este modelo institucional é também ele o resultado da aplicação de modelo de gestão estratégica a uma parte da cidade: "a criação do novo "modelo de governação" exigido pela moderna política de cidades"³⁴⁹ Neste caso assiste-se a uma compatibilização e coordenação da competência da CML e do Estado, mas também à introdução de cooperações com entidades privadas, trazendo por um lado um potencial importante (e imprescindível) de investimento, mas também uma abertura da participação no processo de revitalização desta envergadura.

3.5. A DINÂMICA TEMPORAL DA PROPOSTA

A incorporação de um modelo de gestão especial baseado numa visão e planeamento estratégico, assim como adopção de certos modelos de desenvolvimento levam à apresentação de uma lógica temporal diferente:

- a dinâmica de investimento progressivo
- a reciclagem dos usos "tradicionais" do espaço Baixa-Chiado,
- uma nova relação com o património histórico mais centrada no seu papel dinâmico no contexto de uma centralidade "projectada".

³⁴⁹ "Proposta de revitalização da Baixa-Chiado" Conceito da Proposta

a. A lógica temporal e o modelo de financiamento

O primeiro ponto, é directamente relacionável com a estrutura estratégica adoptada: a definição dos objectivos e projectos prioritários, aqueles indispensáveis para a implementação da estratégia definida pelo plano. Neste caso, a prioridade recai sobre os chamados projectos estruturantes – projectos de dimensões consideráveis que detêm as chaves para a inversão do cenário de decadência.

A lógica de financiamento parte do princípio que entidades privadas farão investimentos no local desde que considerem que se tratam de acções racionais e viáveis. Num cenário deste tipo, compete à entidade gestora, utilizando o investimento público em projectos estruturantes que tenham a capacidade de mobilização, criar condições atractivas para o investimento privado.

No quadro abaixo encontram-se os valores estimados dos investimentos correspondentes ao Programa de Reabilitação da Baixa-Chiado, distinguindo as duas fases de implementação do projecto e as entidades responsáveis pelo financiamento:

PROJECTO	INVESTIMENTO ESTIMADO (EUR MILHÕES)			Responsável pelo financiamento
	2007-2010	2011-2020	Total	
Cais para Navios de Cruzeiros	27,0	14,0	41,0	APL
Frente Ribeirinha	32,8	0,0	32,8	Estado
Frente Ribeirinha	30,0	0,0	30,0	APL
Reabilitação do Espaço Público da Baixa-Chiado	31,0	0,0	31,0	CML/Concess
Sinalética e Mobiliário Urbano	5,2	0,0	5,2	CML
Plano de Iluminação Pública	12,9	0,0	12,9	CML
Percursos Pedonais Assistidos	6,0	0,0	6,0	CML
Rede Viária Externa à Área de Intervenção	94,6	27,2	121,7	CML
Reabilitação do Terreiro do Paço	68,0	0,0	68,0	Estado
Equipamentos Culturais	44,0	0,0	44,0	Estado/CML
Hotelaria	85,5	10,0	95,5	Privados
Espaços Comerciais	34,2	40,0	74,2	Privados
Reabilitação Urbana	151,5	340,0	491,5	Privados
Estudos e Projectos	7,5	7,5	15,0	Estado/CML
Custos de Funcionamento	12,0	24,0	36,0	Estado/CML
TOTAL	642,1	462,7	1104,8	

Tabela 1 - Investimentos estimados e entidades responsáveis pelo financiamento

Assim cabe ao sector público assegurar os custos de implementação e desenvolvimento do Programa e de alguns dos projectos estruturantes, enquanto o investimento privado concentra-se em projectos com potencial de rentabilização comercial. É durante uma fase inicial - até 2010 - prevista para a execução de projectos estruturantes, que se dá o investimento pesado, onde a cota de investimento público se revela significativa numa "concentração de esforços e meios nas "urgências" e nos projectos com maior aptidão para gerar mudanças irreversíveis".³⁵⁰ Na fase seguinte, o investimento

³⁵⁰ "Proposta de revitalização da Baixa-Chiado" Modelo de Financiamento dos Investimento do Sector Público

público diminui para dar lugar a uma maior acção do investimento privado, entrando em velocidade de cruzeiro a partir de 2013. Esta situação corresponde também a um decréscimo da intervenção do Estado e à passagem para um cenário de administração camarária da intervenção.

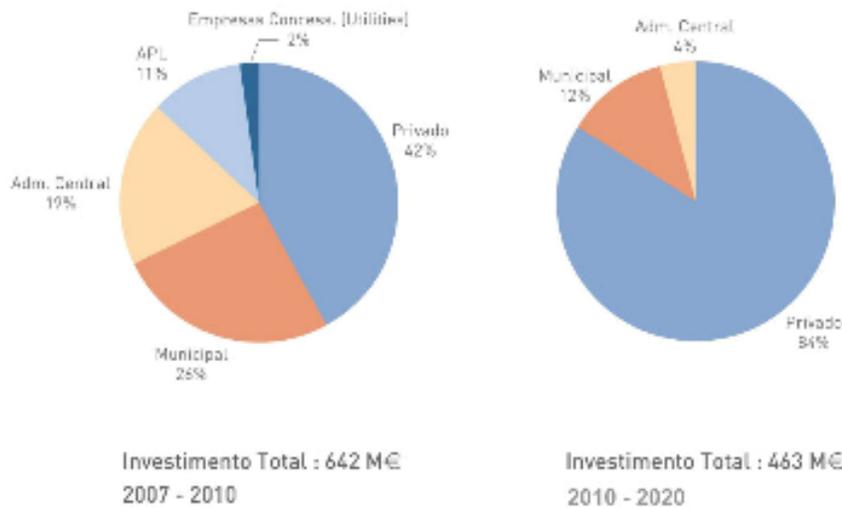


Gráfico 1 - Distribuição dos Investimentos por Promotor

Neste aspecto, as medidas propostas são profundamente marcadas pela difícil situação financeira do poder central e da autarquia na data da elaboração do mesmo, "deslocando" para o sector privado todos os investimentos possíveis. E mesmo no que diz respeito aos investimentos públicos refere que poderão encontrar-se soluções que não sobrecarreguem os orçamentos públicos. Tendo em conta o modelo institucional em que os investimentos municipais serão realizados pela SGU, propõe-se que o financiamento para os investimentos municipais seja obtido:

- pelas receitas geradas no âmbito da revitalização da zona
- pela afectação do Fundo Remanescente do Chiado
- pela afectação dos fundos comunitários no âmbito do novo quadro Comunitário de Apoio
- pela recurso a financiamentos bancários a longo prazo.

No caso de investimentos da responsabilidade de administração Central (Frente ribeirinha, reabilitação do Terreiro do Paço e Equipamentos Culturais) propõe-se várias soluções:

- uma parte do investimento poderá ser suportado por entidades terceiras (por exemplo EPAL, SIMTEJO, Carris e Metro de Lisboa) com responsabilidades nas intervenções.
- as restantes partes poderão ser obtidas por financiamento directo ou, caso se trate de um projecto passível de rentabilização comercial, pela realização de parcerias com o sector.

O modelo cooperação entre as entidades públicas e privadas com base num investimento público, associado a uma lógica estratégica clara e credível, fomenta, segundo a proposta, o investimento

privado, aqui considerado "o grande e principal motor da operação global da revitalização da Baixa-Chiado".³⁵¹

Poder-se-á colocar a questão se será este modelo capaz de por si só conduzir um desenvolvimento sustentável da reabilitação e revitalização da Baixa-Chiado. Se o investimento na execução de determinados projectos-chave, terão a força suficiente para dinamizar o mercado privado (esquecendo que existem outras condicionantes ao qual o investimento privado é sensível) ou se em condições de tão escassos recursos públicos será possível regulamentar a acção privada.

No entanto, o aspecto que mais nos interessa e que podemos concluir da análise do modelo económico-financeiro, prende-se com a existência de uma lógica temporal: o modelo de financiamento apresentado corresponde a uma "alavancagem sucessiva de meios financeiros"³⁵². A proposta passa também neste ponto por um "exercício pragmático de planeamento prospectivo de situações"³⁵³, uma programação ou projecção das oportunidades para o futuro e a forma como podem ser desencadeadas.

b. A modernização dos modelos de ocupação - programa e usos

A proposta aposta numa "lógica aberta e cosmopolita, olhando o futuro e o mundo"³⁵⁴. Interessa construir um espaço com uma dinâmica própria, capaz de se manter mas também de se renovar, "só um espaço vivo e vivido, capaz de assegurar o seu ciclo de vida, é sustentável e tem futuro."³⁵⁵ Proporcionar um espaço multifuncional e diverso, "onde há sempre "coisas" para fazer"³⁵⁶ e onde a organização do tempo é uma ferramenta imprescindível, dinamizando as várias actividades ao longo do dia.

³⁵¹ "Proposta de revitalização da Baixa-Chiado" Modelo de Financiamento dos Investimento do Sector Público

³⁵² idem

³⁵³ "Proposta de revitalização da Baixa-Chiado" Conceito da intervenção

³⁵⁴ idem

³⁵⁵ Maria José Nogueira Pinto "Introdução" in Proposta de Revitalização da Baixa-Chiado

³⁵⁶ "Proposta de revitalização da Baixa-Chiado" Conceito da intervenção



Figura 130- Iniciativa "Ao Domingo o Terreiro do Paço é das pessoas" Agosto de 2008

É este agora, o discurso dominante. No entanto, a intervenção proposta corresponde a um esforço de reorganização do espaço, tratando-se de um território com um património histórico de assinalada relevância, sujeito a regras de protecção mas também com um potencial de valorização elevado: “O elenco das propostas que se enunciam tem em conta que a Baixa-Chiado é uma área da cidade onde praças, ruas e edifícios existem, pelo que a revitalização passa, essencialmente, por intervir no existente, sendo raras as oportunidades de construir de novo.”³⁵⁷

Intervir no existente e modernizar estruturas e modelos de ocupação, são duas estratégias da intervenção na Baixa-Chiado. A definição dos "novos usos" tanto passa pela identificação de novas oportunidades como pela reestruturação das actividades tradicionais da Baixa. Assiste-se sobretudo neste ponto a uma acção de "reciclagem" ou “actualização” de usos antigos:

- um novo Terreiro do Paço, actualizando a presença das administração central segundo uma lógica do " governo electrónico"
- a manutenção dos centros financeiros de decisão, promovendo a melhoria das infra estruturas tecnológicas e da qualidade dos serviços
- a reestruturação do comércio tradicional através da introdução do modelo de gestão do centro comercial

³⁵⁷ idem

Assim, a reorganização do espaço funcional da Baixa-Chiado prende-se sobretudo com a actualização de algumas funções já existentes e a introdução de outras funções; está fortemente relacionada com as características daquele lugar. Podemos evidenciar neste ponto a introdução de novas funções a acrescentar às anteriormente existentes:

- a função universitária - a escola de Artes e Ofícios - directamente ligada à reabilitação do pombalino,
- a função cultural, com a construção de dois novos Museus - O Museu da Viagem e o Centro de Interpretação do Pombalino - ambos relacionados com o passado histórico da zona.

Neste aspecto faltará talvez uma visão sobre o papel que o território da Baixa-Chiado poderá ter a nível da centralidade de Lisboa, tendo hoje que disputar essa centralidade numa realidade de segmentação e diversidade de espaços centrais seus competidores, em Lisboa, na Área Metropolitana e para lá dela. Pela complexidade da intervenção, mas também pela necessidade de definir uma lógica, a proposta torna-se talvez um pouco fechada. As intervenções e medidas apresentadas circunscrevem-se à área delimitada, quando seria importante a definição de relações fortes com outros pontos da cidade, sobretudo tendo em conta a importância dos fluxos e dos movimentos na cidade contemporânea:

- Qual a lógica de atractividade da Baixa para novas actividades económicas e residentes?
- Trata-se de uma centralidade simbólica, turística?
- De que forma se relacionam estas com os outros pólos centrais da cidade?

Podemos assim questionar, neste domínio, se haverá uma tentativa de produção de valor numa lógica de competitividade global, e qual o papel central da Baixa-Chiado

c. Um novo olhar e um novo discurso sobre o passado

Directamente relacionado com a questão do investimento e do património estão os instrumentos de planeamento associados à proposta que o projecto encara de forma pragmática, não doutrinária. Este discurso não esconde um novo tipo de discurso sobre os procedimentos relativos ao Património, contido na proposta.

Para a Área Histórica da Baixa, o regulamento do PDM - art. 39º - obriga à elaboração de um plano de pormenor ou de um regulamento municipal que tenha por objectivos a conservação e revitalização da zona. O art. 40º do mesmo regulamento determina que caso não exista nenhum dos instrumentos acima referidos, as intervenções permitidas se reduzam à "beneficiação, restauro e conservação dos

edifícios existentes, ou à realização de alterações pontuais que visem a reposição das características dos mesmos."³⁵⁸

Considerando a morosidade da elaboração e a rigidez de um plano pormenor e exigências de celeridade e de adaptabilidade da proposta, o comissariado recomenda a elaboração de um regulamento de desenvolvimento das regras contidas no art.39º. No entanto o comissariado considera que a existem algumas acções imediatas necessárias ao arranque da operação, sugerindo a suspensão temporária do art.40º, desde que as intervenções sejam submetidas a parecer prévio do IPPAR, assegurando a autorização de operações urbanísticas durante a preparação do regulamento

"A ideia é criar uma Baixa Chiado do século XXI, mantendo o que ela tem de essencial de tradição histórica"³⁵⁹. Assim definiu Maria José Nogueira Pinto o mote para a estratégia de revitalização da Baixa-Chiado uma forte relação entre as exigentes dinâmicas urbanas da contemporaneidade e a linha de tradição e património histórico tão presente e marcada na zona. E se por um lado a visão de futuro, como já vimos, apresenta um paradigma diferente dos episódios anteriores, a maneira como se olha (e se concebe) o passado e património históricos também merecem uma análise à parte.

"Sem tabus, mas com muito respeito, a Baixa tem uma enorme capacidade de regeneração"³⁶⁰

É no capítulo "Contribuições para um plano de salvaguarda da Baixa Pombalina" do Eng. João Appleton, que se avaliam o estado de conservação e as possibilidades de intervenção sobre o edificado, esclarecendo a forma como se encara o património histórico nesta proposta.

Se nos deixarmos guiar pela citação deste co-autor do relatório , segundo ele a Baixa Pombalina deve ser "encarada como um objecto global, de grande valor patrimonial, que tem de ser alvo de uma operação global de reabilitação"³⁶¹ tendo em conta o actual estado de degradação, propiciado pelo natural envelhecimento do edificado, mas também por algumas intervenções pouco "esclarecidas" ou pela falta de manutenção.

A primeira constatação é de que o pombalino puro nunca existiu, ao longo dos 100 anos da construção do plano inúmeras excepções e alterações foram sendo introduzidas:

"o longo período durante o qual foi decorrendo a reconstrução da Baixa conduziu a um grande número de desvios aos conceitos e aos desenhos originais". Nem mesmo as soluções construtivas se mantiveram imutáveis, foram sendo alteradas e simplificadas até que substituídas por outras de

³⁵⁸ "Proposta de Revitalização da Baixa-Chiado" Modelo Institucional

³⁵⁹ Maria José Nogueira Pinto in "Baixa Chiado vai ter plano de intervenção " site da CML, 8 de Março de 2006

³⁶⁰ João Appleton "Contribuições para um plano de salvaguarda da Baixa Pombalina" in Proposta de Revitalização da Baixa-Chiado

³⁶¹ idem

acordo com a época. Mantendo uma forte imagem de conjunto, a Baixa é hoje um conjunto heterogéneo.

E, neste caso, a heterogeneidade é aceite como conceito dialogante com o de Identidade e afirmado como uma característica natural dos lugares:

"o homem muda, como a natureza, e a construção é apenas uma parcela da interacção entre o Homem e a Natureza e, portanto, muda também." É a partir daqui que se desenvolve uma perspectiva de intervenção marcada pelo respeito da história do lugar e apoiado num exercício de rigor técnico e histórico, e recusando os dois extremos de actuação " um marcado pelo temor reverencial que impede a inovação e a transformação; outro determinado pela facilidade de nada afrontar".

As referências às alterações ocorridas ao longo do tempo (aumento do nº de pisos, perturbações nas fachadas, etc) são feitas sobretudo sobre um ponto de vista de segurança estrutural assinalando a necessidade de repor algumas condições originais ou reforçar estruturalmente as partes alteradas, assegurando a sua estabilidade e segurança. Esta preocupação em relação às alterações ocorridas (a qual não será alheia o facto de ser tratar de um engenheiro o autor do texto), difere substancialmente da demonstrada no episódio anterior: aqui não se trata de repor totalmente as condições originais segundo um modelo de autenticidade e integridade mas de dotar o património de condições construtivas e estruturais (de qualidade superior) que assegurem a sua continuidade.



Figura 131- A necessidade de reabilitar o edificado na Baixa Pombalina levanta questões de autenticidade e operacionalidade

E neste ponto a proposta chega mesmo a admitir que "a sobrevivência global da Baixa passe por se aceitarem alguns sacrifícios"³⁶² quando existam obstáculos que o tornem o edificado irrecuperável ou completamente inadequado.

A proposta prevê neste âmbito, a criação de um plano de salvaguarda, através de instrumentos de "intervenção" rigorosos que no entanto serão também flexíveis indo de acordo às recomendações do Eng. Appleton. Reafirmando que a elaboração de um plano de salvaguarda como um instrumento urbanístico, não é incompatível com a ponderação caso a caso de especificidades que exijam a adopção de medidas que saiam da salvaguarda pura, mas que se enquadrem na lógica definida para a revitalização da zona.

Neste caso, com a recusa de adopção de um modelo regulamentar rígido, considerando que as especificidades do local exigem ponderações particulares, a proposta reforça a importância e a responsabilidade tanto da entidade responsável por esta "avaliação" como dos objectivos e estratégias definidas pela a proposta. Para que o processo possa correr dentro destes moldes é necessário que tanto o instrumento urbanístico, como a entidade que garante a sua aplicação garantam "condições de credibilidade".

Estas questões relacionam-se com uma política de valorização do património ou mais especificamente com o potencial valor de investimento do património, sobretudo quando "enquadrado numa lógica certificada de património mundial"³⁶³, levando à realização de investimentos "qualificados".

³⁶² *idem*

³⁶³ "Proposta de Revitalização da Baixa-Chiado" conceito da intervenção

3.6. CONCLUSÃO CRÍTICA



Figura 132

A proposta de revitalização da Baixa-Chiado introduz uma mudança na maneira de olhar a zona mas também na forma de intervir na mesma.

- Por um lado a constatação do estado de decadência actual mas também a compreensão do processo de decadência do centro, das suas causas e das potencialidades de transformação do mesmo.
- Por outro a definição de medidas e políticas em várias áreas (não se limitando à protecção do património ou à reabilitação do edificado) consciente que a revitalização da cidade não é um processo do domínio exclusivo da arquitectura ou da construção, englobando políticas sociais, económicas e culturais.
- Podemos também identificar a adopção de modelos mais genéricos de dinamização das cidades como o centro comercial a céu aberto ou o centro histórico turístico, no contexto de uma atenção dada à viabilidade de Programas e Usos;
- Um modelo de gestão envolvente de actores relevantes e instituições parceiras no processo de investimento e de decisão
- A incorporação de lógicas de competitividade, atractividade e de marketing urbano na gestão da cidade.
- Um discurso sobre o passado que se distancia da nostalgia que habitualmente é condutora de um processo de “reposição” de um estado “original” ou “autêntico”...

Concluindo, parece-nos para o propósito no nosso estudo, que a principal característica desta proposta consiste na sua configuração como um **plano estratégico**: uma visão, definindo objectivos, estratégias e projectos desencadeadores, considerando que a cidade é um produto dinâmico, um projecto aberto, passível de ser desenvolvida em coordenação pela administração pública e em cooperação com instituições locais, com o sector privado e com a sociedade civil.

4. BREVE NOTA SOBRE 20 ANOS NA BAIXA POMBALINA



Figura 133

Ilustradas num caso de estudo, identificámos algumas das questões relacionadas com a temática temporal que se põem no caso de intervenções / reflexões sobre a Baixa Pombalina, dando a conhecer alguns dos modelos e discursos que justificam as intervenções realizadas, numa óptica de recuperação e revitalização

Sendo assim, o que podemos dizer hoje, sobre a experiência de intervenção na Baixa e no Chiado durante os últimos 20?

Numa primeira análise, podemos concluir que a existência de uma vasta bibliografia (levantamento do edificado, do património histórico, das actividades económicas, estudos de caracterização social...) sobre o território em questão e algumas das causas do cenário actual de declínio, não impediu que este se mantivesse no essencial. Talvez seja necessária uma reflexão que consiga cruzar estes contributos teóricos entre as diferentes disciplinas de forma a encontrar alternativas de intervenção que possam produzir efeitos "irreversíveis".

Por outro lado, existem as dificuldades e problemas inerentes a intervenções em locais de grande simbolismo e centralidade histórica, que condicionam não só a intervenção ao nível do edificado, mas também a nível das instituições, dos actores e da gestão. Neste caso é fundamental reter a necessidade de "acção planeada e concertada " para a recuperação da Baixa Pombalina, salientando-se a conjugação difícil mas necessária de critérios patrimoniais, culturais, sociais e económicos.

Esta "urgência" da inversão do panorama decadente da Baixa Pombalina, leva à necessidade de adoptar novas estratégias, que possam incluir as **existências** actuais e promover novas **emergências**. É neste contexto que quando pensamos na cidade numa óptica de transformação (seja do ponto de vista do crescimento ou da revitalização como neste caso) necessitamos que a condução da mudança - o **processo** - se faça de modo a incluir todas as fases e intervenientes e assegurar as

condições necessárias à "conclusão" da mesma. Da mesma forma quando olhamos para a cidade, como o repositório das nossas memórias e sonhos - a **identidade** - necessitamos que ela suporte e conduza as alterações que o tempo lhe vai imprimindo, em direcção a uma nova identidade, partilhada de alguma forma, como desejo ou desígnio.

Fundamental para a forma como olhamos a cidade é considerarmo-la como um sistema, e não como uma soma de partes isoladas e autónomas. Se é certo que muito da intervenção na Baixa terá de passar por uma reflexão dedicada às particularidades da zona, não podemos ignorar a interligação e a articulação num raciocínio estratégico e abrangente, a uma escala espacial e temporal mais vasta, na perspectiva de uma identidade mais alargada (metropolitana), essencial para a definição de um papel coerente e integrado da Baixa, na estrutura urbana envolvente.

CAPÍTULO III CONCLUSÕES



Figura 134

CAPÍTULO III CONCLUSÕES FINAIS DO TRABALHO

"A cidade é uma figura espacial do **tempo** onde se juntam presente, passado e futuro"

Marc Augé, *Por uma antropologia da Mobilidade*



Figura 135

Neste capítulo procurarei sintetizar os resultados obtidos e estabelecer a relação entre os resultados obtidos do estudo de caso, e a sua generalização, a partir de um enquadramento epistemológico da problemática, realizado numa perspectiva interdisciplinar. Começamos por evidenciar como os objectivos iniciais foram alcançados, incluímos as conclusões do estudo de caso e finalmente algumas possibilidades de aplicação.

1. CONSIDERAÇÕES DE SÍNTESE SOBRE O TEMPO E A CIDADE



Figura 136

Confirmámos neste trabalho, o modo como a cidade - a sua vivência, a sua construção, gestão, mutação - é hoje o resultado de um processo onde a matriz temporal tem cada vez mais importância. Tentámos fazer do tempo o nosso ponto de vista, um objecto de reflexão: para compreender a cidade; para enquadrar ou perceber algumas das consequências das opções que fazemos e do que construímos; para a fazer (e refazer); para construirmos os espaços para a vida no nosso tempo, necessitamos de entender os nossos próprios “sonhos” e mitos, ou paradigmas profissionais.

Como expressámos na definição de objectivos, visámos uma reflexão mais alargada sobre o que se pensa sobre a cidade, com a estruturação de um ponto de vista do tempo (ao invés do habitual hegemónico ou exclusivo padrão analítico centrado no espaço).

Aprender a ver o tempo e a considerá-lo como parte da prática profissional da actualidade exige focalizar diferentemente, a atenção e o pensamento sobre a cidade, a diversidade dos seus “produtores” e dos discursos sobre eles construídos.

Assim:

- Para compreender o pensamento teórico sobre a cidade, partimos do pensamento paradigmático, para identificar os modelos que a teoria constrói para a cidade. O resultado deste exercício permite compreender de que forma a teoria dá resposta às manifestações contemporâneas da temporalidade nos fenómenos urbanos emergentes, identificando tendências e matrizes de pensamento.
- Através de uma pesquisa conceptual, listámos as manifestações da temporalidade e as suas consequentes relações com o urbano, identificando temáticas, relações e problemáticas do tempo na cidade, sintetizadas numa matriz interpretativa.

E podemos dali concluir, no plano teórico e crítico:

- Que o tempo influi em variadas partes da vida da cidade e do projecto urbano: manifesta-se nas formas urbanas, nos processos e nas relações entre actores, nas relações sociais e físicas, nos programas e planos, nas utilizações e apropriações, nos movimentos e nos fluxos, nos discursos que legitimam ou questionam o pensamento sobre a cidade contemporânea.
- Que a necessidade de integramos todas estas variáveis na nossa representação da cidade, do ambiente urbano e acomodar a amplitude actual do tempo, pode ter como objectivo primordial a construção, pela integração de todos os factores, de um "tempo público". É o sentido de partilha do tempo - onde o processo e a duração têm tanta importância como a forma; onde o processo de "construção" faz parte do seu significado - que associada à partilha do espaço, permite que as pessoas vivam conscientes da precedência comum e da vivência conjunta do agora
- Que a necessidade de incorporar os factores temporais na prática profissional do projecto urbano é parte da sua realidade teórico-prática. Tal poderá passar por encontrar novas formas de intervenção que permitam gerir as mudanças ocorridas nas vivências da cidade, envolvendo uma variedade estratégias que dependendo do contexto das intervenções, as associam a novas capacidades - a resposta à necessidade de aprender a "ver e a gerir" o tempo, de incorporar o imprevisível, a resposta à necessidade de reajuste, através de por exemplo metodologias de aprendizagem, do "feedback da experiência", de trabalhar com "cenários" ou de questionar/gerir os programas.

Partindo da problematização e dos cenários temporais utilizados, identificamos três matrizes que se realçam na produção da cidade de hoje: **identidade, processo e movimento**; com as quais propusemos a sistematização.

Esta síntese conceptual e operativa não deve ser vista como uma síntese fechada, mas como um resultado do conhecimento que nos foi possível recolher e aplicar no "trabalho", tendo em conta o mesmo espírito que nele empreendemos neste trabalho, de que o "caminho faz-se caminhando".

Na tentativa de melhor aclarar a presença destes factores **no projecto urbano** contemporâneo, explicitamos as matrizes identificadas em exemplos concretos, associando-as às características ou estratégias temporais no projecto urbano, que nos serviu de caso estudo. Concluímos assim, no sentido operativo dos resultados, de forma generalizável:

- A cidade é sempre o resultado de um **processo**: a maneira como se transforma, como evoluiu, como "envelhece", como se projecta... Ela não é instantânea, nem imediata, é no

tempo, no tempo do processo que se faz a cidade. Planeado ou não, é este processo, este "tempo da construção", este "tempo no meio da acção" que é determinante para a transformação da cidade. Precisamos de pensar o processo, de reflectir a forma de melhor se adaptar aos contextos urbanos, como pode incluir variáveis, factores diversos, mutações, imprevisibilidades; para melhor pensarmos a cidade e o seu projecto, como projecto dos actores de vida urbana.

- A cidade é mais que uma forma construída, ela congrega em si mesma a construção de **identidades**: a relação com o lugar, a memória colectiva, os simbolismos, os significados e a projecção de ideias de futuro... Estas relações de significâncias são elas próprias resultado das dinâmicas e transformações que ocorrem na cidade. Daí a necessidade o processo de construção da identidade, ser parte do processo de construção da cidade, acompanhar a mudança e a mutação ser um objecto de projecto.
- A cidade é o lugar de muitos **movimentos**: de bens, de pessoas, de ideias, de conhecimento; este carácter de interacção e deslocação sempre fez parte da condição da cidade. O crescimento e a intensificação dos fluxos, da velocidade de deslocação traz uma carga suplementar para as estruturas da cidade e altera os modos de interacção social no espaço urbano e a própria dimensão do espaço, tornando estes factores objecto de reflexão. Integrar as necessidades das redes, potenciando os seus efeitos, mas também integrar as necessidades dos tecidos que servem, é indispensável para a construção de uma cidade equilibrada e acessível.

Concluimos também pela urgência de um pensamento crítico, que nos comprometa em várias linhas de debate, para lá da configuração da imagem espacial da cidade de hoje, valorizando as relações programa>projecto a partir da explicação dos factores temporais:

- A transformação faz-se da conjugação de muitos esforços e de muitas vontades. Não fará sentido, por exemplo, projectar a cidade com base em instrumentos, que não permitem incorporar as necessidades presentes de um conjunto diverso de objectivos, nem explorar situações pontuais que se proporcionem na gestão da cidade sem uma estratégia.
- Não fará também sentido projectar a cidade com base em índices abstractos: a realidade contemporânea faz-se cada vez mais por parcerias, e com negociações entre múltiplos actores com outras tantas motivações/ interesses por detrás, muitos deles não são quantificáveis ou mapeáveis.

- O projecto da cidade não pode ser hoje, objecto de uma única disciplina. A aposta que fizemos, de um trabalho multidisciplinar é ela própria uma manifestação da necessidade de reunir conhecimento e contributos de áreas distintas para uma reflexão mais abrangente sobre o tema intrincado que é a cidade. O pensamento da cidade, não admite segmentações - complexo e abrangente, é na diversidade e na multiplicidade que se encontra a sua riqueza.

Voltando a um dos objectivos iniciais do trabalho, à questão do saber profissional estar afastado das questões temporais, podemos argumentar agora que se trata de um paradoxo. A cidade é uma figura temporal. O que fazemos, como profissionais é olhar para as cidades, talvez tentando vê-las no passado, no presente e no futuro, num só olhar, tendo de reconhecer e exprimir um número infinito de experiências, umas que já não existem, outras que ainda não foram. Negar as suas expressões temporais é recusar a sua essência: é nela que reconhecemos as nossas memórias, que construímos a nossa vida e que projectamos os nossos sonhos.



Figura 137
Paisagem

2. SOBRE A IDENTIDADE E O PROCESSO NA BAIXA POMBALINA



Figura 138

Podemos, com os resultados do caso de estudo já sintetizados, estabelecer alguma relação entre as características deste caso e a sua generalização face às práticas emergentes no projecto urbano. Nessa generalização poderemos aprofundar algumas manifestações da temporalidade num contexto real, prático, que engloba diversos tipos e processos de "intervenção" no território.

Apesar de cronológica e formalmente distintos, parece haver uma relação entre os três episódios do caso-estudo, explicável com factores temporais: Identidade e Processo são as matrizes que melhor representam o contexto da Baixa Pombalina e do Chiado nos últimos 20 anos, característico dos fenómenos de decadência dos centros históricos e das lógicas de salvaguarda e reabilitação dominantes. Mas os factores temporais utilizados como ferramenta crítica, permitem-nos ainda colocar as questões mais difíceis e decisivas:

Como considerar a questão da identidade da Baixa: o que é (hoje) e quais são as pistas para a construção de uma identidade futura, uma identidade de projecto, uma identidade dinâmica das cidades e em particular nos centros históricos?

Como tratar a questão do processo e da mudança: como podemos planear, ou projectar, para reduzir a incerteza, também ela projectual, assegurando o domínio das variáveis como no projecto de um edifício, ou numa lógica estratégica?

No primeiro episódio (reconstrução do Chiado) já constatamos:

no âmbito da **Identidade**, parte importante da fundamentação e legitimação dos diferentes discursos em apoio das alternativas de intervenção, é feita a partir de uma construção identitária:

- baseada numa interpretação mais ou menos rígida da ideia (e dos artefactos) de Passado, conduzindo a propostas que "oscilam" entre as reconstituições miméticas, reconstruções ou projecções mais "livres";

- outras alternativas, tirando partido da destruição física da zona, projectam na ideia de Futuro a possibilidade de introduzir a "novidade e a diversidade" , não despertando consenso favorável;
- a presença contínua de um imaginário de um passado "mítico", construído a partir do histórico e do popular, de factos documentados e de vivências quotidianas mais ou menos mitificadas.

no âmbito do **Processo**, a “concentração” numa ideia do Chiado como “objecto” patrimonial em vez de um “sistema” ou parte de um sistema (de centralidade simbólica ou real), leva à redução de complexidade em vários "graus" da intervenção:

- a reconstrução é projectada como se tratasse de um restauro de um artefacto histórico, dando predomínio às questões do desenho e da construção, reduzindo um grau elevado de “incerteza”;
- no processo de reconstrução a escala dos objectivos é simplificada, e os procedimentos estratégicos para os atingir estão centrados no domínio do desenho e numa procura do equilíbrio entre vontades de alguns actores;
- no domínio social, cultural (e até de certo ponto de vista comercial), pouco investimento no desenvolvimento estratégico e numa reconstrução sustentada.

No caso do Chiado, as fortes condicionantes políticas, sociais e culturais ditadas pelo contexto resultante do incêndio (seus antecedentes e sucedentes quadros políticos), "encaminharam" a tomada de decisões na reconstrução. Podemos, hoje, tendo em conta as expectativas criadas em torno da reconstrução, tecer algumas reflexões:

- Se como vimos, o Chiado constituía um ponto de forte de identidade da cidade, porque não existiu na elaboração do plano e das autoridades envolvidas, um trabalho de reflexão sobre os acontecimentos passados e as possibilidades futuras de “reconstrução social” no contexto da reconstrução física? Não nos referimos aqui a uma identidade social "mimetizada" em relação à anterior (tantas vezes imprecisa e dúbia), mas à acção de potenciar a "reconstrução" do tecido humano, emocional e cultural que sustente a dinâmica da zona, contraponto da espectável gentrificação.
- Por outro lado a necessidade de dar resposta a uma quantidade considerável de agentes, levou à concentração de contactos e dos procedimentos da operação no Gabinete de Reconstrução do Chiado e à fundamentação do desenho na figura de Siza Vieira. Seria importante aprofundar num estudo com outro alcance, quais as características deste gabinete como órgão de gestão ou estrutura de poder, quem o dirigiu, com que relações com o poder político, com os agentes económicos e com Siza Vieira, e de que forma estas relações se materializaram na estrutura de programação e decisão.

Num âmbito geral, parece-nos que a intervenção foi centrada numa reconstrução “prudente” que repusesse, de forma “consensual”, a matriz formal do edificado, mas não contemplou na definição de objectivos mais amplos, medidas para os por em prática (controle do solo, programação dos usos, do papel dos actores...), não se podendo falar de uma estratégia, isto é, no domínio das condições para atingir tais objectivos através de acções estratégicas várias, ou seja implicar-se numa relação forte Programa-Projecto, nomeadamente nos efeitos da regeneração dos tecidos não afectados pelo incêndio, em articulação com um processo de regeneração mais alargada (a Baixa).

No 2º episódio verificámos:

no âmbito da **Identidade**, a proposta reúne sob a lógica da classificação da Baixa como Património Mundial, um conjunto de significados e significações sobre o território:

- a utilização da história e da memória na criação de uma identidade de hoje que utilizando o património histórico como ponte, tenta extrair relações entre passado e futuro, pela via da classificação;
- a relação entre a identidade histórica e a construção de uma marca num contexto de competição entre cidades, promovendo uma imagem de respeito pelo passado.

no âmbito do **Processo**, a forte componente institucional domina as características da proposta:

- a exigência de cumprimento de determinadas condições, baseadas na identificação de uma "verdade histórica" e a definição dos elementos a valorizar, condiciona a orientação das políticas a implementar ;
- a convicção da utilização da classificação como um processo de atracção de mais-valias para o desenvolvimento de determinadas actividades económicas na zona em questão.

No caso da Proposta de Classificação, a necessidade de cumprir os exigentes requisitos para atribuição da classificação, leva estes parâmetros tenham predomínio em relação a outras considerações relacionadas com a zona. Tendo isto em conta questionamos:

- Como se processam as relações entre uma suposta identidade "real" (produto da dinâmica do lugar, das interpretações históricas, das acumulações passadas, das intervenções futuras) e uma identidade construída / tematizada a partir da especificidade do objecto classificado. Considerando que neste caso, a história e a memória detêm um papel de destaque, é necessário reflectir sobre o poder de "legitimação" da história, e a necessidade de deixar espaço para novas intervenções e interpretações.
- Quais as implicações da utilização do "selo" da classificação como uma marca de atracção e valorização e quais as consequências da relação com as pré-existências físicas e humanas. Tendo em conta que estas dinâmicas se inserem em estratégias de posicionamento global, seria importante continuar a reflexão sobre os processos e as actividades locais, num contexto de "autenticidade" do lugar.

Num quadro geral, podemos concluir que sendo um processo de classificação uma reflexão sobre o valor do bem a classificar, os procedimentos e as medidas estão apontadas para esse facto, reduzindo a abrangência e os factores integrantes do processo. De forma a produzir resultados mais expressivos, parece-nos que um processo de classificação poderia incluir uma maior reflexão e envolvimento da comunidade e dos actores presentes, como estratégia para assegurar uma melhor protecção e sustentabilidade do bem em questão, com o consequente desenho de estratégias de gestão da mudança.

No 3º episódio verificámos:

no âmbito da **Identidade**, a construção de uma ideia da Baixa é feita de uma forma pluridisciplinar:

- a valorização da matriz pombalina como parte importante da estratégia de dinamização da zona, nomeadamente no turismo e na cultura;
- a visão cosmopolita de Baixa Pombalina apoiada em "novos" usos (indústrias criativas, cultura, lazer) e "novos" utilizadores: turistas, empresários, estudantes, muitos dos quais que permaneçam na cidade por espaços de tempo determinados;
- a aposta no retorno da função habitacional, centrada nos jovens e nos idosos.

no âmbito do **Processo**, a forte componente estratégica do plano configura estrutura de acção:

- a transversalidade disciplinar da equipa que elaborou o plano, demonstra a consciência da variedade de assuntos que importa considerar numa operação de revitalização de uma zona da cidade;
- a importância dada às questões financeiras e ao modelo institucional na tentativa de dotar o plano de uma base operacional viável e sustentável no tempo;

No caso do Plano de Revitalização da Baixa-Chiado, a elaboração de um plano de acção para a Baixa Pombalina representa uma mudança na forma de agir até então, acentuando a preocupação com o domínio processual e estratégico, na procura de parceiros com sinergias e no desenvolvimento de acções em várias direcções. Mas a inversão das tendências de desertificação e degradação dependem sobretudo da capacidade da intervenção de gerar novas sinergias. Neste caso seria importante saber:

- Quais os instrumentos e as medidas necessárias para que ocorra um inversão nos padrões de utilização da Baixa? Com que incentivos se atraem novas funções e novos utilizadores para uma zona central?
- De que forma poderá o plano e estrutura institucional por ele criada, gerir a necessidades de reajustes condicionados por mudanças no contexto económico e governativo, mantendo a coerência da intervenção?

Em todos os casos, verifica-se ainda a valorização da terceira matriz da temporalidade - o **Movimento** (que como justificámos não desenvolvemos na tese com a mesma profundidade). Particularmente no último "episódio" - do Plano de Revitalização em curso - destaca-se a atenção e importância dada às questões da mobilidade - acessos, modos de deslocação, estacionamentos... valorizados no seu papel estratégico de atracção e de promoção de qualidade e da centralidade. Efectivamente no plano de revitalização esta temática é apresentada de uma forma muito mais estruturada - sendo assumida como parte essencial para o "sucesso" da intervenção - ao contrário do que se tinha verificado nos outros "episódios": por um lado com as vagas referências e acções pontuais desenvolvidas no episódio da Reconstrução do Chiado (metro e parques de estacionamento), e por outro com o simples levantamento das infra-estruturas no episódio da Classificação como Património Mundial da UNESCO.

3. APLICAÇÕES E POSSÍVEIS DESENVOLVIMENTOS

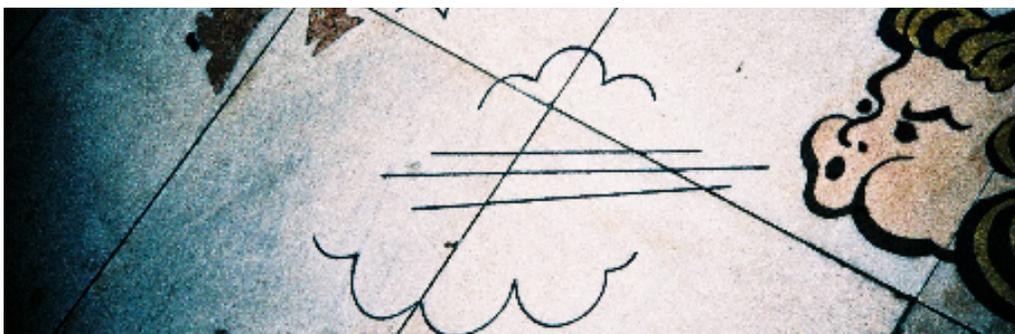


Figura 139

Destacamos a importância potencial dos resultados obtidos, para a "construção" de uma consciência mais alargada da complexidade da cidade, na prática profissional (e em particular na área do ensino). Destacamos assim a importância que terá uma abordagem do tema tempo na cidade, transversal a várias áreas do conhecimento, através da partilha e da responsabilidade, para enriquecer as competências dos profissionais e a cooperação das distintas formações, desde o ensino até à prática profissional. **O que podemos (e devemos?) continuar a querer saber sobre o tempo?** Manter esta pergunta "activa" será a primeira linha de aplicação.

Sendo-nos impossível, no âmbito deste trabalho, um maior aprofundamento dum tema que, no essencial, é aqui apenas identificado e "mapeado", deixamos a referência da possibilidade de alguns desenvolvimentos futuros:

- Na temática do **processo**, dada a relativa escassez de referências no contexto urbano português, destacamos a possibilidade do desenvolvimento de um estudo mais aprofundado das substâncias e dos actores intervenientes no processo urbano, tentando identificar a existência ou não de modelos ou procedimentos-tipo, de conexões e interações, fazendo por exemplo uma relação dos "componentes" e dos factores que determinam o seu relacionamento no Projecto Urbano. Partindo da análise de casos concretos onde o processo tenha sido condicionante, poder-se-ia tentar sistematizar o conhecimento recolhido das experiências tidas.
- No caso da **identidade**, destacamos a sua componente processual associando-a a conceitos como a reciclagem, a mutação, a transformação. Seria útil abordar a temática da identidade, tantas vezes associada à manutenção, conservação ou imobilidade de valores e de simbolismos, enquadrando-a num contexto de mudança de usos ou de populações. Começando a olhar a transformação não planeada, o que as pessoas transformam por si, com novas apropriações e novos significados – por exemplo identificando os "novos agentes

transformadores" e relacioná-los com outros testemunhos, de outras gerações e actores para as quais o território representa outras identidades.

- No campo do **movimento** (ou melhor, articulando as três matrizes temporais), destacamos a temática da cidade alargada, o suburbano (ou metropolitano) emergente em que os factores temporais actuam de forma mais aberta e em que a transformação é a regra, poderia ser um objecto de estudo útil, fazendo o contraponto à realidade das centralidades históricas. Protagonista no tema do crescimento e na mutação da cidade, a periferia cumpre hoje também algumas funções de centralidade. Seja através de infra-estrutura da mobilidade seja através dos elementos comunicativos ou estruturas naturais, marcadas pela temporalidade, perceber qual o papel da identidade, do processo e do movimento, na afirmação e na construção da cidade alargada que parece dominar o contexto urbano actual, pode ter o apoio desta ferramenta.

O futuro da cidade é uma construção, complexa e múltipla, onde a participação e a comunicação são duas ferramentas essenciais. Na forma como as coisas evoluem e transformam na cidade - as dinâmicas, as pressões, as condicionantes, - representam processos interactivos, interdependentes.

Mais que uma série de "frames", de retratos estáticos, de categorias compartimentadas, **a** experiência e a transformação do urbano é uma contínua construção e reconstrução no tempo.



Figura 140

BIBLIOGRAFIA

SOBRE OS CONCEITOS DE TEMPO, ESPAÇO E RELAÇÕES ESPAÇO TEMPO

- BAUMAN, Zygmunt - *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- *Vida Fragmentada, Ensaios sobre a moral pós-moderna*. Lisboa: Relógio de Água, 2007
- BOTELHO, A. Perestrello - Tempo, in Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura, Volume 17, Editorial Verbo, Braga, 1983
- BRAGA, Carlos - Relatividade in Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura, Volume 16, Editorial Verbo, Braga, 1983
- ELIADE, Mircea - *O mito do eterno retorno : arquétipos e repetição*. Lisboa : Edições 70, 1978.
- GIDDENS, Anthony - *As consequências da modernidade* . 2ª ed. Oeiras : Celta, 1995
- HALL, Edward T. - *The dance of life: the other dimension of time*. New York : Anchor, 1984.
- HARVEY, David - *The condition of Postmodernity*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004
- KLAN, Pierre; CLÉMENT Élisabeth; DEMONQUE, Chantal; HANSEN-LOVE, Laurence - *Dicionário Prático de Filosofia*, Lisboa: Terramar 1999
- KOSTOF, Spiro - *The City Assembled*. Londres: Thames & Hudson. 1992
- *The City Shaped*. Londres: Thames & Hudson, 1999
- LEFEBVRE, Henri - *La production de l'espace*. Paris : Anthropos, 1974
- MELA, Alfredo - *A sociologia das cidades*. Lisboa : Estampa, 1999
- NIETZSCHE, Friedrich - *Sobre la utilidad y los perjuicios de la historia para la vida*. Madrid: Edaf, 2000
- POPPER, Karl - *A miséria do historicismo* . São Paulo : Cultrix, 1980
- SANTO AGOSTINHO - *Confissões*. Braga: Livraria Apostolado e Imprensa, 2008
- SENNETT, Richard "New Capitalism, New Isolation, A flexible city of strangers"
- *The Conscience of the Eye: The Design and Social Life of Cities*. Nova Iorque: Norton, W. W. & Company, 1992
- SCRUTON, Roger - *Guia de Filosofia para Pessoas Inteligentes*. Lisboa: Guerra e Paz, 2007.
- TOFFLER, Alvin - *Choque do Futuro*. Lisboa : Livros do Brasil, 1970
- TOFFLER, Alvin - *A terceira vaga*. Lisboa : Livros do Brasil, 1984
- VIRILIO, Paul - *A Inércia Polar*. Lisboa: Dom Quixote, 1993
"O resto do tempo" in Revista FAMECOS, nº 10, junho 1999
- Disponível em www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/10/

SOBRE TEMPO, ARQUITECTURA E URBANISMO

- ASTON, Michael, James Bond - *The landscape of towns*, Londres: 1976
- BOER, Florian "The tempo of the city" *Archis*, 2, 2003
Disponível em <http://pro.archis.org/plain/object.php?object=876&year=&num=> [15/10/2007]
- BOUMAN, Ole "Time-based architecture", *Archis*, 2, 2003,
Disponível em <http://pro.archis.org/plain/object.php?object=424&year=&num=> [15/10/2007]
- CASEY, Edward S. - *The fate of place*. Los Angeles: University of California Press, 1998
- COWAN, Robert - *The dictionary of urbanism*. Wiltshire : Streetwise Press, 2005
- CULLEN, Gordon - *Townscape*. London : Architectural Press, 1961
- FITCH, James M. - *Historic preservation: Curatorial Management of the Built Environment*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1990
- GIEDION, Siegfried - *Space, time and architecture : the growth of a new tradition*. 5ª Edição. Cambridge : Harvard University Press, 1970
- HAYOT, A. "En finir avec le fonctionnalisme: les sciences sociales, l'architecture et la ville" in SAUVAGE, André (ed.) - *Le projet urbain: enjeux, expérimentations et professions*. Paris: Ed. de la Villette, 2000.
- HEALY, Patrick ; Bruyns, Gerhard - *De-/signing the urban. Techno-genesis and the urban image*. Rotterdam : 010 Publishers, 2006
- KOOLHAAS, Rem; BOERI, Stefano; OBRIST, Hans-Ulrich; KWINTER, Sanford; TAZI, Nadia - *Mutations : KOOKHAAS, Rem - Harvard Project on the City*. Barcelona : Actar, 2000
- KOTKIN, Joel - *The Rise of the Ephemeral City*. In *Metropolis Mag*, maio 2005
- KREITZMAN, Leon - *The 24 Hour Society*. London: Profile Books Ltd; 1999
- LEUPEN, Bernard; HEIJNE, René; van ZWOL, Jasper,[eds.] - *Time-based Architecture*. Rotterdam: 010 Publishers, 2005
- LEVINE, Rovert - *Una Geografia del tiempo: O cómo cada cultura percibe el tiempo de manera un poquito diferente*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores 2006
- McEWEN, Indra Kagis "Between Movement an Fixity: The Place for Order" in SAUVAGE, André (ed.) - *Le projet urbain: enjeux, expérimentations et professions*. Paris: Ed. de la Villette, 2000.
- MUMFORD, Lewis, "The Monastery and the Clock" in MILES, Malcolm; BORDEN, Iain; HALL ,Tim [eds] - *The City Cultures Reader*. Londres: Routledge, 2000
- SHEPHEARD, Paul - *What Is Architecture?*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1994
- TIESDELL, Steven - Taner Oc, Tim Heath - *Revitalizing Historic Urban Quarters*. Oxford: Architectural Press (1996)
- YOURCENAR, Marguerite - *O Tempo esse grande escultor*. 4ª edição. Lisboa: Difel, 1994
- ZERUBAVEL, Eviatar - *Hidden Rhythms: Schedules and Calendars in Social Life*. Chicago: University of Chicago Press, 1981
- ZEVI, Bruno - *Saber ver a arquitectura*. 2ª Edição. Lisboa : Arcádia, 1977

SOBRE OS MODELOS E PARADIGMAS DA CIDADE

- AAVV - Teoria da Arquitectura do Renascimento aos nossos dias. Köln: Taschen, 2003
- ASCHER, François - *Metápolis Acerca do Futuro da Cidade*. Oeiras: Celta, 1996
- ASCHER, François - *Les Nouveaux Principes de L'Urbanisme*. Editions de L'Aube, 2004
- AUGÉ, Marc - *Não - Lugares, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Bertrand editora, 1994.
- *Por una antropologia de la movilidad*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.
 - *Le tems en ruines*. Paris: Édition Galilée, Editorial Gedisa, 2003.
- BORDEN, Iain, "Thirteen tactics for the good life" in RYAN, Zoë (ed.) - *The Good Life, New public spaces for recreation*. New York: Van Alen Institute, 2006
- BORJA, Jordi "Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio." *Arquitextos 072*, Disponível em http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq072/arq072_03.asp
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel - *Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus, 2004
- BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida - *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2003
- KOOLHAAS, Rem - *A Cidade Genérica*. 2ª Edição. Barcelona: Gustavo Gili, 2006
- *Delirious New York : a retroactive manifesto for Manhattan*. Rotterdam : 010 Publishers, 1994
- ROGERS, Richard; GUMUCHDJIAN, Philip - *Cidades para um pequeno planeta*. Barcelona: Gustavo Gili, 2001
- ROSSI, Aldo - *La arquitectura de la ciudad*. 3ª edição. Barcelona: Gustavo Gili, 1996
- ROUILLARD, Dominique - *Archigram*. In Dethier Jean (org.) *La Ville: art et architecture en Europe, 1870-1993*. Paris: Éditions du Centre Pompidou. 1994
- SILVA, Marcos Solon Kretli da - "Redescobrimo a arquitetura do Archigram." *Arquitextos 048*, Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp231.asp>
- URBAN TASK FORCE- *Towards a Urban Renaissance*. Londres:1999
- URBAN TASK FORCE - *Towards a Strong Urban Renaissance*. Londres: 2005
- VENTURI, Robert - *Complexity and contradiction in architecture*. New York: The Museum of Modern Art, 1967

SOBRE O PROJECTO URBANO E CIDADE CONTEMPORÂNEA

- ARAB, Nadia, "La coproduction des opérations urbaine : coopération et conception" in *Espaces et sociétés 105/106, Projet urbain, maîtrise d'ouvrage, commande*, Paris : L'Harmattan, 2001
- BRANDÃO, Pedro - *A Cidade entre desenhos, Profissões do desenho, ética e interdisciplinaridade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006
- BRANDÃO, Pedro - *Ética e Profissões, no Design Urbano: Convicção, Responsabilidade e*

Interdisciplinaridade, Tese para a obtenção do grau de doutor, Universidade de Barcelona, 2004.

BRUNER, J." Actual Minds, Possible Words". Cambridge. Harvard University Press, 1986

CERTEAU, Michel de - *The Practice of Everyday Life*. Berkeley: University of California Press, 1988

CHOAY, Françoise - *Le Règle de l'urbain et la Mort de Ville. La Ville. Art et Architecture*. Paris: Centre George Pompidou, 1994

- *El Urbanismo Utopías y Realidades*. Barcelona: Editorial Lumen, 1970

ELIZAGARATE, Victoria - *Marketing de ciudades*. Madrid: Ediciones Pirámide 2003

INGALLINA, Patrizia - *Le Project Urbain*.: Presses Universitaires de France, 2001 Paris

JACOBS, Jane - *Morte e Vida de Grandes Cidades* .São Paulo: Martins Fontes, 2000

KOTKIN, Joel - *La ciudad. Una historia global*. Barcelona: Debate, 2006

LANDRY, Charles - *The Art of City Making*. London: Earthscan, 2006

LYNCH, Kevin - *A imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999

MANGUIN, David; PANERAI, Philippe - *Project Urbain*. -Marseille: Édition Parenthèses, 2002

MITCHELL, William - *City of bits : space, place, and the infobahn*. Cambridge, Mass.: The Mit Press, 1995

MONGIN, Olivier - *La Condición Urbana*. Buenos Aires: Paidós, 2006

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João [coords.] - *Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003

PORTAS, Nuno - "Do vazio ao cheio." *Cadernos de Urbanismo* nº2,
Disponível em http://www2.rio.rj.gov.br/paginas/noticias_caderno_ed2-1.htm [17/07/2008]

- "El Surgimiento del Proyecto Urbano". *Perspectivas Urbanas* nº3, 2003
Disponível em <http://www.etsav.upc.es/urbpersp/num03/art03-2.htm>

SECCHI; Bernardo. "Ciudad Moderna, Ciudad Contemporánea y sus futuros" in MARTÍN, Angel [ed.] - *Lo urbano en 20 autores contemporáneos*. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2004

Primeira lição de urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 2007

"Diary of a planner - Modification". *Planum*
Disponível em <http://www.planum.net/topics/secchi-diary.html>

"Diary of a planner - Scenarios." *Planum*
Disponível em <http://www.planum.net/topics/secchi-diary.html>

"Diary of a planner - Projects, visions, scenarios" *Planum*
Disponível em <http://www.planum.net/topics/secchi-diary.html>

SERT, J.L.; LÉGER, F.; GIEDION, S. - *Nine Points on Monumentality*. 1943.
Disponível em <http://www.ub.es/escult/docus2/sert1.doc>

SERT, J.L., "Centros para la vida de la comunidad", in ROGERS, E.N., SERT, J.L., TYRWHITT, J. (eds.), *El Corazón de la Ciudad. Por una vida más humana de la comunidad*, (CIAM 8, Hoddesdon, 1951), Hoepli, S.L., Barcelona, 1955.
Disponível em <http://www.ub.es/escult/docus2/sert2.doc>

SOLA-MORALES, Ignasi - *Territorios*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002

SORKIN, M. "See You in Disneyland" in SORKIN [ed] - *Variations on a theme park*. 5ª edição Nova Iorque: Hill and Wand, 1994,

TELLO I ROBIRA, Rosa (coord) - *Espais Públics, mirades interdisciplinàries*. Barcelona: Editorial Pòrtic, 2002

SOBRE PROCESSO, IDENTIDADE E ESPAÇO PÚBLICO

CARMO, Renato Miguel do - *Contributos para Uma Sociologia do Espaço-Tempo*. Oeiras: Celta, 2006

CASTELLS, Manuel - *A era da informação : economia, sociedade e cultura. Vol I A sociedade em rede*. Lisboa: Gulbenkian, 2003

- *A era da informação : economia, sociedade e cultura. Vol II O poder da Identidade*. Lisboa: Gulbenkian, 2002

"Globalization, Flow and Identity: The New Challenges of Design" in Saunders [ed] *Reflections on Architectural Practices in the Nineties*. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1996

CROZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard - *L'acteur et le Système: Les contraintes de l'action collective*. Paris: Seuil, 1972

GIDDENS, Anthony - *Dualidade da Estrutura*. Oeiras: Celta, 2000

- *Modernidade e Identidade Pessoal*. 2ª edição. Oeiras: Celta, 2001

INNERARITY, Daniel - *El Nuevo Espacio Publico*. Madrid: Espasa Hoy, 2006

LYNCH, Kevin - *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70, 2007

PORTAS, Nuno " O projecto como processo" Catálogo European 9 Portugal

ROSE, Gillian - *The Broken Middle: Out of Our Ancient Society*. London: Wiley-Blackwell.1992

SENNET, Richard - *Vida urbana e identidade personal*. Barcelona: Península, 2001

FONTES USADAS NO CASO DE ESTUDO: SOBRE A BAIXA E O PATRIMONIO

Incêndio e Plano de Reconstrução do Chiado

Plano de Pormenor da Recuperação da Zona Sinistrada do Chiado,
Disponível em <http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/004/index.php?ml=3&x=eficazes.xml> [18/01/2008]

VIERA, Álvaro Siza, "Reconstrução do Chiado", *Jornal dos Arquitectos* ed.89/90, Julho e Agosto de 1990

Proposta de Classificação como Património Mundial da UNESCO

A Baixa Pombalina e a sua importância para o Património Mundial – Comunicações das Jornadas de 9-10 de Outubro de 2003,

Disponível em <http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/002/index.php?ml=2&x=jornadas.xml> [5/08/2007]

Pedido de Inclusão na Lista Indicativa Nacional para Candidatura a Património Mundial;

Disponível em <http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/006/> [3/03/2007]

Dossier final de Candidatura a Património Mundial.

Disponível em <http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/006/> [3/03/2007]

Proposta de Revitalização da Baixa-Chiado

Proposta de Revitalização para a Baixa-Chiado,

Disponível em http://www.cm-lisboa.pt/index.php?id_item=12686&id_categoria=11 [3/3/2007]

Proposta de Revitalização para a Baixa-Chiado - plantas da proposta e documento de investimento e modelo de financiamento,

Disponíveis em http://www.cm-lisboa.pt/?id_categoria=15 [12/10/2007]

Outras fontes sobre a Baixa

AAVV - *Conservação e Reabilitação Urbana - Uma Nova Cultura de Cidade* (2 volumes) Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2005

FRANÇA, José Augusto - *A Arte Portuguesa dos Oitocentos*. 1ª edição. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979. (Biblioteca Breve).

- *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. 2ª edição. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981. (Biblioteca Breve).

- *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*. 4ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

GRAÇA DIAS, Manuel - *Presente Lisboa Futuro*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 2001

MATEUS, João Mascarenhas (coord.) - *Baixa Pombalina: 250 anos em imagens*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2004.

MATEUS, João Mascarenhas (coord.) - *Baixa Pombalina: bases para uma intervenção de salvaguarda*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2005.

Disponível em <http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/002/pdf/baixapomb.pdf> [6/11/2007]

PORTAS, Nuno "A desertificação do Centro [Lisboa Chiado]" in PORTAS, Nuno - *O tempo das formas. vol I A Cidade Feita e Refeita*. Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005

"O futuro da Baixa (rescaldo de um incêndio)" in PORTAS, Nuno - *O tempo das formas*.

vol I A Cidade Feita e Refeita. Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005

SAINZ, Jorge; MATOS, Madalena Cunha; CHAVES, Mário - *Monografia de Álvaro Siza*, Lisboa: Blau 1995
SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos - *A Baixa Pombalina, Passado e Futuro*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005

Imprensa escrita

ALMEIDA, Pedro Dias de "Chiado antes e Depois", *Visão*, 20 de Agosto de 1998

ALMEIDA, Pedro Vieira de "Ainda o Chiado", *Diário de Lisboa*, 8 de Outubro de 1988

ALVES, Ilídio " Chiado - uma obra de alta costura", *Lisboa Futuro*, Abril de 1996, nº2

ARAÚJO, Renata "Chiado Regresso ao futuro", *Casa e Decoração*, Janeiro de 1992

BOTINAS, Luísa Alexandra "Não será uma ilha de yuppies", *Diário de Lisboa*, 25 de Junho de 1990

CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela "Nuno Teotónio Pereira: tem de haver controlo público", *Expresso*, 24 de Setembro de 1988

CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela "O Chiado não é Varsóvia", *Expresso*, 10 de Setembro de 1988

CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela "Tem de haver controlo público", *Expresso*, 24 de Setembro de 1988

CATULO, Kátia, "O Chiado entre o antes e o depois " *Diário de Notícias*, 23 de Agosto de 2008

CARDOSO, Miguel Esteves; PORTAS, Paulo "Não, senhor arquitecto!", *O Independente*, 2 de Setembro de 1988

CARVALHEIRA, José de Melo "A Baixa Pombalina" *Boletim Lisboa Urbanismo*, nº3, 1999
Disponível em <http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/003/002/artigo.php?ml=2&x=b5a4pt.xml> [14/08/2008]

CHICÓ, Henrique "Edifício dos Armazéns nunca devia ter existido", *O Jornal*, 2 de Setembro de 1988

COELHO, Filomena "O Chiado somos nós", *O Independente*, 27 de Janeiro de 1989

DACOSTA, Fernando "O Chiado não quer um Marques de Pombal", *O Jornal*, 2 de Setembro de 1988

DIAS, Manuel Graça "Por um Chiado chique" *O Independente*

FARINHA, Pedro "Edifício Leonel dá novo colorido à Baixa lisboeta", *supl. Imobiliário do Público*, 29 de Junho de 2007

FONSECA E COSTA, José "Catástrofe à solta", *A Capital*, 1988

GOMES, Paulo Varela "Era uma vez uma Lisboa Pombalina", *Expresso*, 24 de Setembro de 1988

GOUVEIA, Teresa Patrício "Reconstruir sem pressas e com alguma afectividade", *A Capital*, 1988

JÚDICE, José; CALDAS, João Vieira "Ninguém tenha ilusões: o Chiado não vai voltar a ser o que era", 10 de Setembro de 1988

JÚDICE, José; CALDAS, João Vieira "Um homem tranquilo", *Expresso*, 10 de Setembro de 1988

LEITÃO, Susana "Baixa-Chiado pode ficar 'na gaveta'" DN.ONLINE, 21 de Novembro de 2006

HÜBNER, Hans "Lisboa a reconstrução do Chiado, Um desafio Histórico", *Humboldt*, nº59 1989

MARQUES, A. H. de Oliveira "Não se justificam remodelações em grande escala", *A Capital*, 1988

MENDES, José; ROBALO, Mário "O fim de uma época", *Expresso*, 27 de Agosto de 1988

MILHEIRO, Ana Vaz "Siza, o pombalino de betão", *Público*, 30 de Janeiro de 1997

MÓNICA, Maria Filomena "Chiado adiado", *O Independente*, 12 de Agosto de 1998

MOROSO, José Manuel; PORTAS, Miguel; MIGUEL, Telma "Chiado, o estado das coisas" *Expresso*, 24 de Setembro de 1988

NOVAIS, Luís Miguel "Para levar o Chiado a bom porto", *Diário de Notícias*, 17 de Setembro de 1988

NUNES, Alberto Castro; BRAGA, António Maria "Palavras para que vos quero", *O Independente*, 27 de Janeiro de 1989

RÊGO, Sofia "Chiado: preço das rendas queima o comércio", *Correio da Manhã*, 25 de Agosto de 2003
 "Há falta de motivação para visitar o Chiado", *Correio da Manhã*, 25 de Agosto de 2002

PEDROSO, Pedro "Reconstruir é preciso", *O Independente*, 26 de Agosto de 1988

PEDROSO, Pedro "Teotónio Pereira contra Siza Vieira", *Expresso*, 24 de Setembro de 1988

PEREIRA, Nuno Teotónio "Lisboa ao longo de uma vida", *Revista SemeaR*, nº3, 1997

PINTO, Maria João "Siza quer Baixa recuperada", *Diário de Notícias*, 26 de Agosto de 1999

PINTO, Maria José Nogueira "Candidatura a património mundial adiada" *Arquitecturas*, Julho de 2006

PROENÇA, Luís "Esplanadas e pátios interiores vão surgir no novo Chiado", *Expresso* 15 de Julho de 1989

SASPORTES, José "Portugal na UNESCO e a UNESCO em Portugal" in JANUS 2006
 Disponível em http://www.janusonline.pt/2006/2006_2_2_5.html [22-11-2007]

SOUSA, Antónia de "Chiado renasce das cinzas três anos depois", *Diário de Notícias*, 25 de Maio de 1991

SUMMAVIELLE, Elísio in "Candidatura a património mundial adiada" *Arquitecturas*, Julho de 2006

VIEIRA, Joaquim; MOROSO, José Manuel "Perfumes e lingerie deitam fogo a Lisboa", *Expresso*, 27 de Agosto de 1988

VIEIRA, Siza "Reconstrução do Chiado" *Jornal dos arquitectos*, Julho e Agosto de 1990

"A normalização passo a passo", *Expresso*, 27 de Agosto de 1988

"Abecassis anuncia «a solo» plano para a reconstrução", 9 de Setembro de 1988

"Arquitectos devem ter liberdade para reconstruir o Chiado", *A Capital*, 31 de Agosto de 1988

"Arquitectos estão de "corpo e alma" com Siza Vieira", *Diário de Lisboa*, 9 de Setembro de 1988

"As obras decorrem a bom ritmo" revista *Indústria da Construção*, Abril de 1992, nº17

"Associação de arquitectos contra concurso municipal", *Correio da Manhã*, 8 de Outubro de 1988

"Baixa Chiado vai ter plano de intervenção" site da CML, 8 de Março de 2006

"Carmona Rodrigues quer melhorar candidatura da Baixa lisboeta a património mundial" *Público.pt* , 26 de Junho de 2006

"Câmara tem revelado capacidade de diálogo", *O Jornal*, 2 de Setembro de 1988

"CEE dá três milhões para obras no Chiado", *Correio da Manhã*, 21 de Agosto de 1988

"Chiado: porque se dispensou o concurso público" *Expresso*, 17 de Setembro de 1988,

"Comissariado da Baixa entregou Projecto de Revitalização para a Baixa-Chiado " site da CML, 20 de Outubro de 2006

"Comunicado do Comissariado Baixa-Chiado" site da CML, 24 de Novembro de 2006

"Entrevista a Manuel Salgado: Há facilidades para corromper no urbanismo", *Diário Económico*, 29 de Novembro de 2007

"Ligar a Baixa e a Alta", *O Jornal*, 2 de Setembro de 1988

"O Chiado, a Fénix de Siza" *Jornal dos arquitectos*, Julho e Agosto de 1990

"O Chiado e Grandella já eram obsoletos", *O Jornal*, 2 de Setembro de 1988

"O incêndio do Chiado - cinco meses depois. Conclusões do debate público" organizado pela AAP e SNBA, 1989

"O lento despertar do Chiado", *O Comércio do Porto*, 26 de Agosto de 1992

"O que pensam os arquitectos da escolha de Siza Vieira", *Expresso*, 10 Setembro 1988

"Por favor dêem vida à Baixa", *A Capital*, 1988

" Programas a recuperação sem precipitar a reconstrução" *A Capital*, 1988

"Reconstrução à procura de um consenso" *Expresso*, 27 de Agosto de 1988

"Reconstrução não deve ser palco de tricas partidárias", *A Capital*, 1988

"Reconstruir a traça exterior", *A Capital*, 1988

"Reconstruir sem pressas e com alguma afectividade" *A Capital*, 1988

"Respeitar a baixa pombalina", *O Jornal*, 2 de Setembro de 1988

"Santana Lopes candidata Baixa Pombalina a património mundial" site da Câmara Municipal de Lisboa, 14 de Outubro de 2002

"Segunda vida para o coração da cidade" *Diário de Notícias*, 25 de Agosto de 1996

"Siza quer Chiado pombalino e cómodo", *Expresso*, 23 de Junho de 1990

"Traduzir a inteligência política e arquitectónica do nosso tempo", *A Capital*, 1988

"Um dedo nas feridas da arquitectura portuguesa" *Diário de Notícias*, 4 de Setembro de 1988

"Vereadora Maria José Nogueira Pinto assume pelouro da Habitação Social " site da CML, 5 de Janeiro de 2006

Cartas orientações e documentos institucionais

Conjunto de texto sobre o processo de candidatura a património mundial:

Introdução; Património Mundial em Portugal; Património Mundial de Origem Portuguesa; Categorias e Critérios de Selecção; A propósito da elaboração da lista Indicativa de Portugal; Lista Indicativa de Bens Portugueses e Procedimentos para a apresentação de candidaturas; Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial.

Disponíveis em http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=14 [6/11/2007]

Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial Cultural e Natural Carta de Veneza (1964).

Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/documento/patrimonio/patrimonio05.asp> [15/03/2007]

Convenção de Paris sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972).

Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/documento/patrimonio/patrimonio13.asp> [15/03/2007]

Outros títulos

PEIXOTO, Paulo "As cidades e os processos de patrimonialização" in PINHEIRO, Magda; BAPTISTA,

Luís V.;VAZ, Maria João - *Cidade e Metrópole*. Oeiras: Celta Editora, 2001, cap 13 pp171-179

PICKARD, Robert - *Management of Historic Centers*. Londres: Spoon Press, 2001

ANEXOS

ANEXO 1 - PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DA BAIXA POMBALINA COMO PATRIMÓNIO MUNDIAL DA UNESCO

CALENDÁRIO DOS PROCEDIMENTOS NO CASO DE CLASSIFICAÇÃO COMO PATRIMÓNIO MUNDIAL

FONTE: Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial

CALENDÁRIO	PROCEDIMENTOS
30 de Setembro (antes do ano 1)	Data limite de recepção pelo Secretariado dos « <u>projectos</u> » de propostas de inscrição dos Estados parte, numa base voluntária para os Estados.
15 de Novembro (antes do ano 1)	O Secretariado deve ter respondido a cada Estado parte interessado informando-o se o seu « <u>projecto</u> » de proposta de inscrição está completo e, em caso negativo, indicar o que falta para que a proposta de inscrição esteja completa.
1 de Fevereiro do ano 1	Data limite de envio das propostas de inscrição <u>completas</u> ao Secretariado, para serem transmitidas para avaliação às organizações consultivas competentes. As propostas de inscrição devem ser recebidas nesta data, até às 17h TMG, ou, se esta data cair num fim-de-semana, até às 17h TMG da Sexta-feira anterior. As propostas de inscrição recebidas depois desta data serão estudadas num ciclo seguinte.
1 de Fevereiro – 1 de Março do ano 1	Registo, avaliação de completude e transmissão às organizações consultivas competentes. O Secretariado regista todas as propostas de inscrição, acusa a sua recepção junto do Estado parte interessado e faz o inventário do conteúdo da proposta. O Secretariado informa o Estado parte interessado sobre se a proposta está completa ou não. As propostas de inscrição que <u>não estão completas</u> (ver parágrafo 132) não são transmitidas para avaliação às organizações consultivas competentes. Quando uma proposta de inscrição está incompleta, o Estado parte interessado é avisado das informações requeridas para completar a proposta de inscrição antes da data limite de 1 de Fevereiro do ano seguinte, para que a proposta de inscrição seja examinada no decurso de um ciclo futuro. As propostas de inscrição <u>completas</u> são transmitidas às organizações consultivas competentes para avaliação.
1 de Março do ano 1	Data limite em que o Secretariado deve ter informado o Estado parte de que a o dossiê de proposta de inscrição foi recebido, está completo e deu entrada antes de 1 de Fevereiro.
Março do ano 1 – Maio do ano 2	As organizações consultivas competentes avaliam cada um dos bens.
31 de Janeiro do ano 2	Se for necessário, as organizações consultivas competentes podem pedir aos Estados parte informações complementares, durante a avaliação e antes de 31 de Janeiro do ano 2.
31 de Março do ano 2	Data limite em que as informações complementares solicitadas pelas organizações consultivas competentes devem ser-lhes submetidas pelo Estado parte através do Secretariado. As informações complementares devem ser apresentadas no número de exemplares e de formatos electrónicos especificado no parágrafo 132 e dirigidas ao Secretariado. Para

evitar confusões entre os textos novos e os antigos, se as informações complementares disserem respeito a modificações do texto principal da proposta de inscrição, o Estado parte deve apresentar essas modificações numa versão emendada do texto original. As modificações devem estar claramente identificadas. Uma versão electrónica (CD-ROM ou disquete) deste novo texto deve acompanhar a versão em papel.

Seis semanas antes da sessão anual do Comité do Património Mundial	As organizações consultivas competentes enviam as suas avaliações e recomendações ao Secretariado, para transmissão ao Comité do Património Mundial e aos Estados parte.
Pelo menos 2 dias úteis antes da abertura da sessão anual do Comité do Património Mundial	Os Estados parte interessados podem enviar uma carta ao Presidente, com cópias às organizações consultivas, em que pormenorizem os erros factuais que possam ter detectado na avaliação da(s) sua(s) proposta(s) de inscrição realizada pelas organizações consultivas.
Sessão anual do Comité do Património Mundial (Junho/Julho)	O Comité examina as propostas de inscrição e toma as suas decisões.
Imediatamente após a sessão anual do Comité do Património Mundial	Notificação aos Estados parte. O Secretariado notifica todos os Estados parte cujas propostas de inscrição foram examinadas pelo Comité das decisões do Comité que lhes dizem respeito.
	Na sequência da decisão do Comité do Património Mundial de <u>inscrever</u> um bem na Lista do Património Mundial, o Secretariado escreve ao Estado parte e aos gestores do sítio anexando um mapa da zona inscrita e a declaração de valor universal excepcional (indicando os critérios da inscrição).
Imediatamente após a sessão anual do Comité do Património Mundial	O Secretariado publica todos os anos, depois da sessão anual do Comité, a Lista do Património Mundial actualizada. O nome dos Estados parte que propuseram bens inscritos na Lista do Património Mundial figura na versão publicada da Lista sob o seguinte título: «Estado contratante que submeteu a proposta de inscrição em conformidade com a <i>Convenção</i> ».
No mês seguinte ao encerramento da sessão anual do Comité do Património Mundial	O Secretariado envia a todos os Estados parte o relatório publicado de todas as decisões do Comité do Património Mundial.

O FORMATO DE UMA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO

A proposta de inclusão do bem para fins de classificação, tem de obedecer ao formato (definido no anexo 5 das Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial Cultural e Natural):

1. Identificação do bem
2. Descrição do bem
3. Justificação da inscrição
4. Estado de conservação e factores que afectam o bem
5. Protecção e gestão
6. Acompanhamento
7. Documentação
8. Coordenadas pormenorizadas das autoridades responsáveis
9. Assinatura em nome do(s) Estado(s) parte

Na **identificação** do bem devem estar claramente definidos os limites do bem proposto, as zonas tampão, a definição de área terrestre e marítima (quando ocorre) tudo com base em cartas topográficas oficiais e actualizadas.

A **descrição** deve incluir para além da “identificação “ ou “definição” do bem, um relato da sua história e evolução, tendo em conta o estado actual e as alterações que foi sofrendo, sempre que possível numa perspectiva de sustentação dos critérios de valor universal excepcional e critérios de autenticidade e integridade.

A **justificação da inscrição** deve incluir: os critérios de excepcionalidade, uma declaração do valor universal excepcional, uma análise comparativa com outros bens e declarações de integridade e autenticidade.

Os bens inscritos na Lista têm de satisfazer pelo menos um dos dez **critérios de selecção**, seis correspondentes a património cultural e quatro a património natural. São definidos e revistos regularmente pelo Comité de Património Mundial e actualmente (os correspondentes ao património cultural) são os seguintes:

- (i) representar uma obra-prima do génio criador humano;
- (ii) ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitectura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou a criação de paisagens;
- (iii) constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;

- (iv) representar um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitectónico ou tecnológico ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;
- (v) ser um exemplo eminente de implantação humana tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interacção humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de uma mutação irreversível;
- (vi) estar directa ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional (o Comité considera que este critério deve de preferência ser utilizado conjuntamente com outros)

A **declaração de valor universal excepcional**, especifica as razões de distinção e relevância que levam podem levar à inserção na Lista de Património Mundial. Sempre que se justificar deve-se efectuar uma análise comparativa com outros bens, nacionais ou internacionais, já classificados ou não, de forma a compreender a relevância do bem proposto e da sua classificação.

A certificação de qualidade e relevância é feita, por um lado, através da **autenticidade** “o factor qualitativo essencial relativamente à credibilidade das fontes de informação históricas”, que podem ser fontes físicas, escritas, orais e figurativas desde que permitam conhecer as várias dimensões (artísticas, históricas, sociais e científicas) do património cultural. Por outro é essencial confirmar a sua **integridade** - “apreciação de conjunto e do carácter intacto do património natural e/ou cultural e dos seus atributos”³⁶⁴ – assegurando o bom estado de conservação, a manutenção das funções e relações que são essenciais ao seu carácter distintivo e a existência de elementos necessários à transmissão dos valores que representa.

O **estado de conservação** actual inclui não só uma descrição do estado físico do bem, como também as medidas em vigor que asseguram a sua conservação e os factores que o afectam, constituindo uma base de dados para avaliação do estado de conservação actual e para o posterior acompanhamento do bem.

Nos sistemas de protecção incluem-se: lista das medidas legislativas, regulamentares, contratuais, de planeamento, institucionais e/ou tradicionais que se aplicam mais precisamente à protecção do bem e fornecer uma análise pormenorizada do efectivo funcionamento dessa

³⁶⁴ Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial Cultural e Natural

protecção³⁶⁵. Para além desta protecção é também exigido um **sistema de gestão** que englobe a totalidade do bem a classificar, que apresente garantias que da sua aplicação e que seja instrumento competente de gestão ao longo do tempo. No caso da não existência de um plano de gestão, terão de ser apresentados outros documentos que assegurem a gestão do bem até à elaboração do plano de gestão exigido.

No ponto **acompanhamento** incluem-se as medidas e os sistemas de monitorização do bem: “indicadores-chave propostos para medir e avaliar o estado de conservação do bem, os factores que o afectam, as medidas de conservação do bem, a periodicidade dos exames a que procedem e a identificação das autoridades responsáveis”.³⁶⁶

³⁶⁵ Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial Cultural e Natural

³⁶⁶ Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial Cultural e Natural